Joel A. Saraiva Correia

Pelo Interior Norte da Lusitânia. A encosta noroeste da Serra da Estrela.

A presença romana entre as ribeiras de Girabolhos e de Linhares.

Dissertação de Mestrado em Arqueologia Romana, orientada pelo Professor Doutor Pedro C. Carvalho, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Dezembro de 2021

FACULDADE DE LETRAS

PELO INTERIOR NORTE DA LUSITÂNIA. A ENCOSTA NOROESTE DA SERRA DA ESTRELA.

A PRESENÇA ROMANA ENTRE AS RIBEIRAS DE GIRABOLHOS E DE LINHARES.

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	**Dissertação**
Título	**Pelo Interior Norte da Lusitânia. A encosta Noroeste da Serra da Estrela.**
Subtítulo	**A presença romana entre as ribeiras de Girabolhos e de Linhares.**
Autor/a	**Joel A. Saraiva Correia**
Orientador/a(s)	**Pedro C. Carvalho**
Júri	**Presidente: Doutor Domingos de Jesus da Cruz** **Vogais:** **1. Doutor Ricardo Jorge Costeira da Silva** **2. Doutor Pedro Jorge Cardoso de Carvalho**
Identificação do Curso	**2º Ciclo em Arqueologia e Território**
Área científica	**Arqueologia**
Especialidade/Ramo	**Arqueologia Romana**
Data da defesa	**03 de dezembro de 2021**
Classificação	**18 valores**

1 2 9 0 FACULDADE DE LETRAS UNIVERSIDADE D COIMBRA

Agradecimentos

Ao nosso prezado orientador, Professor Pedro C. Carvalho, por toda a disponibilidade, sabedoria, confiança e motivação.

Ao José Miguel Pinto Fraga e ao Tiago João Sario Mota pela longa e prezada amizade e sem os quais era impossível terminar esta empreitada. Agradeço, particularmente, a paciência para as incontáveis horas de conversas, o tempo investido a percorrer a Serra da Estrela, as palavras e os gestos de apoio incondicional.

Ao João Rebocho e ao António J. Vilela, pela amizade, inspiração, paciência, disponibilidade e as horas de conversas descomprometidas.

Ao Dr. Luís Tadeu e ao Prof. Jorge Ferreira, presidente e vice-presidente do Município de Gouveia, respetivamente, pelo constante apoio, disponibilidade e confiança depositada, permitindo-me trabalhar em arqueologia na minha terra natal, que além de um sonho era uma ambição, conquistada.

À Dra. Margarida Noutel, diretora do Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta, pela constante diligência e disponibilidade.

À minha mãe e irmã pelo amor incondicional e com quem caminho desde e para sempre.

Ao meu querido e saudoso pai. Que a terra te seja leve.

RESUMO

Pelo Interior Norte da Lusitânia. A encosta da Noroeste da Serra da Estrela.

Apesar de conhecida desde o final do séc. XIX, a presença romana na vertente noroeste da Serra da Estrela apresenta ainda desafios consideráveis para o seu entendimento, especialmente na região que delimitamos e que corresponde, grosso-modo, ao concelho de Gouveia. Às condicionantes geográficas e ambientais, associadas aos contextos complexos montanhosos, associaram-se dois problemas principais, o pouco conhecimento das comunidades que habitavam este território, apesar de os relacionarmos, genericamente, com os Lusitanos; e na classificação dos tipos de ocupação nas estações arqueológicas romanas, muitas vezes descritas simplesmente como vestígios diversos ou achados isolados, que necessitámos de rever. Esta necessidade encontrou nos trabalhos realizados na viragem para este milénio sobre a paisagem rural romana, uma abordagem que permitiu sistematizar e tipificar os sítios arqueológicos encontrados, permitindo, não só a criação de uma base de dados, mas também realizar representações gráficas, possibilitando uma leitura deste conjunto de sítios arqueológicos, que até aqui não havia sido aplicada. Procurámos, assim, um contributo para o entendimento da presença romana nesta área da Serra da Estrela, assimilando, ao mesmo tempo, novas perspetivas sobre a administração romana e a integração nas dinâmicas do Império deste território, conscientes que as comunidades indígenas, apesar de pouco sabermos delas, estão representadas nas materialidades do mundo pré-romano e desempenharam um papel na construção desta paisagem rural que se preservou ao longo da existência da província da Lusitânia romana.

Palavras-chave: Arqueologia Romana, Paisagem Rural, Povoamento Romano, Norte da Lusitânia, Serra da Estrela.

ABSTRACT

Through the Interior North of Lusitânia. The Northwestern slope of Serra da Estrela.

Although known since the late 19th century, the Roman presence on the northwestern slope of Serra da Estrela still presents considerable challenges for its understanding, especially in the region we delimited, which corresponds to the current municipality of Gouveia. To the geographical and environmental constraints from the complex mountainous contexts, there were two main arcaheological problems associated: understanding the communities that inhabited this territory, although we generally relate them to the Lusitanians; and in classifying types of occupation in Roman archaeological sites, often described as diverse remains or isolated finds, which we needed to review. This problems were approached from perpsetives given from studies about the Roman rural landscape published in the late 20th century, allowing us the systematization and typification of the archaeological sites found, the creation of a database and the consequent graphical representations, enabling the reading of this set of archaeological sites that, until now, had not been applied. This way, we seek a contribution to the understanding of the Roman presence in this area of Serra da Estrela, assimilating new perspectives of the administration and integration in the imperial dynamics of this territory, knowing that the indigenous communities played a role in the construction of this rural landscape, which, despite our little knowledge of them, see represented in the pre-Roman and roman materialities found by archaeology.

Keywords: Roman archaeology, Rural Landscape, Roman settlements, Northern Lusitania, Serra da Estrela.

Índice

Como aquelas divindades ciosas, que não consentem adoração a mais nenhum poder, só fascinado por ela o peregrino é capaz de caminhar e perceber. Beira, quer já de si dizer beira da serra. Mas não contente com essa marca etimológica que lhe submete os domínios, do seu trono de majestade a esfinge de pedra exige a atenção inteira. Alta, imensa, enigmática, a sua presença física é logo uma obsessão. Mas junta-se à perturbante realidade uma certeza ainda mais viva: a de todas as verdades locais emanarem dela. Há rios na Beira? Descem da Estrela. Há queijo na Beira? Faz-se na Estrela. Há roupa na Beira? Tece-se na Estrela. Há vento na Beira? Sopra-o a Estrela. Há energia eléctrica na Beira? Gera-se na Estrela. Tudo se cria nela, tudo mergulha as raízes no seu largo e materno seio. Ela comanda, bafeja, castiga e redime. Gelada e carrancuda, cresta o que nasce sem a sua bênção; quente e desanuviada, a vida à sua volta abrolha e floresce. O Marão separa dois mundos — o minhoto e o transmontano. O Caldeirão, no pólo oposto de Portugal, imita-o como pode. Mas a Estrela não divide: concentra. O muro cresceu, alargou, e transformou-se na extensão que teria de partilhar. O pouco que ficou desse abraço, são flancos, abas, encostas e escorrências de aluvião.

Miguel Torga - *In* Portugal. 3º Edição. Coimbra. 1967.

1. Introdução

Para concluir o 2º ciclo de estudos em Arqueologia e Território, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, dedicámos a nossa atenção aos vestígios arqueológicos da época romana registados num segmento da vertente noroeste da Serra da Estrela (Mapa 1), nomeadamente entre os cursos superior e médio do rio Mondego, desde o tempo de Júlio César até à chegada dos povos germânicos (Alarcão, 1988:30).

O território de estudo é delimitado, oficialmente, nas Cartas Militares de Portugal (CMP) fls.190, 191, 192, 201, 202, 212 e 213 (Mapa 5); demarcado na paisagem, de forma *sui generis*, pelo rio Mondego[1] a sul e a norte, e ribeiras de Girabolhos a ocidente (limite com o concelho de Seia) e Linhares da Beira a nascente (limite com o concelho de Celorico da Beira), correspondendo, praticamente, aos limites do atual concelho de Gouveia[2]. Administrativamente, integra-se, no quadrante sudoeste do Distrito da Guarda, província histórica da Beira Alta, zona centro de Portugal (NUT II) e sub-região da Serra da Estrela (NUT III), uma das mais pobres do país.[3]

Escolhemos este tema com base em três fatores. Ser origem e morada do signatário, inclusivamente, levando-nos a percorrer este território incontáveis vezes e em diversos âmbitos; constituir uma oportunidade para conhecer o melhor possível esta realidade arqueológica no concelho e transportá-la para o âmbito da gestão do património; e o contexto da tradição local associado à Serra da Estrela, no geral das suas lendas e tradições populares, com as quais permanente e inevitavelmente, convivemos. Destacamos as diversas referências ao

[1] Maior rio exclusivamente português, nasce na União de Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra, em Gouveia, na fonte do Mondeguinho, próximo do Corgo das Mós e do Vale do Rossim, a cerca de 1525m de altitude (CMP fl. 212). O concelho de Gouveia, em termos administrativos, encaixa no curso Mondego, constituindo-se, este, como a fronteira norte confrontando com os concelhos de Mangualde e Fornos de Algodres e a Sul com Manteigas e a Guarda, genericamente.

[2] Tem uma área de 300,61 km² e 12.599 habitantes, traduzido numa densidade demográfica de 46,7 hab/km2. Dados do portal *Pordata* - Base de dados de Portugal Contemporâneo. Consultado a 12/11/2020: https://www.pordata.pt/Municipios

[3] Consultado a 23/10/2020: https://beira.pt/portal/noticias/serra-da-estrela-continua-ser-regiao-mais-pobre-de-portugal/

Grande Caudilho *Lusitano* Viriato e a integração deste território na mundividência do *Mons Herminus* romano, problemática e período histórico pelo qual nos interessamos com naturalidade.

Dominam esta paisagem, como elementos geográficos característicos e omnipresentes a Serra da Estrela, na sua vertente noroeste, e o vale do Mondego, em duas das suas vertentes. Consideramos, especialmente, a média, por ser entre esta e a encosta que se situa o mais relevante eixo de circulação (EN17) local, assim como a maioria dos aglomerados populacionais de hoje (Mapa 4).

As posturas altimétricas e climatéricas extremas, aliadas à elaborada orografia, originaram diferentes condições de habitats biológicos, definidos em três andares classificados em função da vegetação em cada um,[4] que determinaram, a algum grau, as condições de habitabilidade na montanha, às quais o ser humano se terá adaptado.

A vertente noroeste da encosta serrana tem na linha de cumeada[5], conhecida como o *alto*, o limite máximo nos 1650m da Santinha e o seu ponto mais baixo na Portela de Folgosinho a 1290m de altitude (Est. I). Esta "linha" une mais que divide o território, e ao mesmo tempo diferencia-o, nomeadamente, no plano económico proporcionando condições ideias para a agricultura na plataforma do Mondego e excelentes para a pastorícia a no seio da Montanha.

O povoamento humano atual concentra-se entre o vale do Mondego, evitando as abruptas condições da margem do rio; e a encosta, que a partir dos 900m de altitude apresenta uma baixíssima densidade populacional, fruto das brutais e extremas condições climatéricas e orográficas dessas longitudes (Mapa 4).

---

[4] No andar basal, até aos 900 metros, predominam a azinheira (*Quercus rotundifolia*) e o azereiro (*Prunus lusitannica*); no andar intermédio, até aos 1600 metros, são os carvalhais (*Quercus pyrenaica*), castinçais (*Castanea sativa*) e matos que o caracterizam; e o andar superior, caracteriza-se pela presença de zimbrais (*Lycopodio-Juniperetum alpina*), cervunais, clareiras e vegetação rupícola.

Consultado a 12/11/2020: https://www.inature.pt/areas-classificadas/area/?aid=1197

[5] O horizonte é recortado no *alto* pelos cabeços de S. Domingos, S. Tiago, Santinha, Malhão, Taloeiro, Alfátima, Fraga da Varanda e Santo Estevão, de nascente para poente (Est. CXX), que constituem o limite da imponente encosta noroeste visível desde a Plataforma do Mondego.

Foram estas condições geomorfológicas a forja das identidades culturais que confrontadas com a civilização romana, se adaptaram a uma nova realidade administrativa, económica, política e social, através de um conjunto de interações sociais, pacíficas ou violentas, normalmente de origem invasora, que, eventualmente, encontramos através da arqueologia, num confronto ou adaptação de uma comunidade a vários processos.

Procuramos essas materialidades nos sítios arqueológicos, naturalmente, deslocando-nos às estações arqueológicas referenciadas, possibilitando a calibragem de muitos deles, não só para uma georreferenciação mais aproximada à realidade espacial dos sítios, mas também para conhecer as condições em que os mesmos se encontram e podermos, de alguma forma, minimizar as dificuldades imediatas à sistematização dos dados, causada pela tipificação abstrata de muitos deles, encontradas nas plataformas de conhecimento acedidas.

Esta desorganização causou a necessidade de encontrar critérios de classificação que permitissem integrar os sítios coevos da *Lusitânia* Romana (29/13 a.C./ 436 d.C.), numa base de dados, uniformizada e coerente, que agregasse os objetos de estudo e permitisse a sua instrumentalização.

Apresentaram-se à liça trinta e três (33) sítios arqueológicos (Mapa 7), possíveis de integrar no universo da presença romana, *lato sensu*, trinta e um deles identificados em bibliografia e nas ferramentas de gestão disponibilizadas pela tutela da Cultura, nomeadamente, a base de dados oficial do património arqueológico português, o Portal do Arqueólogo – Endovélico[6], que permitiu identificar e localizar, rapidamente, a maioria dos sítios arqueológicos com base nos dados georreferenciados apresentados.

Nestes sítios arqueológicos, apenas uma campanha de escavação arqueológica foi verdadeiramente realizada sobre a época histórica que

[6] Portal do Arqueólogo – *Endóvelico*. Consultado a 12/11/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios

nos importa: esta teve lugar na *villa* do Aljão (Tente, 2010:51-114). Em âmbitos de salvaguarda e de acompanhamentos de obra, civil, agrícola ou florestal (Carvalho, 2006:58-59), são raríssimos os trabalhos no nosso concelho.

Teoricamente, este trabalho sistematiza dados e informações recolhidos em bibliografia e nas plataformas digitais em linha disponíveis; com a componente prática materializada na visita aos sítios, relocalizando estações arqueológicas e em prospeções. Estas ações permitiram obter a matéria-prima para este labor, possibilitando integrar os sítios arqueológicos na administração provincial, urdindo as relações desta paisagem em época romana.

Para nos debruçarmos devidamente sobre o assunto, encontrámos nas propostas de Jorge de Alarcão (1998; 1998a) a padronização, através de um método que classifica os sítios arqueológicos romanos, que permite, racionalmente, instrumentalizar a dispersão material à superfície dos mesmos, como uma representação de determinada realidade soterrada. Reconhecemos, ainda assim, que ao não aplicarmos a escavação arqueológica, as nossas observações fiquem feridas ou limitadas à quantidade de dados possível de obter nas plataformas enunciadas e no que foi possível observar à superfície dos terrenos. Ainda assim, visitamos a quase totalidade dos sítios arqueológicos, confirmando a sua existência. Aqueles que não o foram foi por omissão, não o encontrámos, ou porque não é possível identificá-lo sobre esta perspetiva, jazendo sob ou integrando as entranhas do urbanismo contemporâneo.

Após o trabalho de sistematização dos dados, a nossa proposta foi apoiada por ambientes digitais, disponibilizadas em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), que são hoje fulcrais para os profissionais da arqueologia contemporânea, nos mais diversos sentidos do seu labor, seja profissional, empresarial, académica, na gestão e programação dos patrimónios culturais.

Apesar das reconhecidas valências destas ferramentas em arqueologia, não é através delas que é possível reproduzir as escolhas humanas que levaram a determinada ação. As atitudes das comunidades criadoras objetivas dos vestígios materiais, são construídas em relação com as vicissitudes históricas que as acompanharam e que importa identificar cabalmente, neste processo de conhecimento do passado, ao qual pretendemos associar-nos através desta dissertação.

2. Geomorfologia

A Serra da Estrela, na geografia peninsular, integra a Cordilheira Central Ibérica, correndo como a Meseta Central no sentido nordeste-sudoeste, que separa os vales dos mais importantes rios desta face ibérica, o Douro e o Tejo. Situado na extremidade poente deste massivo corpo geográfico, integra, regionalmente, um mais pequeno subsistema montanhoso, conhecido como Montejunto-Estrela.

A Serra da Estrela, propriamente dita, tem uma área aproximada de 2.200km² (Mapa 2), exercendo grande poder de influência neste vasto território, antropológica, geográfica e climatericamente. O seu ponto mais alto é na plataforma da Torre, a 1993m de altitude, sendo condicionada a sua morfologia por características próprias (Est. II).

O vincado relevo é consequência das movimentações tectónicas ocorridas, sobretudo durante o período Cenozoico, nomeadamente, no decorrer dos Micénico Superior e Pliocénico, na etapa da Orogenia Alpina, que ocorre entre os 24 e 37 Milhões de anos atrás, que ergueram a montanha dos planaltos envolventes e a balançaram para NE, criando as plataformas escalonadas da serra (Martins, 2006: 53). As características mais extremas da paisagem nos patamares superiores da montanha, onde se situa a Torre, espelham-se, dramaticamente, nas formas dos relevos esculpidos pelos glaciares do Pleistoceno Superior (Daveau *et alli*, 1997).

Na nossa área de estudo não há evidências de glaciação, porém, os indícios de origem tectónica são detetáveis nos múltiplos vales de

fratura, revelados pelo traçado retilíneo da rede hidrográfica (Mapa 3), orientados segundo direções preferenciais; no escalonamento complexo dos rebordos do maciço, com planaltos de diferentes dimensões e com desnivelamentos variáveis; no carácter contínuo e o traçado simples das longas escarpas desses rebordos; na existência de fontes termais localizadas em alinhamentos retilíneos, como detetadas em Manteigas e Unhais da Serra; e na rede de filões de quartzo e rochas básicas que se alinham, também, segundo estas direções preferenciais (Daveau, 1969:165-168).

As movimentações tectónicas que permitiram o levantamento da montanha em relação aos planaltos limítrofes e ao encaixe da drenagem, deram-se no Miocénico médio, que decorre desde os 15 milhões de anos atrás até à atualidade (Jansen *et allli*, 2001: 175). A drenagem das linhas de água do nosso território encontra nas duas vertentes do Mondego, a sua exclusiva orientação, constituindo a bacia hidrográfica dominante.

O Rio Mondego coexiste com o nosso território, em duas das suas três fases.[7] O povoamento aglomera-se ao longo das ribeiras de Girabolhos, Gouveia (*Ajax*), S. Paio, Paço, Freixo e Rio Torto, que correm no sentido sul-norte, descendo a encosta noroeste, numa extensão de cerca 16km (Daveau 1969:182-183) (Est. III); que acompanham as falhas tectónicas ou escavam os seus próprios vales, em processos de aplanamento, sujeitando-se, a sedimentação e entalhamento da rede hidrográfica, à erosão relacionada com o embutimento dos vales, num processo de encaixe não contínuo, mas em fases sucessivas (Tente, 2007:25).

A caracterização litológica (Mapa 8) determina o contraste entre a área de montanha e do vale superior do Mondego, com solos do Complexo Xisto-Grauváquico, que se distinguem dos solos graníticos, que desde logo é onde as comunidades se estabeleceram, permanente e densamente.

[7] O rio Mondego tem uma extensão de 258km e uma bacia hidrográfica de 6645km2, nascendo na Fonte do Mondeguinho, no sítio do Corgo das Mós (Mangualde da Serra, Gouveia), desaguando na Figueira da Foz e banhando Coimbra na transição do médio para o baixo Mondego. O alto Mondego define-se desde a nascente até à curva de Celorico, onde transita para o seu curso médio.

Assinalam-se, ainda, bolsas de cascalheiras e arenitos de origem fluvial, nomeadamente, em vales de ribeiras.

Outras características dos solos prendem-se com os granitos, que aqui se desagregam suavemente e ao contrário dos solos xistosos, diferenciando-se em textura e mineralogicamente. A sua desagregação é motivada por diversos fatores como a ação humana (através da destruição de coberto vegetal que expõe os solos), por alterações químicas (que alteram a rocha em areão) e pelas diáclases (que permitem a penetração da água, a grandes profundidades) (Ferreira & Vieira, 1999).

Esta degradação, por exemplo, formou os blocos graníticos que se acumularam por todo o lado na paisagem, os *tors*[8] (Est. IV) onde os blocos se expõem, sobrepondo-se, e que são marcos incontornáveis nas paisagens regionais.

A proximidade do nosso território, em relação ao Oceano Atlântico[9], a altitude e a organização do relevo, são condicionantes, ainda, dos climas locais. A precipitação média anual varia entre os 2500mm de média anuais no Planalto Superior, e os 1000mm e 1200mm na Plataforma do Mondego. A neve é frequente entre dezembro e abril, especialmente no planalto superior da Serra da Estrela. As particularidades dos climas regionais encontram-se descritos e aprofundados, para a alta montanha, na dissertação de Carla Mora (2006).

As características deste território mantêm-se na dualidade quando atentamos aos tipos de solos (Mapa 10), também reveladores da tendência do povoamento regional.

Os solos do tipo *rankers* dominam os patamares mais elevados da montanha; e os *cambissolos* são predominantes na periferia da montanha, em regiões de menor altitude. Com menor expressão e mais espaçadamente há ainda *litossolos* e *fluvissolos*.

---

[8] Estes afloramentos também representam um papel para as comunidades desta região, saltando à nossa memória os sete cabeços (nomes), individualizados através de topónimos populares, e um exemplo de *tor* pode ser visto no sítio do Penedo dos Mouros (Angelucci, *et alli*, 2004:468).

[9] Em linha reta, para oeste, a cidade de Gouveia está a exatos 100km do oceano Atlântico.

Os *ranker* e *litossolos* enquadram-se no grande grupo dos *leptossolos* (Martins, 2006:100), com pouco potencial agrícola dada a exposição da rocha-mãe aos efeitos erosivos da Natureza, sendo reservados para pastos. Têm pouca profundidade e chegam aos 50cm até assentar no geológico, estando, na paisagem, intercalados pelas formações graníticas ou xisto-grauváquicas à superfície (*Idem*:100 e 101). Nestes solos o desenvolvimento vegetal é fraco e limitado, com crescimento lento das espécies florais, consequência da falta de nutrientes do solo e da exposição às implacáveis forças da Natureza.

Os *cambissolos*, por sua vez, são solos pouco evoluídos, criados na desagregação de formações graníticas em relevo acentuado (*Ibidem*:102). De características húmicas, desenvolvem-se tanto em solos de natureza granítica como do complexo xisto-grauváquico. O polimorfismo dos solos de origem granítica é extremo, visível na vulnerabilidade das zonas planas e dos vales pouco expostos à erosão, que apresentam solos profundos, contrastando com as zonas de encosta, sem vegetação, que se mostram extraordinariamente delgados.

Os espessos solos do quadrante noroeste, mostram-se abundantes em matéria orgânica, variando as características do húmus de pouco a muito ácido, dependendo do tipo de vegetação que o cobre. Nos solos de origem xistosa, a sudeste, as características são semelhantes, com solos delgados em zonas de encosta e profundos e bem constituídos em áreas de pouca exposição erosiva, também eles ricos em húmus, sendo ácidos ou muito ácidos, conforme o tipo de vegetação que o cobre (*Ibidem*:104).

Os *fluvissolos* incluem solos de aluvião nos vales dos cursos de água mais relevantes; e de coluvião na base das encostas ou zonas declivosas. São solos recentes, sem tempo de sofrer ações naturais que os diferenciem entre si, a não ser através da acumulação de matéria orgânica. Apesar da fertilidade variável, estes encontram-se entre os mais aptos para o desenvolvimento agrícola e florestal, que também é possível em margens dos cursos de água e encostas construindo sulcos em pedra, bastante comuns na região.

Os solos de coluvião preenchem os covões e naves da montanha. Caracterizam-se pela grande espessura e abundante matéria orgânica (*Ibidem*:104-105), existindo em exclusividade nos patamares superiores serranos.

Esta diversidade de solos e rochas reflete-se, ainda, na diversidade vegetal, como um resultado da interação complexa com as caraterísticas bioclimáticas atlântica húmida e amena e com a mediterrânica seca e temperada (Vieira *et alli*, 2005), proporcionando condições económicas particulares às comunidades deste território.

Este território, como grande e diverso espaço ambiental, tem testemunhos da presença humana desde, pelo menos, o IV milénio a.C. (Carvalho *et alli*, 2017:36).

Os vestígios identificados nos sedimentos das turfeiras depositados no fundo das lagoas serranas, recolhidos em análises palinológicas, remetem para os 4400 anos atrás (Daveau, 1988:108) as primeiras ações do ser humano sobre a paisagem.

A interação mais profunda e permanente dar-se-á com a introdução ou aquisição das práticas pastoris, e agrícolas em muito menor grau (Daveau, 1980:31). Estas práticas são testemunhadas nos polens de cereais e nas evidências de fogos florestais recolhidos nessas ações científicas.

Estes trabalhos resultaram ainda em mais dois momentos com impacto significativo na paisagem por volta de 1250 a.C. e entre 900 d.C. e 1100 d.C. (Daveau, 1988:108).

Estes importantes resultados permitiram recriar, parcialmente, alguns paleoambientes antigos, mormente, dando acesso a parte do reportório ambiental da região, assinalando, no tempo, alterações nos cobertos vegetais, fossem em função da ação do fogo, antrópico ou natural, ou até na introdução de novas espécies, como o olival (Daveau, 1988:107-108).

Descrito, de forma sumária, o nosso enquadramento geográfico, seremos agora capazes de localizar os sítios arqueológicos que nas últimas décadas, diferentes publicações deram a conhecer.

3. Estado da Arte

Além de retratarmos as publicações que nos foram permitido recolher e compõem o nosso estado do conhecimento arqueológico da região, acrescentamos, sucintamente, uma série de tradições locais que persistem oralmente e merecedoras de nota dado o nosso assunto.

O primeiro apontamento é o da convicção popular de Folgosinho ser o berço do herói *Lusitano* Viriato, testemunhado de diversas formas nas ruas, imóveis e jardins da freguesia. Diz-se que o próprio topónimo surge do *"folgosinho"*[10] que o grande caudilho aqui tomou com as suas tropas enquanto perseguia as legiões romanas. Há ainda um bloco de quartzo no sopé do castelo de Folgosinho (Est. V), referido como lugar de reunião.[11]

Se podemos, de alguma forma, associar esta tradição ao benemérito local João de Vasconcelos[12], o mesmo não acontece com as tradições orais que envolvem o coruto de Alfátima (Est. VII), enraizadas centenariamente na memória popular.

A mais significativa será a que menciona uma passagem de Júlio César[13], supostamente testemunhada numa epigrafe, posteriormente

---

[10] Como diminutivo de ganhar fôlego. Esta *estória* é também contada com origem em D. Afonso Henriques ou em D. Sancho I, referindo os *mouros* como inimigos perseguidos. Ainda assim, refere-se a hipótese da *felgosino*, fórmula que surge no foral de 1186, se relacione com o *felgo,* regionalismo que define os pastos de vegetação rasteira, abundantes no território desta antiga vila, nomeadamente, no vale do Mondego superior.

[11] Este foi cortado pela metade há três décadas, enquanto delapidavam o filão de quartzo branco para calcetar o acesso a uma espécie de atalaia, de 1938, numa interpretação livre, no que é hoje conhecido como o castelo de Folgosinho (IIP - Consultado a 23/10/2020: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74789/).

[12] Na década de 1930, por iniciativa de João de Vasconcelos, imbuído do espírito historicista e nacionalista que grassava nos alvores do Estado Novo, despendeu dinheiro para que a Junta de Freguesia de Folgosinho reconstituísse o Pelourinho local e o Castelo de Folgosinho (IIP) que coroa o dominante afloramento quartzítico, um dos sítios geológicos de interesse no âmbito do Geopark Estrela e mandou instalar ainda uma série de fontes e quadras populares em azulejos e ainda uma placa em bronze que adorna a fachada de um imóvel do séc. XVI/XVII com os dizeres *Hic Domus Viriati Fuit*, numa clara tentativa de apropriação simbólica deste herói Lusitano por esta localidade. Mais tarde, no início do milénio, a Junta de Freguesia ergueu uma estátua alusiva a Viriato, no Jardim com esse nome, na zona do Outeiro (Est. VI).

[13] Consultado em 01/08/2020: https://books.google.pt/books?id=2OXiHbP0WQgC&pg=PA95&lpg=PA95&dq=Julio+Cesar+ALf%C3%A1tim

levada para a Igreja de Santa Maria, a matriz de Manteigas (Marques, 1997:271-276) que não conhecemos.

A este destacável cabeço estão associados, ainda, aparições de Nossa Senhora, que resultaram na construção da Nossa Senhora do Monte (Est. VIII), em Mangualde da Serra (Pinho Leal, 2006:56-57), por exemplo. Outras estórias pululam o imaginário local, nomeadamente, sobre princesas mouras e cavaleiros cristãos enamorados, onde a mulher é, invariavelmente, escondida num palácio com entrada algures nesse monte (Marques, 1997:271-276). Outras tradições orais para outras zonas da Serra da Estrela podiam ser elencadas,[14] mas não é o nosso foco. Servem estes como demonstrativos da riqueza e originalidade do imaginário popular local.

A primeira referência que podemos relacionar com um sítio arqueológico tem, curiosamente, relação a um sítio rodeado de lendas e antigas tradições. Surge pela pena do Frei Agostinho de Santa Maria, em 1707, quando indica, no Tomo III dos *Sanctuários Marianos,* um lugar que *não fica muyto distante de Folgosinho (...) em um termo (...) reduzido a nada (…).* Referia-se a umas *antigas ruínas,* onde *estava conservado o santuário e casa da Senhora da Sedarça* (Est. IX).[15]

Na documentação conhecida como os *inquéritos paroquiais*, em 1721, fala-se de *onde hoje chamam N Sra da Sedarça (…)*, que tinha *pia de baptizar e huns vestígios junto da mesma Capella (…) que mostram sinaes de povoaçam mto antigua, e onde hoje, dis o vulgo, esta huma rua que chamavam de Ferraria (…) próxima do Rio Mondego hum tiro de pedra (…)* (Mota, 1992: 103-108).

Apesar desta importante descrição, só mais de cem anos depois, as observações de Augusto Pinho Leal e do Abade de Miragaia que resultam

a&source=bl&ots=ODQb-pyifJ&sig=ACfU3U1Wne5-qZDafVxzLRZndaRfRSVssA&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwio6M7ejMjrAhViD2MBHSpsCXwQ6AEwBnoECAoQAQ#v=onepage&q=Julio%20Cesar%20ALf%C3%A1tima&f=false

[14] Algumas ecoam em locais tão insuspeitos como o braço de mar que ligava a uma das lagoas do planalto superior serrano, mencionada no clássico literário norte-americano, *Moby Dick* (Melville, 2004:192).

[15] Consultado a 29/04/2020: https://archive.org/details/santuariomariano04sant_0/page/n557/mode/2up

no *Portugal Antigo e Moderno* (...)[16], trouxeram luz mais forte à arqueologia nacional. Tornaram-se tão relevantes que foram compiladas numas *Notícias Archeologicas* de Eduardo Rocha Dias, em 1903, registando-se, no concelho de Gouveia, ruínas em Safaíl, Vila Nova de Tazem; Castelejo e Capela da Moura, em Vila Cortês da Serra; e a Anta da Orca, em Rio Torto (Est. X).[17]

No último quartel do séc. XIX surgia um entusiasmo inédito em torno da enigmática Serra da Estrela, já percetível nos *Quatro dias na Serra da Estrella*, sobre um *passeyo* de Emídio Navarro (1884)[18]; nos *Apontamentos de uma visita à Serra da Estrella* de Fonseca e Costa (1875)[19]; e no boletim *Serra da Estrella* (*Guie do Touriste*) de Adelino de Abreu (1905)[20].

Porém, é o empreendimento da *Sociedade de Geographia de Lisboa*, a *Expedição Scientifica à Serra da Estrella*, em 1881, que melhor representa o esforço coletivo científico notável de então, e ainda hoje é uma referência.

Os seus âmbitos repartiam-se pela Meteorologia, Arqueologia, Etnografia, Medicina e Botânica. O boletim que, superiormente, nos importa foi assinado por Martins Sarmento[21] (1883), indicando sítios: no *Castro de Alfátema*, que terá sido confundido com o Castro Verde[22]; *ruínas em Folgosinho e arredores, como no Cabeço d'El-Rei*, *Castello Reigoso* e ainda *a rua em Folgosinho construída pelos Galhardos*[23].

---

[16] Esta obra, conhecida como o "Portugal Antigo e Moderno", foi publicado entre 1873, começado por Augusto Pinho Leal, concluindo-o Pedro Augusto Ferreira, o Abade de Miragaia, e 1890, quando publica o 12º volume da obra. Consultado a 29/04/2020: https://archive.org/search.php?query=Pinho%20Leal

[17] Consultado a 29/04/2020: https://archive.org/details/noticiasarcheolo00roch/page/n5/mode/2up/search/Gouveia

[18] Consultado a 29/04/2020: https://archive.org/details/expedicaoscienti16soci/page/n159/mode/2up/search/gouveia

[19] Consultado a 29/04/2020: https://archive.org/details/apontamentosdeum00fons/page/n2/mode/2up

[20] Consultado a 29-04-2020: https://archive.org/details/serradaestrellag00abre/page/n11/mode/2up

[21] *Sociedade Geográphica de Lisboa*, 1883. Consultado a 27/04/2020: https://archive.org/details/expedicaoscienti16soci/page/n29/mode/2up

[22] O Frei Agostinho de Santa Maria coloca a Capela da Sra. do Monte no Coruto de Alfátima. Ente o Coruto e a ermida, situa-se o Castro Verde, na encosta para Paços da Serra, freguesia a que o redator do relatório faz referência. Popularmente, Alfátima vai desde o alto de Mangualde da Serra até ao alto do Taloeiro, considerando-se por isso, vários sítios em Alfátima.

[23] Os galhardos na cultura folclórica portuguesa são diabretes ou monstros com galhos, no sentido de hastes.

O achado de cinco braceletes de ouro nas *Fragas do Advento, onde se encontram inscrições [sic]*[24], com paradeiro desconhecido, e outras duas braceletes (Est. XI), encontradas próximas a Folgosinho, que ficaram na posse de um dos associados[25] (Sarmento, 1883:15), são ainda de notar.

É também desta época a primeira intervenção arqueológica no concelho, executada por Maximiliano Apolinário em 1885, na Anta da Pedra da Orca, próxima à freguesia de Rio Torto e ao 104km da E.N. 17.[26]

Voltamos a ter notícias da arqueologia regional em pleno séc. XX, por iniciativa do General João de Almeida, nos *Roteiro dos monumentos de arquitectura militar do concelho da Guarda* e *Roteiro dos monumentos militares portugueses Vol. I*, publicados em 1943 e 1945, respetivamente, assinalando possíveis *castros* e outras ruínas neste território.

Nesta época, crescia o entusiasmo em torno das *antiguidades* no concelho de Gouveia, especificamente, com os trabalhos de Manuel Augusto Tavares Ferreira[27] produziram que resgatou e literalmente salvou objetos arqueológicos e patrimoniais de valor incalculável, alguns dos quais aqui retratados.

Recolheu e escreveu sobre sítios e outros achados avulsos que ia encontrando pelo concelho nas páginas do *Jornal de Gouveia*, fundado e dirigido pelo próprio. Descreveu o molde bivalve de agulhas, do Campo Redondo[28] (Est. XII); a ara votiva consagrada a *Salqiu*[29] (Curado, 1985:648) (Est. XIII); a sepultura do "*guerreiro luso-romano*" na Av. General Humberto Delgado[30] com um punhal, um machado e uma moeda

---

[24] Consultado a 29/04/2020: https://archive.org/details/expedicaoscienti16soci/page/n159/mode/2up/search/gouveia

[25] Encontram-se hoje à guarda da Casa Martins Sarmento, em Guimarães, comunicado via e-mail.

[26] Consultado em 29/04/2020: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1466. Os materiais exumados nesta intervenção encontram-se no Museu Nacional de Arqueologia.

[27] Figura local relevante em meados do séc. XX, foi editor de um periódico na década de 1950, *Jornal de Gouveia*, importante repositório de informação variada local, notabilizando-se como Presidente da Câmara Municipal de Gouveia entre 1967 e 1971.

[28] Tavares Ferreira (1952) – Velharias. Molde do Campo Redondo. Jornal de Gouveia. 11 de dezembro de 1952. N. º6. Ano I. Gouveia: p.6.

[29] Tavares Ferreira (1953) – Velharias. Frutos das escavações na Cerca da Câmara. Jornal de Gouveia. 26 de março de 1953. N. º21. Ano I. Gouveia: p.10.

[30] Tavares Ferreira (1953) – Velharias. Frutos das escavações na Cerca da Câmara. Jornal de Gouveia. 26 de março de 1953. N. º21. Ano I. Gouveia: p.10.

(Est. XIV); a *villa* romana da Separadora[31]; e o sítio da Regada[32], só para mencionar os que tocam na nossa época de estudo.

Muitas das peças recolhidas ornamentam o Pátio do Museu (Ferreira, 1950), criado em 1950 (Est. XV), que é, sobretudo, um testemunho do percurso da arqueologia no território que estudamos, e as poucas dezenas de cerâmicas dos vários sítios, que chegaram a hoje, encontram-se à guarda do Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta, em Gouveia.

Surgem ainda, em meados do século passado, sobre este crescente fervor histórico, alimentado pelo Estado Novo, as revistas regionalistas de história e património cultural publicadas com regularidade. Em particular a *Beira Alta*, em Viseu, e a *Altitude* e a *Praça Velha*, na Guarda[33].

Os estudos viários também conheceram um impulso relevante na publicação de referência d'*As grandes vias da Lusitânia* de Mário Saa (1960), mas sobretudo, para o nosso território, com a publicação do Miliário de Paços da Serra (Figueiredo, 1953:57).

Ainda em meados do séc. XX, uma pátera litúrgica em bronze (Russel Cortez, 1950: 58-66) (Est. XVI) achada em Vila Nova de Tazem, entre o Freixial e o Safaíl, no decorrer séc. XIX (Tente, 2007:56), é, só, entretanto publicada.[34]

No último quartel do séc. XX surgem importantes publicações de autor sobre História Local para Folgosinho (Abrantes, 1994; Abrantes,1999), Melo (Fraga, 1993) e Gouveia (Guerrinha, 1997 [reeditado em 2005]).

---

[31] (Ferreira, 1950:21-28). Também conhecido como Quinta do Tomé ou Quinta das Moitas. Fica na fronteira das freguesias de Nabais com S. Paio.

[32] (Ferreira, 1950:21). Sítio que também conhecido como Bacelo. Fica na freguesia de Aldeias, surgido após o desprendimento de terras na encosta a oriente da Igreja Matriz de S. Cosmado

[33] Ainda hoje, um veículo de publicação e divulgação da História e Património locais, relevantes, sublinhando-se os contributos de Abílio Mendes do Amaral, José Guerrinha, Moreira Figueiredo, Adriano Vasco Rodrigues, Manuel de Ramos de Oliveira, Dias Diogo e Fernando Curado, entre outros, transversais cronologicamente, ao longo destas décadas.

[34] Não se conhece o paradeiro do artefacto. Um relato local chegou-nos afirmando que há muito tempo foi comprada e levada para a zona do Porto. Esta peça acalenta o debate sobre a localização da Paroquia Sueva de *Suberbeno*, administrada a partir da diocese de Viseu na alta idade média (Tente *et alli*, 2018:189), como daremos conta.

O Parque Natural da Serra da Estrela assume, entretanto, um papel relevante nesta matéria (que deveria manter), demonstrado, por exemplo, no estudo do povoamento no início da Baixa Idade Média, de José Dias Lucas Batista (1988), mas acima de tudo na, fundamental, *Arqueologia da Serra da Estrela*, de Jorge de Alarcão, interessando-nos particularmente as páginas dedicadas à vertente noroeste (Alarcão, 1993: 17-28), onde se registam vinte seis sítios arqueológicos, treze para a época a que nos reportamos.

A par desta publicação, que sistematiza os conhecimentos arqueológicos à data, outros projetos de âmbito regional arrancavam em 1980 na região, *latu sensu*, como o Programa de Estudo Arqueológico da Bacia do Médio e Alto Mondego, que tem na revista anual da Associação para o Estudo Arqueológico da Bacia do Mondego[35] um importante veículo de comunicação.

Nos anos 1980, começam a surgir novas notícias de intervenções arqueológicas que, essencialmente, comprovaram a ocupação romana do sítio do Aljão (Vaz *et alli*, 1985).

Já mais próximo à viragem do milénio, publicaram-se dois importantíssimos bronzes figurativos, representando equídeos (Gomes 1997:155-161), procedentes do curso da ribeira da Bandoiva, junto ao Castro Velho, a poente do nosso território (Mapa 3a).

Ainda no final do século passado nota para o estudo do troço viário romano de Valhelhas-Mangualde (Ruivo & Carvalho, 1996), que contribuiu para a definição da rede viária regional.

Nota importante para outros documentos de Pedro C. Carvalho, um como estudante desta instituição (1988)[36] e um outro, na sequência da

[35] Consultado a 12/02/2021: https://eamnet.tripod.com/

[36] Trabalho de investigação e sistematização com inventário, fichas de sítio, Carta Arqueológica e breve interpretação diacrónica.

comunicação elaborada nas Jornadas Históricas de Gouveia (2000)[37], ambos não publicados, mas aos quais foi possível aceder.

Referência ainda para o relatório, fruto de uma intervenção há mais de uma década na Zona de Intervenção Florestal de Alfátima (Carvalho, 2008)[38] como orientador para a prática arqueológica deste género, que ganhou relevância acrescida, recentemente, através da Circular com os Termos de Referência para Procedimentos Técnicos de Salvaguarda do Património Arqueológico em Operações Florestais de 04 de fevereiro do corrente ano[39].

Os trabalhos de Catarina Tente (2007; 2010), são de elevado valor para o conhecimento, essencialmente, mas não só, da Alta Idade Média regional e aos quais recorremos frequentemente[40], estendendo-se as publicações a diversas cronologias em trabalhos conjuntos com outros autores, para várias zonas da Beira Alta.

Na última década introduziram-se os SIG a este território (Cavaco, 2013)[41] que ainda serviu a dissertação sobre o povoamento proto-histórico e romano de Gouveia e Seia (Saraiva, 2013).

---

37 Trabalho realizado em função da sua participação, em 2000, nas Jornadas Históricas de Gouveia, cujas atas nunca foram publicadas.

38 Consultado a 17/09/2020: https://w3.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=projetos&subsid=2827158

39 Consultado a 12/02/2021: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_arqueologico/sdbc_scan21020811560.pdf

40 Fundamentalmente, os trabalhos estão desenvolvidos nas dissertações de mestrado (2007) e doutoramento (2010) da investigadora. Porém são também fundamentais as publicações sobre sepulturas (2000) e lagares (2007a) rupestres do concelho de Gouveia; os resultados dos trabalhos arqueológicos no Penedo dos Mouros (Arcozelo da Serra) (1994;[..];2017); e a organização e publicação do Roteiro Arqueológico de Gouveia, cumprindo o desígnio da arqueologia de se fazer pública e fruível, que, infelizmente, mal chegou a circular. Esta publicação foi precedida da criação da Carta Arqueológica do Concelho de Gouveia (Tente & Martins, 1994), cuja reprodução cartográfica ainda se encontra num gabinete do Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta, local onde, aliás, se encontram depositados os materiais arqueológicos à guarda do Município. A sua contribuição para o conhecimento do passado regional prospera (2013; 2015; 2016; 2017; 2018).

41 No âmbito da disciplina de SIG em Arqueologia, lecionada, superiormente, por Marcos Osório, no âmbito do Mestrado que almejamos concluir, foi comum publicar on-line os trabalhos que os alunos desenvolveram durante o ano letivo. Consultado a 27/09/2020: https://www.academia.edu/3638504/Aplica%C3%A7%C3%B5es_SIG_em_Arqueologia_no_territ%C3%B3rio_nacional_Trabalhos_finais_do_Semin%C3%A1rio_SIG_em_Arqueologia_2013_

4. Abordagem teórica e metodológica

Os primeiros passos dados neste processo foram a consulta de informação bibliográfica disponível e da base de dados em linha oficial do Ministério da Cultura para o património arqueológico português, o Portal do Arqueólogo – *Endovélico*[42], que além de permitir identificar, rapidamente, os sítios arqueológicos, permite confrontar a informação recolhida em bibliografia e no terreno, rapidamente.

Não tivemos oportunidade de intervencionar[43] em escavação[44] qualquer sítio arqueológico, valendo-nos da prospeção[45] para recolher dados nas superfícies arqueológicas, complementares da informação bibliográfica recolhida, permitindo enquadrar as nossas observações a partir das abordagens que categorizam a ocupação do solo e que vêm sendo desenvolvidas desde o final dos anos 1970 (Carvalho, 2004:121-122). Estas ações práticas permitiram, ainda, conhecer as condições em que se encontram as estações arqueológicas, identificando estruturas ou fragmentos cerâmicos à superfície, que permitiram calibrar a localização de muitas destas estações arqueológicas.

O grande desafio que surgiu durante a identificação dos sítios arqueológicos foi o de minimizar as atribuições tipológicas abstratas das estações plasmadas nas plataformas de conhecimento acedidas, obrigando-nos a encontrar critérios coerentes com as realidades arqueológicas inferidas que permitissem abordar este conjunto de sítios.

Encontrámos a linha orientadora do nosso trabalho na premissa (Alarcão, 1998; Carvalho, 2004) que permite classificar áreas de dispersão de material arqueológico numa superfície, pela observação direta ou indireta, oferecendo valores médios e características

[42] Consultado a 08/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php

[43] Este facto deve-se, essencialmente, às restrições legais que impedem o arqueólogo, mesmo que seja um profissional como é o caso do signatário, mas que não possua o grau académico, de os realizar. O regulamento de trabalhos arqueológicos está consagrado no Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro.

[44] Sobre esta prática arqueológica *vide* Carvalho, 2004.

[45] Sobre esta prática arqueológica *vide* Carvalho, 2004.

particulares dos vestígios de forma a enquadrar tipologicamente essas realidades observáveis.

Essas realidades, constatáveis ou descritas, supostamente, replicam o que está soterrada, categorizando, através desses dados, os sítios arqueológicos em função da dimensão, densidade e tipologia das culturas materiais dispersas nas superfícies (Alarcão, 1998a).

A estratificação, vertical, dos sítios dá-se em função da relevância desde o ponto de vista material (Alarcão 1998:175-186), possibilitando, identificar três tipos de aglomerados urbanos, dois tipos de aglomerados populacionais e três tipologias de aglomerados rurais.

Os sítios de feição urbana são as cidades, os *vici* e os *castellum* de maiores dimensões[46]. Os aglomerados populacionais, caracterizados por conjuntos de edifícios agrupados sem organização urbana identificam-se como aldeias e *castellum* de menores dimensões[47]. Os sítios de carácter rural são as *villae*, granjas e casais[48], por sua vez, divididos em *aedificium* ou *tugurium/cappanae*[49].

---

[46] À cidade corresponderão maiores e mais diversificadas manchas de materiais e até de estruturas facilmente observáveis. Os *vici* e os *castellum* de maiores dimensões estão representados por áreas de dispersão material superiores a 30.000m2, com vestígios de *urbana ornamenta*, *tesselae*, mármores de revestimento, *terra sigillatae*, cerâmica de paredes finas, urbanismo, etc.

[47] As aldeias e pequenos *castellum*, são representados em manchas de ocupação entre os 10.000m2 e os 25.000m2, não apresentando cultura material ou características urbanas da mesma forma que os aglomerados urbanos. Para as aldeias foi definido um raio de 1,5km de exploração económica (Alarcão, 1998a:92), em torno de uma área edificada de 2,5ha, correspondente a 18 fogos (*Ibidem*:102). Área semelhante teriam os *castellum* menores (*Ibidem*:95-96), diferenciando-se uns de outros apenas pela implantação em altitude destes últimos.

[48] As *villae* à cabeça, materializadas em dispersões materiais entre os 5.000m2 e os 25.000 m2, desde que visíveis elementos de *urbana ornamenta*, *tesselae*, *terra sigillata*, cerâmica de paredes finas, ou outros elementos que tais; as granjas como propriedades agrícolas de médias dimensões, identificadas em manchas de dispersão entre os 1.000m2 e os 5.000m2 à superfície, com sinais de integração no mercado económico romano, mas ausência notada de monumentalidade arquitetónica; e, finalmente, os pequenos casais, no último escalão da hierarquia, com dispersões de materiais entre os 100m2 e 1.000 m2, correspondendo a um pequeno edificado, sede de uma propriedade de exploração na ordem dos 2/3ha até aos 10ha (*Ibidem*:94) e parcelados, espaçadamente, chegassem aos 35ha (Alarcão, 1998:177).

[49] Quanto aos casais importa compreender que, nas propriedades rurais de maiores dimensões e em torno dos aglomerados urbanos, será expectável encontrar estruturas de apoio agrícola, como lagares ou cabanas de apoio a outras atividades agro-silvo-pastoris, que se confundirão, pela dimensão e dispersão de materiais, com as sedes das propriedades do tipo casal. As estruturas de apoio são referidas como *aedificium*, *tugurium* ou *capannae* (Alarcão, 1998a:96). Este tipo de edificado poderia, ainda, ser em materiais perenes, como o colmo e as giestas, realidade que até há bem pouco tempo servia os telhados das sedes dos Casais de Folgosinho, no planalto superior do Mondego (Est. XVIII)), existindo exemplos de construções exclusivamente neste material na época medieval regional (Tente, 2011:26).

Esta categorização, permite uma visualização imediata após a identificação e integração dos sítios, como tal, numa base de dados construída a partir do “metro que interpreta” (Alarcão, 1998a:95) e que constituiu o esqueleto do povoamento romano que procuramos e que sintetizámos no Quadro I, descrevendo as nossas opções, particularmente, no capítulo *Paisagem e Povoamento*.

id	Localidade	CNS	Topónimo	Cronologia	Tipologia Portal do Arqueólogo	Tipologia Atribuída	Datação	Dispersão de Material	Bibliografia
1	Gouveia	2962	Gouveia	Romano	Achados Isolados	Achados Isolados	Moeda?		Portal do Arqueólogo
2	Cativelos	5907	Monte Aljão	Romano/Alta Idade Média	Vestígios Diversos	*Villae*	I-IV/V d.C.		Tente, 2010:80-90
3	Folgosinho	7004	Galhardos	Romano	Calçada	Calçada	I-IV d.C.		Portal do Arqueólogo
4	Arcozelo da Serra	11599	Risado	Romano	Povoado	Aldeia	II d.C.	33.000m3	Tente, 2010:133
5	Nespereira	11605	São Pelágio	Romano	Povoado	Aldeia			Portal do Arqueólogo
6	Nespereira	11606	Calçada de São Pelágio	Romano	Povoado	Rede Viária			Portal do Arqueólogo
7	Nespereira	11614	Tribunal de Nespereira	Romano	Estrutura	Santuário Rupestre	IV d.C.		Diogo, 1982:269
8	Mangualde da Serra	11991	Castro Verde / Baixo / Vedro	Proto-história/Romano/Medieval	Vestígios Diversos	*Castellum*	IV d.C.		Alarcão, 1993:19
9	V.N.Tazem	12003	Sepulturas do Safail*	Romano	Necrópole	Aldeia	II d.C.	33.000m3	Tente, 2007:56
10	Vinhó	12005	Tapada	Romano/Alta Idade Média	Casal	Casal			Tente, 2007:60
11	Cativelos	12009	Ponte do Aljão	Romano/Idade Média	Ponte	Rede Viária			Portal do Arqueólogo
12	Cativelos	12012	Ponte das Cantinas	Romano/Idade Média	Ponte	Rede Viária			Portal do Arqueólogo
13	V.N.Tazem	12035	Carvoeiro	Romano/Alta Idade Média	Vestígios Diversos	*Tugurium*		4.000m3	Tente, 2007:57
14	V.N.Tazem	12036	Sepulturas do Carvoeiro	Romano/Alta Idade Média	Necrópole	Granja			Tente, 2007:57
15	V.N.Tazem	12037	Freixial*	Romano	Vestígios Diversos	Aldeia	II d.C.	33.000m3	Tente, 2007:56
16	Aldeias	12055	Fraga	Romano	Vestígios Diversos	Granja		5.500m3 (SW maps)	Portal do Arqueólogo
17	Gouveia	12058	Cerca	Romano	Vestígios Diversos	Granja			Portal do Arqueólogo
18	Melo	12060	Pai Moço	Romano	Vestígios Diversos	Casal			Portal do Arqueólogo
19	V.N.Tazem	12075	Teixugueira-Parigueira	Romano	Calçada	Rede Viária			Portal do Arqueólogo
20	Vila Cortês da Serra	23228	Vila Cortês da Serra	Romano	Vestígios Diversos	Casal			Portal do Arqueólogo
21	Nabais	23270	Nabais	Romano	Vestígios Diversos	Indeterminado			Portal do Arqueólogo
22	Aldeias	30891	Regada/Bacelo	Romano	Vestígios Diversos	Granja		5.000m2	Portal do Arqueólogo
23	Vinhó	-	Cruzeiro das Almas	Romano		Casal			Carvalho, 1988
24	Vinhó	-	Quinta do Outeiro de São Domingo	Romano		Casal			Carvalho, 1988
25	V.N. Tazem	-	Minhoto	Romano		Casal			Carvalho, 1988
26	V.N. Tazem	-	Cabeço da Mata	Romano		Casal			Carvalho, 1988
27	Nabais	-	Alto do Passal	Romano		Casal			Carvalho, 1988
28	Gouveia	-	Bairro do Castelo	Proto-história/Romano/Medieval		*Castellum*			Alarcão, 1993:20
29	Folgosinho	-	Folgosinho	Proto-história/Romano/Medieval		*Castellum*			Alarcão, 1993:21
30	Folgosinho	-	Sra. da Assedace	Romano/Idade Media		Rede Viária			Carvalho, 1988
31	Paços da Serra	-	Saião	Romano		Rede Viária	II d.C.		Saraiva, 2013:54
32	Arcozelo da Serra	-	Mandarteiro	Romano		*Villa*	II d.C.	7.000m3 (Dispersão SW maps)	Inédito
33	S. Paio	-	Separadora / Qta. do Tomé / Moitas	Romano		*Villa*	II d.C.		Alarcão, 1993:24
34	Nespereira	-	S. Domingos	Romano		Casal			Tente,1994 (Ficha – M.M.A.M.A.M.)

Quadro 1 – Tabela referente à base de dados criada com os sítios arqueológicos de época romana.

Além dos sítios da época romana, descrevemos outros que nos pareceram relevantes para o entendimento desta paisagem, apesar das dúvidas que as cronologias dos mesmos apresentam. Descrevemo-los nos capítulos dos *Sítios Indeterminados* e dos *Santuários Rupestres* criando para o efeito uma outra base de dados onde todos os sítios estão identificados (Est. XVII). A integração deste território no pleno interior norte da *Lusitânia*, entre a Cova da Beira (Carvalho, 2006;2007), a província de Salamanca (Árbol Moro & Prats, 2005), a região de Viseu (Vaz, 1993; Alarcão, 1996), de Celorico da Beira (Carvalho, 2009a:33-49; Marques, 2011) e Bobadela (Silva, 2014), que envolvem a Serra da Estrela no contexto macrorregional, particularmente, é ainda notável pela boa quantidade e qualidade de informação que existe e permite alguns termos de comparação positiva, assim como integrar o nosso território.

A interpretação dos dados que fazemos permitiu que as representações gráficas, concretizadas manuseando ferramentas digitais disponibilizadas pelos SIG, tanto na criação de base de dados como nos resultados gráficos.

Consideramos os ambientes SIG fundamentais no nosso trabalho, pois, as possibilidades que oferecem na velocidade de enquadramento dos sítios arqueológicos, em diversos níveis da paisagem, na sua representação e interpretação gráfica, individual e coletiva, é utilíssima; ainda que conscientes de que estas ferramentas só têm utilidade quando integradas num tipo de narrativa histórica, onde as ações do arqueólogo respeitem as vicissitudes agregadas ao estudo da cultura do passado que o detém.

Os resultados obtidos a partir da introdução de dados e informação nestes sistemas informáticos têm ainda de ser observados, individual e coletivamente, sob uma estrutura de pensamento que pressupõe, a algum nível, aceitar as complexas vivências humanas passadas, interpretadas a partir de pontos de observação distintos, sejam militares, económicos, religiosos ou outros.

Aceitando que é a conciliação dessas formas de construir um processo de conhecimento em arqueologia (Alarcão, 1996) que melhor nos pode posicionar sobre os artefactos e sítios arqueológicos, para os entender como parte de vários contextos, em associações (*ibidem*:30), criados entre a comunidade a que pertenceram, o contexto do seu achamento, a escolha que feita sobre o artefacto/sítio e o que o(s) mesmo(s) nos dizem sobre a relação dos agentes produtores daquela cultura material com a paisagem envolvente.

O objeto de estudo do arqueólogo obriga-o a procurar atitudes, ideias e gestos, implicados nos planos das relações sociais; atribuindo valores, categorias, atitudes e aparelhos aos objetos (*ibidem*:56), que por sua vez, estão arraigados a ideias ou sentimentos que fazem uma comunidade.

Estamos ainda conscientes de que os processos de construção da identidade comum, neste caso a partir da relação que se estabeleceu entre indígenas e invasores, foram-no pela simbiose das relações intracomunitárias e/ou extracomunitárias de raiz económica (circulação de materiais, técnicas e tecnologia de construção), social (através de desigualdades, militares, ideológicas, etc.) e ambiental (colheitas pouco produtivas, anomalias meteorológicas, pragas biológicas), que, podemos também, inferir a partir do objeto/sítio em arqueologia (*ibidem*:65), conscientes de que as realidades que representamos através da arqueologia são sempre uma criação sob o olhar do nosso tempo (*Ibidem:6*).

As imposições sociais sobre os indígenas tiveram particularidades inerentes à sua própria sociedade que assim reagia ou respondia, desde o ponto de vista social, cultural, tecnológico, económico e material, mediante os seus próprios parâmetros pré-estabelecidos, até ao momento do contacto.

Na realidade sobre a qual nos debruçamos, estas reações podem estar dissimuladas, mas ainda assim, são sempre um produto do *modus-vivendi* romano, uma consequência do tipo de ocupação e presença imposta pelo Império, que até podemos não reconhecer noutros territórios coevos, pela diversidade de soluções que aparentemente os romanos serviram, mas que facilmente se reconhecem tanto em *tegullae* como em *terra sigilatae*, bases de coluna, etc.

Importa aqui ter em conta que as comunidades ibéricas pré-romanas eram um mosaico social que tanto tinham pontos de contacto óbvios, como apresentavam diferenças assinaláveis, não só dentro da geografia peninsular, mas também nas caracterizadas pela sua proximidade às costas atlântica e mediterrânica. A própria raiz cultural destes povos tinha origens diferentes (Olivares Pedreños, 2013), levando a que reagissem de formas distintas ao contacto com o império romano e, consequentemente, obtendo resultados diferentes em cada território,

fruto das distintas estratégias de um mesmo plano de imposição cultural, observáveis ou não, a diversas escalas.

Muitos destes povos, no final da Idade do Ferro, já haviam estabelecido contactos exteriores, a partir de interações de várias ordens (trocas comerciais, militares, religiosas, etc), quando o processo de integração no império romano se começou a efetivar. Este desenvolvimento social, que se vinha desenrolado nos milhares de anos anteriores, é subitamente alterado, esperando-se encontrar essa clivagem no registo da cultura material relacionável com a época em questão.

O desenvolvimento de qualquer sociedade que nos precedeu também atuou sob restrições ecológicas e económicas (Alarcão, 1996:64), observáveis na construção e abandono de aglomerados populacionais, em função de eventos climatéricos ou militares, por exemplo.

Também podem ser reconhecíveis na paisagem envolvente, como parte para a identificação do desenvolvimento das entidades culturais, de alguma forma expostas, mas que não representa um só momento ou não é um monumento estático, cristalizado, mas sim uma área de interação e vivência.

A paisagem é um importante componente da realidade que importa documentar, pois está constantemente sujeita à intervenção humana (Tilley, 1994:14), que nela vê vantagens e benefícios. A paisagem, de alguma forma, é pertence da comunidade desde o seu estabelecimento, acompanhando e influenciando o seu percurso comum. Através das relações com o seu meio-ambiente, estabeleceram-se, sob a perspetiva de diferentes noções, os eventos que desencadearam os sentimentos identitários e de pertença para com um lugar (Ingold, 2002:29)[50].

As mudanças ou prevalências culturais, observadas pelo arqueólogo, além de serem condicionadas pelo olhar da época em que se realizam, têm cláusulas sociais e culturais inerentes, que as abordagens

[50] "(...) the contradiction between the notions, on the one hand, that the forager's 'strategy of adjustment' is the result of a series of choices about where to go and what to procure, and on the other hand, that as an 'adaptive pattern' it is the product of an evolutionary process."

empírica e transcendental feitas sobre a criação do objeto, estrutura ou sítio, têm de levar em conta, como um dos vários fatores a considerar na melhor compreensão possível do conhecimento do passado (Alarcão, 1996:34).

Da mesma forma, importa ter em conta que existe um antes e um depois da época histórica que aqui nos traz. A pouca informação arqueológica publicada sobre a época proto-histórica, problemática que não é de agora (Fabião, 2001:112-113) contrasta com a época que se segue, melhor documentada (Tente, 2007; Tente, 2010). Propostas recentes sugerem a utilização de modelos preditivos construídos a partir dos SIG desde características particulares do estabelecimento humano num determinado espaço, nomeadamente na identificação de sítios da proto-história num território próximo ao nosso (Estanqueiro, 2016). Aceitamos a validade da deteção remota na paisagem como um importante instrumento para futuros trabalhos arqueológicos no nosso território, que possam contribuir com mais dados para esta empreitada, pois o melhor conhecimento deste período vai refletir-se no nosso entendimento.

Assim, relações e interações que se procuram entre cultura e natureza dependem de vários fatores (Soares *et alli*, 2010: 172) que procurámos representar nos ambientes digitais, explorando dados e informações alternativas, que colaborem, aproveitando a maior escala das paisagens.

O fator indispensável a este recurso é a ligação entre a geografia e arqueologia, que, conjuntamente, organizam os conteúdos da análise geográfica ou espacial, a partir das ferramentas digitais que representam dados na paisagem, como a *spatial data* (Burrough, 1986:42).

A observação do arqueólogo possuiu sempre diversas escalas, através da interpretação da ortofotografia ou de imagens aéreas, e mais recentemente de satélite, cuja validade não só se mantém atual, como se tem, gradualmente, assumido como uma disciplina com métodos próprios nas ciências de geoinformação (Câmara *et alli*, 2001).

Para melhor compreender esta interdisciplinaridade são necessárias condições para que a informação circule entre os diversos níveis de saber eficazmente, complementando a informação que uma e outra disciplina abordam, de forma a construir a representação gráfica do espaço de interação humano o mais aproximado possível à realidade que pretendemos conhecer. Sabendo, então, que essas paisagens são espaços complexos, tanto nas relações entre as comunidades que ao longo do tempo usaram um espaço de ação transversal como em contactos externos e/ou alterações internas coevas, esperando-se que esses momentos estejam representados.

O objetivo desta representação é permitir ao utilizador analisar e rastrear dinâmicas evolutivas das comunidades humanas na paisagem, interpretando-a como um objeto de interação e apropriação, com valor económico e cultural, simbólico e religioso, que mediante os condicionalismos das ideias, conceitos e ações do seu tempo, permitiu a sua exploração e apropriação.

A paisagem, enquanto espaço de interação humana, é assim dotada de apropriações, sentidos e referências culturais, com simbologia, de compreensão limitada quando nos debruçamos somente sobre o sítio arqueológico e os artefactos, *per se*, sabendo que a esses objetos/sítios estão associadas escolhas humanas imprevisíveis, adaptadas ao seu meio ambiente (Soares *et alli* 2010: 172).

Essa interação traduzida no registo arqueológico, ganha um nível de multiescala com as ferramentas digitais, maior que a tradicional sondagem, mas com igual importância para o seu estudo. Em ambos os níveis são visíveis as apropriações culturais dos espaços vivenciais, todavia, o que as distingue é a dimensão e possibilidade de outras perspetivas apoiadas nesta interdisciplinaridade.

Se nos habitats o registo arqueológico é visível em fragmentos de cerâmicas e estruturas positivas ou negativas; no espaço de apropriação e exploração económica da paisagem, os gestos que a agricultura, pastorícia, mineração, caça, exploração florestal, necessitam são

invisíveis ao olhar direto nesta distância temporal; mas estão bem representados nos artefactos arqueológicos, muitas vezes, identificados, não onde eram manuseados, mas nos espaços domésticos ou de habitat, estando intimamente ligados ao indivíduo e à comunidade.

Reconhecendo as ferramentas necessárias para essas práticas e atividades, como os arados (Head & Semenova-Head, 2013), assumimos também a existência dos territórios de exploração económica na envolvência, ou paisagem, dos habitats que vamos identificar.

As dinâmicas culturais das comunidades são, então, influenciadas pela paisagem, que impõe limitações de escala (Chouquer, 2007:203), na forma de profundos vales e altos cabeços, determinando a sua utilização e circulação. Influencia, decisivamente, a finalidade simbólica ou económica, ou outra qualquer, atribuída a determinada área, orientando a interação entre comunidade e paisagem, influenciando-se mutuamente.

Seja qual for o ponto de partida que levou ao início de determinado tipo de interação, se condicionada pela paisagem ou pela utilidade que a comunidade reconhecia na mesma, essa transformou aquele lugar através da sua presença e utilização, apropriando-se da mesma.

A relação imaterial com a paisagem no sentido religioso/simbólico nestas épocas da antiguidade, é-nos, particularmente, cara. Não só pelos santuários rupestres já identificados no nosso território (Santos, 2016:533-554) mas como por outros que damos a conhecer nesta dissertação. Estes lugares poderiam desempenhar vários papéis como de culto e congregação, até mesmo de orientação ou mobilidade, aceitando-se que integravam os habitats próximos e, consequentemente, obrigando-nos a considerá-los no modelo de povoamento, apesar de não dominarmos, de forma nenhuma, o tema, é demasiado tentador integrá-lo nesta dissertação.

Os sistemas de sociabilidade estão nos espaços doméstico, económico, militar, religioso, ambiental. Toda a paisagem, como propriedade da comunidade, tem valor não só para a sobrevivência, mas

também para, através da sua apropriação, a sua transformação e construção cultural e identitária.

Compreendemos ainda, que a distinção que fazemos entre as áreas de ação humana é, meramente, instrumental. Os territórios e comunidades que procuramos compreender são-no pela soma de todas as partes, integrando os aspetos da transformação dessas áreas a uma escala coerente sobre o que pretendemos (Prats & Àrbol Moro, 2005:224).

Ou seja, distinguir o sítio arqueológico da área de exploração, que são um espaço cénico único na paisagem de um tempo, é condicionante à realidade que procuramos. No entanto, não é um pressuposto obrigatório para o nosso entendimento, mas sim uma particularidade metodológica.

A paisagem é analisada e interpretada pelo arqueólogo através de métodos próprios, incluindo-a, assim, na narrativa histórica. A arqueologia, fruto da sua natureza material, fornece dados das vivências individuais ou coletivas dos seres humanos, que nos são impostos pelos contextos arqueológicos (Alarcão, 1996:56).

A sua possível representação, adaptada ao meio ambiente que rodeia esses contextos, ganha outra dimensão com os meios digitais, oferecendo escalas que nem no terreno, muitas vezes, temos, pelas caraterísticas geográficas e até pelas biológicas, as de *cognição espacial* (Celestino, 2017:105-109).

A paisagem entendida como um objeto uno e indivisível na soma das suas partes, delimitada por caraterísticas culturais, cronológicas e geográficas únicas, apresenta-se como a mais completa representação do desenvolvimento histórico de uma comunidade (Boado, 1999:34-35), que assim aceitamos como uma parte relevante do entendimento que aqui pretendemos construir através da informação arqueológica que inserimos num sistema que permita esta representação, de forma eficaz e esclarecida.

4.1. Contributo dos SIG em Arqueologia

As ferramentas SIG são hoje fundamentais na *praxis* da arqueologia. A facilidade na organização e acesso a imensas bases de dados, arqueológicas e geográficas, são o seu cartão de visita, caracterizando-se, ainda, pela grande velocidade de execução na realização de tarefas em arqueologia que, tradicionalmente, levariam horas ou dias a executar.

Os SIG são importantes em arqueologia pelo seu carácter de armazenamento, manipulação e representação da geoinformação cartográfica (Burrough, 1986; Burrough & McDonnell, 1998; Soares *et alli*, 2010). Facilita, também o trabalho de sistematização permitida pela criação de uma base de dados, que por sua vez é manuseada através de geoprocessamento vetorial[51], que representam os sítios, e de geoprocessamento raster[52], que representam os diversos aspetos da paisagem, obtendo-se, dessa forma, uma leitura imediata da informação, sob qualquer suporte geográfico inserido.

A geoinformação é produzida a partir da obtenção de *spatial data*, relevante conteúdo obtido a partir de trabalhos de identificação e prospeção de sítios arqueológicos (Soares *et alli* 2010: 172), mas cuja validade e representação objetiva da realidade dependem da quantidade e qualidade dos trabalhos de campo; e por isso, se não forem tratados pelo arqueólogo, estes dados não se transformam em informação, basicamente.

A *spatial data* coloca os dados de posicionamento distribuídos num espaço, e a *geoinformation* é a sua tradução em informação posicional. Isto permite a sua integração no ambiente SIG, que potencia a interpretação da *georeference data*. Esta contém os valores posicionais, como as coordenadas e estabelece os valores traduzidos na produção

[51] Vetores são elementos geométricos como pontos, linhas, polígonos. É um dado discreto, onde cada elemento pode ser isolado dos demais, em ficheiros .shp (shapefile). Têm uma tabela de atributos, para cada elemento.

[52] O Raster é representado por uma imagem ou dado contínuo, em formato .tiff. A resolução é o tamanho do pixel, com um único valor por pixel, sendo possível não ter dados.

cartográfica, que é, assim, passível de ser compreendida, analisada e discutida (Burrough, 1986:45).

As visitas aos sítios arqueológicos são, então, fundamentais para recolher os dados posicionais. Utilizam-se equipamentos tecnológicos de recolha de dados geográficos no formato de coordenadas, através de instrumentos GPS, tradicionalmente.[53] O sistema de coordenadas empregue neste trabalho foi o ETRS89/TM06 (EPSG:3763)[54].

Este contributo técnico na arqueologia atual, é ainda considerável pela relação custo/benefício, como é o caso do *software QuantumGIS 3.10 Madeira*[55] que nos auxiliou nestas tarefas, beneficiando do formato *opensource*[56] do sistema operativo.

O nível da aplicabilidade dos SIG em arqueologia é amplo, utilizando-se em investigação, estratégias de planeamento, desenvolvimento e gestão territorial (Soares *et alli* 2010: 173), na gestão local do património (Osório, 2007:9-22), na identificação de sítios (Rua, 2009) em modelos preditivos (Vilaça *et alli*, 2018:297-314), na interpretação das formas das paisagens (Chouquer, 1996) ou no estudo da planimetria viária antiga (Costa, 2010), para dar alguns exemplos.

A multidisciplinaridade e multifuncionalismo ganha ainda escala na forma descentralizada como vários investigadores podem recorrer a estes sistemas, acedendo, descarregando ou enviando informação para um

[53] Global Position System (Sistema de Posicionamento Global) – é um sistema de navegação por satélite que fornece uma posição no globo a partir de três satélites a posição num aparelho móvel. Atualmente, até com uma app (aplicação) para *smartphone*, apesar do instrumento GPS dispor de margens de erro cada vez menores e mais precisas, sendo o dispositivo mais adequado.

[54] Este é o sistema de coordenadas estabelecido na Europa e recomendado pela *European Reference Frame*, subcomissão da IAG - Associação Internacional de Geodesia, uniformizado através de campanhas internacionais que pretendiam usar este sistema global de referência na totalidade do velho continente. Consultado a 27/08/2020: https://www.dgterritorio.gov.pt/geodesia/sistemas-referencia/portugal-continental/PT-TM06-ETRS89

[55] Os softwares disponibilizados em linha, de Código Aberto, que para além de legais, não têm custo para o utilizador e são resultado de colaborações livres, como é o *QuantumGIS* (QGIS), ferramenta de trabalho central na Unidade Curricular SIG aplicada à Arqueologia. Acessível e, relativamente, rápida e intuitiva na aprendizagem dos seus conteúdos, esta é facilitada pela prática interação com o *lay-out* do programa, que se mantém, mais ou menos, inalterado desde 2002. As constantes alterações, ainda que ligeiras, revelam-se eficazes, como o display dos módulos para a produção de dados e representação cartográfica recentes, agregados numa funcionalidade disposta numa barra lateral. A versão utilizada neste trabalho foi o *QuantumGIS 3.10 Madeira*, herdeiro das atualizações para a versão estável do *QGIS* desde a versão 2.18 LAS PALMAS de 2016. Apesar de existirem versões mais recentes esta é a que temos utilizado nos últimos anos.

[56] Consultado a 17/072021: https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/open-source

sistema central disponibilizado na nuvem (Osório & Salgado, 2017:6). Permite autonomizar, uniformizar, validar informação à distância, tem um baixíssimo custo económico, facilita o acompanhamento mútuo, o cruzamento de informações rapidamente, a unicidade e coerência entre os vários tipos de informação e a interoperabilidade entre as várias disciplinas e autores (*Idem*:8).

Para todas estas ações, ainda assim, a ação do arqueólogo no terreno é fundamental para, concertadamente, a informação ser tratada/analisada a quatro níveis: 1) recolha e preparação da informação sobre a localização, caracterização, descrição, datação, etc.; 2) gestão de dados, armazenamento e manutenção/atualização, criando uma base de dados digital para o efeito; 3) interação com os dados e análise, no sentido de que à informação georreferenciada está associada uma posição no globo, a partir de um sistema de referenciação espacial em coordenadas, que permite obter dados médios sobre o terreno geográfico; e 4) apresentando dados, que através da concentração da informação, se apresentam permitindo uma leitura eficaz e quase imediata dos dados (Burrough, 1986: 41 e 42).

Assim, os SIG, têm na representação de dados e na identificação de ocorrências os primeiros conjuntos de informação recolhidos em trabalhos preparatórios, tanto de gabinete como no campo (Osório & Salgado, 2017:13-17, rapidamente inseridos em ambientes digitais que permitem contextualizar as ocorrências geográficas, de diversos parâmetros, como altimetria, perfis topográficos, declives, exposição solar, capacidades de solos e geologia (*Idem*:18-31).

A informação, depois de colocada sob estes suportes geográficos, calibrando-se, a partir de especificidades das estações arqueológicas ou decorrentes da sua implantação a relação com o meio-ambiente, permitindo uma leitura mais abrangente da relação entre sítio/paisagem (*Ibidem*:31-35).

Desta forma, é possível analisar a ocupação humana do passado a partir de exercícios de análise espacial, sejam em base vetorial[57] ou raster[58] (*Ibidem*:37-55), que permitem diferentes tipos e profundidades de análises.

Em suma, os SIG abrem incontáveis possibilidades no estudo do passado humano, permitindo, através da enormidade de dados possíveis de serem carregados para os ambientes digitais, diferentes tipos de análise e gestão de ocorrências patrimoniais de vários tipos eficazmente, mas que, naturalmente, dependem sempre do trabalho do arqueólogo que recolhe, sistematiza, introduz e analisa os dados, transformando-os em informação, permitindo a sua leitura individual e conjunta.

4.2. Base de dados: os sítios arqueológicos

Construímos a nossa base de dados no sistema, ora inserindo os dados georeferenciados do Portal do Arqueólogo, ora aqueles que nos foi possível recolher com algum critério. Entenda-se, que validamos o nosso ponto pela presença de algum material ou estrutura arqueológicos visíveis.

Se para os dados arqueológicos, o Portal do Arqueólogo – *Endovélico* foi a principal referência sobre os dados geográficos, o sítio em linha da Direção Geral do Território[59] tem vasto conjunto de informação. Para o nosso território a Divisão de Planeamento Urbanismo e Desenvolvimento do Município de Gouveia forneceu-nos outra parte.[60]

---

57 Como manchas de densidade de sítios, calculando maiores ou menores concentrações de estações arqueológicas; áreas de influência também conhecidas como *buffer's* que permitem identificar áreas de influência vária, desde determinado sítio englobando a sua envolvente; ou ainda definir polígonos territoriais, utilizando o Diagrama de Voronoi, por exemplo, para analisar as equidistâncias entre estações arqueológicas.

58 Permitem análises mais complexas, que exigem mais tempo e melhor definição de parâmetros. Possibilitam calcular bacias de visão, definindo áreas de visibilidade a partir de um determinado lugar; análise de isócronas, que permitem calcular custos de distância a partir, não só da distância de um ponto para outro, mas de todo um território envolvente; sendo ainda possível associar parâmetros de atrito ou resistência, como declives, profundidade de vales, tipo de solo, para simular a marcha humana e assim determinar o custo/distância para percorrer determinado território, chamando-se a este recurso de caminhos ótimos.

59 Consultado a 07/09/2020: www.dgterritório.pt

60 Referimo-nos às Cartas Militares de Portugal de 2000(?), folhas 190, 191, 201, 202, 212, 213 de ficheiros *raster*; e os *vetores* referente às curvas de nível de altimetria, rede hidrográfica, Carta de Ocupação de Solos (COS) de 2018, litologia, precipitação, temperaturas e índice de radiação solar médios, assim como os limites administrativos das freguesias e concelho de Gouveia. Uma palavra de agradecimento aos meus camaradas dessa

Os dados geográficos representam as elevações orográficas, os vales hidrográficos, a base geológica ou a (atual) utilização dos solos; que nos permitem situar a base de dados arqueológica, criada diretamente sobre estas fontes ou integrada no *software* a partir das coordenadas recolhidas, nas plataformas em linha, bibliografia ou no terreno.

O Portal do Arqueólogo – *Endovélico* é uma base de dados, com as características de um SIG, que funciona como motor de busca e armazenamento de informação *on-line* e importa reconhecer, pois foi a nossa principal fonte de identificação de sítios arqueológicos no concelho.

A plataforma possibilita submeter pedidos de autorização para trabalhos arqueológicos (PATA's); consultar autorizações para trabalhos arqueológicos, relatórios aprovados e a localização geográfica de vestígios arqueológicos; comunicar correções ao nível das pesquisas *on-line*, da georreferenciação e envio de sugestões e propostas; a consulta de relatórios técnico-científicos; e o preenchimento do *Curriculum vitae* dos profissionais e estudantes da arqueologia portuguesa continental.

O seu tamanho é considerável, traduzindo-se em 35.492 entradas para o território continental[61]. Cada entrada corresponde a uma ficha técnica com dados georreferenciados, bibliografia, descrição, tipologia e cronologia, organizada e pesquisada sob esses diversos parâmetros e ainda por concelho e freguesia. É, essencialmente, "*o sistema de informação e gestão de dados do património arqueológico terrestre e em meio aquático e da atividade arqueológica em Portugal Continental*"[62], e reconhecendo-lhe o carácter progressista na arqueologia nacional, sem os profissionais que possam dar-lhe uso, alimentando-a e atualizando-a, é incipiente[63].

divisão do Município de Gouveia, nomeadamente ao Eng. Florestal Hugo Teixeira e ao Urbanista Vitor Souto, por sempre terem disponibilizado toda e qualquer informação solicitada.

[61] Consultado a 12/10/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/

[62] Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos - Decreto-Lei n.º 164/2014; artigo 2ºa).

[63] A Cultura nacional teve na arqueologia o seu determinante impulsionador na génese da orgânica governativa cultural nacional (Almeida, 2008:30-331), papel conquistado pelo movimento cívico que, em última

Para o que nos importa, definimos os critérios preenchendo os campos *concelho* (Gouveia) e *período histórico* (romano), com dezanove resultados.[64]

Após consulta destas entradas, decidimos não considerar quatro. O castro da Serra de Bois, apesar de classificado para a época romana (CNS:12626)[65], pois e apesar de não terem geolocalização, sabemos corresponde-los ao sítio da Serra de Bois, no concelho da Guarda (CNS:26434); assim como ao Curral dos Martins (CNS:7623)[66] no concelho de Manteigas.

Por motivos diferentes, preterimos a inscrição da Bravoíssa (CNS:12016)[67], por convicção da sua inclusão crono-cultural no séc. X (Tente, 2001:22) e a sepultura alto-medieval (Tente, 2007:70) do Monte Aljão II (CNS:22718)[68], preservando a entrada do Monte Aljão (CNS:5907)[69], por corresponderem a um mesmo sítio das épocas Romana e Alta Idade Média, evitando a duplicação de sítios desnecessária.

Partimos, na base de dados com quinze sítios arqueológicos: os *vestígios diversos* do Monte Aljão (CNS:5907) em Cativelos; o *povoado* do Risado (CNS:11599) em Arcozelo da Serra; os *vestígios diversos* de Nabais (CNS:23270); os *vestígios diversos* do Pai Moço (CNS:12060) na união de freguesias de Melo e Nabais; os *achados isolados* de Gouveia (CNS:2962), apesar do vazio na ficha técnica; os sítios identificados como *vestígios diversos* da Regada/Bacelo (CNS:30891) e da Fraga (CNS:12055), ambos em Aldeias; os *vestígios diversos* da Tapada (CNS:12005), em Vinhó; a *estrutura* Cadeiral/*Hemyciclum* de Nespereira (CNS:11614); os *vestígios diversos* da época romana do Freixial (CNS:12037) e a *Necrópole* nas Sepulturas do Carvoeiro (CNS:12036),

---

instância, alcançou a preservação das gravuras rupestres de Foz Côa, nos anos noventa do último milénio e precisa de ser valorizada e entendida como parte integrante das estratégias de desenvolvimento social e cultural nacional.

64 Consultado a 07/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios

65 Consultado a 07/09-2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55931
Identificado como um *Povoado Fortificado* num meandro do Mondego superior, onde apareceu uma moeda do tempo de Augusto.

66 Consultado a 07/09-2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=52950

67 Consultado a 07/09-2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55311

68 Consultado a 07/09-2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=58417

69 Consultado a 07/09-2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=58417

sítios para o qual foi possível identificar referências a uma área de dispersão de materiais cerâmicos (Tente, 2007:57), ambos em Vila Nova de Tazem; as estruturas da *rede viária* (ponte) de Cantinas (CNS:12012) e (ponte) do Aljão/Celas (CNS:12009), ambas em Cativelos; e ainda (calçada) de São Pelágio (CNS:11606), em Nespereira; (calçada) da Teixugueira-Parigueira (CNS:12075), em Vila Nova de Tazem; e (calçada dos) Galhardos, erradamente geolocalizada em Vila Nova de Tazem (CNS:7004) que corrigimos para a sua real localização, em Folgosinho.

Voltamos aos campos de pesquisa, desta vez procurando por *período cronológico indeterminado*, resultando em dezasseis entradas. Cinco delas, depois de confrontadas com a bibliografia disponível, decidimos aceitar.

O *povoado* de S. Pelágio (CNS:11605)[70], em Nespereira, também conhecido como o sítio de Nespereira (Tente, 2007:60); os *vestígios diversos* do Carvoeiro (CNS:12035)[71], em Vila Nova de Tazem, muito próximo às Sepulturas do Carvoeiro (CNS:12036)[72]; os *vestígios de superfície* da Cerca (CNS:12058)[73], em Gouveia; e o Castro de Baixo/Verde/Vedro, entre Paços da Serra e Mangualde da Serra (CNS:11991)[74], sítio ao qual corresponde, também, a entrada de Pedras da Forca (CNS:11994), que, basicamente, demonstra a duplicidade desnecessária de entradas que correspondem aos mesmos sítios, aparecendo muitas vezes os mesmos com topónimos, cronologias e tipologias distintas. Aceitámos para integrar a nossa base de dados o Castro de Baixo/Verde/Vedro (CNS:11991), por ser a designação mais comum deste sítio.

Procurámos em outras plataformas digitais de carácter oficial do património cultural, como o Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA)[75], onde voltamos a identificar as pontes das

---

70 Consultado a 05/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=54752
71 Consultado a 05/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55363
72 Consultado a 05/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55364
73 Consultado a 05/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55414
74 Consultado a 05/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55218
75 Consultado a 05/09/2020: www.monumentos.gov.pt. Surgem 171 entradas no concelho de Gouveia, correspondendo a maioria a fontes, solares, capelas e igrejas medievais, modernas e contemporâneas.

Cantinas (CNS:12012) e do Aljão/Celas, em Cativelos (CNS:12009) para o período romano. Consultámos, por curiosidade, as outras entradas referentes às pontes, neste caso, do Chorido, entre Gouveia e Nespereira; em Rio Torto; em S. Paio; em Vila Cortês da Serra; e a ponte do Arco, em Ribamondego, todas atribuídas ao período medieval.

A ponte do Chorido[76] interessou-nos particularmente, pela equivalência que estabelecemos com a calçada do Chorido (CNS:11607), apesar de tanto no Portal do Arqueólogo, como aqui, integrar a idade média.

As observações feitas pouco antes da calçada e do tabuleiro da ponte serem destruídos por um tapete alcatroado, demonstram a possibilidade de integração deste troço no período romano (Alarcão, 1993:24), considerando a dúvida suficiente para integrarmos a Calçada do Chorido (CNS:11607) na nossa base de dados.

Consultámos ainda a MatrizNet,[77] um catálogo coletivo *on-line* dos museus portugueses que permite pesquisas cruzadas sobre trinta e quatro bases de dados. A identificação de uma das estatuetas de equídeo em bronze, proveniente do Castro Verde, com o período romano[78] é relevante como mais um motivo para validar a integração deste sítio no nosso estudo.

Finalmente, consultámos o portal do Património Cultural Português[79] onde estão os sítios classificados no território nacional, indicando doze monumentos no concelho, três do nosso interesse. Dois encontrámos no Portal do Arqueólogo: a calçada dos Galhardos (CNS:7004), como Imóvel de Interesse Público (IIP) e o *hemyciclum*/Tribunal de Nespereira (CNS:11614), cuja indicação *em vias de classificação* se encontra caducada, provavelmente, derivado da destruição parcial do sítio arqueológico por uma construção habitacional

[76] Consultado a 05/09/2020: http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=15897

[77] Consultado a 05/09/2020: http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/home.aspx

[78] O objeto tem o número de inventário 17922, à guarda do Museu Nacional de Arqueologia. Consultado a 22/09/2020: http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=114917

[79] Consultado a 05/09/2020: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/

totalmente despropositada, que decepou, irremediavelmente, o monumento, no final anos 1980.

O terceiro diz respeito ao sítio do Outeiro, em Folgosinho, cuja intenção seria a preservação do edificado. Foi descaracterizado ao longo das últimas décadas. Nunca se realizaram intervenções arqueológicas apesar das alterações sofridas, pelo menos, desde os 50 anos (Est. XIX).

Seja como for, confrontando estas informações com a consultada em bibliografia, só não encontrámos referências em nenhuma das plataformas, a quatro sítios referidos na *Arqueologia da Serra da Estrela* (Alarcão, 1993). Dois podermos relacionar com sítios já elencados, como o povoado proto-histórico romanizado (*Idem*:20), que pode tratar-se do Bairro do Castelo em Gouveia (Carvalho, 2000) e que não relacionamos com o sítio Gouveia (CNS:2962) por considerarmos que esse se trate da entrada referente à sepultura do guerreiro luso-romano, identificado na Av. General Humberto Delgado; e outro povoado proto-histórico romanizado em Folgosinho (Alarcão, 1993:21), que poderá corresponder ao sítio no Outeiro, que não tem correspondência no Portal do Arqueólogo, apesar da classificação da área como IIP, não sendo assim possível associar um CNS a estes sítios.

A *villa* da Separadora (na Quinta do Tomé/Moitas), entre Nabais e S. Paio (*Idem*:24) e o marco miliário de Paços da Serra (*Ibidem*:17) são outros sítios que não possuem CNS. Assim, como os não têm os sítios que iremos referir, por diferentes motivos.

Tomámos conhecimento de outros sítios arqueológicos que não estavam inscritos em qualquer uma destas plataformas de conhecimento e só nos foram possível aceder, graças à generosidade do nosso orientador.

Uma delas, realizado no território geográfico e administrativo correspondente ao nosso, no âmbito da disciplina de Trabalhos e Técnicas em Arqueologia, nesta cátedra (Carvalho, 1988), assinala trinta e oito sítios arqueológicos, dezassete destes da época romana, seis deles sem equivalência a nenhuma dos aqui até agora elencados.

Cinco classificaram-se como casais: o Cabeço da Mata e o sítio do Minhoto, em Vila Nova de Tazem, a Quinta do Outeiro de S. Domingos e o Cruzeiro das Almas, em Vinhó e o Alto do Passal, em Nabais. O sexto corresponde ao Casal do Mondego de Baixo, nos Casais de Folgosinho, próximo à ermida consagrada à Nossa Senhora da Assedace, hagiónimo pelo qual este sítio também é conhecido, integrado na rede viária local.

Referência, ainda para o facto de que todos os sítios que encontramos na *Ocupação Alto-Medieval da Encosta Noroeste da Serra da Estrela* (Tente, 2007), integram a base de dados da tutela. Detemo-nos sobre dois, que apesar de aqui e na base de dados da tutela surgirem individualizados, iremos tratá-los como um só, na representação gráfica.

São o sítio do Freixial (CNS:12037), de época romana e alto-medieval e o sítio do Safaíl, que tem uma correspondência na entrada Sepulturas do Safaíl (CNS:12003), classificadas exclusivamente para a Alta Idade Média, apesar das referências, na ficha do sítio, a material cerâmico característico da época romana[80].

Como não sabemos a que realidade correspondem, podendo até corresponder a épocas diferentes, efetivamente, integramos os dois sítios num só, no Freixial para facilitar a nossa representação gráfica. A proximidade, separados por cerca de mil metros e a referência bibliográfica indicativa de áreas de dispersão por comparação a outro sítio (Tente, 2007:56), leva-nos a considerar a existência de ambos os sítios, mas o entendimento que retiramos da informação do Portal do Arqueólogo é que se tratem de dois sítios de diferentes épocas, com o sítio em Freixial (CNS:12037) no *período histórico* romano e as Sepulturas do Safaíl (CNS:12003) na Alta Idade Média, considerando apenas o Freixial, mas como representativo de ambas as realidades. Atribuímos, assim, o topónimo Freixial/Safaíl, relacionando-o com o CNS do Freixial (CNS:12037)

[80] Consultado a 05/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55272

Concluindo a base de dados (Mapa 7) tivemos conhecimento de mais dois sítios. Um próximo à capela de S. Domingos, em Nespereira, identificado através de materiais recolhidos em trabalhos de prospeção dirigidos por Catarina Tente, em 2004[81]; e outro no Mandarteiro, em Arcozelo da Serra, que apresenta, à primeira vista, características de uma estrutura rural de médias/grandes dimensões, identificada por populares.

Foi desta forma construída a nossa base de dados (Est. XX), cuja numeração de ID foi totalmente aleatória. Descrevemos, individualmente, as nossas observações sobre os trinta e cinco (35) sítios arqueológicos no capítulo *Paisagem e Povoamento* (Mapa 21); detendo-nos ainda, brevemente, sobre outros seis sítios arqueológicos que consideramos como *Santuários Rupestres*, o que eleva a contagem para quarenta e um (41) sítios arqueológicos que aqui trazemos.

Todavia, antes de nos debruçarmos sobre a realidade arqueológica, descreveremos, o melhor possível, o quadro político, militar e administrativo da *Lusitânia* romana, através de eventos e gestos históricos, que seriam sempre condicionantes ao entendimento desta realidade.

5. A *Hispânia* ocidental

5.1. Da conquista à *Hispânia Ulterior*

A República Romana trouxe o seu estandarte pela primeira vez à *Hispânia*[82] em 218 a.C., no quadro militar da segunda Guerra Púnica (218 a.C. – 201 a.C.) que opôs Cartago a Roma e respetivos aliados (Monteiro, 2015:167-188). A Península Ibérica entra na orbita imperialista da República desde a costa algarvia, entre 202 a.C. e 139 a.C. (Est. XXI). A sul viviam os *Conii*, comunidade de origem Celta, organizados em cidades-estado (Alarcão, 1988:13-14). Desde sul o império expandiu-se,

[81] A indicação na ficha do material, que se encontram no Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta, em Gouveia, diz-nos que foram recolhidos durante trabalhos de prospeção, dirigidos por Catarina Tente, em 2004, que decorreram por vários sítios do concelho de Gouveia.

[82] Nome latino para a Península Ibérica. Os Gregos chamavam a este território de Ibéria.

gradualmente, para norte do rio Tejo, onde as realidades geográficas, culturais, etnográficas e ambientais eram diametralmente opostas.

Não nos detendo largamente sobre as comunidades estabelecidas no nosso território de estudo à chegada dos romanos, este tema foi alvo de atenção recente por parte de vários investigadores, para os quais remetemos (Fabião, 2017:155-178) (Guerra, 2017:155-176) (Alarcão, 2018:15-67), que tanto aprofundam como sistematizam o assunto.

Outros trabalhos sobre a pré-história recente e proto-história regionais são igualmente referências (Senna-Martinez, 1989) (Vilaça 1995; 2005:13-31) (Valera2007). Ainda é considerada, superiormente, a abordagem de Martín Almagro-Gorbea e Gonzalo Ruíz Zapatero (1992:469-499) para a compreensão das realidades deste passado, desde a relação entre cultura material e povos ou etnias destas geografias peninsulares.

Abreviamos, até de forma conveniente, a questão, considerando os *Lusitanos* quem os romanos aqui encontraram (Est. XXII), compreendendo que esta designação se refere a uma etnia maior, desdobrada em pequenos povos (Alarcão, 2018:23), numa série de grupos étnicos de origem pré-céltica, que os romanos designavam por *populi* (Alarcão, 1988:16). Eram um grande grupo étnico que habitava as atuais Beira Alta e Interior (Alarcão, 2001:295), entre os rios Douro e Tejo.

O debate sobre a localização geográfica de muitos destes *populi*, que territórios pertenciam a quais, e até mesmo sobre o grande grupo étnico dos *Lusitanos*, visto as evidências arqueológicas apontarem para uma realidade de “não-cultura” material (Vilaça, 2005:22) é antigo e complexo.

Ficamos cientes da necessidade de representar a diversidade existente, que acabamos por identificar no processo de organização administrativa romano e entendendo determinado *populi* e o seu *territorium* como vinculado, de alguma forma, ao grande grupo étnico

Lusitano que não era anterior, exclusivamente, à chegada dos romanos, mas teve continuidade com eles (Est. XXIII).

O conhecimento das populações indígenas chegou-nos pelos autores da literatura clássica, que deles souberam através de observação direta, indireta ou pelo contacto com locais (Alarcão, 2018:20). Porém, muitas vezes, omitiram *populi*, talvez por serem de pouca expressão territorial, realidade inferida no exemplo dos trinta povos mencionados, mas não nomeados, entre o Rio Tejo e a região da Corunha, na Galiza (Alarcão, 2018:21). Desconhecemos, ainda, se a perceção que a literatura clássica nos oferece era a mesma com que os visados se identificavam.

Seja como for, distingamos *Lusitanos* de *Lusitânia*. Se aos povos desta etnia chamamos *Lusitanos*, o termo *Lusitânia* é referido pelo estatuto político atribuído ao território do ocidente Peninsular na viragem do milénio (Est. XXIV), especialmente a partir do período imperial romano (Guerra, 2017:81-98), em expansão desde o séc. II a.C. (Alarcão, 2018:101-103), apesar das fronteiras inconstantes, fruto das dinâmicas de conquista militar do território (*Idem*:101).

Apesar da origem comum dos *Lusitanos*, estes eram um conjunto heterogéneo de povos, que os autores clássicos não diferenciaram, referindo-se-lhes, em conjunto, genericamente como *Lusitani*; tratando-se, esta designação, de uma imposição externa, aplicada pelos invasores, não correspondendo, efetivamente, a um território pré-romano ou a um único povo assim designado.

Também, no estado atual dos conhecimentos, não é adequado vincular os *Lusitanos* que combateram os romanos no séc. II a.C. a um *Mons Herminius* – suposto território natural do mítico caudilho *lusitano* Viriato – sobrepondo-o à Serra da Estrela. Esta não associação é suportada pelo facto das primeiras referências ao Monte Hermínio surgirem quando Júlio César assume as manobras militar neste território, em 61 a.C., coagindo os montanheses a abandonarem os habitats de altura em favorecimento de estabelecimentos em zonas chãs; e quando Cássio Longino acometeu a capital dos *Medubrigensis* em 48 a.C..

A tradicional correspondência que se faz entre o *Mons Herminius* e a Serra da Estrela é pouco provável, inclusivamente, desconhecendo-se a localização exata deste lugar mencionado em função destes episódios marciais do séc. I a.C.

Parece, assim, mais provável que o Monte Hermínio clássico corresponda à cordilheira central, da qual a Serra da Estrela faz parte, juntamente com a Serra do Açor e a Serra da Lousã (Alarcão, 1988:15).

Os primeiros contactos entre estas comunidades teriam sido de índole militar quando mercenários deste território integraram as hostes de Aníbal Barca, no decorrer da segunda guerra púnica (218 a.C. - 201 a.C.) e na famosa invasão da Península Itálica pelos Alpes (Monteiro, 2015:146).

Na Península Ibérica, os primeiros confrontos diretos entre as fações deram-se por volta de 194 a.C. (Alarcão, 2018:71). Porém, é a partir do avanço para norte do rio Tejo, entre os anos de 155 a.C. e 137 a.C. (Alarcão, 1988:17), no quadro das operações militares que ficaram mais tarde conhecidas como *Guerras Lusitanas* (Tristão, 2013:21-31), quando a pressão sobre as comunidades aumenta e a violência escala.

Este escalar foi particularmente notório desde o episódio da traição de Galba (Alarcão, 1988:15-18), em 150 a.C., que levou, em última instância, à unificação das tribos e povos sob o comando de Viriato a partir de 146 a.C.. A morte de Viriato à traição pelos seus pares, em 139 a.C. é o momento de inflexão da aparente superioridade dos *Lusitanos* neste teatro de operações militar.

O império manteve a pressão em direção ao noroeste da *Hispânia* e, apesar de continuas manobras de resistência dos *Lusitanos*, liderados por outros personagens, como Quinto Sertório no primeiro quartel do séc. I a.C. (Encarnação, 2009:98-105), o resultado final foi a superioridade romana. Destas incursões à região noroeste da península, nota para aquela sob comando de Décimo Júnio Bruto Galaico, governador da Hispânia Ulterior a partir de 138 a.C., que chegou à margem norte do Rio

Minho e conquistou a região da Galiza, acelerando o processo de assimilação do ocidente peninsular no Império.

A entrada para o último século antes da nossa Era demonstrou o poderio militar absoluto romano, pressionando, continuamente, os territórios e as comunidades do norte peninsular, processos que o projeto *romanarmy.eu*[83] tem aprofundado recentemente, de forma decisiva, identificando sessenta e seis novos sítios de índole militar.

Ainda assim, não foi esta última campanha que levou à imediata manutenção de tropas com o intuito de ocupar e administrar, efetivamente, estes territórios (Alarcão, 1988:26).

Isso ocorrerá com a nomeação de Júlio César como governador da Hispânia Ulterior[84], em 61 a.C. (Alarcão, 1988:25), cujo poder se intensificou após a vitória na segunda guerra civil da república romana, ocorrida entre 49 a.C. e 45 a.C., contra a fação senatorial encabeçada por Pompeu Magno (Alarcão, 1990:350).

Compreendemos, assim, que seria natural encontrar acampamentos militares próximos à nossa região, que nos demonstrasse todo este stress militar descrito para o processo de conquista.

Temos notícia de acampamentos militares romanos no sítio da Lomba do Canho (Nunes *et alli*, 1988:17), no concelho de Arganil, implantado numa curva do rio Alva; e outro, hipotético, em Gonçalo, no concelho da Guarda (Mantas, 2019:275). Na nossa região em particular, a toponímia militarizada do planalto virado a Manteigas, do Campo

[83] Consultado a 24/11/2020: http://romanarmy.eu/pt/

[84] Uma das consequências das guerras com Cartago foi a criação de novas províncias, nomeadamente a Hispânia Ulterior (Est. XXV) na faixa ocidental da Península Ibérica (Monteiro, 2015:167-188) criada em 197 a.C. e que vigora até à reforma augustana de 27 a.C. A partir de Díon Cássio, considera-se que em 27 a. C. a Hispania Ulterior é dividida em *Hispania Ulterior Baetica*, com capital em Córdoba, e em *Hispania Ulterior Lusitania*, com capital em *Emerita Augusta*, servindo o rio Guadiana de limite entre as duas províncias (Alarcão, 1988: 33).

Romão (CNS:7619)[85] e da Fraga da Batalha (CNS:26620)[86] (C.M.P. fl. 212), não viram reconhecida esta toponímica sugestiva[87].

Seja como for, o processo de conquista militar e mudanças políticas conduziram os destinos do norte da *Lusitânia*, onde os apetecíveis recursos mineralógicos interessavam e foram, particularmente, explorados nos consulados de Augusto e Trajano (Martins, 2008:127).

A integração administrativa deste território na mundividência romana, far-se-á sentir, mormente, com a fundação de Mérida em 25 a.C. (Corrales & Sánchez, 2000:92-94), sede com a qual o nosso território mantinha ligações estreitas; aprofundadas a partir do desenvolvimento da *civitas Igaeditaniensis* (Idanha-a-Velha), no início do séc. I d.C., que desempenharia papel determinante na mediação entre as pequenas *civitas* do norte da *Lusitânia* e a capital provincial (Carvalho, 2009:127).

5.2. A Província da *Lusitânia* Romana

A organização e estabilidade, da futura província romana da *Lusitânia*, estava em marcha com a governação de Júlio César, alcançando velocidade de cruzeiro com a sua efetiva criação por Octávio Augusto, primeiro *Imperator* de Roma. Integrou, pessoalmente, o teatro das operações militares na *Hispânia* em duas ocasiões entre 26 a.C. e 13 a.C., admitindo-se que estabelecera, definitivamente, a província durante a segunda estadia entre os anos 16 a.C. e 13 a.C. (Alarcão, 2018:97-98), atribuindo-a a si mesmo, assim como a *Tarraconensis*, oferecendo a *Baetica* ao Senado Romano (Alarcão, 1988:31). No último quartel do séc.

---

[85] Consultado a 07/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55488

[86] Consultado a 07/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2626097

[87] Pensamos que este local seja melhor identificado com os eventos violentos entre populares de Aldeias, no termo de Gouveia e Manteigas no final da Idade Média, em função do direito de utilização desses pastos, que se saldou na morte de um juiz-de-fora e na obrigatoriedade anual dos manteiguenses entregarem um jarro com água da fonte de S. João local recolhido já no dia 24 de julho, para o entregarem, antes do sol raiar. Se fosse a promessa quebrada os direitos de utilização retomavam aos aldeenses. *Vide* Tavares Ferreira (1954) – Velharias. Vestígios Arqueológicos à volta de Vila Cortês da Serra. Jornal de Gouveia. 8 de abril de 1954. N. º42. Ano II. Gouveia: p.6.

I a.C. a província da *Lusitânia* estava, finalmente, com as suas fronteiras delimitadas[88] (Est. XXVI).

Serão também de iniciativa de Otávio Augusto a criação dos *conventus iuridici*. Uma espécie de distrito judicial (Alarcão, 1988:58), com o nosso território integrado algures entre o *conventus scalabitanus* e o *conventus emeritensis*, sendo difícil de perceber em qual dos dois se situaria (Est. XXVI), dado o caráter de fronteira e terra de ninguém, ou *terra nullis*, atribuído à Serra da Estrela (Alarcão, 2018:102-104) e às dificuldades em integrar o nosso território na administração romana, como veremos.

Parece aceitável, ainda assim, a possibilidade deste território, juntamente com o da Bobadela e Viseu, integrar o *Conventus Emeritensis* (Fabião, 2004:389). Uma das muitas dúvidas que surgem sobre o nosso território.

Ao longo da presença romana, as reformas administrativas e políticas ou as conquistas militares, por exemplo, faziam-se acompanhar por intervenções urbanas. Sempre que os grandes aglomerados urbanos sofriam reformas, a vários níveis, estes eram acompanhadas pelas propriedades rurais de grandes dimensões, num processo iniciado ao tempo de Augusto (Alarcão, 2018:141-152). A partir de então, de acordo com alterações jurídicas-administrativas, mantiveram-se ao longo da dinastia júlio-claudiana (*Idem*:155-171), cumprindo planos de propaganda ideológica, cimentando as diversificadas paisagens do império numa matriz própria.

Ao tempo dos Flávios e do Imperador Adriano, a prosperidade económica da província permitiu o desenvolvimento arquitetónico e

[88] A província era delimitada pela costa atlântica a poente e a Sul tal como o é hoje Portugal. A norte seguia o Rio Douro, até à foz do rio Tua acompanhando pelo planalto de Carrazeda de Ansiães e de Miranda do Douro/Mogadouro, regressando ao Douro, admitindo-se, pela confluência do rio Tormes, acompanhando o curso do mesmo para sul. A fronteira seguiria até ao território de Salamanca e a sul do rio Tormes até ao Tejo admite-se que passaria a leste de Salamanca e *Metellinum* e a Oeste de *Segovia* e *Toletum*. Na zona do Rio Guadiana, a fronteira acompanharia o *ager* da capital emeritense, integrando o vale deste importante rio no seu *territorium*, delimitando a fronteira a sul do mesmo até Vila Verde de Ficalho, acompanhando, a partir dai, uma linha de água até rio Guadiana que seguia até à foz (Alarcão, 2018:101-103).

urbanístico das sedes de poder urbanos e os símbolos de estatuto social rural representados nas *villae* (*Ibidem*:195).

Dessa forma, são integrados e de forma cada vez mais profundos, os conceitos ideológicos de novas formas de poder nas comunidades residentes, contribuindo para isso a integração de colonos de plena cidadania romana, detentores de relevância na administração local e na exploração económica das regiões (*Ibidem*:171-180). Este processo de transformação é mais do que arquitetónico, é também económico, cultural e social, apesar de ter velocidades diferentes ao longo do território (Est. XXVII).

Uma alteração evidente no registo arqueológico é o abandono definitivo dos habitats proto-históricos, em benefício de novas organizações de aglomerados, que passaram a hierarquizar e organizar o território, definindo os aglomerados à época romana como *vici*, *castella* e *aldeias* (*Ibidem*:221-223), incorporando o papel de agentes da *romanização*[89] no mundo rural.

Conveio designar-se este processo de *romanização*, supondo a superioridade civilizacional imposta pelo invasor. No entanto, não será a imposição a melhor forma de descrever os processos de interação que construíram uma nova resposta social e cultural.

Vemos nos vestígios arqueológicos a sua integração na realidade económica e cultural da antiguidade, entendendo, pela quantidade, qualidade e contextos, os níveis de contacto, que serão, então, variáveis, com condicionantes sociais, culturais, económicas e geográficas, e que determinaram a identidade das comunidades, que neste momento de contacto criam uma resposta nova, adotando seletivamente ou recriando

[89] Não querendo discutir o tema, concordamos que o termo carregue uma conotação colonialista, porém, consideramos que encaixa na perfeição para abordar a complexidade deste período histórico, utilizando-o no sentido em que os processos de miscigenação e aculturação funcionaram nos dois sentidos sob diversos níveis de intrusão e apreensão, com particularidades regionais (Alarcão, 2018:241-250), que são sempre de difícil interpretação. Sobre o conceito de romanização *vide* Soria, 2013.

as novas materialidades e imaterialidades que Roma introduz nestes territórios.

Aceitamos que as tipologias empregues na nossa metodologia, implicam reconhecer a efetiva superioridade da civilização romana que, de alguma forma, se impôs verdadeiramente, tornando-se identificável.

Do outro lado, a presença romana também se adaptou às condições dos recém-conquistados povos e territórios. Faziam-se sentir em reocupações ou fundações de novos aglomerados populacionais. É possível que tenham, inclusivamente, optado por preservar as pré-existências ao nível do exercício do poder, adaptando-se as estratégias de empoderamento a cada caso.

Contudo, é o fator romano, importado, que sobressai na análise, superficial, que fazemos do nosso território. Estas comunidades apreendiam a partir dos novos elementos culturais introduzidos pelas forças invasoras, novas práticas e atitudes (Soria, 2013:713-714), inferidas pelo determinismo material da arqueologia nas várias escalas de observação, sejam elas em cerâmicas, esculturas, outros suportes artísticos, arquitetónicos ou culturais.

Até ao reinado de Antonino, no séc. III d.C., este processo de assimilação cultural conhecerá o seu pináculo, identificando-se uma aparente ausência de reformas urbanas a partir de então.

A ausência pode ser o reflexo da crise económica, causada por excessivos gastos em empreendimentos públicos anteriores, obrigando até a prática do *evergetismo*[90] canalizar-se para a manutenção dos edifícios públicos e para os gastos militares. A deslocação de figuras eminentes da sociedade para o campo, fugindo às obrigações fiscais da vida urbana (Alarcão, 2018:251-256) é outro reflexo desta realidade social em mutação e enfraquecimento da máquina burocrática do estado romano.

---

[90] Sobre o conceito de evergetismo *vide* Pintado, 1998.

Ainda no século III d.C. surgem mais sinais de instabilidade militar e social, como as querelas com tribos germânicas nas fronteiras imperiais setentrionais do império e o crescimento do culto cristão, que acentuam o declínio do estado romano (*Ibidem*:260).

Na viragem para o século IV d.C., ainda em sobressalto, deu-se uma importante reorganização administrativa concebida por Diocleciano. Esta multiplicou as províncias para seis na *Hispânia*[91], (Est. XXVIII) integrando-as numa *dioecesis*[92] *Hispaniarum*, que se estendia ao norte de África.

Estas reformas refletiam a necessidade imperial de manter sobre controlo as províncias mais distantes, respondendo a uma série de ímpetos intra e extra fronteiriço do império, assim como, regular e manter o fluxo de taxação e controlo fiscal sobre as comunidades e territórios romanos (Edmondson, 2005:179-221).

Deste período de instabilidade crescente, resultaram alterações urbanísticas relevantes nas cidades, como a construção de novos aparelhos defensivos ou alterando os espaços intramuros já existentes, como em *Conimbriga* (De Man, 2005:709), Viseu (Carvalho & Chéney, 2006: 743) e Idanha-a-Velha.[93]

A Bobadela, em Oliveira de Hospital, não surge neste lote de localidades reformadas, mais ou menos, próximas ao nosso território, nesta época, contando a última grande alteração arquitetónica, à imagem de outras *civitates* do interior norte da *Lusitânia*, no final do séc. II d.C. (Silva, 2013:112-114).

Em Viseu, o seu estatuto durante a época romana e a alta idade média registou alterações nos modelos de administração locais, com a

---

[91] Passaram a compor o quadro administrativo da Península Ibérica as províncias da *Tarraconense*, *Cartaginense*, *Bética*, *Lusitânia*, *Galécia* e *Baleares*.

[92] Nesta época a designação diocese referia-se a uma divisão político-administrativa, ganhando conotação eclesiástica na alta idade média (Alarcão, 2018:261).

[93] No séc. IV d.C. "*uma nova muralha a envolver a cidade, diminuiu consideravelmente o seu perímetro, construída apressadamente, demolindo casas para o aproveitamento dos materiais na construção*". Consultado a 25/11/2020: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=9319

substituição de formas de magistério (Alarcão, 2018:264), demonstrando a possibilidade de mobilidade de estatuto das localidades, que deveriam ser refletidas em novas construções.

Nesta época de declínio a fuga definitiva da franja elitista da população para as grandes propriedades rurais; apesar de esta prática estar melhor representada no sul do país (*Idem*:267-291); o que ajuda, também, a demonstrar as diferentes dinâmicas experimentadas pelos territórios, que também estarão refletidas na arqueologia.

Ainda assim, é no declínio das cidades, com o abandono dos grandes recintos de usufruto público, como os anfiteatros e os fóruns, como tal (*Ibidem*:291-296), que retrata melhor a instabilidade crescente no império.

O cristianismo desempenhou, também, um papel e uma herança material nos processos de transição para a tardo-antiguidade, nomeadamente, na construção de igrejas e outros lugares de culto, substituindo, gradualmente, os antigos centros de reunião (Alarcão, 2018:300-310) observável no batistério de Idanha-a-Velha do séc. IV/V d.C. (Carvalho, 2016:408), que são assim indicadores da permanência das pessoas que realizam as alterações culturais, artísticas e arquitetónicas identificadas em arqueologia.

As estruturas rurais não só acompanharam estes processos de alteração, preservando-se como eixos na organização do povoamento, observável, particularmente, ao nível da matriz arquitetónica e não tanto na dimensão da propriedade, no fim do império. Na Cova da Beira, por exemplo, as influências mediterrânicas foram mais intensas, que no cenário da tardo-antiguidade, distinguindo-se bem de outras regiões limítrofes (*Ibidem*:422). Num universo de trezentos e vinte sítios arqueológicos romanos identificados, apenas vinte e dois apresentam vestígios "*pós-romanos*", particularmente, em sepulturas e lagares rupestres (*Idem*:403), que também encontramos no nosso território, em abundância (Tente, 2000; Tente, 2007a).

Estes processos de continuidade/abandono estão sempre vinculados aos processos históricos que a desintegração das estruturas de poder imperiais e locais foram pautando e que as realidades arqueológicas, de alguma forma, representarão, particularmente. Primeiro, convém compreendermos melhor a região do Império Romano do Ocidente que aqui nos detém, nomeadamente, ao nível da realidade administrativa implantada nesta área do interior norte da *Lusitânia*, apesar de sabermos à partida tratar-se de um mundo rural.

6. O interior norte da *Lusitânia* Romana

Concluído o processo de conquista militar, a administração impôs-se, efetivamente, através da sua unidade básica administrativa, a *civitas*.[94]

Esta organização implantada por Octávio Augusto no decorrer do último quartel do século I a.C., afirmou a nova configuração política do território, que tinha no topo da organização o próprio imperador (Redentor & Carvalho, 2017:420).

A província romana da *Lusitânia* tinha como capital a, atual, cidade estremenha de Mérida, a *Emerita Augusta*. Construída como uma *coloniae*, à imagem da capital imperial, instalaram-se aqui os veteranos das guerras contra os Ástures e os Cântabros (Alarcão, 2018:112).

As *civitates* eram as administrações da rede distribuída desde Mérida, territorialmente menores, correspondendo, muitas vezes, a determinado *populi*, ainda que adaptada a uma nova arquitetura política. Esta era desenhada para implantar um sistema de tributação, caracterizado, essencialmente, pela existência de, pelo menos, um centro cívico correspondente a um território circunscrevendo uma comunidade, que formava assim o alvo tributário, detendo magistrados próprios que

[94] *"A civitas era uma divisão político-administrativa — uma circunscrição ou comarca bem definida, com um centro urbano que funcionava como capital e com um governo local próprio, escolhido pelos seus naturais e residentes."* (Alarcão 2018:105). Uma espécie dos distritos atuais.

exerciam as funções determinadas pela cadeia de poder, fosse político, religioso, civil ou económico.

Nem todas as *civitates* tinham o mesmo estatuto jurídico-administrativo, implantando-se com diferentes alcances e propósitos, organizando-se em *coloniae*, os *municipiae* e as *stipendiariae*.

Nas *coloniae* e *municipiae* viviam os cidadãos romanos (*romanorum*), enquadrados pelo direito latino pleno (*latinum*), governadas pelos *duoviri* (Alarcão, 2018:197). Estes direitos e cidadania eram inacessíveis aos cidadãos das *civitas stipendiariae*, assim como aos seus governadores, os *magistrati* (*Ibidem*), que não beneficiavam da plena cidadania após o desempenho dos cargos (*Ibidem*:105-110).

A criação das *civitates*, especialmente as *stipendiariae*, serviam, essencialmente, o propósito fiscal, funcionando como uma fonte de receita para o estado Romano (Carvalho, 2007:96).

Estes estatutos, todavia, não eram estáticos e uma *civitas*, e os seus cidadãos, dispunham de possibilidades para garantir o direito à cidadania romana. Mediante o desenvolvimento económico e arquitetónico, muitas vezes por iniciativa dos magistrados e notáveis locais, como em *Ammaia* (Carvalho, 2007:156) e *Aeminium* (Alarcão *et alli*, 2017:132); ou mesmo por decreto, atribuído diretamente pelo imperador.

É disto exemplo a atribuição do *ius latii* em 73/74 d.C., pelo imperador Vespasiano, à generalidade da *Lusitânia*, promovendo, dessa forma, as *civitas stipendiariae* a *municipium* (Alarcão, 1990: 386-387), estatuto com que surgem na inscrição da Ponte de Alcântara (CIL 720).

Os centros cívicos podiam ser fundações *ex-nihilo* ou reocupações, conhecendo-se lugares com ambas as características. Em Idanha-a-Velha foram inclusivamente detetadas raras estruturas em adobe do período tardo-republicano (Carvalho, 2009:118), considerando-se uma fundação *ex nihilo* (*Idem*:120).

Já *Conimbriga* remonta pelo menos ao século X a.C. (Correia, 1993:232), demonstrativo, ainda, da integração desta zona do baixo Mondego nos circuitos comerciais e económicos de influência orientalizante e mediterrânica antigos (*Idem*:248).

A escolha para a implantação dos centros de poder dependia de diversos fatores, como os benefícios económicos de cada paisagem, a proximidade a bons solos agrícolas e a sua integração na rede viária, ou pela sua implantação demonstrar capacidade de organização e relação visual com a envolvente, nomeadamente, em zonas montanhosas e/ou associadas à exploração mineira (Sastre & Árbol Moro, 2005:142-145).

A agricultura era fundamental na economia romana plena. Não só para alimentar os mercados de consumo, mas também para acompanhar a tendência crescente da dinâmica imperial inata, tanto como consequência do seu constante crescimento pela conquista; como de outros aspetos mais comerciais, como o vinho, que circulava grandes distâncias no império para ser devidamente apreciado em latitudes bem diversas (Pereira, 2017).

Já as explorações mineiras eram um fator crucial e subjacente ao Estado Romano, tomando para si as iniciativas de exploração. O investimento aplicado no caso de Tresminas, em Vila Pouca de Aguiar, (Batata, 2017:191-197) é demonstrativo do tipo e dimensão do investimento, exploração e aquisição destes bens mineralógicos. As evidências de exploração mais próximas ao nosso território estão no vale do rio Alva, cuja grande importância a nível peninsular em termos de mineração aurífera tem sido ultimamente sublinhada, sendo mesmo uma das áreas mineiras auríferas mais importantes da Hispânia (Sànchez-Palência & Curràs, 2017:403).

Os *territorium* tinham assim, diferentes componentes económicas que os romanos valorizavam através do estabelecimento de determinado tipo de aglomerado ou estrutura. Os estabelecimentos em altitude designam-se como c*astellum*, caracterizados, basicamente, por se

instalarem em altitudes superiores aos restantes aglomerados a jusante, como os *vici* ou *aldeias*, determinando, pela cultura material identificada e instrumentalizada, este estatuto. A estes acrescentamos as cidades, que não parecem existir na nossa área de estudo. Ainda espalhados pelos territórios do mundo rural estavam as *villae*, *granjas* e *casais*.

Os c*astellum* podiam corresponder a estabelecimentos *ex nihilo* ou reocupações (Fernandes *et alli* 2006:177), apesar de, geralmente, se tratarem de reocupações, conhecendo-se o exemplo próximo no Cabeço do Castro de S. Romão, em Seia, caso raro na região que desde há muito clama por mais trabalhos (Guerra & Fabião, 1996:142).

O termo *castella* é também ambíguo, pois, alguns de dimensões relativamente maiores, poderiam deter relevância na organização do povoamento à chegada de Roma, preservando as características na relação com os aglomerados menores, em altura ou não, considerando-se eventualmente como sede de uma *civitas* ou desempenhando a função de *vici*, associando-lhes a superlativa relevância na relação com outros aglomerados, com as mesmas características de implantação em altitude, que até podem assemelhar-se a pequenas *aldeias*, no que há dimensão diga respeito.

A diversidade de ações contribui de forma determinista para o tipo de enquadramento que pretendemos sobre os dados que registamos nos sítios arqueológicos.

Um fator relevante para definir os *territorium* administrado a partir dos centros cívicos são as fronteiras, por sua vez, também objeto de diversas situações proporcionadas, desde logo, pela paisagem envolvente, delineadas nas altas cumeadas ou profundos vales de rios.

Na ausência destes elementos naturais os *termini augustales* cumpriam a função, fixando na paisagem estes elementos. Os exemplos conhecidos no território *Igaeditanniensis* demonstram a relevância destes

artefactos para o conhecimento destas unidades administrativas e tributárias (Carvalho, 2009:127-129)[95].

Porém, o uso da geografia e a integração no campo de visão de determinados lugares, relativamente, próximos seria preferencial na definição dos *limes*, utilizando, sobretudo, cursos de água caudalosos, já de tradição indígena, conhecendo-se menos exemplos sobre o uso de cumeadas (Canto, 1989:157-158).

As cidades, exclusivamente no sentido clássico do termo, caracterizavam-se pelo urbanismo clássico ortogonal, com valências arquitetónicas reconhecíveis, como os fóruns, termas, anfiteatros ou teatros. Mas sabemos existirem centros de poder de menores dimensões. Em alguns casos, poderiam existir *vici*, umbilicalmente ligados a uma cidade como capital de *civitas*, de menor monta arquitetónica, ainda assim, tremendamente eficazes a desempenhar o papel administrativo, cuja dimensão poderá assemelhar-se a esses menores centros cívicos.

O papel de aglomerados, inferidos por sítios arqueológicos de pouca dimensão e expressão material, eram remetidos para realidades do mundo rural e agrário.

Assim, até à identificação em arqueologia desses sítios de menor expressão, mas aparentemente centrais na presença romana, a premissa estruturava, unicamente, em torno das grandes cidades, como centros urbanos, os *territoria* das *civitates*; que eram, consequentemente, projetadas nas *villae* para o conhecimento da paisagem rural romana.

Por exemplo, via-se na ausência de *villae*, a persistência do modelo de povoamento indígena que, de alguma forma, coexistia com o "modelo" romano, numa relação não esclarecida. De forma a entender-se a integração plena destas comunidades a partir da relação entre

[95] Idanha-a-Velha, nos primeiros anos do séc. I d.C., sofre intervenções de monumentalização, como a construção do fórum, correspondendo a esta época a instalação dos *termini augustales*, dos quais se conhecem os de Peroviseu e de Salvador datados entre os anos 4 e 6 d.C. para o norte do território (Carvalho, 2005:320).

conquistados e conquistadores, construíram-se novos modelos de interpretação.

Assim, ganhamos consciência que a paisagem rural era intermitente, instrumentalizando-a, para nosso proveito, colocando-a sob duas perspetivas, uma de tradição indígena, geralmente em zonas periféricas do império, instalados em solos de pouca capacidade agrícola; e outra organizada por uma rede de *villae*, implantadas em áreas de superior aptidão agrícola (Árbol Moro, 2005:216-217). Dependendo das perspetivas económicas o interesse do invasor assim ditaria o seu investimento, refletindo-se, portanto, também no mundo rural, a perspetiva de que nem sempre existem sítios arqueológicos tipicamente romanos, para enquadrar os outros que lhe estão eminentes.

Seria, ainda assim, o uso da terra como fator condicionante à relação entre romanos e indígenas. Os territórios agrícolas, passariam para a exploração da elite indígena, preservando os recursos e agrícolas e os minerais eram explorados pelo estado ou pelos seus cidadãos. Ambos eram essenciais na aplicação da economia romana, utilizando-se, muito provavelmente, mão-de-obra local, até mesmo escravizada de outras paragens. Estas particularidades não seriam o cenário completo, ainda assim, porém, são estes fragmentos da vivência as partes do todo da mundividência romana (*Idem*:218)

A própria perceção contemporânea sobre a época romana foi-se afinando, eventualmente, dando a conhecer novas perspetivas sobre a organização da paisagem romana. Um fator relevante é a ideia de que, ainda independentemente do sistema governativo local, talvez até preservado nas mãos indígenas, um par de edifícios públicos materializava o exercício governativo aplicado pelos magistrados, sobre um *populus* que habitava um *territorium* delimitado que compunha o raio da ação dos centros cívicos (Carvalho, 2005:156-157), também no mundo rural romano.

Manuel Sabino Perestrelo (2003) e Pedro C. Carvalho (2005; 2007) advogaram que a maioria dos centros cívicos integrados numa paisagem

rural, não obedeceria a estratégias construtivas de grande envergadura arquitetónica e por isso procurava-se o inexistente.

As propostas que identificaram as *civitas* dos *meidubrigenses* a Freixo de Numão ou Numão, em Vila Nova de Foz Côa (Carvalho, 2005:160), a c*ivitas Cobelcorum*, a Torre de Almofala, em Figueira de Castelo Rodrigo (Lobão *et allli*, 2005:171-188) ou a sede de *civitas* dos *Lanciensis Ocelenses* na zona de Orjais, em Covilhã (Carvalho *et alli*, 2013:86), corporizam estas diferentes, e próximas geograficamente, perspetivas sobre o mundo rural romano. Sugere-se, ainda, uma extensão menor destes *territoria* (Perestrelo, 2003:136) em comparação àquelas correspondentes às capitais, *de facto*, como cidades.

O Império Romano não era um conjunto homogéneo de cidades e *villae* intervalados por territórios marginais onde se conservava a organização indígena. Foi uma realidade construída na heterogeneidade, inerente a outras tantas latitudes geográficas e culturais. Diversas formas de ação, reação e comportamentos promoveram a pluralidade de paisagens imperiais.

A sua territorialização era, assim, determinada por dois fatores fulcrais, a exploração dos recursos económicos e a imposição de tributos sobre a terra. O recurso fundamental era a exploração mineira, pois era uma responsabilidade estatal, que ao mesmo tempo assumia a (re)distribuição das terras como um instrumento coercivo ou recompensatório em função do comportamento das comunidades conquistadas (Árbol Moro, 2005:218-219).

Conscientes desta multitude de possibilidades, compreendemos, igualmente, que o modelo das *civitas* foi implantado no nosso território de estudo, levando-nos à necessidade de conhecer a administração regional.

6.1. A administração de um território periférico

Os *Igaeditani*, *Lanciensis Oppidani*, *Tapori*, *Interannienses*, *Coilarni*, *Lanciensis Transcudani*, *Aravi*, *Medubrigensis*, *Arabrigenses*,

Baniensis e *Paesuri* são os *populi* assinalados na inscrição da Ponte de Alcântara (CIL II 760) (Alarcão, 2005:120). Os seus centros cívicos, ou *oppida*, foram fundados ou reocupados como *civitates stipendiariae* (Alarcão, 2018:128), constituindo parte da realidade administrativa na envolvente da Serra da Estrela no processo de integração deste território no Império (Est. XXIX).

Todavia, aquando da construção da ponte, no séc. II d.C., as *civitates stipendiariae* transformaram-se em *municipae*, como consequência da atribuição do *ius latii* (Alarcão, 1990: 386-387) que foi além da simples designação ou construção de novos edifícios, moldando a sociedade, nomeadamente, inscrevendo cidadãos numa tribo eletiva, passando a identificarem-se pelo *tria nomina*[96] (Alarcão, 1988:36-37).

Seriam estes *municipae*, como entidades político-sociais, os contribuintes para a construção da ponte, geralmente relacionando-se, dessa forma, ao motivo pelo facto de serem estes os representados na inscrição (Alarcão, 2005:120). Desta forma, associavam os seus nomes à enorme estrutura que valorizava o grande eixo viário entre Mérida e Braga e que servia cada um destes povos ou *populi* (Mantas, 2019:267).

A ordenação será geográfica, desde a capital provincial a sul (Alarcão, 2005:119-120), divididos em dois campos epigráficos.

A sul da Serra da Estrela estavam os *Igeaditanienses*, fronteiros no Tejo com o *territorium emeritiensis*, sediados na atual aldeia de Idanha-a-Velha (Redentor & Carvalho, 2017:429). Seguem-se os *Lanciensis Oppidani*, com centro cívico algures entre as localidades espanholas de Valdelospozos (Villamiel) e Salvaleon (Valverde del Fresno), a nordeste da Serra de Penha Garcia e dos *Igaeditani*, envolvendo o alto rio Erges (Alarcão, 2005:121).

Surgem, terceiramente, os *Tapori*, mais polémicos. A freguesia de Bobadela, em Oliveira do Hospital, a *splendidissima civitates* (Alarcão,

96 Sobre este assunto, *vide* Leão & Brandão, 2015: 46-47. Uma esclarecedora e útil síntese sobre o assunto está também disponível em: http://www.momentosdehistoria.com/MH_03_05_01_interest.htm Consultado a 01/12/2020.

2005:122 & Redentor; Carvalho, 2017:419), é referida como uma, efetiva, sede de *civitas*, associada a esta sede de *territorium* (Carvalho, 2005:160). Outras propostas localizam-na como o *oppida* dos *Elbocori* ou dos *Velladis* (Alarcão, 2005:122), teónimos que, ainda assim, não surgem na inscrição. Outra possibilidade localiza-os na área de Nª. Sr.ª de Mércoles, em Castelo Branco (Carvalho, 2005:160), a sudoeste dos *Igaeditani*. Também já foram considerados nas freguesias de Torre dos Namorados e Castelo Novo, ambas no Fundão (Alarcão, 2005:121).

A próxima indicação é aos *Interannienses*, que por sua vez, também já foram localizados entre os rios Alva e Mondego, sediados em Bobadela (Mantas, 2019:278). Outra hipótese associa-os à região de Viseu (Alarcão, 1988:101-102), correspondendo essa cidade (Redentor & Carvalho, 2017:419) ao seu centro cívico (Alarcão, 2005:125). No início do novo milénio, uma ara votiva apareceu no decorrer de trabalhos arqueológicos no centro histórico, identificando a *Vissaium* romana (Fernandes, *et alli*, 2008:185-189).

A não correspondência evidente da cidade, com qualquer um destes dois territórios é de notar, porém, não surpreenderá que coexistam essas circunstâncias, apesar da existência de etnónimos ser aparentemente recorrente, como para a *civitas aravorum* corresponder ao território sediado em *Aravi* (Alarcão, 2018:105).

A listagem prossegue com os menos polémicos *Coilarni*, localizados na zona da atual Lamego (Alarcão, 2005:125), constituindo o último nome do primeiro campo epigráfico da inscrição.

Aceitamos a sugestão de que o segundo campo epigráfico represente o retorno à Beira Interior, representada na referência aos *Lanciensis Transcudani*, por sua vez colocados no planalto Sabugal/Guarda (Redentor & Carvalho, 2017:419), com centro cívico na Póvoa de Mileu, Guarda (Carvalho, 2005:160).

Esta bifurcação estaria fisicamente implantada na zona de Belmonte (Alarcão, 2005:125). Desde este local, outros trajetos, seriam possíveis.

Um para vencer a Serra da Estrela diretamente (Ruivo & Carvalho, 1996), outro que contornava a leste a montanha, como um troço utilizado para o longo curso entre as capitais provinciais (Mantas, 2019:277), ou até considerando um outro que levasse o sentido dos *Lanciensis Oppidani*.

De qualquer forma, após os *Lanciesis Transcudani*, surgem os *Aravi* (Alarcão, 2005:128), sediados sob a aldeia da Devesa (Redentor & Carvalho, 2017:419), no sopé da Aldeia Histórica de Marialva, em Mêda. Seguem-se os *Meidubrigenses*, colocados na área de Numão /Freixo de Numão, concelho de Vila Nova de Foz Côa (Carvalho, 2005:160).

Seguem-se os *Arabrigenses*, que no marco de Goujoim, em Armamar, encontram uma referência territorial relevante, colocando-os a nascente dos *Coilarni*. O seu centro cívico estará algures entre Moimenta da Beira, Sernancelhe (Alarcão, 2005:128) e Paredes da Beira (Alarcão *et alli*, 2013:104).

De seguida, os *Baniensis*, sediados no sítio de Chão de Capela, identificados por uma ara consagrada a Júpiter pela *civitas Baniensium*, aparecida em Adeganha, concelho de Torre de Moncorvo. Esta proposta permite, também, colocar a fronteira norte da *Lusitânia*, além do Douro.

Finalmente, os *Paesuri*, a ocidente dos *Coilarni*, delimitados pelo Douro a norte e os *Turduli Veteres* a poente (Alarcão, 2005:129).

Chamam-nos à atenção, naturalmente, os *territorium* definidos a partir de Viseu, Bobadela e Póvoa de Mileu, como os possíveis centros cívicos ao qual o nosso território de estudo estava afeto.

Se a localização dos *Lanciensis Transcudani* na zona da Guarda é uma forte possibilidade, as considerações sobre os *Tapori* e *Interaniennsis*, relacionando-os com os territórios da *splendidissima civitates* e *Vissaium*, respetivamente, são aceitáveis, reconhecendo, porém, a diversidade de opiniões.

A plena Serra da Estrela, a sul, completa o envolvimento da nossa área de estudo. Uma corrente de pensamento colocava esta região como

terra nullis ou de ninguém (Alarcão, 1990:37), porém, esta perceção tem sido discutida no sentido oposto, integrando este território na administração romana das *civitas* sediadas na Bobadela e na Póvoa do Mileu, estabelecendo-se a fronteira entre os territórios sobreposta à atual divisão entre os concelhos de Gouveia e de Seia, integrando assim a Serra da Estrela na administração destas *civitates*, pelo menos no que ao quadrante noroeste diz respeito (Carvalho, 2021, no prelo).

Outras *civitates*, além das enumeradas na inscrição da Ponte de Alcântara, foram identificadas há não muito tempo, no interior norte da *Lusitânia*, como os *Lanciensis Ocelenses* (Orjais, Covilhã) ou a *civitas cobelcorum* (Torre de Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo), que nos relembra a possibilidade de existirem outros distritos administrativos e tributários menores nesta região (Est. XXXI), apesar de não parecer ser esse o caso do nosso território.

De forma a compreendermos plenamente o nosso território, considerámos útil realizar um exercício, simples, que medisse as distâncias até às principais capitais de *civitates* da região, a reboque das XXI milhas[97] gravadas no miliário de Paços da Serra (Saraiva, 2013:54) (Est. XXXII), apesar de esta distancia estar, mais ou menos, estabelecida para a Bodadela (Mantas, 2019:279), separadas por 7 horas de caminhada.

Utilizámos as ferramentas do *Google Earth*, para medir as distâncias em linha reta; e do *Google Maps* para indicar um trajeto a pé, que a ferramenta propõe segundo a rede viária atual, que não correspondendo à realidade da antiguidade clássica, estamos em crer da sua utilidade; indicando o potencial para chegar às ruínas da Póvoa do Mileu em menos de 10 horas e um pouco menos à Sé de Viseu[98].

---

[97] Correspondem a 29,778km.

[98] Verificámos que, a poente, a atual aldeia de Bobadela, a *splendidissimae civitates* (Carvalho *et alli*, 2018), dista 23km em linha reta feitos em 25,5km pelo trajeto a pé proposto (Est. XXXIII). A norte, Viseu está a 30km em linha reta, feitos em 40,9km pelo percurso proposto (Est. XXXIV). A nascente, os Castelos Velhos, na Guarda (Carvalho, 2005:160), está a 35 km em linha reta, para um percurso de 50,2km (Est. XXXV). Abusámos da ferramenta, realizando, ainda, o exercício para a *civitas Aravorum*, a nordeste a 61,3 km em linha reta, com um trajeto a pé em 71,4km (Est. XXXVI). O centro cívico mais próximo a sul, para lá da Serra da Estrela, não administrada por qualquer *civitas* (Alarcão, 1990: 37), estariam os *Ocelenses Lanciensis*, na zona de Orjais, em

Dado a nossa posição periférica em relação a estas capitais, aparentemente mais próximas, procurámos, ainda, conhecer melhor os limites de cada distrito.

O *limes* oriental da *civitas* de Bobadela foi proposto para a zona de Seia (Alarcão, 2005:122), definido pela via inscrita no foral de Seia de 1136, identificada como *via veteres* (Carvalho, 2000:2), próxima ao local de achamento do miliário de Paços da Serra, colocando, assim, o nosso território a oriente desse limite administrativo, correspondendo, então, ao limite oeste da *civitas* dos *Lanciensis Transcudani*.

Sugeriu-se, igualmente, a integração do nosso território nessa na *civitas* estabelecida entre os altos Alva, Mondego e o Zêzere (Mantas, 2019:278), sediada na Bobadela.

Outras perspetivas são possíveis, nomeadamente, levantadas na definição do *limes* sul do *territorium* sediado em *Vissaium*, colocado ora na encosta noroeste da Serra da Estrela (Alarcão, 1996:16), integrando o nosso território; ora no vale médio do Mondego, o limite norte do nosso território (Vaz, 2009:320), excluindo-o.

Olhando a nascente, a bacia do Mondego, no território de Celorico da Beira, foi integrada na *civitas Lanciensis Transcudani* (Marques, 2013:22).

No decorrer das 1as Jornadas Históricas do Concelho de Gouveia, a possibilidade de as atuais áreas de Celorico da Beira e de Gouveia, corresponderem a uma *civitas* desconhecida foi avançada, colocando-a a sudoeste dos *Aravi* (Marialva), a sul dos *Interannienses* (Viseu), a leste dos *Tapori* (Bobadela), a oeste dos *Lanciensis Transcudani* (Póvoa do Mileu), ocupando a vertente norte da Serra da Estrela.

Porém, é forte a possibilidade dos territórios de Celorico da Beira e Gouveia integrarem o dos *Lanciensis Transcudani*. A relação geográfica e visual entre o nosso território e a zona da Guarda é melhor entendido

---

Covilhã (Redentor & Carvalho, 2017:419), que dista 25,5 km em linha reta, e o percurso pedonal, até à capela de Nossa Senhora das Cabeças, é feito em 53,6km pela maior montanha nacional (Est. XXXVII).

pela perspetiva do vale superior do Mondego e da nossa cumeada, o que implicaria estudar a montanha como um todo.

A ligação natural que desde o sopé da *serra* de S. Tiago, especialmente, se estabelece, permite dois tipos de entendimento. Por um lado, as evidências toponímicas (Portela de Folgosinho) e arqueológicos (Calçada dos Galhardos) no sopé dessa serra remetem-nos para estruturas de apoio à circulação orientadas à ligação da vertente noroeste ao seio da Montanha e até ao seu cruzamento direto. Na plena montanha, entre cumeadas e vales profundos, destaca-se o vale do Mondego Superior, correndo para sudeste em direção à Guarda, e não só, sinalizando as particularidades geográficas desta área que exige um estudo abrangente.

Por outro lado, vislumbra-se uma área vasta do norte continental nacional e da vertente poente do país vizinho, que só é perturbada a sul pelo planalto da Torre, e a poente, por outras faldas e cumeadas[99], conferindo-lhe um papel singular no domínio visual da envolvente serrana. Seja como for, é clara a posição periférica do nosso território em relação aos centros de poder desta época, conhecidos, facto que não será alheio à nossa interpretação do povoamento romano da região.

6.2. A paisagem de um território periférico

Partimos para o melhor entendimento possível da nossa paisagem à época romana. A proposta (Carvalho, 2005:161) que sugere a gestão das *civitates* repartida por mais do que um aglomerado, de menor escala, que corresponda a uma entidade política com alguma liberdade, mas com faculdades e extensões menores que as de uma *civitas*, do ponto de vista clássico, assenta-nos; opondo-nos, assim, ao reconhecimento de uma centralização dessas responsabilidades num só espaço cénico.

[99] A relação visual com a Guarda e ainda com o Cabeço das Fráguas desde a Serra (alto) de São Tiago é mais evidente no terreno (Est. XXXVIII). Encontra-se em linha de fácil acesso, uma ferramenta interessante para a leitura das paisagens, alojado valentim.org. A mesma, utiliza o formato dos SIG para indicar a visibilidade possível a partir de determinados cumes, como é o caso do alto de São Tiago e outros cabeços próximos (Est. XXXIX). Clicando em *ver um panorama no peakfinder.org* (Est. XL) somos remetidos para a página que apresenta o panorama geral observado desde este alto em particular (Est. XLI).

Porém, esta realidade só será possível através do reconhecimento de *vici* ou *castella*, que possamos associar a uma *civitas* próxima e permita esta leitura do nosso território. Será que encontramos algum sítio com estas características?

Interessa, antes disso, reconhecer que estes estabelecimentos cumpririam o desígnio administrativo e tributário romano em zonas remotas, mais periféricas de uma *civitas*, onde a exibição de poder seria, então, repartido entre *vici/castellum* e *civitas*, sem que de nenhuma, em particular, emanassem ou centrassem, necessariamente, os atos oficiais representativos da governação imperial (*Idem:Ibidem*).

Os aglomerados de segunda categoria expressavam o papel de unidade tributária e elemento de propaganda, desenhada pela nova arquitetura política, determinada na existência de algum tipo de urbanismo ou arquitetura (Alarcão, 1988:77), expressando, dessa forma a ligação à sede de *civitas*, transformando-se numa extensão da demonstração do domínio territorial e social em aglomerados urbanos menores em paisagens isoladas e, assim, causando evidências, à partida, relacionadas com pequenos sítios rurais.

Os *castella*[100] eram materialidades de tradições indígenas que os romanos adaptaram mediante as suas necessidades (Fernandes *et alli* 2006:165-198). A alguns pode, inclusivamente, atribuir-se o papel de *vici*, ou mesmo de sede de território de *civitas*, quando o enquadramento ambiental o sugere (Prats & Àrbol Moro, 2005:145).

Consideram-se *castellum*, todos os aglomerados, de maiores ou menores dimensões, em altitude e reocupados, onde os sinais de desenvolvimento urbano à romana e a existência de pano de muralha não são fundamentais à sua existência, ao contrário dos *vici* que apesar de não necessitarem de muralha, teriam indícios arquitetónicos e artísticos evidentes (Fernandes *et alli* 2006:177).

---

[100] Muitos destes locais são caracterizados, na materialidade arqueológica, por condições económicas precárias, consequência da existência de poucos motivos para integrar o mercado económico romano (Alarcão, 1998:177).

Num *castella*, ocupado por uma comunidade ancestralmente, a atribuição do papel de *vici*, constituiria, também, uma forma de preservar heranças ancestrais do exercício de poder, negociado com as elites locais, permitindo ao Império manter o seu domínio, mesmo que indireto, em territórios potencialmente hostis, preservando as cadeias, lugares e exercício de poder.

Um *vicus* é entendido como um aglomerado urbanizado, e apesar de separados geograficamente, vinculados às capitais de *civitas*, incorporando no espaço rural as serventias atribuídas aos centros cívicos e administrativos, estando-lhes adstritas outras funções, nomeadamente, religiosas (Fernandes *et alli*, 2006:176). A prosperidade romana dependeria da capacidade agrícola, preferindo a instalação de um *vici* em zonas baixas. Estes lugares, capazes de mimetizar, até determinado grau, as características dos centros de poder administrativos (Moreno Martín, 1997:303-305), partilhando as responsabilidades e estando diretamente ligadas desde a sua a uma sede de *civitas*, agia como agente da *romanização* numa extensão menor (Marques, 2013:24).

Os *castella*, mediante as circunstâncias regionais, podiam corresponder a aglomerados populacionais que desempenhassem esta função. Os maiores e mais desenvolvidos podiam ser estruturas do tipo *vici*; outros, com menor sinal de intrusão cultural e dimensão, pouco representados na cultura material (Fernandes, *et alli* 2006:177), afirmam, ainda mais, que a característica definidora de um estabelecimento do tipo *castella* será exclusivamente a sua altitude.

É, também, interessante a epigrafia sobre os *castellum*. Maioritariamente de carácter fúnebre, referindo-se à *origo* do defunto que faleceu longe da sua terra. Contêm pouca informação sobre a localização ou aglomerado em questão (Fernandes *et alli* 2006:165-198), constituindo um importante repositório sobre a sociedade romana do ocidente peninsular.

Apesar de reconhecermos a preferência romana em instalar as comunidades em zonas melhor preparadas para o rigor romano, sugerido

ainda no relato em que Júlio César pede às populações para descerem dos montes para as planícies (Alarcão, 1988:25-26), sabemos que essa não foi uma realidade homogeneizada do império romano.

À imagem dos *vici*, as *aldeias* são tradicionalmente de fundação romana, implantados em planícies ou vales férteis agrícolas, à imagem do retratado na área de Chaves (Alarcão, 1998a:99), que continuam realidades mal conhecidas, por desinteresse ou destruição (Alarcão, 1998:178).

O mundo rural do interior norte da Lusitânia caracteriza-se, ainda, pelos aglomerados rurais dispersos, com as *villae* como estruturas mais relevantes do ponto de vista material, encabeçando a organização das *granjas* e *casais*, que apresentam níveis de integração cultural romana pouco evidentes.

As áreas de instalação dos *vici* ou *castella*, articulavam-se em função das estruturas agrárias de maiores dimensões, podendo representar o *vici/castella* o cenário montado para a exibição pública de um poder ritualizada, executado ou exercido por membros notáveis da sociedade, que faziam das *villa* próxima um estatuto do seu poder, estabelecendo uma relação plena entre a sociedade, a economia e a paisagem romana.

A estas observações sobre o mundo rural romano, ressalvamos o papel de abandono da Serra da Estrela. Entendida como área periférica no conhecimento diacrónico do ser humano, é uma área tão significante e diversificada em termos geográficos, paisagísticos e culturais que foi votada à marginalização[101], e não nos parece, de todo, assunto encerrado.

[101] Era importante, já que existem tantas instituições a trabalhar sobre a Serra da Estrela, como a CIM-BSE, o PNSE, o Geopark Estrela, uma maior articulação para abrir a possibilidade de desenvolver trabalhos de campo sobre as realidades arqueológicas nas várias vertentes da montanha, que permitisse algum tipo de entendimento conjunto, e ai sim, almejarmos algum tipo de valorização contínuo deste território a partir do Património Cultural.

7. Da plataforma do Mondego à encosta noroeste da Serra da Estrela

7.1. Paisagem e povoamento

A abordagem metodológica que aceitamos, permite-nos, instrumentalmente, identificar os sítios com uma determinada tipologia inerente às características arqueológicas e geográficas para desenhar o esboço da nossa proposta. Apesar disso, como veremos, a nossa abordagem não está munida de dados, efetivamente, objetivos, coerentes e característicos da plenitude que pretendíamos para classificar cada sítio, em função dos poucos trabalhos arqueológicos realizados até ao momento e de se limitar a uma observação dos vestígios de superfície.

Mas isso não nos demoveu da tarefa a que nos propomos. Observando o povoamento atual, há duas conclusões possíveis quando confrontamos os atuais aglomerados urbanos com a Carta de Ocupação dos Solos de 2018 (Mapa 20) (Mapa 22). É notório que os matos proliferam onde não há aglomerados populacionais e o território em torno das localidades é mais heterogéneo, definindo duas áreas, uma próxima à Plataforma do Mondego e ou partir da meia-encosta até à plenitude da montanha. Assim, as localidades instalaram-se aproveitando as diferentes condições ou foi o estabelecimento das comunidades que condicionou o uso atual da terra.

Sabemos também que em regiões como a nossa, montanhosas, era provável a pouca densidade populacional, maioritariamente composta por população indígena, aglomerados nos *castella* (Alarcão, 1998:91). Este princípio é determinante para enquadrarmos o, relativo, reduzido número de sítios arqueológicos que encontramos.

Poderíamos, então, enquadrar na caracterização dos sítios arqueológicos a sua integração num destes dois ecosssitemas que partilham este território. Na Plataforma do Mondego estão as *aldeias*, em altitudes inferiores aos 600m, provavelmente de fundação romana, que garantia o acesso a melhores solos agrícolas, talvez até por atribuição do

estado, aos seus cidadãos, que ainda estariam distribuídos pelas propriedades rurais; e os *castella* na encosta, provavelmente economicamente mais dependentes dos planaltos serranos e do gado, preservando, assim, a posição de interação visual com os estabelecimentos a jusante, ao mesmo tempo que se mantêm próximos aos pastos e matos da plenitude da montanha e correspondentes acessos de tradição indígena, apesar de novas estratégias de exploração, como as calçadas.

A exploração económica estaria, assim, intimamente ligada às vertentes agro-silvo-pastoris, num território com características geográficas, ambientais e, logo, económicas, com desafios distintos daquelas instaladas no sul da província, por exemplo.

Existe uma espécie de melhor adaptação à paisagem que enquadra a instalação das estruturas do mundo rural agrário. Estas preenchem um meio ambiente com condições para a implantação do modelo cadastral clássico, onde o território era organizado a partir das cidades, estendido desde o cruzamento do *Cardo* e *Decumanus maximus*. Ao longo dos eixos que partiam do centro das cidades, instalavam-se estrategicamente, as suas extensões, os *vici*, no eixo e cruzamento das principais vias, e nas zonas mais periféricas das *civitates*, que aqui poderiam atingir dimensões maiores que algumas sedes de *civitas* do norte da província (Alarcão, 1998:78).

As *villae* cumpriam o seu papel agrário ao longo destas paisagens, preenchendo a organização cadastral, muitas vezes em grandes áreas que poderiam chegar aos 600ha. Já as pequenas *granjas* atingiriam 50ha e os *casais* com propriedades na ordem dos 25 hectares (Alarcão, 1998a:92-94),

A norte do Tejo as diferenças sentir-se-iam a vários níveis. Desde logo nas *villae*, tanto nas dimensões da *pars urbana*, da *pars rustica*, do *ager* ou na tradição indígena das estruturas rurais (Prats & Àrbol Moro, 2005:216).

Aceitamos que as áreas dos *fundi* das grandes propriedades agrícolas da nossa região, se situassem entre os 75/100ha, possivelmente, chegando aos 200ha (Alarcão, 1998a:92-94). As estruturas de menores dimensões poderiam atingir os 25/50ha e os 10ha. Consideramos estes dados na representação gráfica, de forma instrumental, pois, temos em conta a possibilidade destas propriedades menores poderem ter parcelas de terreno espalhadas no território, como, aliás, acontece com frequência entre Folgosinho e os seus Casais[102] ou acontecia com Gouveia e o Monte Aljão[103].

Assim, se a paisagem na região meridional estava organizada em função das cidades, *vici* e *villae*, dispersando estruturas de apoio à rede viária, e coesão territorial, como as *mansiones*[104] e *mutatios*[105] ao longo das vias; sem necessidade de instalar aglomerados urbanos do tipo *castella* ou *aldeia*, estas serão a realidade comum a norte do rio Tejo (Alarcão, 1998a:91-92), demonstrando a clivagem que esperamos ver neste território.

Ainda assim, as várias paisagens a norte do rio Tejo também têm na sua heterogeneidade a característica dominante.

Em Trás-os-Montes oriental, no decorrer do séc. I d.C., (Lemos, 1993)[106] o abandono dos povoados em altura, do tipo *castros*[107], é evidente, em benefício de novos núcleos urbanos em planícies e abertos. Exemplos próximos de *castellum*, que requalificados, assumiam o papel soberano de administração regional, preterindo-se a instalação de novos

---

102 Onde o loteamento e exploração é diversificado e por parcelas de propriedade privada e comunitária, como os baldios, explorados desde o edifício sede da propriedade, como espaço doméstico, ou desde a localidade mais próxima, convivendo estas estratégia.

103 No foral manuelino de 1510 (Guerrinha, 2005:38), garantia-se aos gouveenses que continuariam a lavrar, pascentar e montar, da maneira que até ali fizeram, nestes terrenos. Este momento ficou eternizado nos baixos-relevos de Lagoa Henriques e Gustavo Bastos de 1960, no átrio do edifício dos Paços do Concelho de Gouveia, ao estilo ideológico do Estado-Novo.

104 Poderiam correspondem a cidades e aglomerações urbanas secundárias (Mantas, 2014:233-234).

105 Corresponderiam a pequenas estações de muda (Mantas, 2014:233-234).

106 Dos duzentos e quarenta e seis castros identificados, apenas setenta e cinco apresentam vestígios de continuidade pela época romana (Alarcão, 1998:180).

107 São povoados em altitude, por vezes com recintos amuralhados, próximos a cursos de água, implantados em cumes, esporões ou meandros, dominando e impondo-se visualmente sobre o território envolvente e os caminhos naturais.

aglomerados urbanos do tipo *vici* (Carvalho, 2015:161), foram observáveis na bacia do médio Côa, na curva de Celorico ou no território dos *Arabrigenses*.

Há também evidências de requalificação em alguns povoados indígenas próximos (Carvalho, 2005:161), destacando-se o caso do Castro de S. Romão, em Seia (Guerra & Fabião, 1996:133-160), inclusivamente, com evidências da presença de um magistrado (Ferreira *et alli*, 2006: 181) e o Castro do Tintinolho, na Guarda (Tente & Viso, 2018), estando o nosso território entre estes aglomerados (Mapa 23).

Na região de Viseu também os *castella* dominam a paisagem romana, correspondendo a aglomerado de pequenas dimensões (Alarcão, 1988:27).

Por contraste, na Cova da Beira, as *aldeias* e as estruturas rurais dispersas caracterizam o povoamento de então (Carvalho, 2016:401-416).

No norte de Portugal em geral, é ainda relevante mencionar os povoados fortificados abandonados à chegada dos romanos, que a partir do séc. II/III d.C. foram progressivamente reocupados (Alarcão, 1998:177).

O povoamento seria dominando por aglomerados secundários e terciários, rurais e urbanos, que promovendo a solidariedade entre eles e validando a presença do *castella* em altitude, eram o objeto sobre o qual era exercida a administração sobre o território (Alarcão, 1998:162) que assim acumulava em alguns locais o papel de *vicus*. Estas estruturas urbanizadas, correspondem a conceitos romanos que têm de ser observados sobre as especificidades territoriais de cada região (Fernandes *et alli*, 2006:176).

Melhor documentados sobre as realidades que esperamos encontrar, partimos para a descrição das nossas opções sobre os sítios arqueológicos.

7.2. Aglomerados Populacionais

Materialmente, propôs-se identificar aglomerados urbanos em áreas de dispersão entre os 15.000m2 e os 50.000m2 (Alarcão, 1998a:99), aceitando-se os 30.000m2 como limite máximo para um aglomerado urbano de terceiro nível, ou seja, uma *aldeia* ou pequeno *castella*, com pouca evidência de monta arquitetónica e cultura material.

Com entre nove a dezoito habitações, testemunhado em Trás-os-Montes (Alarcão, 1998a:102), tinham um aro de cultivo na ordem do 1,5ha (*Idem*:92). Este é o valor de exploração utilizado para estes pequenos aglomerados, instrumentalizando esse valor nos *buffers* que criamos através das ferramentas SIG (Est. XLII), levando em conta, ainda, outras áreas de interesse económico próximas.[108] Acima dos 30.000m2, identificam-se aglomerados de segundo nível, do tipo *vici* (*Ibidem*:96) ou *castellum* maiores, aos quais dobramos os valores do *buffer* para definir as áreas de exploração de cada um. Outros tipo de suporte gráfico foi definido em *bacias de visão*, realizando exercícios com a ferramenta *r.viewshed*.

7.2.1. Castella

7.2.1.a) Bairro do Castelo (Gouveia)

A cidade de Gouveia tem, no seu subsolo, vestígios de ocupações humanas antigas, evidentes e identificadas oficialmente (Est. XLIV). Começamos, porém, por referir uma curiosa nota nas monografias locais, que rastreamos até ao século XVII[109], relativa à fundação de Gouveia em 580 a.C., "pelos Túrdulos" (*sic*) (Guerrinha, 2007:15). Ao que parece esta comunidade situa-se no litoral centro de Portugal (Silva, 2005:68) e a nossa região de estudo integra o território da *Lusitânia* (Alarcão, 2017:25-33).

---

[108] No âmbito económico, nota para o facto de não conhecermos explorações mineiras de época romana nesta região. Conhecemos, ainda assim, explorações com alvará nos séculos XIX e XX (Est. XLIII), direcionado à extração de Volfrâmio e Tungstênio, particularmente intenso no período entre as guerras mundiais. De supremo interesse é assim a Carta Geológica de Portugal que nos indica locais com potencial mineralógico, entre outras características, apesar da ponta norte do nosso território de estudo não nos ter sido possível de encontrar (Mapa 24).

[109] (Rodrigo Méndez Silva, 1675). Consulta on-line a 27/04/2020: https://archive.org/details/bub_gb_JxHKM8Q_TdEC/page/n325/mode/2up;

A paróquia alto-medieval de *Suberbeno*, corresponderia a este território, tornando-se no nosso ponto de contacto temporal mais próximo à realidade que nos importa. Porém, não coincidirá esta antiga paróquia com a atual cidade de Gouveia, a crer que a sua fórmula era a *Gaudella*, referida em 1135, na *Bula Officii Nostri* de Inocêncio II, na sequência *Castrum Senam, Castrum Gaudella et celoricum (...)*, que entendemos como Seia, Gouveia e Celorico da Beira, apontados de poente para nascente. O termo *Castrum* será uma referência direta ao castelo/fortaleza (Tente, 2007:40) que estará embrenhado no atual urbanismo do centro histórico (Correia, 2019).

O termo latino *Gaudere*, significando local com vista prazerosa, é considerado a raiz de *Gaudella* (Guerrinha, 2005:7) transformando-se na *Gouvea* em plena idade média (Guerrinha, 2005:23), convertendo-se, na época contemporânea, na forma atual de *Gouveia*.

A dificuldade maior na identificação do sítio arqueológico está relacionada com a constante e natural ocupação humana da localidade desde a proto-história (Tente, 2007:39) e que encontra na falta de trabalhos de acompanhamento em arqueologia urbana o principal entrave ao efetivo conhecimento do passado humano da cidade. As informações que nos chegam são, quase todas, de objetos descontextualizados, sendo o somatório de dados que nos levam a integrar este sítio na nossa dissertação.

Um dos mais relevantes elementos de que dispomos é uma ara votiva (Alarcão, 1993:20), onde, apesar de nem a designação, origem ou administração deste território ser mencionada, fala-nos de um indivíduo e da divindade protetora destas gentes.

É um objeto de carácter religioso, dedicado a *Salqiu*, por *Reburrus*, filho de *Talabus* (Curado, 1985:648-649) (Est. XLV), encontrada originalmente a servir de suporte à pia de água benta na Capela da N. Sra. Alegria, do Solar dos Serpa Pimentel[110], junto ao Bairro do Castelo

[110] Atual capela de Sta. Eufémia, integrada no conjunto arquitetónico da atual Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira.

(Est. XLVI). A inscrição ainda apresenta alguns desafios à sua leitura e interpretação pelo seu carácter linguístico (Olivares Pedreño, 2002:54).

A par deste objeto, encontrou-se um outro de cariz religioso, uma pedra de um anel em ouro, de origem incerta e cujo paradeiro também se desconhece. Chegou-nos a reprodução da glíptica (Cardozo, 1962:155), reportando-se a uma libação (Leite Vasconcelos, 1920:270-271) (Est. XLVII).

São ainda conhecidos materiais recolhidos na zona do Mirante do Paixotão e da Av. General Humberto Delgado, 450m a sudeste do bairro do Castelo. Registo, aqui, para a sepultura revestida de *tegulae*, onde se recolheu uma moeda, um machado e uma faca em ferro (Est. XIV). Próximo, no decorrer dos trabalhos de construção do Posto da P.S.P., nos anos 1950, surgiram fragmentos de cerâmica e um pavimento circular espesso (Guerrinha, 2005:19) dos quais não há mais registos.

Sobre esta zona da cidade, sobranceira ao centro histórico, o General João de Almeida considera-a em articulação com o Bairro do Castelo, funcionando esta zona como um *Castrelo*, com ponte avançada no cerro (Mirante) do Paixotão, por sua vez, sobranceiro ao bairro do Castelo, que em conjunto dominam, visualmente, o vale do Chorido (Guerrinha, 2005:16) (Est. XLVIII).

Na cota imediatamente abaixo do Posto da P.S.P., nota para a existência de materiais na propriedade das *Casas do Toural*[111]. Poderão ser o resultado de escorrimentos, que também foram testemunhados, na intervenção realizada no Jardim Alípio de Melo, a jusante da propriedade, em janeiro de 2020, no âmbito da instalação de eco ilhas, recolhendo-se, em níveis de aterro, alguns fragmentos cerâmicos (Est. XLIX) romanos[112].

A consagração votiva poderá referir-se à divindade protetora deste aglomerado (Carvalho, 2000), cujo tipo de ocupação ainda se encontra envolto em dúvidas e incertezas, mas as indicações de que tratar-se-á de

---

[111] Gentileza de Maria José Osório, proprietária, que nos fez chegar um fragmento de *tegullae*, que verificámos não ser caso único, apesar de aparecerem bastante dispersos e com pouca expressão.

[112] Noticia consultada a 22/09/2020: https://beira.pt/portal/noticias/detetadas-estruturas-arqueologicas-em-gouveia/

um "castro proto-histórico, romanizado" (Alarcão, 1993:20), tranquiliza-nos quanto à correspondência a um *castella*, na media em que pode dar continuidade a um anterior povoado da Idade do Ferro, cuja importância na organização do povoamento se terá preservado. A presença humana pré-romana encontra nas urnas de incineração, surgidas no Largo do Castelo em 1948 (Guerrinha, 2005:15), um importante elemento para saber da presença de uma comunidade na proto-história, apesar de os objetos se encontrarem em parte incerta e não sabermos se existe uma relação direta e contínua no tempo entre os vários períodos de ocupação humana testemunhados por estes artefactos.

7.2.1.b) Outeiro (Folgosinho)

Folgosinho tem alguns paralelismos com o caso descrito para Gouveia, inclusivamente na falta de trabalhos de acompanhamento arqueológico e também não foi identificado por indicação do Portal do Arqueólogo, mas por referências bibliográficas (Alarcão, 1993:21; Tente, 2007:41).

As diferenças com Gouveia não são por escassez, mas por alguma diferença tipológica dos dados disponíveis. Se em Gouveia os sinais da presença romana são evidentes, em Folgosinho o reportório ecoa no final da Idade do Ferro e os seus contextos de achamento, ao invés de aparecerem no centro urbano atual, encontram-se em locais ermos (Abrantes, 1997:51-52).

São exemplos as braceletes de ouro da proto-história (Alarcão, 1993:22) (Est. L) encontradas algures na serra; as "sete moedas de ouro romanas" vendidas em meados do século passado, assim como argolas, moedas, pulseiras e outros objetos de prata e ouro (Abrantes, 1997:51-52), encontrados na área da freguesia e não na sede.

Destes objetos, um machado (Est. LI), tido como "celta" que se julgava desaparecido (*ibidem*), encontrado juntamente com uma moeda de ouro de época desconhecida, no Casal dos Tojos. Está na posse do pároco de Gouveia, morador em Folgosinho, a quem agradecemos.

A relação de Folgosinho com os seus Casais está cicatrizada nas margens do vale da ribeira do Freixo em duas calçadas romana e medieval.

A dos Galhardos, romana, na margem direita, segue para sul, calcorreando-se até à Portela de Folgosinho, observando-se lajes de granito de pequenas e médias dimensões ao longo de 1800m. No seu troço foram novamente encontradas braceletes em ouro (Batista, 1993:63). Está associada a um dos eixos que compunha o grande itinerário entre Mérida e Braga, que ia a Viseu (Ruivo & Carvalho, 1996) depois de vencer a Serra.

Desde a Portela de Folgosinho, inicia-se a descida pela Lomba do Pedriqueiro até ao Mondego superior, onde, na margem norte, repousa a ermida do século XII da Nossa Senhora da Assedace (Est. LII), sítio associado a uma possível estalagem viária (Ruivo & Carvalho, 1996:83-84).

A outra calçada da freguesia, na margem esquerda da ribeira do Freixo, é chamada da Serra de Baixo, da Meia-Encosta ou dos Cantarinhos, lançando-se para nascente em direção à Pedra Furada (Est. LIII)[113] no sítio da Cumeada, próximo à base do alto de S. Domingos. A cerca de 2000m sudeste da Cumeada está o Casal Reigoso (CNS:11602) e a necrópole do Casal das Pias (CNS:11601) (Tente, 2007:76) (Est. LIV).

Regressando a Folgosinho, há semelhanças entre as propostas de implantação sugeridas pelo General João de Almeida, entre o Bairro do Castelo e a Cerca, espelhada nos sítios do Outeiro e do Castelo de Folgosinho (Tente, 2007:41) (Est. LV). É considerada a hipótese de existir um castro romanizado no sítio do Outeiro, pela convergência da via procedente de sul (Alarcão, 1993:21), a calçada dos Galhardos (CNS:7004).

[113] A lenda diz que o orifício circular no extremo do penedo era o local onde os mouros atavam os cavalos. Outra lenda menciona a existência de um tesouro nas proximidades, indicado pelos raios de sol que atravessam a estrutura.

Colocamos, assim, um possível *castella* em Folgosinho, considerando a sua posição (900m) no território, os achados isolados nas imediações, e principalmente as evidências viárias, anotando a sua possível função como *mutatio* ou *mansione* (Ruivo & Carvalho, 1996:82), que exploraremos no capítulo da *Rede Viária*.

7.2.1.c) Castro Verde (Paços da Serra)

O sítio do Castro de Baixo/Castro Vedro ou Castro Verde (CNS:11991), em Paços da Serra[114] é um povoado aberto, segundo a indicação no Portal do Arqueólogo - para o qual ainda existe outra entrada nessa base de dados, o sítio das Pedras da Forca (CNS:11994). O facto de determinar-se este povoado como aberto, não exclui a possibilidade de o mesmo ter sido muralhado, pois, pode apenas querer dizer que a mesma poderá estar soterrada ou ter sido desmantelada, sendo necessário realizar trabalhos arqueológicos para esclarecer este assunto.

Na primeira entrada, os *vestígios diversos* são de cronologia *indeterminada*, referindo, exclusivamente, a recolha de "alguns fragmentos de cerâmica manual, mas não se identificaram quaisquer estruturas que possam indicar a existência de uma muralha". Na segunda entrada, é classificado como *povoaodo* de cronologia *medieval*, descrevendo-se as "estruturas de casas, uma estela com uma cruz de malta de um lado e uma de seis pontas do outro[115] e recolheram-se bojos de cerâmica". Ambas as entradas correspondem a processos de 1998.

Trata-se de um aglomerado urbano abandonado há mais de um século, com alguma história documentada (Amaral, 1982) e ruínas ainda bem visíveis, onde não conhecemos qualquer intervenção arqueológica, exceção feita a alguns relatos de antigos alunos da Escola Industrial de

---

[114] Devemos ainda indicar a confusão administrativa que se gerou, pois, se na ficha de sítio do Castro Verde se atribui a sua presença na União de Freguesia de Aldeias e Mangualde da Serra, na ficha das Pedras da Forca surge a indicação de estar na freguesia de Paços da Serra. A sua correta localização é na freguesia de Paços da Serra, pois encontra-se na margem direita da ribeira da Bandoiva, fronteira entre estas freguesias.

[115] Esta descrição assemelha-se a uma estela sepulcral que está no Pátio do Museu, que por sua vez foi achada na Praça de S. Pedro, em Gouveia (Ana Cristina Calais Freire (1991) - Achados Arqueológicos em Gouveia. Noticias de Gouveia. 25 de janeiro de 1991. Ano nº77. Gouveia, pp:1 e 5) (Est. LVI).

Gouveia que dizem ai ter realizado escavações com João Castro Nunes, cujos resultados não foram publicados.

Se a identificação do sítio foi facilitada pelas ruínas visíveis (Est. LVII), não quer isto dizer que seja exatamente ali que se fez sentir a ocupação romana. A fotografia aérea (Est. LVIII) permite-nos, quase imediatamente, reconhecer a planta de, pelo menos, 5 edifícios compartimentados e outras cicatrizes que não nos é possível decifrar.

O sítio arqueológico que assinalamos corresponderá à *vila* do Castro Verde, mencionada no numeramento de 1527 como sede de concelho (Alarcão, 1993:19) até ao século XIX.

Abílio Mendes do Amaral (1982:136-166) sumaria os conhecimentos sobre este sítio em prosa, apesar do enfoque sobre as épocas medieval e moderna. Na toponímia das localidades próximas identifica-se o papel deste lugar no território, nomeadamente, na Rua do Fundo de Vila, em Aldeias, onde estaria a fronteira com o *termo* de Gouveia (Est. LVIX)[116].

Os dados sobre o sítio resumem-se a poucos parágrafos, apesar de podermos tecer algumas considerações sobre particularidades que nos parecem relevantes. Notamos que à menção (Amaral, 1982:143) do trajeto de uma via romana próxima, corresponde o achamento do Miliário de Paços da Serra, 4km a norte (Alarcão, 1993:17).

Importante elemento é a moeda de ouro, do período de Constantino (séc. IV d.C.) (Alarcão, 1993:19), encontrada em associação com uma de duas estatuetas figurativas em bronze, que representam cavalos de influência ibérica, datadas do séc. V-IV a.C. (Gomes, 1997), mas também integrada no horizonte cultural romano[117].

[116] Esta relação da área do Castro Verde e ser aqui um limite, surge da indicação do "(…) termo ser de comprido meia légua e em largo três tiros de besta, confrontando com Gouveia, Seia e Santa Marinha (...)" (Amaral, 1982:142).

[117] Consultado a 18/07/2021: http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=114917

As estatuetas foram encontradas separadamente (Gomes, 1997) mas, dado o caráter votivo deste tipo de bronzes, a proveniência será comum (Vilaça, 2005:20). A estatueta (Est. LX) e a moeda encontradas no Castro Verde ou *Crasto Velho* (Alarcão, 1993:19), foram compradas por José Leite de Vasconcelos (1920:273-274).

A outra estatueta foi encontrada na margem da ribeira da Bandoiva próxima a Moimenta da Serra, no final do século XIX, foi vendida, no primeiro quartel do séc. XX, a um particular nos Estados Unidos da América (Gomes, 1997), perdendo-se-lhe o rasto.

A unir estes locais de achamento está o curso da ribeira da Bandoiva que nasce a montante do Castro Verde, cerca da fonte do Vidoeiro, onde hoje se recolhe a conhecida marca “Água Serra da Estrela”.

Apesar de não estarmos familiarizados, de todo, com a etimologia ou a filologia, pareceu-nos pertinente olharmos, atentamente, a este hidrónimo. Saltou-nos à vista o fenómeno de *Bandua* (Est. CXLIX), comum na região que integramos (Olivares Pedreño, 2005:609), definida no grupo das divindades que se concentram nesta área da Lusitânia (*Idem*:617), registando-se, então, neste hidrónimo a terminação -*oiva*.

A sua predominante associação a comunidades indígenas de pouco estatuto (Olivares Pedreño, 2005:622) representa a continuidade das tradições locais, que resistiram à nova ordem social imposta e por oposição, não se encontra esta divindade em regiões onde a integração plena do império se constate (*Ibidem*:625).

Discute-se o significado da raiz etimológica da palavra e a sua associação a elementos geográficos destacáveis, como na associação a elementos hídricos no noroeste peninsular (Bascuas, 2007:51), ou aos cumes e alturas (Bravo & Palácios 2002:45-52), elementos que facilmente identificamos nesta zona da encosta.

Incluir este sítio na categoria de *castellum*, devido à sua implantação e aos achados efetuados, não nos parece desproporcionado, distinguindo-se dos outros dois *castellum*, pelo facto de hoje ser um sítio arqueológico abandonado. A sua classificação tipológica e cronológica

apresenta dificuldades já reconhecidas (Alarcão,1993:19), mas a evidência, apesar de escassa, tem manifestas potencialidades que não poderíamos ignorar, particularmente, no cabeço a norte das ruínas, onde foram identificadas cerâmicas manuais, demonstrativas de uma ocupação pré ou proto-histórica, que nos foram dadas a conhecer numa apresentação do nosso orientador no âmbito do ciclo de estudos que frequentamos.

7.2.2. Aldeias

7.2.2.a) Risado (Arcozelo da Serra)

O sítio do Risado (CNS:11599) ou *Arrasado*, em Arcozelo da Serra, identifica-se como *povoado* no Portal do Arqueólogo. A referência aos 33.000m2 de área de dispersão de materiais (Tente, 2010:133) (Est. LX) são dados relevantes para integrar a categoria de *aldeia*, apesar de ultrapassar, ligeiramente, o teto máximo atribuído aos aglomerados deste género, como vimos.

A cerâmica *terra sigillata* recolhida em prospeção (Tente, 2010:130-132), coloca a ocupação deste sítio no séc. II d.C.. Na única sondagem conhecida, em 2000, identificaram-se, posteriormente à sua realização, algumas estruturas e material de cronologia romana tardia e alto medieval (Tente, 2010:131). Não se conhecendo, de forma clara a tipologia deste lugar, temos alguns termos de comparação no território nacional, como na zona de Chaves, onde atribuíram esta classificação para distribuições de material semelhantes (Alarcão, 1998a:99).

Por outro lado, na *civitas* de *Collipo*, foram atribuídos a lugares com semelhante dispersão, o estatuto de *vicus* (Alarcão, 1998a:106). Mais próximo ao nosso território, na bacia do alto Côa, identificam-se igualmente em áreas de dispersão semelhante, este tipo de aglomerado populacional, resultado do agrupar de vários casais ou através de associações familiares, sem caráter urbano e até semelhantes às aldeias de hoje (Osório, 2003:100-101).

Associar o seu topónimo[118] à destruição e abandono do sítio é inevitável e já foi partilhada (Tente, 2007:55), num local que apresenta uma necrópole rupestre (CNS:11600), constituída por treze sepulturas (Tente, 2010:130) e outras estruturas escavadas na rocha como uma espécie de altar com cinco escadas orientadas a poente (Est. LXI).

Parece-nos existir uma relação entre este sítio e pelo menos dois outros próximos, identificados para as épocas imediatas à romana (Est. LXII).

O povoado fortificado do Castelo (CNS:11390), 800m a nascente, no outeiro da confluência das ribeiras do Boco e de S. Paio. Aqui detetaram-se duas fases de ocupação na pré-história recente e alta idade media (Tente, 2010:118). Identificou-se, em escavação, *tegulae* e *imbrices* que, porém, estavam em contextos secundários (Tente, 2010: 117).

O segundo sítio de interesse, cerca de 3km para sudoeste, é o sítio do Penedo dos Mouros (CNS:12085) na mesma freguesia, tomado como o *Castro do Lobo* de um documento de 1140 sobre a *villa aldiam*[119] que falaremos adiante. As ocupações identificadas, estratigraficamente, em escavação arqueológica, foram afinadas por datação de C14, remetendo-as para os 2000 anos a.C. (Carvalho *et elli*, 2017:25), para o final da Idade do Bronze/I Idade do Ferro, para o último quartel do séc. VII d.C. (Carvalho *et alli*:25) e para séc. IX, d.C., com o abandono definitivo do sítio no séc. X d.C. (Tente, 2010:173).

Esta aparente dinâmica demográfica criada entre habitats da proto-história e aglomerados populacionais de pequenas dimensões romanos, também é inferida no alto Côa (Osório, 2006:101).

Parece-nos que a ausência de ocupação na época romana nestes locais e detetando-se no sítio do Risado, assim como nas estruturas agrárias romanas próximas, apontam a relevância do vale da ribeira do

---

[118] Arrasado, como em demolir, destruir, deitar abaixo. Consultado a 25/09/2020: https://dicionario.priberam.org/arrasado

[119] Nome atribuído à propriedade num documento de 1140 (Tente, 2007:53).

Boco no entendimento do povoamento diacrónico do nosso território, pela particular concentração de sítios de várias épocas e tipologias, nesta zona particular do concelho, que merecia estudo pormenorizado.

7.2.2.b) Freixial/Safaíl (Vila Nova de Tazem)

Ao sítio do Freixial (CNS:12037), em Vila Nova de Tazem[120], associamos a entrada correspondente às Sepulturas do Safaíl (CNS:12003), descritos juntos nestas linhas, apesar dos sítios estarem, aparentemente, separados por 900m[121] (Est. LXVI).

No Portal do Arqueólogo ambos estão identificados como *vestígios diversos*, atribuindo a época romana ao primeiro, suportado pelas "cerâmicas de construção (*tegulae* e tijolo tipo burro) numa área relativamente extensa". Na mesma área encontramos a Necrópole do Freixial (CNS:12001) com sete sepulturas alto-medievais (Tente, 2007:56).

O segundo sítio tem na entrada das Sepulturas do Safaíl (CNS:12003), três sepulturas atribuídas à Alta Idade Média (*idem*:72) o outro correspondente. Na descrição assinalam-se os "tijolos tipo burro, *tegulae*, *ímbrices* e cerâmica comum", sugerindo, assim, a ocupação romana. Optámos por incorporar este último sítio naquele identificado como da época romana, dado a proximidade entre os sítios e a aparente semelhança entre os materiais aí identificados.

Estamos cientes que estes materiais foram utilizados por largos períodos de tempo, após a queda do Império e podem ter sido transportados de um local para outro, o que não seria uma novidade (Alarcão, 1998a:102). Dadas as atribuições cronológicas na

[120] A entrada na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (Vários, s/d:721) é elucidativa sobre o potencial arqueológico desta freguesia do concelho de Gouveia. Esta descrita a crença popular que atribui ao Safaíl a origem da povoação, que depois de abandonada se desloca para a atual Vila Nova de Tazem e Tazem e tem breve incursão sobre o seu topónimo, que transcrevemos: "Çafaíl lembra o ant. Zafail (Çafail), que parece de origem arábica, por um lado, e germânica, pela terminação *~il<~hildi*), designando, neste caso, uma "villa" de um possessor ou presor de nome parecido, sobre os resto da "villa" abandonada por vestígios referidos ou sobre ela própria, existente ainda na época da presumida apropriação (séc. IX-X). Tazem, que mais exatamente se escreveria Tasém é mais claro na expressão deste facto, pois trata-se do genitivo do n. pessoal germânico alatinado (suevo ou visigótico), Atanasindus, revelando uma "villa" *Atanasindi<Taasem*."

[121] Consultado a 5/12/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55272

plataforma em linha, representar a deslocalização de um aglomerado de origem romana no Freixial, transferido para o Safaíl na alta Idade Média, não parece descabido.

Por outro lado, na área de Chaves foi sugerido, para um local onde estavam dois sítios separados por 400m, à primeira vista representativos de uma *granja* e uma *aldeia*, serem, agora, identificados como um único aglomerado (Alarcão, 1998a:102).

A sugestão de que a dispersão de materiais, em ambos, se assemelha à do Risado (33.000m2) (Tente, 2007:56), torna ainda mais complexa a explicação para a proximidade dos dois sítios, bastante relevantes na sua dispersão material mas, aparentemente, desprovido de estruturas de monta arquitetónica, o que não significa que lá não as haja.

Se aceitássemos a união destes sítios, através das áreas de dispersão sugeridas, falaríamos de uma área de cerca 66.000m2, o que representaria o dobro da maior área de dispersão que conhecemos, precisamente, estabelecida no Risado, o que, de alguma forma, nos faria considerar uma estrutura do tipo *vici*, apenas por essa característica. Parece-nos prematuro, ainda assim, dado a ausência de evidências, de momento, que nos indiquem a presença de estruturas associadas a este tipo de estabelecimento.

Pareceu-nos, então, adequado tratar estes sítios como um só, para facilitar a nossa interpretação e cautelosamente impedir que o nosso pensamento divague sobre a dimensão da mancha material.

Existe informação arqueológica em torno de Vila Nova de Tazem, tanto de época romana (Est. LXIV) como de outras (Est. LXV), identificadas, nomeadamente, desde o final do século XIX, quando eram visíveis os *vestígios de povoação antiquíssima*[122] nas proximidades do Penedo Oscilante (Est. LLXVIII).

[122] Consultado a 29/04/2020: https://archive.org/details/noticiasarcheolo00roch/page/n5/mode/2up/search/Gouveia

Apesar de fora do nosso âmbito cronológico, é relevante a pátera litúrgica em bronze encontrada em Safaíl[123], algures no fim do séc. XIX (Russel Cortez, 1950:58-66) (Est. XVI). Com uma inscrição no fundo da taça, aparentemente, relacionada com a elite religiosa estabelecida após a queda do Império, datando-se, o artefacto, entre o séc. VI d.C. e IX d.C. (Tente, 2007:56).

É-nos sugerido, assim, duas possibilidades para a presença deste objeto neste sítio. Corresponder a uma *villa* de tradição romana, representando a ligação do proprietário às estruturas de poder religioso pós-romano, nomeadamente, associada a uma antiga paróquia sueva*;* ou então, corresponder este sítio a essa antiga paróquia (*Idem:ibidem*).

Sobre este assunto, importa refletir sobre a questão, que já mencionámos, da localização da *Suberbeno* alto-medieval.

Em tempos, associou-se a *Coleia* do *Parochiale Suevorum*, à cidade de Gouveia, refutada pela sua identificação com a atual Torre de Almofala como sede da *civitas cobelcorum* romana (Tente *et alli*, 2018:189).

Abriu-se, dessa forma, espaço para integrar esta região na paróquia de *Suberbeno*, uma dependência da diocese de Viseu (Alarcão *et alli*, 2000:170), território sobre o qual existe uma óbvia relação de intervisibilidade a partir de diversos lugares da encosta.

A localização exata desta paróquia ainda é debatida, com as possibilidades mais fortes a corresponderem à Quinta da Nogueira (CNS:), na cidade de Seia (Alarcão, 2000:51) e, precisamente, ao Freixial/Safaíl (Tente, 2007:57).

---

[123] Este objeto tem um interessante paralelismo regional num jarro litúrgico encontrado em Bobadela, Oliveira do Hospital (Gomes & Dias, 1995:91-98), correspondendo-a a outra das paróquias suevas desconhecidas do território de Viseu, neste caso, Rodomiro (*Idem:Ibidem*), herdeira da relevância da localidade à época romana, que como vimos, foi sede de *civitas*.

Porém, a possibilidade da paróquia *Osania* correlacionar-se com Seia (Tente *et alli*, 2018:189) potencia a identificação de *Suberbeno* com o Freixial/Safaìl ou até mesmo com Gouveia.

Porém, crendo na explicação toponímica de Gouveia, onde se aceita a designação alto-medieval de *Gaudella*, cada vez mais ficamos com a sensação de que o Freixial/Safaíl (ainda mais se considerássemos a união das duas manchas de dispersão) se trate de um aglomerado urbano considerável, que importava tratar apropriadamente, para compreender se o sítio adequadamente.

A proximidade da calçada da Teixugueira-Parigueira, atribuída ao período romano (CNS:12075), cerca de 600m a nordeste das sepulturas do Safaíl, representada num troço de 300m, bem preservados, construídos para vencer um desnível[124].

Nota, ainda, para o elemento escavado em forma de assento, que identificámos num afloramento, com uma espécie de carena a circundar o penedo (Est. LXVII) que integramos no horizonte dos *Santuários Rupestres*.

Concluindo. Não nos é possível atribuir uma cronologia para estes sítios. Também não nos sentimos confortáveis com a identificação de uma *villae*, dado não conhecermos materiais de monta arquitetónica. Também não nos parece propositado assumir as duas manchas de dispersão, sem a certeza de que o material encontrado seja representativo de uma mesma realidade cultural. Ainda assim, a comparação com a dispersão material no Risado, remete-nos para a existência de um aglomerado populacional identificando aqui uma possível *aldeia*.

Respeitando as indicações que surgem no Portal do Arqueólogo, da ocupação romana no Freixial e a ocupação alto-medieval no Safaíl, surgem duas possibilidades: que se tratem de dois aglomerados consequentes no tempo; ou que se reportem a um só aglomerado. Parecem-nos urgentes trabalhos no futuro, que serão determinantes a este

[124] Consultado a 17/08/2021: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=54618

entendimento, parecendo-nos, ainda assim, adequada a consideração do topónimo Freixial/Safaíl para identificar esta estação arqueológica, dada a aparente continuidade material em ambos os sítios arqueológicos remeterem as evidências para a época romana.

7.2.2.c) São Pelágio (Nespereira)

Ao sítio de São Pelágio (CNS:11605) o Portal do Arqueólogo atribui uma periodização *indeterminada* para um *povoado* que apresentou "materiais de construção, *tegullae*, tijolos tipo "burro"" e a indicação "da remoção no subsolo de pedra aparelhada, mós e uma tigela de metal, numa construção".[125]

O topónimo deste local provém da capela desse hagiónimo, muito próxima (Est. LXIX). Está documentada a possibilidade de tratar-se de uma *villa* (Alarcão, 1993:24), fruto da "identificação de fragmentos de dormentes manuais, fragmentos de colunas, cerâmica comum e *tegulae* (Tente, 1997:60).

Para leste da capela (Est. LXX) lança-se a calçada de S. Pelágio (CNS:11606), observando-se troços com lajes de granito de pequenas e médias dimensões, ao longo de 800m, atribuída ao período romano, erradamente classificada, no Portal do Arqueólogo, como *povoado*[126].

Ainda em relação à rede viária, 1200m a sul da capela, a referência à calçada do Chorido (CNS:11607) (Tente, 2007:60), atribuída à época medieval no Portal do Arqueólogo, mas cuja cronologia levanta dúvidas (Alarcão, 1993:24). O vestígio atual resume-se à ponte com um arco em cantaria de granito e tabuleiro em cavalete, alcatroado há um par de décadas, assim como, o que restava da calçada, destruindo-a.

A 450m noroeste da capela está, ainda, uma impressionante estrutura conhecida como Cadeiral da Nespereira (CNS:11614), *hemyciclum* ou tribunal (Alarcão, 1993:24) (Est. LXXI), em pleno bairro de Santo António. Originalmente composto por sete recessos, como cadeirais (Tente, 2007:60) cuidadosamente escavados na rocha, restam

125 Consultado a 22/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=54752
126 Consultado a 17/08/2021: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=54753

quatro e meio[127]. A sua relação com o período romano é estabelecida em quatro fragmentos de *terra sigillata hispânica* do séc. IV d.C./V d.C. (Diogo,1982:269) encontrados próximos à estrutura.

Pode tratar-se este estabelecimento, no conjunto de sítios que caracterizámos em torno da Capela de São Pelágio (Est. LXXII), de um aglomerado populacional, do final do Império. Próximo está ainda a Quinta da Tremôa (CNS:12066)[128], com lagares rupestres medievais (Tente, 2007a:352) (Est. LXXIII).

Apesar de desconhecermos uma área de dispersão temos várias evidências na freguesia (Est. LXXIV). Assim, classificamos este sítio como uma *aldeia*, potencialmente desenvolvida como um centro de poder no período tardo-romano, inferido pelo *hemicyclum*, preterindo a sua classificação como *villae*, essencialmente, por não conhecermos elementos de monta arquitetónica, mas também por as *villae* não parecerem tão comuns na região.

7.3. Aglomerados Rurais

O mundo rural romano era fortemente caraterizado pela presença de estruturas agrárias, que já aqui fomos referindo. Importa-nos, ainda assim referir que, instrumentalmente, utilizamos duas áreas de exploração para cada um dos tipos de sítio.

Para as propriedades das *villae* definimos uma área com 570m de raio, correspondente a 100ha (Est. LXXV) e outro de 800m de raio, referente a cerca de 200ha (Est. LXXVI).

Para as *granjas*, aplicámos outros dois *buffers*, um com raio de 400m, correspondente a uma área de 50ha (Est. LXXVII), e outro com um raio de 560m para definir uma área de 100ha (Est. LXXVIII), apesar de reconhecermos a pouquíssima probabilidade de existirem *granjas* com áreas tão extensas.

---

[127] A suavidade do acabamento, que enquadram as costas dos cadeirais, é de uma delicadeza, incompreensivelmente, abalada no final da década de 1980 pela construção da moradia adjacente, que decepou dois cadeirais e meio de outro (Est. LXXII)

[128] Consultado a 22/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55435

Para os *casais*, importa descrever algumas particularidades. Entendemos este termo como uma propriedade agrícola de pequenas dimensões que tenham um edifício em pedra e telha, como sede da propriedade, potencialmente visíveis no registo arqueológico (Alarcão, 1998a:94). Apesar da problemática associada à identificação de sítios arqueológicos de pouca expressão material, que até nos obrigam a olhar, atentamente, para a envolvente ambiental dos mesmos (Carvalho, 2004:129-130), assumimos esta classificação como a mais pequena das estruturas agrárias autónomas, diferenciando-as das simples cabanas, barracões ou casebres, ou adegas, lagares e currais, como estruturas de apoio agrícola a outras propriedades rurais, mas também relacionadas com alguns aglomerados populacionais e até urbanos. Estas designam-se como *aedificium*, *tuguriae* ou *capannae* (*Idem*:95), de menores dimensões e com soluções construtivas diversas, muitas vezes sem preservação arqueológica.

Assim para os *casais* criámos um *buffer* com raio de 175m, correspondendo a cerca de 10ha (Est. LXXIX). Os *aedificium*, *tuguria* ou *capanna* são identificados quando áreas de exploração das propriedades de maiores dimensões englobam estas realidades, considerando, ainda, a possibilidade do erro por estes sítios, algumas vezes, serem difíceis de identificar, podendo ser compostos por materiais perenes que hoje não se vislumbram, ou até mesmo corresponderem a outro tipo de ação humana do passado que envolvendo remeximento ou depósito de materiais aleatórios levaram à criação daquele depósito arqueológico particular (Carvalho, 2004:130).

7.3.1. Villae

7.3.1.a) Monte Aljão (Cativelos)

O sítio do Aljão (CNS:5907) é fundamental para o estudo do nosso território por ser o único realmente intervencionado com resultados publicados. Os trabalhos arqueológicos demonstraram uma sequência ocupacional em cinco momentos, desde a época romana ao fim da alta idade média (Tente, 2010:80). Este local encontra-se rodeado de um conjunto relevante de sítios arqueológicos de várias épocas, saltando

imediatamente à vista o quase vazio a norte do sítio arqueológico (Est. LXXX). As estruturas identificadas em escavação definiram a nossa geolocalização[129].

São ainda relevantes um par de documentos, os mais antigos conhecidos para o concelho de Gouveia, datados de 1140[130] e 1141[131] (Tente, 2007:53) que se referem a esta propriedade. Estes têm informações valiosíssimas, inclusivamente, permitindo delimitar pelos vales da ribeira do Boco, do Rio Torto[132] e do Rio Mondego, a sua área, sugerindo a mesma deter 2.000ha (Est. LXXXI).

Esta área imensa ultrapassa largamente os valores que definimos para a área de exploração de uma *villae* à época romana, apesar de sabermos que estas indicações se reportam à primeira metade do séc. XII d.C.

A qualificação do sítio como *villa*, ainda assim, não nos merece contestação, identificando-se, inclusivamente, *urbana ornamenta* em escavação (Tente, 2010:89), entre outros elementos.

A cronologia que nos importa foi estabelecida entre o século II d. C., atestada numa *terra sigillata* hispânica e num sestércio de Trajano, entre outros fatores (*Ibidem*:80) e o século IV/V d.C., através da datação por C14 de um fragmento de cortiça, conhecendo ocupações posteriores intervaladas.

[129] Colaborei, um par de dias, na campanha de escavação do verão de 2008, sob direção de Catarina Tente.

[130] O primeiro documento é fundamental para a compreensão da dimensão desta propriedade no séc. XII d.C. O mesmo trata da venda da propriedade por D. Afonso Henriques aos irmãos Garcia e Paio Eneguiz (*Idem*:*Ibidem*), delimitando a propriedade pela seguinte ordem: Arcozelo da Serra a nascente, Rio Mondego a norte, a *aqua de cessada* a poente, correspondente ao Rio Torto, e o Castro do Lobo a sul (Tente, 2010:82), identificado como o Penedo dos Mouros (CNS:12039) (Tente, 2007:53). A sudeste está a ponte de Rio Torto (medieval), a oeste as pontes do Celas/Aljão e das Cantinas (romanas), mais a jusante do Rio Torto, e a Sudeste a ponte dos Cavaleiros, sob a ribeira do Boco, cuja datação desconhecemos, mas que contribui para demonstrar a boa circulação em torno desta propriedade ao longo dos últimos dois milénios.

[131] O segundo documento trata de uma doação ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra de um oitavo desta propriedade, identificando zonas de edificado, vinhas, terras cultivadas e por cultivar, pastos, montes, fontes e moinhos de dois tipos. Estes podem referir-se aos lagares do sítio das Lages Ruivas II (CNS:12045), também conhecido como Lágeas, identificando-se cinco em 500m2 (Tente, 2007a:349) com diversas tipologias. Estes estão datados para a Alta Idade Média, pelo que não os integramos na nossa base de dados.

[132] Na carta militar, junto à nascente da ribeira das Aldeias, o topónimo é Assessada. O rio torto parece um afluente da ribeira das aldeias. Seria a ribeira das aldeias a *aqua de cessada*. O desenvolvimento do lugar de Rio Torto, que surge no séc. XIII d.C., pode ter levado à alteração do hidrónimo (CMP fls. 201 e 212).

O trabalho têxtil está atestado em pesos de tear encontrados e num tanque escavado, onde surgiu um *dolia* epigrafado, que o contexto levou a considerar que fosse um *vinum doliare* reaproveitado para o tratamento de lãs (Tente & De Man, 2012:416-421).

De grande propriedade rural romana, converteu-se num aglomerado populacional durante a época alto-medieval (Tente, 2010:83), inferido na Necrópole do Monte Aljão (CNS:35561) até ao seu abandono como tal.

Não conhecemos a totalidade dos processos e estratégias de povoamento que possam ter participado nas possíveis alterações de dimensão da propriedade, apesar de inferirmos a forte dinâmica, por exemplo, através da necrópole rupestre, construída no séc. IX d.C. e que no séc. XII d.C. já se encontrava abandonada, confirmando os trabalhos arqueológicos (Tente, 2010:82) esta sugestão, pela ausência de referência na documentação.

7.3.1.b) Separadora (S. Paio)

O sítio da Separadora, Quinta do Tomé ou Quinta das Moitas, implantado a meia-encosta, sendo a mais próxima aos solos próprios para o pasto, a montante (Est. LXXXII). Foi identificado por Tavares Ferreira na década de 1950, recolhendo-se asas de ânfora (Est. LXXXIII) e pesos de tear (Est. LXXXIV), assim como, elementos arquitetónicos, como fustes de colunas (Ferreira, 1950:21 e 28) (Est. LXXXV). A sua implantação acima dos 650m de altitude, entre Gouveia e Nabais, sugere o aproveitamento dos terrenos agrícolas a jusante e os pastos a montante.

No final dos anos oitenta do séc. XX, o nosso orientador identificou uma série de mós usadas no corticeiro dos apiários locais, assim como, as sondagens feitas nos anos 1950, onde eram visíveis restos de estruturas e outros elementos arquitetónicos (Carvalho, 1988). Apesar de publicado na *Arqueologia da Serra da Estrela* com a classificação de *villae* (Alarcão, 1993:24), a mesma não se encontra registada no Portal do Arqueólogo.

A identificação de elementos de *urbana ornamenta*, as mós e os pesos de tear, levam-nos a considerar a semelhança com o sítio do Aljão e a crer que estamos, de facto, perante uma *villa*.

De suprema relevância para encontrarmos uma cronologia para este sítio, foram os dois fragmentos de asa de ânfora aí recolhidas, que corresponderão ao tipo Almagro 51 A-B, produzidas no séc. V d.C., em diversas regiões, desde a Ampúria, até ao Algarve e aos centros de produção próximos ao rio Sado. A sua aparente relação com o transporte de *garum* demonstra a integração, mesmo que tardia, no mercado económico romano deste sítio em particular (Pinto & Magalhães, 2016).

7.3.1.c) Mandarteiro (Arcozelo da Serra)

Para o sítio do Mandarteiro não encontrámos qualquer referência nas fontes consultadas, chegando-nos a informação através de populares da freguesia de Arcozelo da Serra[133]. Fomos alertados para a existência de uma base[134] (Est. LXXXVIII) e dois, possíveis, fustes[135] de colunas em casas particulares dessa freguesia. Deslocando-nos, fomos recebidos pelos proprietários, amigavelmente, ficando a saber que os três elementos arquitetónicos tiveram origem no lugar do Mandarteiro, onde existem exploração florestal, plantada entre 2011 e 2013[136], olivais e vinhas (Est. LXXXVI).

Considerámos o primeiro elemento referido na ordem toscana, realidade conhecida e difundida na Lusitânia durante o séc. II d.C.

---

[133] Nomeadamente, a primeira vez que ouvimos falar do sítio foi pelo técnico de informática do Município de Gouveia, Pedro Coito, natural dessa freguesia, ao qual agradecemos as primeiras indicações.

[134] A base de coluna, foi encontrada no sítio do Mandarteiro, num muro de pedra que ladeia o caminho, que de acordo com o Sr. João Ferreira, trouxe o seu pai "há muitos anos por achá-la diferente".

[135] Estes encontram-se na fachada da habitação do Sr. Joaquim Louro Marcelino, que é também o proprietário da exploração florestal, herdada do seu sogro. Segundo o próprio, um destes objetos estava semisoterrado próximo ao casebre que ainda lá está (Est. LXXXVII), e com ajuda de uma máquina agrícola, arrancou-o pela plantação do pinhal, para juntar ao outro elemento que havia sido trazido pelo seu sogro, estava o Sr. Joaquim como militar destacado na Guerra do Ultramar Português, desconhecendo-se o contexto de achamento e o motivo que levaram o sogro do Sr. Joaquim a deslocá-lo. O motivo que levou à decisão de trazer o segundo elemento foi, durante a lavra do terreno para o pinhal e tendo dois dragões de pedra azuis que queria expor na fachada do seu imóvel como demonstração da sua afeição clubística, decidiu deslocá-lo, compondo assim o ramalhete.

Outras indiciações foram-nos dadas pelo proprietário, como a existência de uma pedra "diferente", que usa como marco de limite da propriedade. Retirou-a próximo do afloramento junto ao casebre, que tem uma "pia", e do local de proveniência do elemento levado recentemente (Est. XCI).

[136] Que confirmámos através da ferramenta "histórico" do Google Earth que disponibiliza imagens de satélite do território desde 2005 (Est. LXXXVII).

(Fernandes, 2008:231-270). O outro fuste de coluna (Est. XC) é mais robusto em relação ao outro elemento (Est. LXXXIX), que tem uma forma esguia de face linear.

Dada autorização para percorrermos a propriedade, verificámos, de imediato, a erosão do solo pela ação das alfaias mecânicas agrícolas, bem recentes, e a dispersão de materiais à superfície, representados totalmente por cerâmicas de construção, *tegulae* e *imbrice*, numa área de 7.000m2[137], confirmando-nos a existência do sítio arqueológico.

No extremo noroeste da área visitada encontra-se, ainda, uma pedra almofadada usada como marco da propriedade, na vertical, disposta orgulhosamente (Est. XCIII). No muro norte da propriedade são ainda visíveis diversos silhares entalhados e outros elementos arquitetónicos, como a soleira de uma porta e frisos.

Próximo a um barracão construído em tijolos de cimento, verificámos a existência de um recesso em forma de pia, com 45cm de diâmetro (Est. XCIV), com nota para o barracão que assenta numa estrutura de pedra aparelhada, formando uma planta retangular, com 4,80m X 4,00m, ocupando uma área de 19,2m2 (Est. XCV).

Apesar da ação agrícola poder ter contribuído para alterações na dispersão dos materiais à superfície, a que constatámos, juntamente com os elementos arquitetónicos identificados na sede de freguesia, foram determinantes para a classificação tipológica como *villae*, atribuindo ao séc. II d.C. a base da coluna, que na falta de mais informação, dá-nos uma amostra cronológica, que aceitamos.

A possibilidade de um dos objetos se tratar de um miliário anepígrafo indica, ainda, uma possível estrutura de apoio à rede viária, com implicações nas propostas para a rede viária regional, que descrevemos no capítulo da *Rede Viária*.

---

[137] Fizemos o levantamento dos sítios e os registos através da aplicação *SWMaps* que atribui uma coordenada a fotografias e nos marca os trajetos percorridos através da geolocalização do *smartphone* (Est. XCII).

7.3.2. Granjas

7.3.2.a) Cerca (Gouveia)

No limite sul do perímetro urbano da cidade de Gouveia, encontra-se o sítio da Cerca (CNS:12058), identificado como *vestígios diversos* no Portal do Arqueólogo[138], já referido como uma possível *villa* (Carvalho, 2000).

Implantado numa zona aplanada da vertente, a geolocalização que retirámos da ficha de sítio (Est. XCVI), inclui-o na propriedade conhecida como *Cerca dos Marqueses*, indicando "fragmentos de *tegulae*, cerâmicas de construção e um recipiente de cerâmica manual" pelo que não colocamos em causa a existência do sítio. Apesar das nossas visitas ao terreno, não detetámos uma área de dispersão concreta, talvez devido às condições de pouca visibilidade da superfície, decorrente da densa mata e consequente manta morta criada em toda esta icónica propriedade senhorial de Gouveia, ou por a indicação necessitar de revisão.

Assinala-se, ainda, a existência de estruturas detetáveis pela fotografia aérea[139], que tivemos alguma dificuldade no local indicado pela base de dados da tutela.

Porém, 200m a sul, ainda numa superfície aplanada da vertente (Est. XCVII), identificam-se ações antrópicas em traçados lineares caracterizados por apresentaram pigmentações mais escuras que a envolvente, que não conseguimos relacionar, cabalmente, com este sítio arqueológico, apesar de aí, sim, identificarmos alguma cultura material incaracterística, pouco representativa de qualquer período histórico em específico, nomeadamente fragmentos de telhas e cerâmica utilitária a torno.

Na ausência de dados quantitativos e representativos da hipotética estrutura arqueológica soterrada e na ausência de cerâmicas finas e elementos arquitetónicos de monta, não vemos motivos para a sua

138 Consultado a 02/12/2021: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55414
139 Consultado a 02/12/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55414

classificação como *villa*. Ao invés, consideramos a possibilidade de este sítio arqueológico referir-se a uma *granja*.

7.3.2.b) Regada/Bacelo (Aldeias)

Para o sítio da Regada/Bacelo (CNS:30891) na freguesia de Aldeias, o Portal do Arqueólogo atribui a tipologia de *vestígios diversos*, registando uma área de dispersão na ordem dos 5.000m2.[140]

O sítio foi identificado na ocorrência de um deslizamento de terras junto à igreja matriz local, em meados do século XX, recolhendo-se mós manuais (Est. XCVIII), telhas, cerâmica comum e de construção. Próximo e a montante deste sítio estão um par de sepulturas (Cama da Moura – CNS:11598)[141]. Aquela que se encontra assinalada no Portal do Arqueólogo não nos foi possível visitar, dado não conseguirmos contactar o proprietário e a outra, 180m a sudoeste da geolocalização da base de dados da tutela, encontra-se bastante destruída pela construção de uma estrada (Est. XCIX).

Esta característica, juntamente com a ausência de cerâmicas de importação e *urbana ornamenta*, são os fatores que nos levaram à integração deste sítio na tipologia de *granjas*. As dúvidas sobre a classificação desta estação, derivadas da falta de trabalhos, já foram consideradas anteriormente (Alarcão, 1993:18) e mantêm-se, apesar de considerarmos estes dados, por ausência, para a nossa classificação.

É a jusante destas estruturas funerárias, e ao longo dessa encosta até à Igreja Matriz, em logradouros ou courelas, que se vislumbram a maioria dos materiais, não detetando qualquer material a montante, considerando o sítio, parcialmente, debaixo do edificado do bairro da Regada, nessa freguesia (Est. C).

[140] Consultado a 12/12/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2792094

[141] Sítio da Cama da Moura (CNS:11598). Consultado a 19/12/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=54722

7.3.2.c) Fraga (Aldeias)

Ao contrário do sítio acima descrito, a geolocalização do sítio da Fraga (CNS:12055)[142], na freguesia de Aldeias, não correspondia aos materiais ou à descrição que dele se faz. Chegados ao local, o proprietário "jurava a pés juntos", não se lembrar de trabalhos arqueológicos ou achados nesse local.

A descrição na ficha de sítio[143] dava ainda a entender tratar-se do sítio na Regada/Bacelo, pelo que chegámos a considerar a sua agregação, à imagem do que fizemos para o Freixial/Safaíl. Contudo, o CNS distinto levou-nos a considerá-lo individualmente e em boa hora.

Numa caminhada pela freguesia, passando junto ao cemitério-velho, deparámo-nos com robustos fragmentos de *tegula* no caminho (Est. CI) e decidimos percorrer o terreno a montante[144], entre o cemitério-velho e uma habitação no cume, onde observámos uma razoável dispersão de materiais numa área de 5.500m2, numa superfície bastante erodida de solo pouco espesso. Considerámos aqui o sítio da Fraga, obtendo a indicação da estação arqueológica pela média da área que percorremos, onde identificámos materiais (Est. CII).

Apesar de separado por apenas 500m em linha reta da outra *granja* nesta freguesia, esta zona do concelho, em encosta, é definida por abruptos vales, como o da Ribeira da Malhada (CMP fl.212), que os separa por margens íngremes, possivelmente até utilizada como limite de propriedade. O único dado relevante que recolhemos deste sítio é a dispersão de material, que, francamente, na sua maioria não correspondiam a objetos especificamente romanos, excetuando um par de bons fragmentos de *tegulae*. Existe potencial para recolher outros dados no futuro próximo, ainda assim, esta dispersão material e a pouca monta deste registo arqueológico, leva-nos à classificação de *granja*.

---

[142] Consultado a 10/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55412

[143] "Atualmente à superfície nada se vê, uma vez que o local foi coberto e recoberto de terra, pois existe um riacho subterrâneo ou um lençol freático, que por vezes vem à superfície levando camadas de terra para a zona mais baixa do terreno. Foi este fenómeno que levou à descoberta da estação". Consultado a 10/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55412

[144] Fizemos o levantamento do sítio e registo através da aplicação *SWMaps* que atribui uma coordenada a fotografias e nos marca os trajetos percorridos através da geolocalização do *smartphone*.

7.3.2.d) Carvoeiro (Vila Nova de Tazem)

O sítio do Carvoeiro, em Vila Nova de Tazem, está identificado com o topónimo Sepulturas do Carvoeiro (CNS:12036) no Portal do Arqueólogo, atribuídas à Alta Idade Média, em função do conjunto de três sepulturas encontradas nessa propriedade. Porém, a ocupação romana está testemunhada na descrição da ficha de sítio, referindo materiais cerâmicos que são, ainda, facilmente identificáveis nas superfícies envolventes, ao percorrê-las.

Trata-se de uma quinta abandonada há relativamente pouco tempo, próxima aos santuários rupestres da proto-história (Est. CV) da Quinta do Pé do Coelho (CNS:11724) (Tente & Lourenço, 1999) (Est. CIII) e do Carvoeiro[145](Est. CIV).

A área de dispersão dos materiais registou-se nos 4.000m2 (Tente, 2007:57), descrevendo-se o aparecimento de "fragmentos de *tegulae*, de tijolos tipo "burro", de olaria comum de torno rápido e de escórias de ferro". Os dados recolhidos apontam para uma cronologia romana, "não sendo possível determinar se o local foi habitado em época medieval"[146] apesar da presença das sepulturas rupestres e da indicação cronológica, no Portal do Arqueólogo, se referir, exclusivamente, à Alta Idade Média.

Estamos confiantes na classificação atribuída como *granja*. Na área de exploração que definimos, cerca de 150m a norte, refere-se outro sítio, identificado no Portal do Arqueólogo como Carvoeiro (CNS:12035), que descreveremos no subcapítulo seguinte, sobre os *casais*, por se integrar na área de exploração menor (50ha) criada para esta propriedade (Est. CVI).

7.3.3. Casais

Registámos dez estruturas deste género no nosso território de estudo (Est. CVII). Quatro integrados na base de dados do Portal do Arqueólogo, apesar de não se considerarem como tal tipologicamente,

[145] Este achado, ou encontro, é inédito e foi feito pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem, o Arquiteto Marco Martins, que de imediato nos alertou para este facto e a quem agradecemos, não só este achado, mas toda a diligência em termos da preservação e divulgação do Património Cultural da única vila do concelho de Gouveia.

[146] Consultado a 08/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55364

cinco identificados através de trabalhos prévios, não publicados (Carvalho, 1988) e outro que encontrámos através de uma ficha de material que existe no Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta, em Gouveia.

O Portal do Arqueólogo, ao sítio do Carvoeiro em V. N. Tazem (CNS:12035), refere-se como *vestígios diversos*, de cronologia *indeterminada*, com materiais "de construção, *tegulae*, um bordo de recipiente cuidado e escória proveniente da atividade metalúrgica"[147]. Integrado na área de exploração da *granja* identificada nas sepulturas do Carvoeiro (Est. CVI), poderá tratar-se de uma estrutura de apoio ao estabelecimento agrário de média dimensão que colocamos nas Sepulturas do Carvoeiro, apesar de não termos identificado a expressão material no terreno que nos confirmasse a existência desta pequena estação arqueológica. A referência a escória[148] em ambos os locais é uma ligação evidente, assinalando-se, nas proximidades, potencial mineralógico de estanho e titânio relevante, a sul dos sítios (Est. CVIII).

O sítio da Tapada, em Vinhó (CNS:12005), apresenta, igualmente, uma tipologia de *vestígios diversos* do período romano, inferida nas cerâmicas, de construção (Carvalho, 1988), num pé de copo[149] e em *tegulae* (Alarcão, 1993:26) numa área de 300m2 (Tente, 2007:60). Referir a presença de três sepulturas rupestres (CNS:12007), numa das quais, onde o pé de copo foi encontrado[150]. A atribuição de *casal* a este lugar surge da indicação retirada do trabalho do nosso orientador (Carvalho, 1988), assim como sucede para outros dois sítios, cada um a cerca de 250m deste (Carvalho, 1988) (Est. CIX), que descrevemos adiante; assim como da presença das sepulturas, podendo a necrópole assinalar uma família que nalgum momento aí viveu.

O sítio do Pai Moço (Est. CX), na União de Freguesias de Melo e Nabais (CNS:12060), que a ficha do Portal do Arqueólogo remete para *vestígios diversos*, do período romano, registando "*tegulae*, *imbrices* e

[147] Consultado a 08/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55363
[148] Consultado a 08/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55363
[149] Consultado a 20/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55274
[150] Consultado a 20/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55290

tijolo tipo burro"[151]. A escassa expressão arqueológica é notória, por não termos encontrado o sítio à superfície, levando-nos a crer na sua pequena dimensão.

Em Vila Cortês da Serra (CNS:23228) há notícia de *vestígios diversos* do período romano, no Portal do Arqueólogo,[152] conhecidos desde a década de 1950.[153] Ainda se colocam legítimas dúvidas sobre a tipologia deste sítio (Alarcão, 1993:27), reiterando que a necessidade de categorizar os sítios é instrumental e necessária à nossa abordagem.

Detetámos pouquíssimos materiais num logradouro na rua do Termo de Gouveia (Est. CXI), bastante próximos a uma ponte (Est. CXII), que apesar de não preservar o tabuleiro, conserva o arranque do arco em cantaria de granito, semelhante a outras no concelho[154]. Não estamos seguros se o sítio que identificámos corresponde ao referido noutras fontes e considerando a pouca informação que recolhemos, considerando principalmente, o seu isolamento, parece-nos adequado considerar uma estrutura deste género.

Em Vinhó, há um interessante aglomerado destas estruturas, próximos à Tapada, que já referimos (Est. CIX). O sítio do Cruzeiro das Almas, 250m a sudoeste da Tapada, materializa-se nas cerâmicas de construção surgidas num revolvimento de terras junto a esse cruzeiro (Carvalho, 1988) e a Quinta do Outeiro de S. Domingos, 250m sudeste da Tapada (Carvalho, 1988), que tem associadas quatro mós, cujo paradeiro desconhecemos, e um peso em granito (Est. CXIII).

As mós são comuns nesta zona, inclusivamente, encontrando-se 600m a poente, no caminho rural e integrando o aparelho construtivo do muro da propriedade da Quinta do Passal (CNS:30599), seis dormentes

[151] Consultado a 20/09/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55416
[152] Consultado a 30/10/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2525999
[153] Tavares Ferreira (1954) – Velharias. Vestígios Arqueológicos à volta de Vila Cortês da Serra. Jornal de Gouveia. 8 de abril de 1954. N. º42. Ano II. Gouveia: p.6.
[154] Apesar da atribuição cronológica desta ponte não ser a do nosso âmbito de estudo, a proximidade destes materiais a esta estrutura, e a distância deste sítio para os que conhecemos no nosso território (o mais próximo, Folgosinho, fica a 5km), leva-nos a indagar sobre esta relação, hesitando entre colocar este lugar nesta tipologia ou atribuir-lhe um papel na rede viária local.

de mó em granito[155]. Dada a proximidade destes sítios à Tapada, poderíamos introduzir para estes locais outra abordagem, considerando estes locais como integrantes de uma propriedade rural ou até de um pequeno aglomerado populacional. No entanto, a falta de trabalhos, nomeadamente, de prospeção intensiva, não nos permite outras considerações que não aquelas que encontrámos na bibliografia, remetendo, estas materialidade identificadas, para a existência de pequenos *casais* próximos, que até poderiam funcionar desde diversos propósitos, onde um assumia-se como sede do *casal* e os outros como estruturas subsidiárias, ou até mesmo representar ligações familiares que mantendo-se na mesma área, foram acrescentando novos edifícios. São, imperativos, trabalhos arqueológicos que permitam esclarecimentos.

Outro sítio está no alto do Passal, em Nabais, 1km a norte do Pai Moço (Est. CX), onde surgiram fragmentos de *tegulae* (Alarcão, 1993:24). Uma vez mais a fraca expressão arqueológica da referência e não termos encontrado o sítio à superfície sugerem a sua pequena dimensão, integrando-o nesta tipologia.

Os sítios do Cabeço da Mata e do Minhoto, ambos em Vila Nova de Tazem (Est. CXIV), foram identificados a partir do trabalho do nosso orientador (Carvalho, 1988) e têm características muito particulares.

Desde logo, o contexto de achamento de fragmentos de ânforas, machados de pedra polida, mós manuais e pesos de tear nas Grutas da Maria do Bento e do Sapo, no sopé do Cabeço da Mata, em cavidades

[155] Sobre a possibilidade de estes sítios corresponderem a um único, hipótese que não parece descabida, contando com as características do terreno (CMP fl.201) e pela interpretação, em outras publicações, deste tipo de acontecimento (Alarcão, 1993:26), o seu isolamento em relação aos outros sítios identificados num raio de 2,5km pode ser significativo. Ainda assim, não encontrámos a realidade material à superfície que sustente esta correspondência. A nossa observação foi dificultada pelo grande número de propriedades rurais que existem nessa área, com altos muros de pedra a dividi-las e com diversos proprietários. O principal fator que nos levou a manter a classificação de casais para estes sítios, foi o pouquíssimo material referido em volta das sepulturas, não querendo com isto dizer que o sítio arqueológico não possa estar noutra área próxima. Esta dispersão de materiais pode ainda corresponder a diferentes fases de ocupação, sucedâneas, onde um romano original, impulsionou outros próximos, que utilizaram os materiais construtivos noutro lugar, através do desmantelamento do edificado original (Alarcão, 1993:27). Julgamos aceitável considerar estes como um conjunto de casais, que até podiam diferenciar-se dentro de uma família, na(s) propriedade(s) desse casal. Não vemos, também, motivos para negar a um *aedificia* de maiores dimensões, os seus *tuguria*. Nos *buffers* criados para cada sítio, a área conjunta cobre o correspondente a 25ha, o que não parece excessivo, comparando com os 35ha estabelecidos como máximo para este género de estruturas rurais no Alentejo (Alarcão, 1998a:94). Esta área parece-nos de interesse superior para o estudo desta temática num futuro próximo.

rochosas, na íngreme encosta do vale da ribeira de Girabolhos, são pouco ortodoxas quando procuramos a materialidade da época romana, remetendo este sítio para um lugar de singularidade.

A proximidade do Cabeço da Mata ao sítio do Minhoto levou-nos, inicialmente, a considerar a sua relação. Infelizmente, não foi frutuosa a nossa ida ao terreno para identificar os sítios, como também não é animadora a notícia que nos chegou sobre o sítio, referindo-se à destruição, com uma máquina agrícola, de um forno com cúpula, revestido de *tegulae*, assim como outra estrutura, menos ostensiva (Carvalho, 1988).

É relevante considerar os depósitos argilosos próximos (Carvalho, 1988) que, em conjunto, deixam a sugestão de uma olaria, artesanal e independente, ou não, como aquelas identificadas na zona de Idanha-a-Velha (Alarcão, 1998a:103).

Finalmente, S. Domingos, em Nespereira, sobre o qual não encontrámos qualquer referência bibliográfica, mas identificámos através de dois fragmentos cerâmicos e ficha associada (Est. CXV), indicando proveniência junto à capela dessa evocação, onde observámos poucos materiais de construção em terrenos confinantes, notando a profunda alteração da envolvente da capela pelo alcatroamento da estrada contígua à ermida. O sítio está no limite da área de influência definida para o aglomerado urbano identificado em S. Pelágio (Est. CXVI). Podendo tratar-se de um *casal* autónomo ou de uma estrutura de apoio a atividades agrícolas ou, eventualmente, a outra estrutura do género. Uma vez mais a nossa classificação partiu da ausência de mais dados, além dos dois fragmentos cerâmicos indicados e das observações feitas no local.

7.4. Sítios Indeterminados

Mencionamos outros sítios, que apesar de cronologia e tipologia indeterminadas, nos parecem relevantes, nomeadamente, os *vestígios diversos* do sítio em Nabais (CNS:23270), do período romano, que a ficha

de sítio do Portal do Arqueólogo[156] remete, somente, para a existência de "(...) um arco em granito almofadado, atribuível ao período romano". Acreditámos tratar-se de uma estrutura na interceção da Travessa com a Rua Direita, nessa freguesia (Est. CXVII), porém, esta referência parecer referir-se – através de indicação do nosso orientador, natural desta freguesia – ao arco conhecido como de Palhais, a delimitar um átrio, pátio ou quintã, que pulula a memória popular em diferentes narrativas associadas tanto à fundação da localidade como à comunidade judaica medieval e cristã-nova.

Decidimos mencionar outros sítios que já foram considerados, de alguma forma e em algum momento, como arqueológicos. Apesar de sugestivos não há evidência diretas, nem entrada no Portal do Arqueólogo, ao contrário do sítio de Nabais, que inclusivamente está atribuído ao período que nos importa e que é o único desta categoria que representamos no conjunto total de sítios.

Falamos do Coruto de Alfátima, cujos vestígios podem ou não ter sido confundidos com as ruínas do Castro Verde (Alarcão, 1993:18-19) e o Monte Negrume, ambos em Mangualde da Serra, sem atribuição cronológica nem vestígios claros associados (Alarcão, 1993:17; Alarcão 1996:10). O alto de S. Tiago, que tinha vestígios visíveis no início do séc. XX, não confirmados (*Idem*:22) e o alto de S. Domingos, associado a lendas sobre uma capela[157] e um castelo medieval[158] (*Ibidem:Ibidem*), ambos em Folgosinho. Ainda o Campo Redondo, em S. Paio, ao qual anda associado o molde bivalve de agulhas (Est. XII)[159] da Idade do Bronze (Alarcão, 1993:23; Senna-Martinez, 2013:174). Registamos, ainda, a sugestão de dois "castros" no Bico do Corvo e no Farvão (Est. CXVIII),

[156] Consultado a 03/12/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2530492

[157] Contou-nos o Prior de Gouveia, António Morais, que havia uma capela consagrada a São Domingos que, a dada altura, sempre que lá passava alguém verificava que a imagem estava no chão. Repondo-a no altar, quando regressavam estava novamente no chão. Pensando ser algum malfeitor, decidiram ficar de guarda à capela, mas quando davam por ela, já a imagem estava, novamente, no chão. Interpretando, os populares, o evento como um sinal que o santo queria sair daquele lugar, decidiram levá-lo para o Convento (agora Capela) da Nossa Senhora do Coito, no lugar de Nabainhos, abandonando esta ermida.

[158] Sobre este último, foi-nos indicado por populares de Folgosinho que o castelo estaria no topónimo *Cabeço d'El Rei*, tratando-se da fortaleza da família real Visigoda do Casal Reigoso, sepultada no Casal das Pias.

[159] À guarda do Museu Municipal do Arte Moderna Abel Manta, em Gouveia.

imediatamente a sul de Gouveia, que não foram, igualmente, confirmados tanto em trabalhos anteriores (Alarcão, 1993:20) como nas várias deslocações que já fizemos a esses locais ao longo dos últimos anos

Estes sítios têm em comum a sua implantação, situando-se a montante da linha de povoamento atual, identificando-se, particularmente, S. Domingos, S. Tiago e a portela de Folgosinho entre eles, como o ponto mais baixo da linha de cumeada a nascente. A poente as referências já se encontram, não ao longo do Alto, mas como que camufladas pela parede que se ergue até aí, como são exemplo o Campo Redondo, o Bico do Corvo, o Farvão, o Monte Negrume e até o Coruto de Alfátima, que transformam este locais em referências paisagísticas regionais (Est. CXIX).

7.5. Santuários Rupestres

A este cenário, decicimos acrescentar os sítios classificados como santuários e/ou lugares de culto rupestres (Santos, 2015:10). O conhecimento sobre estes sítios na Península Ibérica foi aprofundado recentemente na dissertação de Maria João Correia Santos (2015), identificando-se uma centena, que permitiram estabelecer uma tipologia e uma base de trabalho que já vinha sendo desenvolvida pela autora (Santos, 2015:25-36), apesar de continuarem a persistir sérios problemas na caracterização cronológica dos mesmos, fruto das poucas escavações arqueológicas.

O número de intervenções nestes sítios é extremamente reduzido, contando-se apenas quatro desta centena, o que condiciona a metodológia da abordagem, ainda para mais quando somos confrontados com a quantidade de bibliografia produzida sobre alguns destes locais, como Panóias, Pena Escrita e Ulaca (Santos, 2010:148-149). Nota importante é a de que, destes quatro sítios, dois deles pertencem ao nosso território de estudo. Apesar disso, continuam a escassear dados.

Decidimos mencionar estes sítios na nossa abordagem por ser reconhecida a livre expressão religiosa durante o domínio romano destes territórios, que nem sempre se realizaria sob suportes clássicos romanos,

como templos construídos e as aras votivas, existindo a possibilidade de convivência nas formas de culto, pelo menos numa fase inicial da presença romana.

Estes sítios permitiam a comunicação com o divino, numa noção associada a um espaço construído, como os casos que referiremos, ou sonretudo em espaços ou santuários ao ar livre, onde o divino se revelava nas nascentes, florestas ou penedos. Sobressairia o impacto emocional entre quem partilhava a crença e que marcava a sacralidade dos espaços (Santos, 2010:147).

Como para outros sítios arqueológicos, a escolha do local sagrado obedecia a condicionalismos geográficos decisivos. Entendemos que a ânsia das comunidades humanas não modificaria a essência dos objetos na paisagem (Del Rey & Del Brio, 1994:13), nem fugiam às circunstâncias, políticas, militares, sociais, culturais e económicas, que procuramos entender para contextualizar a presença humana em qualquer sítio.

A comunidade associa as suas vivências à paisagem, refletida, muitas vezes na toponimia[160] ou em superstições relacionadas com amuletos, como os pés de coelhos, ferraduras de cavalo e outras (Labronici, 2018).

A ideia generalizada de que estes sítios se integram na Idade do Ferro (Santos, 2015:23) é importante na perceção de que estes locais de culto indígenas, de alguma forma, preservaram-se no decorrer da ocupação romana, até determinado grau, como observamos nos vestígios do Cabeço das Fráguas (*Idem:*572).

Assim, aceitando a metodologia pré-definida nesta década, que estabelece três grupos tipológicos definidos pelas características físicas das estruturas (Santos, 2015:25-36), decidimos descrever brevemente este assunto no presente capítulo.

---

[160] A *cabeça do faraó*, parece a cabeça de um faraó; a *cabeça do velho*, parece uma cabeça de um velho, etc.

O tipo A.1 é composto por dois subgrupos: os A.1.1., com pequenos entalhes que servem de degraus e dão acesso a cavidades, maioritariamente, de origem natural onde se abrem canais de escoamento; e os tipo A.1.2 com escadas, propriamente ditas, escavadas na rocha, que estruturam o acesso a pias naturais e/ou artificiais.

Os do tipo A.2 apresentam escadas e recessos em forma de assento, a que se associam cavidades de formas diversas, naturais e/ou artificiais.

Os do tipo A.3 apresentam pias ortogonais de talha artificial, associadas a escadas bem lavradas e a elementos epigráficos (Santos, 2015:109).

Foram integrados os sítios do Penedo dos Mouros (CNS:19642) no Tipo A.1 (*Idem*, 2015: anexo II 203-211); e o *hemyciclum* de Nespereira (CNS:11614) (*Ibidem*:533-540) e o Cadeirão da Quinta do Pé do Coelho (CNS:11724) no Tipo A.2. (*Ibidem*:541-553).

A par destes três sítios, e apesar da nossa inexperiência neste assunto, identificámos, casualmente e em função de diversos propósitos, cinco outros com algumas destas características, que não resistimos em partilhar.

Destes, somente um, no Casal do Reigoso (CNS:11602)[161], já se encontrava, de alguma forma, referenciado como sítio arqueológico, indicando o recesso em forma de assento ou cadeiral (Tente, 2007:115) no topo do outeiro rodeado por um intrigante aparelho pétreo derrubado.

[161] A estrutura derrubada deste sítio encontra-se descrito como um antigo redil de gado. Consultado a 12/11/2020: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=54749

O recesso está orientado a norte, escavado num afloramento do cabeço rodeado pelo aparelho pétreo derrubado (Est. CXX) a que andam associados fragmentos de um caldeirão e uma meada de ouro (Sarmento, 1883:15; Abrantes, 1997:148). A lenda local diz ser onde o Rei Godo se sentava a aplicar justiça.

Identificaram-se outras duas estruturas deste género em Vila Nova de Tazem. Uma próxima às Sepulturas do Safaíl[162] (CNS:12003) e outra nas imediações das Sepulturas do Carvoeiro[163] (CNS:12063).

Outros dois foram detetados na Quinta da Moira[164], a jusante do Campo Redondo e no Monte Aljão[165], na parte da propriedade que integra a união de Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos, próximo ao Rio Torto.

Consideramos, assim, sete sítios como integrantes desta realidade na nossa paisagem (Est. CXXV). Cinco deles encontram-se na plataforma do Mondego, com os da Quinta da Moira (933m) e do Casal Reigoso (1086m) acima da *meia-encosta*. Apesar disso, todos se implantam em zonas pouco declivosas, inferiores a 5º de desnível (Est. CXXIV).

A preferência por zonas pouco declivosas terá uma relação com as dinâmicas de distância e custo (Romero, 2005:105-109), mostrando que a interação entre os vários sítios no espaço, se é que conviveram em algum momento, seria determinada pela condicionante geográfica ou em função do povoamento próximo, considerando a sua implantação em locais de relativo fácil acesso a contar desde os lugares de povoamento.

Dado o pouco destaque que detêm na paisagem, em cabeços com pouco de monumentalidade, podemos considerar, além da sua omissão, o seu estabelecimento em função das características geográficas, do povoamento e das tradições locais, que não podemos de qualquer forma, tecer.

Mencionando a questão de uma certa omissão na paisagem, para este tipo de sítio, o caso do Penedo do Cavalo Pintado (González, 2009), no nosso território de estudo, é paradigmático, apesar de anterior à nossa

---

162 O cadeiral do Safaíl (Est. LXVII)), é um recesso escavado, orientado a nascente, num afloramento granítico isolado de costas para o caminho rural, com uma espécie de carena em baixo relevo que rodeia o elemento, sem escadas.

163 O cadeiral no Carvoeiro (Est. CIV), 200m a sudoeste do que se encontra da Quinta do Pé do Coelho (Est. CIII) e com uma tipologia muito semelhante, tendo uma pia triangular na base do monumento, com cinco escadas até ao topo, que se encontra cortado. Estamos em crer que o cadeiral isolado que se encontra muito próximo do santuário identificado na Quinta do Pé do Coelho, tenha aqui a sua proveniência (Est. CXXI).

164 O cadeiral na Quinta da Moira, no Campo Redondo (Est. CXXII), está orientado a sul, no topo de um afloramento granítico, sem escadas, num afloramento que na sua base, com entrada a norte, tem um abrigo de pastor (Est. CXXII).

165 Outro cadeiral fica na propriedade do monte Aljão (Est. CXXIII), próximo ao Rio Torto, com três escadas escavadas até ao recesso orientado a sul, num afloramento granítico.

cronologia, referimos o sítio por ocupar um lugar no imaginário das gerações que se confrontaram com a presença do império romano.[166]

7.6. Rede Viária

Estabelecer vias de comunicação é uma característica reconhecida e perfeitamente identificável em estruturas próprias da presença romana. Os itinerários que cruzavam o nosso território não são referidos no *Itinerário de Antonino*, representação das estradas no início do baixo Império, com base em fontes anteriores, o que não significa que este território não fosse servido por itinerários relevantes.

Além das estradas, propriamente ditas, havia outras estruturas fundamentais para manter a boa circulação que permitiam ultrapassar vários obstáculos, como as linhas de água, identificando o imaginário popular, recorrentemente, pontes romanas em tudo o que é antigo.

As pontes de madeira, a vau, sobre poldras ou com barcas (Ruivo & Carvalho, 1996:80) seriam comuns e o conhecimento da microtoponímia é um importante aliado nesta matéria. A somar ao custo do empreendimento, a construção destas estruturas, assim como de aquedutos, por exemplo, seriam impressionantes ações de propaganda, de natureza estatal ou evergética.

Colocavam-se ainda, espaçadamente, nos trajetos, estações de apoio, muda ou serviço, como as *mansione*, *mutatio* ou *statio* (Mantas, 2014:231-256), de diferentes gradações, correspondendo, por vezes, a aglomerados urbanos ou rurais. Divergindo e convergindo nas estações de apoio e nos grandes eixos de circulação estavam os trajetos

---

[166] O petróglifo encontra-se numa plataforma de fácil acesso, sobranceira à ribeira de S. Paio, mas "escondida" no topo de um penedo com cerca de 2,60m de altura e só com apoio é possível aceder à gravura, em segurança (Est. CXXVI). O papel da representação do cavalo como símbolo poderoso ou religioso, deve ser considerado, pela sua representação ao longo do Paleolítico Superior Tardio até à Idade do Ferro (Gonzalez, 2009:257), demonstrando uma longa tradição associados a elementos de "*representaciones zoomórficas de animales grandes(...), refleja la importancia de la economía de caza que habrían desarrollado los sistemas religiosos, donde estos animales que se deseaba matar, desempeñan un papel preponderante a nivel del relato iconográfico, en una perspectiva conceptual, como via que conduce al interior de la tierra, a los caminos del mundo fantástico, o a las huellas de la caza, mostrando como descubrirla, siendo esta la frontera que separa el mundo de los vivos de los muertos» (Lommel, 1967, 84)*" (Gonzalez, 2009:254).

complementares regionais, os *deverticula* (Mantas, 2019:258), para a circulação de curto e médio curso.

A indicação do cruzamento de dois grandes eixos viários[167] romanos no nosso território, no sentido oeste-leste e sul-norte (Alarcão, 1993:21), estabelecidos plenamente ao fim do séc. I d.C. (Mantas, 2019:257), definem e orientam a nossa análise.

Estes seriam itinerários compósitos, de função militar, gradualmente convertidos em eixos administrativos, à semelhança da estrada que ligava *Olissipo* a *Bracara* (*Ibidem*:257-258). Não serviam simplesmente para ligar duas localidades. O território que elas atravessavam beneficiaria, igualmente, permitindo o acesso de zonas mais remotas aos eixos mais relevantes das províncias, integrando-os na dinâmica que caracteriza esta época, facilitando a comunicação e a circulação de pessoas e bens.

Os testemunhos da rede viária local são o marco miliário de Paços da Serra (Est. XXXII); as pontes de Aljão/Celas (CNS:12009) (Est. CXXVII), de Cantinas (CNS:12012) Est. (CXXVIII), ambas em Cativelos, e a ponte/calçada do Chorido (CNS:11607) (Est. CXXIX), entre Nespereira e Gouveia (Alarcão, 1993:24). Somam-se três troços de calçadas; dos Galhardos, em Folgosinho (CNS:7004) (Est. CXXX); da Teixugueira-Parigueira, em Vila Nova de Tazem (CNS:12075) (Est. CXXXI); e S. Pelágio, em Nespereira (CNS:11606) (Est. CXXXII), considerando, ainda, o sítio no Casal do Mondego de Baixo, próximo à ermida da Nossa Senhora da Assedace, Folgosinho, como uma possível *statio* (Ruivo & Carvalho, 1996:83-84).

7.6.1. Via do Mondego

De poente para nascente corria o eixo da *via colimbriana* medieval (Tente, 2007:33), entre o vale médio do Mondego e a nossa encosta.

---

[167] Estes são, ainda hoje, as orientações dos principais eixos de circulação do concelho, que se cruzam próximo a Nespereira. Correspondem ao trajeto da EN232 desde a ponte de Palhês até à Fonte do Mondeguinho, como o trajeto que atravessa a Serra da Estrela, e a EN17 ao eixo paralelo ao vale do Mondego.

Com origem no eixo *Olissipo - Bracara Augusta*, partia desde a estação da Eira Velha (Mantas, 2019:279), entre *Conimbriga e Aeminium*, percorrendo as Beiras até encontrar a *via da Prata*, esta paralela à costa atlântica, mas já no interior da Península Ibérica (Tente, 2007:33).

Associa-se este itinerário à antiga estrada Real/da Beira, correspondendo à forma como a EN17 se lança sobre o território (Tente, 2007:33). As XXI milhas inscritas no miliário de Paços da Serra (Saraiva, 2013:54) partiriam da capital de *civitas* na atual Bobadela e o exemplar em Santa Comba de Seia reportar-se-á, igualmente, a este eixo (Est. CXXXIII), colocando-se, ambos, na *estrada velha* para Gouveia (Mantas, 2019:279).

Assim, o trajeto entrava no nosso território (Est. CXXXVI) desde Santa Comba de Seia, entre Paços da Serra (Gouveia) e Pinhanços (Seia), onde facilmente atravessaria a ribeira de Paços. O primeiro desafio seria galgar a ribeira da Bandoiva, onde os topónimos Pedras Juradas e Quinta do Pontão Preto nos sugerem a sua travessia, iniciando a subida até Moimenta da Serra.[168] Depois desta localidade, apresenta-se a ribeira das Aldeias, talvez como agora cruzada pouco depois da Capela da Nossa Senhora do Porto, datada de 1641, junto ao lugar conhecido como Acessada[169], seguindo, talvez, como o troço da EM522 até à ribeira *Ajax*[170], próximo ou em Gouveia.

Fletindo para norte, o percurso[171] seguia o vale do Chorido, que é o dessa ribeira, até às proximidades do sítio de S. Pelágio, em Nespereira. Aqui, como vimos, além da *aldeia*, identificámos uma calçada, de orientação oeste-leste, que aponta no sentido deste trajeto, correndo

---

[168] Segundo informação do Sr. Bruno Mendes, um troço de calçada existia entre a Tapada do Padre Zé e Moimenta da Serra, pelo sítio da Lameira, destruída durante a construção da habitação aí situada, arrasada no asfaltamento da estrada que liga esta localidade à EN17.

[169] A Lenda da Acessada refere que uma imagem sagrada lá apareceu que levou à construção da Capela da Nossa Senhora do Porto. Consultado a 05/11/2020: https://archive.org/details/santuariomariano04sant_0/page/n569/mode/2up

[170] É comum as pessoas referirem-se à ribeira e ao monte Calvário como *Ajax.*

[171] Segundo indicação do Sr. Aurélio Barata, no fim dos anos mil novecentos e oitenta, durante a construção da sua moradia na Rua da Senhora do Porto, próximo à Rua da Carreira Velha, em Gouveia, foi destruído um troço de calçada “do tamanho da casa” que foi totalmente destruído.

paralelamente à EN17, desaparecendo a cerca de 800m a nordeste da capela de S. Pelágio.

Acompanharia a EN17 até Vila Cortês da Serra, passando pelas Olas (Nabais)e próximo ao povoado fortificado da Idade do Bronze do Castelejo (CNS:8064), até chegar à próxima linha de água nessa freguesia, possivelmente galgada 250m a jusante da junção das ribeiras do Paço e do Freixo, nas imediações do sítio que identificámos como *casal*, onde ainda existe uma ponte (Est. CXXXIV), já mencionada, que poderá representar este troço[172]. Nota, ainda, para a referência na plataforma do SIPA à ponte de S. Paio, atribuída ao período romano[173], relação que não conseguimos encontrar em bibliografia. O fato da ficha de monumento estar incompleta, levou-nos a não integrar esta estrutura na nossa análise.

Já para lá de Carrapichana, a curva larga da ribeira de Linhares representa o último desafio no nosso território, talvez vencido entre os lugares de Mogadouro e Vale da Ribeira, para voltar a encontrar o rio Mondego adiante, já depois da vila de Celorico da Beira (Est. CXXXV). Outra possibilidade é a de este trajeto assumir a direção da Guarda através de Videmonte, cruzando o Mondego superior próximo ao Porto da Carne, como referiremos adiante.

7.6.2. Via Emerita Augusta – Bracara Augusta

O eixo sul-norte, apresenta desafios complexos para a definição de um trajeto em particular, assumindo-se que não se trate de um único traçado. A complexa descrição feita neste subcapítulo levou-nos a representar na mesma estampa esta possível realidade, indicando, alfabeticamente, os troços aqui descritos, individualizando-os na mesma (Est. CXXXIX).

Seria um conjunto heterógeneo de caminhos, com um obstáculo fabuloso entre os demais para cruzar (a Serra da Estrela), como partes de

[172] A ponte definiria o antigo trajeto desviado pela atual ponte, na junção das linhas de água e que hoje serve a EN17. Na outra margem, de costas para a ponte primitiva, está a capela de Santo António, com a data de 1625.

[173] Consultado a 02/09/2021: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=15896

um grande eixo viário que pretendia, objetivamente, ligar *Emerita Augusta* a *Bracara Augusta* (Tente, 2007:34); e de onde divergiam/convergiam uma série de caminhos, alguns de tradição indígena (Marques, 2013:53), levando a diferentes destinos, garantindo coesão entre as zonas mais remotas da província, as *civitates* e a capital.

Consideramos, virtualmente, impossível afirmar o papel principal de um destes trajetos, parecendo-nos evidente a existência de vários possíveis para atravessar a Serra da Estrela[174]. Porém, a existência de dois grandes eixos orientadores da circulação regional sul-norte, deve ser destacado, nomeadamente, um que definimos cruzando o Mondego próximo à Quinta da Taberna (concelho da Guarda) e outro cruzando o Mondego na Nossa Senhora da Assedace (concelho de Gouveia). Veremos a complexidade deste tema, ainda assim, assinalando diversas possibilidades, conscientes da possibilidade de alguns indicados, referirem-se a planimetrias viárias medievais e não romanas.

Considerámos a proposta que sugere vencer a Serra da Estrela, contornando-a pela vertente leste (Mantas, 2019:278)[175], contudo não a representamos, por essa vertente da Serra se encontrar fora do nosso território de estudo. Este troço seria utilizado durante a Idade Média, para percorrer a distância entre Évora e o Porto, como uma herança do longo curso romano (*Idem*, 2019:280-281) e até hoje faz sentido, em função da planimetria viária atual[176].

---

[174] Hoje em dia, se me encontro no Porto, para chegar a Gouveia sigo a A1 no sentido Lisboa, entrando na A25 sentido Espanha, até encontrar a EN232 que utilizo para aqui chegar. Se venho de Coimbra, aventurando-me no IP 3 no sentido de Viseu, eventualmente, encontro um dos trajetos definidos pelas EN17, IC6 e IC12 para chegar a Gouveia, Seia ou Nelas, por exemplo. Se há 2000 anos decidisse ir de Mérida a Gouveia, saberia que o sentido seria o de Braga, talvez em *Centum Cellas* divergisse para o itinerário sugerido pelos Galhardos, saindo da via de longo curso. Apesar de também ser possível aceder a Braga, depois de passar em Gouveia, seguindo em direção a Viseu. Se não tivesse que ir a Gouveia, podia seguir pelo troço que contorna a Serra a leste, seguindo pelo vale do Távora para galgar o rio Douro.

[175] A proposta de Vasco Gil Mantas (2019) refere que, desde *Centum Cellas*, seguia o trajeto por Famalicão da Serra, Faia e Porto da Carne, concelho da Guarda (Mantas, 2019:277). A jusante dessas freguesias, entre Açores e Lajeosa do Mondego, em Celorico da Beira, próximo à atual ponte dos Ladrões, uma travessia no Mondego permitia acesso à ponte da Lavandeira, que orientava o sentido a tomar em direção aos *Aravi* e ao vale do Tavóra, para chegar ao Douro (Marques, 2011:54-55).

[176] Parece natural que a opção de contornar a montanha tenha sido ponderada, se é que não foi mesmo tomada, se ainda aos dias de hoje, a A25 e a A23 como que abraçam a montanha. As condicionantes invernais, impedindo a circulação, será levada em conta, mas também não sabemos, se, e quem é que vivia no interior da montanha, se foi lugar de refúgio ou habitat permanente, se existiu uma eventual resistência a partir deste território,

Seria a partir deste que as ramificações partiam para cruzar as áreas dos territórios próximos ao nosso, nomeadamente, Bobadela, Viseu e Guarda, articuladas com a *via do Mondego* e os seus *deverticulae*.

A capital provincial seria o ponto de partida deste grande eixo, e depois de atravessada a Cova da Beira, interessa-nos para já, conhecer o percurso entre Valhelhas e Mangualde, chegando desde sudeste ao nosso território.

7.6.3. Troço Valhelhas-Mangualde

Até à Serra da Estrela o percurso saia de Idanha-a-Velha em direção a *Centum Cellas*.[177] Aqui a possível bifurcação trazia o trajeto em direção à montanha, acompanhando o rio Zêzere, cruzando-o após o sítio da Quinta da Fórnea, em Belmonte. Pela encosta do templo romano próximo à capela da Nossa Senhora das Cabeças, em Orjais (Carvalho *et allli*. 2013) e Vale Formoso (Mantas, 2019:274), atingia-se Valhelhas, à boca da montanha, onde estaria outro nó viário.

Desde esta localidade, abre-se o vale do rio Zêzere para oeste/noroeste; na direção leste/nordeste[178] estão os vales das ribeiras de

---

que recursos disponíveis interessavam, que motivos levaram à consideração desse trajeto como o principal de longo curso. O não governo e a não consideração do trajeto principal pelas entranhas da montanha, podem ser sinal de desinteresse, a algum grau, pela Serra da Estrela, apesar das evidências de um troço utilizado à época romana (Troço Valhelhas-Mangualde). As análises palinológicas feitas nas turfeiras das Serra da Estrela não demonstraram grandes variações polínicos nos paleoambientes de então, e sabemos o impacto que a prática pastoril tradicional tem sobre o meio-ambiente, especialmente com as queimas para crescer pasto e consequente destruição florestal, que aliás foi detetada para outros períodos históricos (Daveau, 1988:106-108) de forma intensa, testemunhando a ausência deste tipo de atividade na montanha durante a ocupação romana. Estas evidências podem ser sinal da alteração económica experimentada por este território, alternando da pastorícia para a economia agrícola. Subsistem muitas dúvidas e respostas sobre a ocupação humana na Serra da Estrela, porque não sabemos, se de facto, esta região era ignorada e não foi integrada em qualquer organismo administrativo romano, como parece, à primeira vista. Na minha opinião a serra não foi ignorada e foi integrada numa *civitas*. Assim como as vias a cruzaram pelo seu interior (ver Taberna e Assedace) e não foi contornada. A ideia de serra=vazio deve ser abandonada. Seria tão vazia de ocupação como agora, mas não seria uma terra de ninguém.

[177] Desde Idanha-a-Velha, no território dos *Igaeditani*, dirigia-se a noroeste, à Capinha, Caria e Belmonte, onde há a possibilidade do nó viário, relevante, no enigmático sítio de *Centum Cellas* (Mantas, 2019:274-275). Aqui, o percurso divergiria pelo território dos *Lanciensis, Tapori, Interannienses*, que serão os mais próximos ou correspondentes ao nosso território, atingindo o Douro pelo território dos *Coilarni*, correndo com o vale do rio Távora (*Ibidem*:274). Outro troço corria mais a leste pelos territórios dos *Lanciensis Transcudani*, *Aravi*, *Medubrigensis*, *Arabrigenses*, *Baniensis* e *Paesuri*, igualmente em direção ao Douro (*Ibidem*:276). Seria pelo primeiro que a rede viária que descrevemos se lançaria para o nosso território.

[178] Esta zona é muito próxima ao hipotético território dos *Lanciensis Ocelenses*, que não surgem na Ponte de Alcântara, mas o território tem-se definido pela Cova da Beira, e em torno da paisagem do templo de Nossa Senhora de Cabeças, em Orjais, Covilhã (Carvalho *et alli*, 2013:86). Apesar da zona de *Centum Cellas* ser visível desde o templo de Orjais (Alarcão *et alli*, 2013:81) o rio Zêzere poderia ser o limite entre Belmonte, Orjais e Valhelhas.

Famalicão (que desagua neste rio) e do Caldeirão (afluente do rio Mondego a nordeste); e ainda para norte/nordeste está a encosta que leva ao planalto do Mondego, acedido, nestes tempos, pela calçada de Sendão (Calçada de Valhelhas CNS:26809).

Iremos tratar de descrever, não só o traçado que nos interessa, mas também as ramificações possíveis através dos nós viários que vamos identificando no trajeto, retratando esta complexa rede viária na montanha.

Para nordeste, em direção à zona da Guarda (ao sítio da Póvoa do Mileu, possível capital da *civitas* dos *Lancienses Transcudani*), fora da nossa área de estudo, o troço serviu de fronteira medieval entre a Guarda e a Covilhã, referindo-se no seu trajeto a *albergariam de Mondego*, correspondente à Quinta da Taberna (CNS:28483), e o povoado em Senhora de Barrelas (CNS:466) (Ruivo & Carvalho, 1996:81-82), orientado pelo vale da ribeira de Famalicão, onde miliários colocam em funcionamento uma estrada no séc. II d.C., precisamente, após a atribuição do estatuto de *municipia* às localidades da Beira Interior (Mantas, 2019:274). Outros dois miliários, do fim do séc. III d.C./início do séc. IV d.C., atestam a manutenção ou renovação deste troço na estratégia de viação romana, malgrado as dificuldades que o império atravessava (Ruivo & Carvalho, 1996:78).

Continuando. Para poente de Valhelhas, não encontrámos propostas para um trajeto ao longo da via de comunicação natural interior que é o vale do Zêzere, apesar de podermos inferir, pela análise da microtoponímia e dos sítios arqueológicos identificados no concelho de Manteigas[179], uma proposta que apresentamos (itinerário 3a).

Seguindo o vale para noroeste de Valhelhas, propomos que corresse próxima à Quinta do Cabecinho (CNS:21950), Vale da Amoreira (CNS:16847) e pela base do Castro do Fragal dos Mouros (Silva, 2006) (CNS:26621) para subir a encosta na Várzea do Castro (CNS:12461)

[179] Consultado a 21/03/2021: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&p=12

onde, no cume, está a capela de S. Lourenço, seguindo pelo Corredor dos Mouros, próximo ao Campo Romão, orientando o percurso até à N. Sra. da Assedace, para atravessar o Mondego num local onde estaria uma estrutura de apoio viário (Ruivo & Carvalho, 1996:83-84).

Outro trajeto é possível para norte de Valhelhas. Subindo pela calçada do Sendão, próximo ao lugar de Carapita, seguia até ao sítio de Castelinhos, 500m a oeste do alto de Cagarraz, onde se coloca uma estação viária (Ruivo e Carvalho, 1996:80-81). A possibilidade de uma estação de apoio e nó viário, a seguir à calçada do Sendão existe (Mantas, 2019:275).

Desde Castelinhos as possibilidades permitiam seguir para leste, seguindo a *estrada de Herodes* (Ruivo & Carvalho, 1996:81) que por Fernão Joanes seguia o vale da ribeira do Caldeirão até à Faia, na base da encosta do povoado fortificado do Tintinolho[180] onde se encontram vestígios de calçadas romanas junto ao Mondego, próximo às localidades de Cavadode e Porto da Carne.

Pelo vale da Ribeira da Quêcere orientava-se outro eixo para oeste, que corresponderá ao troço de Valhelhas-Mangualde (itinerário 2a) seguindo pelas Lajoeiras e Fraga dos Termos[181], contornando o Cabeço da Fonte da Caldeira, após a Quinta do Vale Direito, descendo ao Mondego, pelo limite nordeste do Corredor dos Mouros, transpondo o rio, facilmente, junto à capela da Nossa Senhora da Assedace[182], onde

[180] Neste sítio, a ocupação na II Idade do Ferro, contrasta com os poucos vestígios do período alto imperial, e só na tardo-antiguidade (séc. IV/V até ao VIII d.C.) a ocupação é mais intensa (Tente, 2010:321-322), aproveitando as excelentes condições de visibilidade e defensivas proporcionadas pelo cerro onde está implantado o povoado e cujos vestígios viários a sudeste sugerem uma outra ligação à Guarda. Poderá ter sido reocupado em função da instabilidade que se sentia no império, dirigindo-se as populações para os antigos cerros dos seus antepassados.
Consultado a 12/11/2020: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70474

[181] Ponto de contacto entre os concelhos de Gouveia, Manteigas e Guarda.

[182] A ermida da Nossa Senhora da Assedace remete-nos para a desaparecida localidade da Sedarça, cuja existência remonta ao séc. XII d.C., pelo menos (Abrantes, 1997:189-226). Poderia ter funcionado, em época romana, à semelhança da Quinta da Taberna. A ausência de materiais romanos pode dever-se ao intenso uso agrícola dos solos nessa área da serra até aos dias de hoje, mas também pela utilização de outros materiais comuns na região, como o xisto e os telhados em colmo, que ainda hoje vemos nas *côrtes*, num lugar que no final da Idade Média delimitava os concelhos de Gouveia, Manteigas e Covilhã (Ruivo & Carvalho, 1996:83). Em favor desta proposta, são indicados três motivos para a *statio* ou *taberna diversoria* existir. A facilidade de cruzamento do Mondego durante todo o ano, o menor atrito provocado pela, relativamente, ligeira subida até à Portela de

encontraria, então, o trajeto que definimos ao longo do vale do Zêzere, intensificando as evidências sobre a proposta que coloca neste lugar uma estrutura de apoio viário (Ruivo & Carvalho, 1996:83). Esta estrutura antecedia a subida pela Lomba do Perdiqueiro até à Portela de Folgosinho, onde encontrava a calçada dos Galhardos (Ruivo & Carvalho, 1996:83-84), construída entre o séc. I d.C. e IV d.C.[183] e que conduz à localidade de Folgosinho (itinerário 2a).

Aqui é aceitável colocar uma *mansione* (Ruivo & Carvalho, 1996:82) que permitisse o repouso e orientasse a circulação para Gouveia a poente; para o Freixo da Serra e Vila Cortês da Serra[184] a norte; Linhares da Beira a leste, e, eventualmente, um trajeto procedente da Quinta da Taberna.

Regressando a Castelinhos, é ainda possível a direção ao sítio de Marcos, ponto de contacto entre as freguesias de Famalicão, Videmonte e Fernão Joanes, aproveitando a Barroca do Moinho Velho para cruzar a ribeira de Quêcere, próxima à Quinta do Tomás, continuando na margem oposta pelo Vale das Ferrarias até à Quinta da Taberna (CNS:28483), no concelho da Guarda (itinerário 2b). Outra possibilidade, desde Castelinhos, aponta na direção do povoado de Barrelas[185], de onde seguiria para a Quinta da Taberna, 5 km a norte (Ruivo & Carvalho, 1996:83).

Na Quinta da Taberna (CNS:28483) estaria uma estalagem oficial tipo *statio*, ou exploração privada do tipo *taberna diversoria* (Ruivo &

Folgosinho e a referência ao nome do caminho entre a Portela e a Assedace de *rua da ferraria* (*Idem*:84), acrescentando nós a orientação da calçada dos Galhardos apontar neste sentido.

[183] Consultado a 12/11/2020: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1469

[184] Em Vila Cortês da Serra, ainda hoje há memória da ligação histórica às tradicionais vilas medievais e modernas da região, dividindo-se pelas três linhas de água da localidade os termos de Linhares, Folgosinho e Gouveia, representados na toponímia. Não nos chocaria se os trajetos com origem em Gouveia/Nespereira, Folgosinho e Linhares aqui convergissem para seguir em direção às possíveis travessias do Mondego que descrevemos, talvez até deslocando, ou multiplicando o número de caminhos utilizados, tendo em conta cada destino.

[185] Refletindo sobre este assunto, a importância do povoado de Barrelas na Idade Média, depreendida também através do facto dos concelhos de Folgosinho, Linhares, Guarda, Covilhã, Valhelhas e Idanha aqui se limitarem (Ruivo e Carvalho, 1996:82), leva-nos a questionar se, ao dos Castelinhos, em época romana, passou o nó viário para o povoado de Barrelas na época medieval, estando a cerca de 1250m para nascente. O desvio da estação de apoio em relação ao percurso já era uma possibilidade adiantada, dadas as condições geomorfológicas do sítio do Castelinho (*Idem:Ibidem*).

Carvalho, 1996:81) que assinalava outra travessia do curso do Mondego superior. Galgando as margens, subia a encosta até ao Porto de Melo[186], 5km a norte, encontrando Linhares da Beira, pouco depois; e/ou até mesmo seguir daqui para poente, em direção a Folgosinho, na rota da calçada dos Cantarinhos, ainda assim, menos provável[187]. Este trajeto poderá ter origem medieval, como inferimos pelo topónimo Melo, relacionado com uma importante família medieval com origem nessa freguesia do concelho de Gouveia.

Desde Linhares da Beira, o trajeto seguia encosta abaixo, para norte, pelas proximidades de Carrapichana (Celorico da Beira), Vila Ruiva e o Cadoiço até ao médio Mondego, cruzado entre Juncais e Infias (Marques, 2011:53), no concelho de Fornos de Algodres (itinerário 2b).

Além dos exemplos que já indicámos, e que tinham como destino a nossa encosta, assinalamos ainda a possibilidade de, desde a Quinta da Taberna, ancorada numa curva do Mondego superior, ligar-se a Videmonte (Alarcão, 1993:21) (itinerário 2b), acedendo-se daí às vertentes noroeste e setentrional da Serra, fora da nossa área de estudo.

Desde Videmonte, também seria possível chegar ao nosso território através de um trajeto para noroeste dessa localidade, sobrepondo-se a uma rota conhecida desde o I milénio a.C. (Marques, 2011:52-53).

Acreditamos ainda na possibilidade de definir-se, desde a Quinta da Taberna, outro trajeto para poente (itinerário 3b), passando próximo

---

186 O topónimo Melo, provém da sede senhorial da família Melo medieval (Fraga, 1993), no concelho de Gouveia, pelo que associamos a esta época este topónimo assim como a calçada e um possível itinerário.

187 Considera-se o troço de calçada dos Cantarinhos medieval (Alarcão, 1993:27), sendo ainda possível percorrer o troço numa extensão de 3km desde a Pedra Furada, do topónimo Jogo da Bola, até aos Moinhos da Fórnea, a nascente de Folgosinho, junto à ribeira do Freixo. Parece-nos que os Cantarinhos e os Galhardos foram de alguma forma confundidos, pela descrição feita n'*Arqueologia da Serra da Estrela* quando se diz que o troço dos Galhardos ia dos Moinhos da Fórnea à Cumeada (que corresponde à descrição dos Cantarinhos), existindo a possibilidade de outro troço a sul deste (esse sim, os Galhardos) indicar uma trajetória direta a Gouveia pela base de S. Tiago. Somos da opinião que, estes dois troços, podem ter origem em períodos diferentes. A consulta das imagens aéreas da USAF, de 1958, (Est. CXXXVII) demonstra-nos que não existia uma ligação na cumeada, como há hoje, entre estes dois troços e assim, cada traçado corresponderia a uma trajetória. Os Cantarinhos, em direção ao Porto de Melo e daí Linhares, Videmonte e Quinta da Taberna e os Galhardos, seguindo para a Nossa Senhora da Assedace e daí Barrelas e/ou Manteigas. De notar, que numa saída de campo com o nosso orientador, no topo dos Galhardos, na Portela de Folgosinho, olhando para sul, destaca-se a presença do topo do cabeço de Monsanto, marca indelével da paisagem das campinas da Idanha, como que assinalando o sentido a tomar pelos transeuntes da antiguidade (Est. CXXXVIII).

aos Casal dos Barreiros, Quinta das Morenas, Quinta do Ensemil e Quinta do Belarteiro, seguindo pela margem oposta ao castro da Serra de Bois (CNS:26434). Na Quinta do Belarteiro de Cima descia o barrocal da ribeira do Verdilheiro, ultrapassado junto à Quinta da Maceira, fletindo ai a norte para o Casal das Pias (CNS:11601), 800m a sul do Casal Reigoso (CNS:11602) (Tente, 2007:34), retomando o sentido oeste pelo Casal da Cova do Cepo, Casal do Penedo Gordo, e por entre Juguinhos e os Poios, chegar à Portela de Folgosinho. Continuava na direção poente pelo sopé do *alto* de S. Tiago, talvez seguindo o caminho do *alto* até ao Vale do Rossim e Sabugueiro, a montante do Castro Verde, possivelmente, seguindo até ao Cabeço do Castro de S. Romão (CNS:2983), correspondendo a um troço paralelo à *via do Mondego*, que corria pela linha de cumeada.

Uma vez mais, apesar de apresentarmos esta complexa rede viária, a possibilidade destes caminhos secundários terem origem ou integrarem planimetrias viárias de outras épocas é uma possibilidade que nos acompanha.

Como vemos, existem, pelo menos, duas possibilidades para concretizar o troço *Valhelhas-Mangualde*. Uma desde Folgosinho e outra desde Linhares da Beira, localidades alcandoradas na encosta, e permitiam aceder ao Mondego médio, que depois de cruzado tinha como destino Mangualde e a Quinta da Raposeira (Arqueohoje, 2014).

A sugestão de que o troço de Linhares da Beira atravessaria o Mondego médio na Ponte de Juncais, dirigindo-se a Infias, concelho de Fornos de Algodres, leva-nos a considerar que talvez seguisse, este trajeto, em direção a Moimenta da Beira ou Lamego, já próximo ao Douro (itinerário 2b) e, assim, o troço proveniente de Folgosinho, através de uma ligação a Gouveia feita por Nabais e a *villa* Separadora, poderia seguir para norte, pelo Vale do Chorido, passando próximo a S. Pelágio, Risado e Mandarteiro, para cruzar o Mondego médio junto ao Poço Moirão (CNS:11915) (Ruivo & Carvalho, 1996:85) seguindo por

Abrunhosa-a-Velha e Santiago de Cassurães até Mangualde e Viseu (itinerário 2a).

Existe ainda outra possibilidade de travessia no Mondego médio (itinerário 2c), próximo às duas pontes sobre o rio Torto, no quadrante ocidente do nosso território, próxima à ponte de Palhês[188], em Cativelos (Mantas, 2019:279). Se o sentido desta travessia sugere, como destino regional, a Quinta da Raposeira em Mangualde, a sua origem, na vertente sul da montanha, pode indicar outra procedência, nomeadamente da Covilhã, passando próximo a Unhais da Serra, nesse concelho, e Alvoco, Loriga e Valezim (Saraiva, 2013:75) no concelho de Seia, contornando a Serra da Estrela e a plataforma da Torre por ocidente, encontrando no Cabeço do Castro de S. Romão (CNS:2983), um *castellum* romanizado, uma possível estação de apoio como as que parecem ter funcionado em Gouveia, Folgosinho e Linhares da Beira.

Desde o Cabeço do Castro de S. Romão seguiria por Seia, passando próxima ao sítio da Quinta da Nogueira (Alarcão, 1993:16), cruzando a *via do Mondego* em Santa Comba de Seia, onde estaria outro nó viário (Mantas, 2019:279), continuando para norte, pelo Freixial/Safaíl, onde, pouco depois, cruzaria o Mondego na ponte de Palhês, subindo a margem norte do Mondego pela Rechã (CNS:24654) e a Tapada, próximas ao alto da Pedra da Loba, seguindo para a Quinta da Raposeira. Outra possibilidade é apresentada por um miliário em Espinho, que tem a indicação de VII milhas (Mantas, 2019:2797), tudo isto já no concelho de Mangualde. Não conhecemos o ponto de partida desta última contagem, mas curiosamente, o Freixial/Safaíl encontra-se a 9,5km de Espinho, em linha reta.

Estas considerações parecem-nos demonstrar a possibilidade de três pontos de ultrapassagem do médio Mondego, que levariam em conta, para definir a trajetória pretendida, o destino de cada lanço de estrada,

[188] A este topónimo está associado um outro que é a ponte dos ladrões. Esta designação já nos foi contada por populares sobre a perspetiva da mudança de uma capela que no seu lugar original tinha a Capela da Nossa Senhora de Linhares, próxima à foz do Rio Torto e transformada, quando deslocada para o Aljão, em Capela da Nossa Senhora dos Verdes (Ferreira, 1949).

determinando, assim, a complexa rede viária, que não nos parece, de todo, explorada plenamente.

7.6.4. Gouveia no cruzamento das vias

Colocando-se Gouveia num cruzamento de vias (Alarcão, 1993:21), o nosso pensamento leva-nos a considerar a relevância desta localidade na organização destes cursos de média ou longa distância.

Partindo de Gouveia para nascente, seria possível circular próximo à *villae* da Separadora e às atuais freguesias de Nabais, Melo e Freixo da Serra até a Folgosinho (Ruivo & Carvalho, 1996:85), ou ligando-se diretamente estas duas localidades (Alarcão, 1993:21), a montante dos sítios e localidades enumerados[189], e seguir em direção a Valhelhas, para sul, pela calçada dos Galhardos (itinerário 2a), permitindo, ainda, continuar para nascente (itinerário 1b), pela *meia-encosta*, de alguma forma sugerido na calçada da Corredoura (CNS:8075)[190], em Linhares da Beira. Daqui continuava pela *meia-encosta*, em direção a Prados e Vale de Azares, acompanhando, paralelamente, a curva do Mondego, rio que voltava a encontrar na sua vertente superior, e galgava, na Quinta da Ponte, depois de Aldeia Viçosa, mantendo o rumo pela Faia e Ramalhosa, na base do castro do Tintinolho, até encontrar a cidade da Guarda (Marques, 2011:54)[191], podendo este trajeto representar uma ligação encurtada ao território da Guarda, funcionando em paralelo com outro trajeto que acompanhava o vale do Mondego superior, via Quinta da Taberna, utilizando a estrada identificada como fronteira medieval entre a Guarda e Covilhã.

---

[189] Os nossos colegas Eng. Hugo Teixeira, residente em Folgosinho e Eng. Bruno Abrantes, herdeiro de alguns terrenos onde este percurso passa, foram quem nos indicaram a existência de um caminho antigo a norte do Campo Redondo, utilizado até meados do séc. XX. Este trajeto, partia de Gouveia pela Borrachota e cruzava a ribeira de S. Paio na Quinta dos Calhastros, seguindo a norte do Campo Redondo, próximo à Quinta da Moira, atravessando os ribeiros do Paço e dos Namorados a montante da Quinta do Azibal, até chegar a Folgosinho.

[190] Esta calçada segue até à Igreja da Misericórdia, em Linhares da Beira. Outra possibilidade que nos é apresentada como sendo tradicional entre Folgosinho e Linhares da Beira refere descer a encosta para nascente da freguesia, atravessando a ribeira do Freixo a jusante dos Moinhos da Fórnea, dirigindo-se pela Quinta do Peixoto e Quinta dos Tentes, nas Regadas, seguindo próximo ao sítio da pré-história recente do Penedo dos Mouros (CNS:12039), em Figueiró da Serra, até alcançar a ribeira de Linhares, que na sua margem direita apresenta, então, os vestígios da calçada da Courredoura (CNS:8075).

[191] Algures no território da Guarda encontraria outra via transversal à Serra da Estrela, neste caso a que a contornava pela vertente nascente, aventada como o trajeto utilizado no longo curso entre Mérida e Braga (Mantas, 2019).

Outra ligação que nos parece natural desde Gouveia é à ponte de Palhês (Mantas, 2019:279), que ainda hoje existe pela EN232. Este trajeto poderia passar próximo à *villa* do Aljão, onde há referências a uma *viam algiam* medieval (Tente, 2007:34) e pela calçada da Teixugeira-Parigueira, podendo tratar-se de um *deverticulae* ou um estabelecimento medieval (itinerário 3c).

Assim, desde o nosso território orientava-se a circulação no sentido da *splendidissima civitates*, de *Vissaium*, de *Aravorum*, do centro cívico dos *Lanciensis Transucdani*, dos *Lanciensis Ocelenses* e dos *Igaeditani*, que correspondem, como já vimos, aos centros eminentes ao nosso território.

As trajetórias que cruzavam o nosso território, procedentes de Idanha-a-Velha (e Mérida), teriam assim vários destinos: como a Bobadela[192] e consequentemente o baixo Mondego, numa trajetória que incluía os recursos mineiros do Alva, escoados via porto flúvio-marítimo de *Aeminium* (Mantas, 2019:278), que podia ter no Cabeço do Castro de S. Romão um importante centro de apoio; a Viseu, através de Valhelhas e Quinta da Taberna/Casal do Mondego de Baixo, Folgosinho, Gouveia e Mangualde; e uma ligação a Marialva, Moimenta da Beira e Lamego, correspondente ao trajeto que indicamos por Linhares da Beira, servindo Gouveia como centro de articulação entre as várias trajetórias.

São hipótese que colocamos e necessitam de mais estudo para ser devidamente suportada, mas que tentámos sistematizar.

A hipótese que coloca esta região fora do itinerário principal de Mérida a Braga, não acedendo assim, diretamente, à Bobadela nem a Viseu (Ruivo & Carvalho, 1996:85), é ainda levada em conta,

[192] Os contactos entre Bobadela e Idanha-a-Velha já foram demonstrados, inclusivamente através de um famoso evérgeta, Caius Cantius Modestinus (Mantas, 2002), e soa naturalmente a existência de um trajeto entre estas duas localidades, pelas Pedras Lavradas, definido no final do séc. I d.C., apesar de as evidências, no lado sul da montanha apontarem para cronologias posteriores, a partir do séc. II d.C. Poderia, assim, esta densidade de itinerários corresponder a uma realidade mais complexa do que assumiríamos a partir da consagração da Serra da Estrela como *terra nullis*, que pode contrastar na pouca importância do território, inferido na ausência de povoamento, mas que a rede viária pode contribuir para considerarmos a Serra da Estrela, e os seus vale se cumeadas, como integrantes do processo de romanização, que podemos deduzir dado o número de possibilidades que apresentamos para compor a rede viária regional.

constituindo um importante elemento que permite colocar esta possibilidade de rede viária descrita, em que os eixos se articulam num sítio em particular, entre os vários troços aventados.

Como elementos de apoio à rede viária (Est. CXL), em Valhelhas aceitamos uma *mansione* e em Castelinhos (Ruivo e Carvalho, 1996:82) ou Barrelas (Mantas, 2019:275) uma estação tipo *mutatio*. No curso do Mondego superior duas *statio* ou *taberna diversorae*, na Quinta da Taberna e na Nossa Senhora da Assedace, antecediam a *mansione* em Folgosinho (Ruivo & Carvalho, 1996:82). De Folgosinho, podia aceder-se a Linhares da Beira e a Gouveia, com *mutatios* a direcionar as outras trajetórias, existindo a possibilidade de no Mandarteiro/Risado existir uma *statio*/t*aberna diversoria* que antecedia o cruzamento do Mondego médio entre a Quinta das Barcas e o Poço Moirão, antecedendo a chegada à *mansione* da Quinta da Raposeira, em Mangualde (Arqueohoje, 2014).

Os trajetos procedentes de sul, poderiam ainda encontrar estações de apoio em sítios onde se cruzava com a *via do Mondego*, em Santa Comba de Seia, Nespereira e Carrapichana, separadas, longitudinalmente, cerca 10km. Apesar da densa rede viária que aqui apresentamos, estamos conscientes da necessidade de verbalizar que podem existir troços que identificámos como pertencentes a outras épocas históricas.

Um território tão complexo geomorfologicamente permitia garantir diversos acessos, condicionados por vários fatores como meteorológicos, orográficos, hídricos e até dependentes das estações do ano. Porém, as suas relações com este período histórico estão dependentes de trabalhos, especializados, que permitam refinar os dados de que dispomos e acrescentar outros que sejam relevantes par ao assunto.

Ainda assim, parece-nos possível, traçar como fundamentais dois grandes itinerários romanos, um no sentido oeste-leste, indicado como *via do Mondego*, que ligava o litoral centro do país, com Coimbra e Conímbriga à cabeça, através de Bobadela e de todo o vale do Mondego médio, cruzando o nosso território, ligando-se à via de Prata e aos territórios, hoje, da raia portuguesa e da Extremadura espanhola.

Transversalmente, a ligação de Mérida a Braga, seria ainda de suma importância, não só por ligar estas duas importantes localidades do ocidente peninsular romano, mas também cruzando os territórios, ligando-os, assim, fisicamente, relevantes do ponto de vista regional, como Idanha-a-Velha, Guarda e Viseu, a partir de distintos trajetos que integravam o grande itinerário e como percebemos pela possibilidade de este grande itinerário, poder multiplicar-se em função de três destinos de igual importância para a administração provincial, como eram a Guarda (*Lanciensis Transcudani*), Viseu (*Interanniensis*) e a Bobadela (*Tapori*), permitindo, desde cada uma delas ligar Mérida a Braga por diversas paisagens do interior norte da *Lusitânia*.

8. Conclusão

Considerarmos este capítulo uma conclusão, não o é sobre o entendimento da presença romana plena do nosso território. Parece-nos, contudo, que conseguimos organizar a informação arqueológica romana disponível para o nosso território, de forma a que a sua integração nas mundividências da época romana, possam ser lidas no seu conjunto. Isto é, traduzido na nossa consideração, reportado as três *villae*, cinco *granjas*, dez *casais* agrícolas, três *aldeias* e três *castella*, integrados numa rede viária representada em três troços de calçadas, três pontes, um miliário e uma estação viária, além da estrutura desconhecida e da sepultura tardo-romana.

A rápida leitura da paisagem leva-nos a compreender os elementos económicos preponderantes, associados às condições ambientais da montanha e da plataforma do Mondego.

Se a montanha na estiva é um fator de atração para o gado transumante, a muita penedia e solos esqueléticos conferem-lhe uma limitada aptidão agrícola. Efetivamente, dão-se poucos tipos de lavoura e a tendência é fundamentalmente pastoril, apesar da viabilidade do plantio de centeio, extensivamente. O rigor do inverno, com neves e muitos dias de chuvas, são convidativos a abandonar a região, ainda para mais quando entre a *meia-encosta* e a Plataforma do Mondego há

melhores condições, no geral, para estabelecer aglomerados populacionais direcionados à maior aptidão agrícola, fruto das condições geomorfológicas, como a profusa irrigação e profundidade dos solos dessa área, que foi onde a ocupação humana se enraizou, verdadeiramente, e onde se encontra a maior concentração dos estabelecimentos romanos registados.

O povoamento atual parte de uma cintura de aglomerados com o limite altimétrico máximo do povoamento em 900m de altitude (Folgosinho), construindo uma teia de lugares até à plataforma do Mondego, funcionando, provavelmente, os c*astella* como defesas e portas de entrada para a montanha e os seus pastos, com algum(s) dele(s) a poderem ainda desempenhar fatores de coesão para a paisagem regional, nomeadamente a jusante dos mesmo.

O fator visibilidade, aliado à mobilidade, ganha peso através da calçada dos Galhardos. Demonstra, claramente, o esforço realizado para manter uma via transitável a maior parte do tempo e o fato de estar a montante da cintura de povoamento, estabelecendo, claramente, uma ligação umbilical entre os aglomerados populacionais e a montanha. As boas condições de circulação entre a periferia da montanha e o seu seio pode estar relacionado com a altitude e ampla visibilidade desde aqui.

Mesmo da Portela de Folgosinho, o ponto mais baixo da linha de cumeada definida como o *alto*, a visibilidade para norte atinge toda a Beira Alta e mais além; e para su-sudeste destacamos a observação do alto de Monsanto.[193]

O alto é também uma estrutura central na circulação nordeste-sudeste[194] e para os sistemas de drenagem, pois, é a montante do *alto* que correm os ribeiros que alimentam o Mondego tanto a sul, como a norte.

Na paisagem da Beira Alta a linha definida pelo *alto* é ainda um imponente limite na visibilidade regional, impondo-se como uma

[193] Alertados pelo nosso orientador.
[194] Inferido nos topónimos Portela, Porto, Cumeada, Jogo da Bola, cabeça do Faraó e cabeça do Velho, para dar alguns exemplos.

fronteira real, visível, firme e intransponível, uma imensa parede, esculpida por uma miríade de recursos hídricos, que definem os eixos de circulação através das geoformas e determinam a importância do elemento visual no imaginário local. As comunidades apropriam-se destes elementos paisagísticos, como inferimos pela toponímia e pelo modelado granítico, que de inefável passa a referência.

O entendimento da montanha é deveras complexo e consideramos que um estudo, aprofundado, sobre a região montanhosa, incluindo o nosso território, só fará sentido numa perspetiva regional plena.

As características económicas da montanha, com a transumância e a mobilidade de pessoas e outros bens, à cabeça, podem ser um fator relevante na compreensão do aparente vazio de gente dessa área, decorrente da ocupação sazonal, traduzido no registo arqueológico mais rarefeito que nas áreas de maior aptidão agrícola.

A realidade na plataforma do Mondego apresenta características melhor identificáveis com a presença romana. Desde logo pela melhor apetência dos solos agrícolas, possivelmente até se estabelecendo, definitivamente, nesta época, a matriz agrícola de hoje.

A montanha poderia funcionar como uma área de interação menos intensa e constante, transformando-se num espaço cénico com o qual as comunidades interagiam, económica, simbólica e em mobilidade que, contudo, ainda não entendemos plenamente. Tratando-se de um espaço geográfico tão singular, a própria interação da comunidade com essa paisagem, é algo que talvez não tenhamos, ainda, explorado de acordo com as reais estratégias adotadas no passado e que ainda não compreendemos.

Parece-nos inevitável o documento de 1140 sobre a *villa aldiam*, apesar de referir-se à plena Idade Média, assim como o aparecimento de pesos de tear no Aljão e na Separadora e de estruturas associadas ao tratamento da lã, como o tanque de lavagem no primeiro. A ligação com o gado parece-nos relevante, estando sempre associado à necessidade de

pasto, que valorizava a terra com os melhores, tornando-a atrativa do ponto de vista tributário e utilizando-a como um instrumento coercivo. Especialmente se tivermos em conta a variabilidade da dimensão dos rebanhos[195].

A *villae* do Mandarteiro é ainda uma incógnita, classificada desta forma exclusivamente em função do acumular de dados que podem perfeitamente ser revistos, assim haja trabalhos.

Ainda assim, a pouca realidade material contrasta em qualidade com os *casais* e *granjas*, que surgem em maior número do que as grandes propriedades, exclusivamente caracterizadas pela presença de alguns materiais de construção do tipo *tegulae* e *imbríces*, que associamos a sedes de pequenas parcelas de terreno orientadas à economia de subsistência familiar, talvez com uma ligação mais profunda à criação de gado, que ainda assim, não identificámos, nem particularizamos

Algumas destas estruturas, especialmente as de menores dimensões que identificamos como *casais*, podiam orbitar em função das *villae*, aglomerados urbanos ou aglomerados populacionais, desempenhando o papel de *aedificium*, *tugurium* ou *capannae*, ou seja, estruturas de apoio agrícola, ou atém mesmo não corresponder a nenhuma destas realidades, demarcando, subliminarmente, a extrema necessidade de encontrar-se métodos de identificação mais rigorosos para este tipo de estruturas.

Os aglomerados populacionais, de menores dimensões e com outras características em relação aos aglomerados urbanos, também s e encontram associados a especificidades ambientais e económicas. As proximidades das *aldeias* às linhas de água estarão relacionadas com a aptidão agrícola dos terrenos, estabelecendo-se próximas às vias de comunicação, mas as posições dos *castella*, mesmo os de menores dimensões, sugere-nos as duas funções de controlo, visual e de mobilidade.

---

[195] Em 1909, existiam 8620 cabeças de gado que pastavam nos baldios de Gouveia, todas elas pertencentes a pastores do concelho (Brito Moura, 1996:24).

O forte vínculo entre as localidades da *meia-encosta* e o planalto está ainda hoje materializado nas associações de baldios[196] e nas delimitações administrativas do concelho de Gouveia, particularmente Mangualde da Serra, Aldeias, Gouveia e Folgosinho.

Podemos pensar nestas áreas já como integrantes das zonas de influência definidas a partir dos estabelecimentos tipo *castella?* As áreas de influência destes territórios tornar-se-iam consideravelmente maiores, motivado pela necessidade de pasto e consequente controlo.

Se esta possibilidade de estruturação do povoamento em função das características geográficas nos é hoje familiar, e podemos aceitar que até nos terá, inconscientemente, levado na direção da nossa proposta.

E se estamos em crer nos dados que recolhemos para suportar, de alguma forma, a nossa proposta, o nosso entendimento ficou debilitado na interrogação que permanece sobre a integração desta comunidade na realidade social e administrativo que incorporámos.

Seriam os *Lanciensis Transcudani,* os *Interanniensis*, os *Tapori*, ou outros que aqui acompanharam a presença romana? Seguramente que quem habitou estes lugares, foi um alvo tributário e não terá passado ao lado da administração do estado romano. Porém, o conjunto de informação que fomos retratando, leva-nos a considerar a integração deste território na *civitas* dos *Lanciensis Transcudani*, com o centro cívico na Guarda. Assim, este território situava-se no extremo noroeste desta *civitas*, fazendo fronteira com os *Tapori* da Bobadela a leste, talvez como hoje, definindo a fronteira entre os concelhos de Gouveia e Seia; e a *civitas* dos *Interanniensis* a norte, com fronteira definida pelo vale do Mondego médio.

Como podemos, ainda assim, entender esta posição periférica em relação à capital de *civitas*? São sugestivas, ao caso, as estruturas

---

[196] Consultado a 12/10/2020: http://www2.icnf.pt/portal/florestas/gf/pgf/publicitacoes/encerradas/dcnf-centr As estruturas dos baldios são hoje, predominantemente, dedicadas à gestão florestal, mas até ao século XIX, a sua função era direcionada ao usufruto dos terrenos agrícolas, que a maioria da comunidade não detinha, aproveitando os lotes tirados pela sorte para, durante um período de tempo, cultivar uma parcela de terreno que servisse de apoio à subsistência familiar (Abrantes, 1997:63-82). Estabelecer diferentes propósitos, mediante as características geográficas e económicas aos aglomerados populacionais, faz-nos sentido.

denominadas *vici* (Alarcão, 1998:177), que aparentemente, não encontramos no nosso território. No entanto, poderá esta ausência estar relacionada com a falta de trabalhos arqueológicos? Ou pode esta realidade existir, ainda que não identificando nenhum sítio como tal? Não temos meios para poder afirmar um qualquer destes sítios como tal, no momento.

Percebemos que, pelo final do séc. I a.C. e início do séc. I d. C., esta região foi integrada na província romana da *Lusitânia*. Mas chama-nos à atenção o padrão induzido pelo registo arqueológico, que aponta a presença romana para o séc. II d.C., especificamente, considerando os resultados da *villae* do Aljão (Tente, 2010:80), obtidos de forma bem rigorosa.

A base de coluna da *villae* do Mandarteiro e as observações sobre o Risado (Tente, 2010:130-132) e Freixial/Safaíl (Tente, 2007:56) também apresentam, bibliograficamente, esta cronologia através da análise de elementos materiais. O objeto, passível de ser lido, da rede viária local indica, igualmente, o séc. II d.C., nomeadamente, a segunda metade, dada a sua consagração ao imperador Marco Aurélio.

Inevitavelmente, pensamos que a presença romana, nestes moldes, será uma consequências das reformas dos imperadores Vespasiano, especificamente, na atribuição do direito latino à *Hispânia* em 73/74 d.C.; e de Cômodo, que estabeleceu novas delegações administrativas em territórios que ganhavam coesão a partir do crescimento da rede viária (Mantas, 2019:274); beneficiando, este território, ainda que indiretamente, da melhoria das condições administrativas e sociais que o rodeavam, derivado do aumento de poder de influência exercido desde os centros cívicos[197], que poderiam assim reforçar a ação da administração romana, instalando um aglomerado urbano como *vici* num

[197] Como Idanha-a-Velha, fundada no séc. I a.C. (Carvalho, 2009:125) a sul e além da montanha, que beneficiou de um investimento considerável a partir do séc. I d.C. *(Idem:127)* e ainda desde o crescimento da *civitas* sediada em Bobadela (Silva, 2014:114), mais próxima geograficamente, assim como se apresentam as sedes de *civitates* indicadas em Viseu e Guarda.

estabelecimento *ex-nihilo* ou atribuindo-o a uma aglomerado previamente habitado, acrescentando-lhe apenas alguns edifícios representativos.

Ainda assim, não sabemos o motivo pelo qual existe esta aparente hesitação no estabelecimento destes lugares, representada na cultura material relacionada com a presença romana. Será um reflexo da escassa influência que os centros cívicos estabelecidos inicialmente mantinham neste território durante os primeiros séculos da sua integração? A distância para uma sede de *civitas* conhecida, permitiu às comunidades manter o seu modo de vida, parcialmente, inalterado, durante todo esse tempo? Ou este território preservou a organização indígena fruto do pouco interesse económico aparente e na ótica romana?

A presença de uma epigrafe referente a um magistrado no cabeço do Castro de S. Romão pode demonstrar uma de duas coisas. Ou ele vivia nesse sítio, que a nossa abordagem definiria como um *castella*, ou num outro local próximo (Ferreira *et alli*, 2006: 181). Seja como for, a existência destes magistrados, necessariamente, estava associada a um lugar, pré-existente ou novo, onde se exercia o poder para o qual estava mandatado.

A relação visual e de proximidade (cerca de 15km em linha reta) que o rio Alva permite com a Bobadela é tentadora, levando-nos mesmo a pensar, sem mais dados para isso, que este lugar poderia representar um *castella* com função de *vici*, associado a esse importante centro cívico, nalgum momento. Não sabemos. Parece-nos, pelo menos, aceitável que este estabelecimento, e a presença do magistrado, possa estar relacionada com a exploração aurífera do rio Alva.

Não temos qualquer evidência de mineração antiga, à exceção das parcas evidências da *granja* nas Sepulturas do Carvoeiro e no *casal* próximo. Claramente insuficiente para ser representativo destas realidades, malgrado as potencialidades registadas na Carta Geológica de Portugal fl.17D e o aparecimento do molde de agulhas proto-histórico no Campo Redondo.

A mineração seria determinante para as escolhas que o império faria sobre as regiões, assumindo, a partir dessas valências, o controlo efetivo do mesmo, e que seria visível, de alguma forma, no registo arqueológico.

O carácter económico agro-pastoril estaria fortemente enraizado e a ausência de mineração pode ser um fator que ajude a explicar esta hesitação no estabelecimento romano. Talvez o império não visse grandes potencialidades económicas, descurando a sua presença neste território.

A dinâmica demográfica deduzida de época para época, também permite algumas considerações. Da proto-história (Est. CXLI) para a época romana, há um aumento no número de sítios, com uma aparente deslocação das comunidades dos aglomerados originais a registar-se, exclusivamente, na plataforma do Mondego.

O abandono do Castelo (CNS:11390), provavelmente feito em benefício do Risado (CNS:11599) separados pela curta distância de 700m, e entre o Castelejo (Alarcão, 1993:27) (CNS:8064) e o sítio romano identificado em Vila Cortês da Serra (CNS:23228) são os únicos que podemos relacionar.

Esta dinâmica não se verifica na proximidade dos *castella*, indicando, uma vez mais, a possibilidade de estes lugares se terem mantido habitados, dado as evidências de imaterialidades e materialidades pré-romanas surgirem tanto no Castro Verde, Gouveia e Folgosinho, como vimos.

Assim, foram os novos estabelecimentos uma necessidade da administração regional e central ou uma iniciativa comunitária local, que abandonou, junto ao vale do Mondego, os povoados antigos em favor das novas implantações? Ou se, simplesmente, derivado do pouco interesse económico sobre esta região, o processo foi demorado, com um ritmo próprio, sem grandes influências externas para que tal acontecesse?

Procuramos por mais respostas no fator altitude, que seguramente também desempenhou um papel na organização deste território, instrumentalizando os dados através da ferramenta *r.viewshed* e as bacias de visão criadas desde as estações arqueológicas.

Dos três sítios do tipo *castella* para a plataforma do Mondego existe uma complementaridade (Est. CXLII), pois, desde cada sítio domina-se um quadrante diferente, delimitados pelas faldas da serra, e que naturalmente extravasam a nossa área de estudo e dominam a visibilidade a longas distâncias, como podemos constatar presencialmente desde qualquer lugar desta encosta.

Curiosamente, a observação através da ferramenta *r.viewshed* assinala apenas um sítio com abrangência total sobre todos os aglomerados populacionais (urbanos ou não) que aqui trazemos e não está na *meia-encosta*, mas sim no Freixial/Safaíl (Est. CXLIII).

Se desde Folgosinho ou Gouveia o domínio visual sobre o vale do Mondego e a Beira Alta é inegável, e podem ter representado um papel na estratégia de dominação e jugo romano enquanto se engolia este território ao longo da conquista desde sul para norte, o estabelecimento de uma possível fundação no Freixial/Safaíl e Risado no séc. II d.C., como aglomerados urbanos, representariam a plena dominação tardia deste território.

O controlo das vias de comunicação tradicionais, como o vale do Mondego e o acesso aos planaltos serranos são ainda fatores que consideramos para justificar a persistência de ocupação na *meia encosta*, nomeadamente, o controlo da via de comunicação histórica que constitui o vale do Mondego médio[198], claramente mais permeável, e sujeita a maiores influências romanas, desenvolvendo-se ao longo dos primeiros séculos os estabelecimentos romanos na plataforma do Mondego.

Se a encosta é um limite visual importante para quem está à volta da Serra da Estrela, desde o *alto*, sobretudo, de S. Tiago, permite uma visão de longa distância, só interrompido a su-sudoeste pelo planalto da Torre. Encontrando-se encaixado entre as duas vertentes do Mondego é possível observar todo o entorno da serra, destacando-se a visibilidade

198 Refletida nos eventos da 3ª invasão napoleónica em 1810/1811, na invasão castelhana de 1385, e no processo de conquista do vale do Mondego por Fernando Magno entre 1055 (Gouveia) e 1064 (Coimbra).

para a cidade da Guarda, do Cabeço das Fráguas, do alto de Monsanto, da Serra da Marofa, do planalto de Trancoso e até à serra do Caramulo.

O simbolismo da montanha é de dificílima compreensão. Ainda assim, encontramos nos santuários rupestres um reflexo importante daquilo que seria o exercício do poder altamente ritualizado, num espaço cénico construído que podemos imaginar associados à presença de elites ou notáveis locais que conduziam os atos solenes.

Se os santuários rupestres que identificámos podiam corresponder a formas de exteriorizar e ritualizar o poder dos agentes locais, o *Hemyciclum* de Nespereira pode ser relevante neste entendimento, pois o seu contexto tardio, obtido através das *terrae sigillatae* para o séc. IV d.C., pode representar a efetiva permanência e adaptação das elites locais ao modo de vida romano, numa estratégia que aqui estaria representada. Esta estrutura parece-nos representativa da governação local, em função da presença de sete cadeirais que associamos a sete notáveis, talvez de tradição indígena, que mantiveram este estatuto no seio da comunidade, no desenrolar das vivências imperiais, adaptando-as.

Ainda sobre a demonstração da presença de elites locais, a pátera litúrgica do Freixial/Safaíl, claramente coloca este lugar numa relação de proximidade com a cúpula eclesiástica que se impôs após a queda do império do ocidente, e que de alguma forma substituiu no exercício do poder. Não sabemos, uma vez mais, se este achado foi feito num espaço cénico para a exibição do poder, ou se seria aqui a morada deste notável local, fosse ele um aglomerado urbano, populacional ou rural.

Os fragmentos de ânfora da *villae* da Separadora remetem-nos, também, para o final do período imperial, demonstrando a persistência da implantação do modelo agrário romano até ao seu ocaso e a integração desta região no mercado económico ao longo da presença romana.

Juntamente com estes fragmentos, existe ainda uma série de materiais que se encontram à guarda do Município, mas cuja proveniência não é segura. Destacamos os que pertencem a grandes recipientes (Est. CXLVI) e um conjunto de bordos (Est. CXLVII), que não tivemos

capacidade para enquadrar cronologicamente. Destes materiais ressaltam, um conjunto de moedas, igualmente de proveniência desconhecida, ofertadas a Tavares Ferreira por Carlos Almeida Moura, habitante de Moimenta da Serra. Além de identificá-los como romanos, poucas capacidades temos para analisar estes numismas, nomeadamente, a sua atribuição cronológica, porém, é-nos conveniente fazê-lo, pois, permite, uma vez mais, integrar este território na plena dinâmica da época romana (Est. CXLVIII).

O aparecimento, após a queda do império, de novos centros de poder em lugares alcandorados, próximos a antigas sedes de *civitas*, relacionado com a capacidade de cobranças fiscais, utilizando esta nova elite antigos templos e estruturas romanas para se sediarem (Alarcão *et alli.*, 2013: 72), é uma possibilidade que encaramos seriamente na relação entre Freixial/Safaíl, que tem próximo uma grande concentração de Santuários Rupestres e que pode representar a importância religiosa acrescida dessa área; assim como em Gouveia na identificação do culto à divindade *Salqiu* e à sua relevância na organização do povoamento, pelo menos, desde a Idade Média; e que de alguma forma o *hemyciclum* de Nespereira também espelhará.

Os santuários rupestres são indicadores sérios, pois, concentram-se, na sua maioria, nas proximidades do Freixial/Safaíl, que nos leva a indagar sobre a relevância, pelo menos religiosa, dessa área; relação que podemos associar, novamente, pela pátera alto medieval.

A indefinição em torno da identificação da paróquia de *Suberbeno,* assume um papel relevante para compreender a dinâmica ou preservação do poder num local específico, ou a volatilidade, neste território.

A realidade na Alta Idade Média regional (Est.CXLIV), melhor conhecida, fruto dos trabalhos de Catarina Tente (2007; 2010), está atestada na presença de sepulturas, necrópoles, lagares e lagaretas rupestres, instaladas em sítios com ocupação romana, não sendo clara a relação entre estes sítios. Porém, denunciam a continuidade na ocupação

destes sítios, preservando, de alguma forma, a matriz imposta por Roma (Est. CXLV).

Consideramos que à Serra da Estrela continua a dever-se um real e efetivo compromisso científico no que à ocupação humana diz respeito, não só para a época a que nos reportamos mas para a sua diacronia, talvez encontrando resposta para "a raridade dos vestígios arqueológicos na área da Serra e a sua distribuição apenas pelas vertentes exteriores e circundantes" (Alarcão, 1993:51) que continuamos a observar, aplicando outros métodos de identificação, como os não intrusivos[199].

A informação etnográfica, de pouco impacto no registo arqueológico, é desvalorizada muitas vezes, porém, temos noção que integram a mundividência serrana antiga, por exemplo, como a produção de carvão vegetal[200] ou os abrigos de pastores em cavidades naturais; as naves e covões (locais de reunião de gado); veredas e canadas, associados às práticas transumantes milenares (Pinheiro, 2008:119-198) e que precisavam de ser enquadradas nas temáticas de estudo do passado da Serra da Estrela.

Apesar de não ficar demonstrada a plena integração nos processos sociais e culturais desta comunidade e região no Império Romano, no limite, este trabalho permitiu entender a presença romana a partir de uma abordagem que definiu propostas tipológicas distintas para os sítios arqueológicos (Est. CXLIX), esperando nós, que o mesmo, seja um contributo válido para o conhecimento progressivo da presença romana nesta vertente da Serra da Estrela.

---

[199] Como o uso de tecnologia *LiDAR*.

[200] Um dos mais famosos quadros do pintor gouveense Abel Manta, “O Joia”, de 1918, exposto no Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta (Mota, 1987:19) é representativo desta realidade. Este subproduto era essencial até meados do século XX, para aquecer as casas, por exemplo. Era conseguido através do arranque de tojos e giestas, queimando-se as suas raízes em soengas, com alguns exemplos registados em Trás-os-Montes (Dias, 2018:9-24), num processo que exigia a permanência de períodos entre os 15 em 20 dias em plena serra. Existem diversas tradições orais associadas a esta prática. Um vendedor de carvão de Folgosinho, que após recusa liminar num regateio pelo preço do bem, em Melo, decidiu atirar fora o produto ao invés de vendê-lo, proferindo uma famosa tirada regional, que diz “carvão que vai a Melo, não volta a Folgosinho”. Um dos locais conhecidos para esta prática é a Serra de Bois, curiosamente, a única mancha administrativa do concelho de Gouveia a sul do curso do alto Mondego.

Bibliografia

- ABRANTES, L. (1993) - A Vila de Folgosinho. Na História, na Etnografia, na Actualidade. Serra da Estrela. Folgosinho.
- ABRANTES, L. (1997) - Novas portas de acesso à Serra da Estrela. A Assedace na encruzilhada. Folgosinho.
- ALARCÃO, J.de (1988) - O Domínio Romano em Portugal. Mem Martins. Publicações Europa-América.
- ALARCÃO, J.de (1988a) - Os Montes Hermínios e os Lusitanos. *In* Homenagem a Orlando Ribeiro. Centro de Estudos Geográficos. Lisboa. Vol. 2: pp.41-47.
- ALARCÃO, J.de (1990) - Portugal - Das origens à Romanização. Nova História de Portugal. Lisboa. Vol. I.
- ALARCÃO, J.de (1993) - Arqueologia da Serra da Estrela. Instituto da Conservação da Natureza. Parque Natural da Serra da Estrela. Manteigas.
- ALARCÃO, J.de (1996) - As origens do povoamento da região de Viseu. Conimbriga: Revista de Arqueologia. Instituto de Arqueologia. FLUC. Coimbra. Vol. XXXV: pp. 5-35.
- ALARCÃO, J.de (1998) - A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. Conimbriga. Revista de Arqueologia. Instituto de Arqueologia. FLUC. Coimbra. Vol. XXXVII: pp. 89-119.
- ALARCÃO, J.de (1998a) - Três níveis de aglomerados romanos. O Arqueólogo Português. série V. 16: pp. 175-186.
- ALARCÃO, J.de (2000) - As paróquias suévicas do território actualmente português. Separata de Religión, Lengua y Cultura prerromanas da Hispania, Salamanca: USAL: pp. 29-59.
- ALARCÃO, J.de (2001) - Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). Revista Portuguesa de Arqueologia. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. 4. n.º 2: pp. 293-349.

- ALARCÃO, J.de (2004) - Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I. Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa. Vol. 7. N. º1: pp. 317-342.
- ALARCÃO, J.de (2004a) - Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia II – Revista Portuguesa de Arqueologia. volume 7. número 2: pp. 193-216.
- ALARCÃO, J.de (2005) - Ainda sobre a localização dos povos referidos na Ponte de Alcântara. Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia. *In* Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior. Guarda: pp. 119-129.
- ALARCÃO, J.de (2005a) - Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – III Revista Portuguesa de Arqueologia. volume 8. número 2: pp. 293-311.
- ALARCÃO, J.de (2018) - A Lusitânia e a Galécia: do séc.II a.C. ao séc.VI d.C.. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- ALARCÃO, J.de; CARVALHO P.C.; MADEIRA, J.L.; OSÓRIO, M. (2013) - O templo romano de Orjais (Covilhã) e a sua bacia de visão. *In* Conimbriga. Vol.52. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes. Secçao de Arqueologia. Instituto de Arqueologia. Coimbra: pp.67-128 .
- ALARCÃO, J.de; CARVALHO, P.C.; SILVA, R.C. (2017) - The forums of Conimbriga and Aeminium: comparison and summary of the state of the art. *In* Zephyrus. LXXX, julio-diciembre. Universidad de Salamanca: pp. 131-146. DOI: http://dx.doi.org/10.14201/zephyrus201780131146
- ALMAGRO GORBEA, M.; RUIZ ZAPATERO, G. (1992) - Paleoetnología de la Península Ibérica. Reflexiones y perspectivas de futuro. *In* Complutum, Vol. 2/3. Universidad Complutense de Madrid: pp.469-499.
- ALMEIDA, H. (2008) - Património Cultural e Património Mundial - O caso das gravuras do Vale do Côa *In* MÁTHESIS. Vol. 17. Viseu: pp.305-331.
- AMARAL, A.M. (1982) - Castro Verde. *In* Beira Alta: revista trimestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta. Director Alexandre Alves. - 1.º trimestre. Viseu: Junta Distrital de Viseu: pp.

- ANGELUCCI, D.E.; TENTE, C.; MARITNS, A.R. (2004) - O Penedo dos Mouros (Gouveia) no seu contexto paisagístico: anotações preliminares. In Revista Portuguesa de Arqueologia. Vol. 7. Nº. 1. Lisboa: pp:467-481.
- ARQUEOHOJE (2014) - A estalagem romana da Raposeira. Município de Mangualde / ArqueoHoje, Ldª. Mangualde.
- BASCUAS E. (2007) - Aquis Ocerensis, diosa Ocaera, monte Ugeres y O Gerês: ¿*oger- o *uger-?. *In* Palaeohispanica: revista sobre lenguas y culturas de Hispania Antigua/Institución Fernando el Católico. Vol. 7. Zaragoza: pp: 43-54.
- BATATA, C.A.M. (2017) -A mineração romana no complexo de Tresminas e Jales (Trás-os-Montes, Portugal). Tese de Doutoramento. Universidade de Évora.
- BATISTA, J. D. L. (1993) - Do Ermínio à Serra da Estrela: notas sobre uma alteração toponímia e outros estudos. Câmara Municipal de Manteigas. Parque Natural da Serra da Estrela. Manteigas.
- BENITO DEL REY, L.; GRANDE DEL BRIO, R. (1995) - Petroglifos prehistóricos en la comarca de las Hurdes (Cáceres). Simbolismo e Interpretación. Librería Cervantes.Salamanca: pp.7-89.
- BURROUGH, P.A. (1986) - Principles of Geographic Information Systems for Land Resource Assessment. Monographs on Soil and Resources Survey No. 12, Oxford Science Publications, New York.
- BRITO MOURA, M. L. (1996) - Viver e Morrer em Gouveia nos alvores do século XX. Novelgráfica. Viseu.
- BURROUGH, P.P. & MCDONNEL, R.A. (1998) - Principles of GIS. Oxford University Press.
- CÂMARA, G., DAVIS, C., MONTEIRO, A. M. V., (2001) - Introdução à Ciência da Geoinformação. São José dos Campos. DPI/INPE. Disponível em: http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/

- CANTO, A.M. (1989) - Colonia Julia Augusta Emerita: Consideraciones en torno a su fundación y territorio. *In* Geñón, 7. Editorial de la Universidad Complutense de Madrid: pp.149-205.
- CARDOSO, J.L.; GONZALEZ, A. (2002) - Testemunhos da ocupação Pré-Histórica da Serra da Estrela. *In* Al-madan. 2ª série. Vol. 11. Almada: pp. 242-243.
- CARDOZO, M. (1962) - Pedras de anéis romanos encontradas em Portugal. Revista de Guimarães. Vol. 72 (1-2) jan.-jun. Guimarães: pp. 155-160.
- CARVALHO, A.F.; PEREIRA, V; SIMÕES, C.D.; TENTE, C. (2017) - Neolithic archaeology at the Penedo dos Mouros rock-shelter (Gouveia, Portugal) and the issue of primitive transhumance practices in the Estrela Mountain range. STAR – Strategies of Transhumance in the Archaeological Record. *In* Zephirus. Vol.79(1). Universidad de Salamanca: pp.19-38.
- CARVALHO, P.C. (2004) - Sobre o processo de identificação e classificação de sítios rurais no Portugal romano. O Passado em cena: narrativas e fragmentos (Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão). Coimbra/Porto. CEAUCP. FCT: pp. 121-140.
- CARVALHO, P.C. (2005) - Identificação e representação espacial das capitais de *civitates* da Beira Interior. *In* Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia – Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior. Guarda: pp. 135-154. 2005
- CARVALHO, P.C. (2007) - Cova da Beira: ocupação e exploração do território na época romana (um território rural no interior norte da Lusitânia). Câmara Municipal do Fundão/Instituto de Arqueologia FLUC. Coimbra.
- CARVALHO, P.C. (2009) - O forum dos *Igaeditani* e os primeiros tempos da *civitas igaeditanorvm* (Idanha-a-Velha, Portugal). Archivo Español de Arqueología, Vol. 82: pp. 115-131.
- CARVALHO, P.C. (2009a) - Há 2000 anos em Celorico da Beira. *In* Celorico da Beira através da História. MARQUES, António Carlos e CARVALHO,

Pedro C. (COORD.). Câmara Municipal de Celorico da Beira. Celorico da Beira.

- CARVALHO, P.C. (2016) - O final do mundo romano: (des)continuidade e/ou (in)visibilidade do registo nas paisagens rurais do interior norte da Lusitânia. *In* A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros. CARVALHO, P.C.; CONCEIÇÃO LOPES, M.; ENCARNAÇÃO, J. d' (COORD). Actas da VIII Mesa Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana. Mangualde (2013). Departamento de História, Arqueologia e Artes. Instituto de Arqueologia. Coimbra: pp.397-435.
- CARVALHO, P.C.; ALARCÃO, J.de; OSÓRIO, M.; MADEIRA, J.L. (2013) - O templo romano de Orjais (Covilhã) e a sua bacia de visão. *In* Conimbriga: Revista de Arqueologia Vol.52. Instituto de Arqueologia - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: pp. 67-128.
- CARVALHO, P.C.; SILVA, R.M.; MADEIRA, J.L.; RIBEIRO, M.I. (2018) - Bobadela romana *splendidissima civitas*: a esplêndida cidade. Coord. cient. Pedro C. Carvalho; Coord. técnica Luís Filipe Coutinho Gomes. ArqueoHoje.
- CARVALHO, P.S.de; CHÉNEY, A. (2006) - A muralha romana de Viseu. A descoberta arqueológica. *In* Murallas de cidades romanas no occidente do Império. Lucus Augusti como paradigma. Congreso Internacional Conmemorativo do V Aniversario da Declaración da Muralla de Lugo como Patrimonio da Humanidade. Museo Provincial de Lugo/Deputación Provincial de Lugo: pp. 729-745
- CAVACO, I. (2013) - Aplicações SIG em Arqueologia no território nacional. Trabalhos finais do Seminário SIG em Arqueologia. OSÓRIO, M. [Coord]. Mestrado Arqueologia e Território. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.
- CHOUQUER, G. (2002) - Patrimoine et paysages culturels. Actes du colloque international (Des lieux et des liens). Études rurales: Terre, territoire, appartenances. Éditions de l'EHESS: pp. 354.
- CHOUQUER, G. (1996) - Les formes du paysage. Tome 1. Paris: Errance.

- CHOUQUER, G. (2001) - Quels scénarios pour l'histoire du paysage? Orientations de recherche pour l'archéogeographie. Introd. de Bruno Latour, de Saint-Émilion. Éditions Confluences. Renaissance des cités d'Europe. Octobre.
- CORREIA, V. H. (1993) - Os materiais pré-romanos de Conimbriga e a presença fenícia no Baixo Vale do Mondego. *In* Tavares, A.A. (ed.) Os fenícios no território português. Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, Estudos Orientais IV. Lisboa: pp. 229-284.
- COSTA, M.C.E. (2010) - Redes viárias de Alenquer e suas dinâmicas. Um estudo de arqueogeografia. Dissertação de Mestrado. FLUC.
- CURADO, F. (1985) - Epigrafia das Beiras. Notas e correcções I. *In* Beira Alta. Vol. 44:4. Viseu: pp. 641-643.
- DAVEAU, S. (1969) - Structure et relief de la Serra da Estrela. *In* Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia. 4 (7,8). Lisboa: pp. 31-197.
- DAVEAU, S. (1988) - Progressos recentes no conhecimento da evolução holocénica da cobertura vegetal em Portugal e nas regiões vizinhas. Finisterra XXIII. Vol. 45. Lisboa: pp. 101-152.
- DAVEAU, S.; FERREIRA, A.B.; FERREIRA, N.; VIEIRA, G.T. (1997) - Novas observações acerca da glaciação da Serra da Estrela. *In*: Estudos do Quaternário. Nº 1. Lisboa: pp. 41-51.
- DE MAN, A. (2005) - A muralha tardia de Conimbriga. *In* Muralhas de cidades romanas no occidente do Imperio – Lucus Augusti como paradigma. Congreso Internacional Conmemorativo do V Aniversario da Declaración da Muralla de Lugo como Patrimonio da Humanidade. Museo Provincial de Lugo/Deputación Provincial de Lugo: pp. 699-712
- DINIS, A.P. (2018) - A propósito da feitura de carvão vegetalno Castroeiro (Mondim de Basto, Vila Real): notas arqueológicas, etnográficas e documentais. *In* Oppidum. Revista de Arqueologia, História e Património. NUNES, M. (COORD.). N.º 10. Ano 11. Município de Lousada: pp.9-24.

- DIOGO, A. M. D. (1982) - Sigillata Hispânica Tardia de Nespereira (Beira Alta). *In* Beira Alta. Vol. XLI. Fascículo 1. 1º Trimestre. Viseu: pp.269-272.
- EDMONDSON, J. (2005) - The administration of Lusitania from the reforms of Dioclecian to c. 340. *In* A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros. CARVALHO, P.C.; CONCEIÇÃO LOPES, M.; ENCARNAÇÃO, J.d' (COORD). Actas da VIII Mesa Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana. Mangualde (2013). Departamento de História, Arqueologia e Artes. Instituto de Arqueologia. Coimbra: pp.179-221.
- ENCARNAÇÃO, J. (2009) - Sertório, general romano: guerrilheiro e mito? *In* Actas do seminário "Memória, Mito e História – O Sacrifício de Almeida". Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida (CEAMA), Almeida N. º3: pp.98-105.
- FABIÃO, C. (1992) - O passado proto-histórico e romano. *In* História de Portugal, direcção de José Mattoso, vol. I, 1a ed., s/l, Círculo de Leitores. Lisboa: pp.79-299.
- FABIÃO, C. (2001) - Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: Sobre a percepção arqueológica da mudança. (era) Arqueología, 3: pp. 108-131.
- FABIÃO, C. (2004) - Centros oleiros da Lusitania: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. *In* Figlinae Baeticae: talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (s. II a.C. - VII d.C.): la Bética romana (s. II a.C.-VII d.C.). Bernal Casasola, Darío; Lagóstena Barrios, Lázaro (ed. Lit.). Oxford. Universidad de Cádiz. Archaeopress: pp. 379-410.
- FERREIRA, L. (2008) - A ordem toscana na Lusitânia ocidental: problemática e caracterização do seu emprego: a propósito das peças reutilizadas da Igreja de S. Pedro de Lourosa (Coimbra). *In* Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 11. N. º2: pp. 231–270.
- FERREIRA, T. (1950) - Elucidário do Pátio do Museu. Gouveia.
- FERREIRA, N. & VIEIRA, G. (1999) - Guia geológico e geomorfológico do Parque Natural da Serra da Estrela. Parque Natural da Serra da Estrela.

- FERNANDES, L.; CARVALHO, P.S.; FIGUEIRA, N. (2008) - Uma nova ara votiva de Viseu, Sylloge Epigraphica Barcinonensis, 6: pp. 185-189.
- FERNANDES, S.; FERREIRA, C.; OSÓRIO, M.; PERESTRELO, S. (2006) - Vicus e Castellum na província da Lusitânia. Notas epigráficas e arqueológicas. *In* Conimbriga XLV, Coimbra: pp. 165-198.
- FIGUERIA, N.; SANTOS, C.; CRAVO, S. (2013) - Vissaium. A Idade do Ferro em Viseu. *In* Arqueologia em Portugal - 150 Anos. ARNAUD, J.; MARTINS, A. & NEVES, C. (COORD.). Associação dos Arqueólogos Portugueses (APA). Lisboa: pp.703-708.
- FRAGA, J. B. A.: (1993) - Melo na História e na Genealogia. Livraria Férin. Lisboa.
- GIRABOLHOS, Aproveitamento Hidroelétrico (2011) - Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução. Parecer da Comissão de Avaliação. Pós-avaliação N. º415. Setembro.
- GOLDSWORTHY, A. (2016) - Generais Romanos. Os homens que construíram o Império Romano. A Esfera dos Livros. Setembro.
- GOMES, M. V.; DIAS, M. M. A. (1995) - Jarro Litúrgico, Visigótico, de Bobadela (Coimbra). *In* IV Reúnion d'Arqueologia Cristiana Hispânica, Lisboa (1992). Barcelona: pp. 91-98.
- GOMES, M. V. (1997) - O cavalo de Moimenta da Serra (Gouveia, Guarda). Estudo Pré-Históricos, Viseu, Vol.V: pp. 155-161.
- GONZÁLEZ, F. C. (2009) - El grabado de la Peña del Cavalo Pintado. Zephyrvs, 44. Recuperado de http://revistas.usal.es/index.php/0514-7336/article/view/3387/3408
- GUERRA, A. (2016) - Entre Lusitanos e Vetões. Algumas questões histórico-epigráficas em torno de um território de fronteira. *In* Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves. SOUSA, A. C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C., (eds.). Estudos & Memórias 9. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL: pp. 425-437.

- GUERRA, A. (2017) - Nomes de povos e de lugares da Lusitânia: 25 anos de investigação. *In* IX Mesa Redonda Internacional de Lusitânia. Mérida: pp. 155-176.

- GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1992) - Viriato: Genealogia de um Mito. Penélope: revista de história e ciências sociais, ISSN 0871-7486, Nº. 8 (Ejemplar dedicado a: Os nossos heróis): pp. 9-24.

- GUERRA, A., FABIÃO, C. (1996) - A Ocupação Romana do Cabeço do Crasto, S. Romão, Seia. *In* Ophiussa. Lisboa: pp. 133-159.

- GUERRINHA, J. (1999) - Gouveia (Serra da Estrela). Município de Gouveia. Gouveia.

- HEAD, B. F. e SEMENOVA-HEAD, L. (2013) - Vestígios da presença sueva no noroeste da península ibérica: na etnologia, na arqueologia e na língua. Diacrítica [online], vol.27, n. º2 [citado 2021-06-15], pp.257-277. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672013000200016&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0807-8967.

- HOZ BRAVO, J. de, FERNÁNDEZ PALACIOS, F. (2002) - BAND-. *In* Religiões da Lusitânia: um século depois. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa: pp.45-52.

- INGOLD, T. (2000) - The Perception of The Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill. Londres e Nova Iorque: Routledge

- LAKE, M.W.; WOODMAN, P.E. (2003) - Visibility studies in archaeology: a review and case study. Environment and Planning B, 30 (5): pp. 689 – 707.

- LEÃO, D.; BRANDÃO, J.L. (2005) - As origens da urbe e o período da monarquia. *In* História de Roma Antiga Volume I: Das origens à morte de César. BRANDÃO, J. L.; OLIVEIRA, F. (coord.). Imprensa da Universidade de Coimbra: pp.27-51.

- LEITE VASCONCELOS, J. (1920) - Hierologia Lusitana. *In* O Archeologo Português, 24: pp. 270-286.

- LEMOS, F.S. (1993) - O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental. Dissertação de doutoramento. Universidade do Minho.
- LOBÃO, J.C., MARQUES, A.C. e NEVES, D. (2005) - Povoamento romano na área da Torre de Almofala. *In* Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior: Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia, Guarda, CEI/ARA: pp. 171- 187.
- LUCAS BATISTA, J.D. (1988) - O povoamento da Serra da Estrela de 1055 a 1223: e outros estudos. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa. Parque Natural da Serra da Estrela, Manteigas.
- MANTAS, V.G. (2002) - C. Cantius Modestinus e seus templos. *In* Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa. Lisboa: pp. 231-234.
- MANTAS, V. G. (2014). As estações viárias lusitanas nas fontes itinerárias da antiguidade. Humanitas. 66: pp. 231–256.
- MANTAS, V.G. (2019) - Da capital da Lusitânia a Bracara Augusta pela Serra da Estrela. *In* Conimbriga. 58. Instituto de Arqueologia - FLUC. Coimbra: pp. 255-300. - https://doi.org/10.14195/1647-8657_58_8
- MARQUES, A.C. (2011) - A ocupação romana na Bacia de Celorico. Tese de mestrado em arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra. Poli.
- MARQUES, G. (1997) - Lendas de Portugal. Vol. 3. Lisboa. Círculo de Leitores.
- MARQUES, G. (1997) - Lendas de Portugal. Círculo de Leitores [1962]. Vol. III. Manteigas (Guarda). pp. 271-276.
- MARQUES, A. (2013) - Mouras, mouros e mourinhos encantados em lendas do norte e sul de Portugal. Vol. 2. Lisboa.
- MARTINEZ, J. M. B. (1990) - La religión de los pueblos de la Hispania prerromana. I. Coloquio internacional sobre religiones prehistóricas de la Península Ibérica [Salamanca y Cáceres, 1987] " Zephyrus, núm. 43: pp. 223-233

- MARTINS, E. C. M. (2006) - Geologia, Morfologia e Vegetação na Serra da Estrela. Aplicações Didácticas. Universidade de Aveiro. Tese de Mestrado.
- MARTINS, C. M. B. (2008) - A exploração mineira romana e a metalurgia do ouro em Portugal. Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. Tese de doutoramento.
- MELIVILLE, H. (2004) - Moby Dick. Os Grandes Génios da Literatura Universal. 27. Rodesa. Navarra.
- MORENO MARTÍN, F. (1997) - "Ocupacion territorial hispano-romano. Los Vici: poblaciones rurales, Espacios, Tiempo y Forma", Serie II, História Antigua: pp. 295 - 306
- MONTEIRO, J. G. (2015) - Expansão no Mediterrâneo. *In* História de Roma Antiga Volume I: Das origens à morte de César. BRANDÃO, J. L.; OLIVEIRA, F. (coord.). Imprensa da Universidade de Coimbra: pp. 145-200.
- MORGADO, D. M. G. (2013) - Pastoreio em Manteigas: Transumância no passado e no presente. Universidade de Coimbra. MOTA, E. (1992) Corografia setecentista do concelho de Gouveia. Gaudela. Gouveia.
- NUNES, J. C.; FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1988) - O acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil). Arganil: Museu Regional de Arqueologia.
- OLIVARES PEDREÑO, J.C. (2000) - "Los dioses soberanos y los ríos en la religión indígena de la Hispania indoeuropea". Gerión. N.º 18: 191-212
- OLIVARES PEDREÑO, J.C. (2002) - Los dioses de la hispânia céltica. Real Academia de La História. Universitat d' Alacant.
- OLIVARES PEDREÑO, J.C. (2005) - Celtic Gods of the Iberian Peninsula. *In* e-Keltoi: Journal of Interdisciplinary Celtic Studies. Vol. 6. Univ of Wisconsin-Milwaukee Center for Celtic Studies: pp.1-43.
- OLIVARES PEDREÑO, J.C. (2013) - La migración de los célticos y túrdulos de la Beturia hacia el Noroeste de Hispania. Cuadernos De Estudios Gallegos, 60(126): pp. 51-84.

- OSÓRIO, M. & SALGADO, T. (2007) - Um Sistema de Informação Geográfica aplicado na Arqueologia do Município do Sabugal. Praxis Archaeologica. Porto. 2: pp. 9-12.
- OSÓRIO, M. & SALGADo, T. (2017) - A abordagem SIG ao Vale do Tua: Uma experiência inovadora. *In* Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua. Aproveitamento hidroelétrico de Foz Tua. Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor. CARVALHO, Pedro C.; COUTINHO, Luís Filipe; MARQUES, João Nuno (COORD.). EDP, S.A./Ed. Afrontamento. Vol 3: pp.4—59.
- PEREIRA, P.A. (2017) - O Vinho na Lusitânia. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar „Cultura, Espaço e Memória". Edições Afrontamento, Lda. Porto
- PERESTRELO, M.S.G. - A romanização na bacia do Rio Côa, Ministério da Cultura – Parque Arqueológico do Vale do Côa. 2003.
- PINHEIRO, E.C. (2008) - Rota da lã TRANSLANA – Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal), comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha). Vol I e Vol II. Museu de Lanifícios da UBI. Covilhã.
- PINHO LEAL, A. (2006) - Portugal Antigo e Moderno Tomo V, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão [1873].
- PINTADO, J. A. (1998) - Introdução ao estudo da benemerência cívica no Portugal Romano. *In* Munda. Novembro. N. º36. Coimbra: pp.61-74.
- Pinto I. P., Magalhães A. P. (2016) - «Almagro 51A-B (Western Lusitania)», Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption. – Disponível em: http://amphorae.icac.cat/amphora/almagro-51a-b-western-lusitania)
- PRATS, I.S. & ÁRBOL MORO, M.R. (2005) - Las civitates del sectornordoriental de Lusitânia: arqueologia y epigrafia. pp. 135-154. *IN* Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia. ARA (Associação de Estudo Desenvolvimento e Defesa do Património da Beira Interior) | CEI (Centro de Estudos Ibéricos). Guarda.

- REDENTOR, A.; CARVALHO P.C. (2017) - Continuidade e mudança no Norte da Lusitânia no tempo de Augusto. Gerión, Vol. 35, Nº Esp. pp.417-441.
- RIBEIRO, O. (1995) - Opúsculos Geográficos. Vol. VI – Estudos Regionais. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROMERO R. L. (2005) - Cálculo de rutas óptimas mediante SIG en el territorio de la ciudad celtibérica de Segeda. Propuesta. Metodológica. SALDVIE. N. º 5: pp. 95-111.
- RUA, M. H. N. P. R. (2009) - Os sistemas de informação geográfica na deteção de *villae* em meio rural no Portugal romano. Um Modelo Preditivo. EDAR — Hugony Editore. FCT.
- RUSSEL CORTEZ, F. (1950) - Objectos de liturgia visigótica encontrados em Portugal. Séculos V a VII», O Instituto, Coimbra, 114: pp. 52-92.
- SAA, Mário de (1960) - As Grandes Vias da Lusitânia: O Itinerário de Antonino Pio, Tomo III, p.287-345.
- SÁNCHEZ, A. A. & CORRALES, J. M. F. (2000) - El proceso de romanización de la Lusitania oriental: la creación de asentamientos militares. pp. 85-100. *In* Sociedad y cultura en Lusitania romana, IV Mesa Redonda Internacional. GORGES, Jean-Gérard & BARRASATE, Trinidad Nogales (COORD.) Série Estudos Portugueses, N. º13. 446 p. Junta de Extremadura, Editora Regional de Extremadura. Mérida.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F.J., CURRÁS, B.X. (2017) - Minería del oro y explotación del territorio en Lusitania: estado de la investigación. *In* IX Mesa Redonda Internacional de Lusitania. Lvsitania Romana: del passado al presente de la investigación. Mérida, pp:393-415.
- SANTOS, M. J. C. (2010) - Santuários rupestres no ocidente da Hispânia Indo-Europeia. Ensaio de Tipologia e Classificação. Palaeohispanica 10, pp. 147-172.
- SANTOS, M. J. C. (2015) - Santuarios Rupestres de la Hispania Indoeuropea. Universidade de Zaragoza. Tese de Doutoramento.

- SARAIVA, R. (2013) - Povoamento Proto-Histórico e Romano no Território dos Atuais Concelho de Gouveia e Seia – Distrito da Guarda. Tese de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Poli.
- SARMENTO, F. M. (1883) - Expedição científica à Serra da Estrela em 1881. Relatório da Secção de Arqueologia. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (2000) - O Cabeço do Crasto de São Romão (Seia). *In* Por Terras de Viriato: Arqueologia da Região de Viseu. SENNA-MARTINEZ, J. C. e PEDRO, I., (Eds.). Governo Civil do Distrito de Viseu e Museu Nacional de Arqueologia: p.136-144.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2013) - Aspectos do centro-norte do ocidente peninsular no final da Idade do Bronze: povoamento, metalurgia e sociedade. *In* Estudos Arqueológicos de Oeiras. Vol. 20. Câmara Municipal Oeiras: p. 173-190.
- SEOANE, Y.; GARCÍA, M. V.; GÜIMIL A. (2013) - Las pilas del castro de Santa Mariña de Maside (Ourense): hacia una tipología de los lugares con función ritual en la Edad del Hierro del NW de la Península Ibérica. Cuadernos de Estudios Gallegos. N. º60: pp. 13-50.
- SILVA, F. (2013) - Landscape and Astronomy in Megalithic Portugal: the Carregal do Sal Nucleus and Star Mountain Range. Papers from the Institute of Archaeology. Vol. 22: pp. 99-114.
- SILVA, A. C. F. (2015) - As origens de Gaia e questões de identidade. Arqueologia e Epigrafia dos Turduli Veteres. *In* Estudos do Quaternário, 13, APEQ, Braga: pp. 68-74.
- SILVA, R. (2014) - Bobadela em época romana: Cidade e Território Periurbano. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- SOARES, L.; COSTA, A.; GOMES, A. (2010) - Geografia, arqueologia e sistemas de informação geográfica: exemplos prospetivos de articulação. Estudos do Quaternário. III Jornadas do Quaternário. Braga: pp.171-188.

- SORIA, V. (2013) - O conceito de "romanização" e o panorama académico português. *In* Arqueologia em Portugal - 150 Anos. ARNAUD, J.; MARTINS, A. & NEVES, C. (COORD.). Associação dos Arqueólogos Portugueses (APA). Lisboa: pp.711-716.
- TENTE, C. ed. (1999) - Roteiro Arqueológico de Gouveia. Gouveia: Câmara Municipal.
- TENTE, C. (2000) - Estudo sobre as sepulturas rupestres, no actual concelho de Gouveia: 1993-1998. Gaudela. Gouveia. Nº1.
- TENTE, C. (2007) - A ocupação alto-medieval da encosta ocidental da Serra da Estrela. Trabalhos de Arqueologia. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. N.º 47.
- TENTE, C. (2007a) - Lagares, Lagaretas ou Lagariças Rupestres da Vertente Noroeste da Serra da Estrela. *In* Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 10 nº1. Lisboa: pp.345-366.
- TENTE, C. (2011) - Do século IX ao XI no alto vale do Mondego (Guarda, Portugal): dinâmicas de povoamento e estruturas sociais. *In* Debates de Arqueologia Medieval. Setembro. N. º1. Granada.
- TENTE, C. (2017) - Entre o fim do Império e o início da Idade Média: as mudanças na estrutura do povoamento na região noroeste da Serra da Estrela (centro do Portugal). *In* Arqueologia da transição: entre o mundo romano e a Idade Média. TEIXEIRA, C.; CARNEIRO, A. (Coord.) Coimbra.
- TENTE, C.; De MAN, A. (2012) - Um *dollium* epigrafado do Monte Aljão (Gouveia, Guarda). *In* Ficheiro Epigráfico da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Suplemento de *Conimbriga*. N. º94. Inscrições 420-423. Departamento de História, Arqueologia e Artes. Instituto de Arqueologia. Coimbra.
- TENTE, C.; MARTINS, A. (1994) - Levantamento arqueológico do concelho de Gouveia, 1.a fase: a necrópole medieval do Risado, o conjunto de Carreira Cova e a sepultura do Penedo dos Mouros. Notícia preliminar. Trabalhos de Arqueologia da EAM. Lisboa. N. º2: pp. 283-291.

- TENTE, C; TOMÁS, C.; CASTRO, R. (2018) - A configuração territorial da Diocese Viseense no período Suevo-Visigodo. In Do império ao reino: Viseu e o território entre os séculos IV e XII. TENTE, Catarina (Ed./Coord.). Instituto de Estudos Medievais (IEM). C. M. Viseu: pp. 179-194.
- TENTE, C.; LOURENÇO, S. (1999) - O Cadeirão da quinta do Pé do Coelho e o Penedo dos Mouros: primeira interpretação como santuários rupestres. Revista de Guimarães. Vol. Esp. II. Guimarães: pp. 775-792.
- TENTE, C.; LOURENÇO, S. (2000) - O Cadeirão da quinta do Pé do Coelho e o Penedo dos Mouros: primeira interpretação como santuários rupestres. *In* Actas do Congresso de Proto-história Europeia. Revista de Guimarães. Sociedade Martins Sarmento. Guimarães. Vol. 2: pp. 775-792.
- TENTE, C., CARVALHO, A. F., PEREIRA, V. (2018) - The settlement of Penedo dos Mouros (Arcozelo, Gouveia) in the context of the tenth century in the northwest sector of the Estrela mountain range. *In* Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV e XII. Tente, Catarina (ed.). Viseu. C. M. Viseu: pp. 368-387.
- TENTE, C.; VISO, I.M. (2018) - O Castro de Tintinolho em época pós-romana. *In* Fortificaciones, poblados y pizarras: la raya en los inícios del medievo. Ciudad Rodrigo. Ayuntamiento de Cuidad Rodrigo: pp. 137-157.
- TILLEY, C. (1994) - A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments, Oxford: Berg publishers.
- TRISTÃO, L. (2001) - As Guerras Lusitanas, estratégias e armamento segundo as fontes clássicas. Universidade de Lisboa Faculdade de Letras Departamento de História. Tese de Mestrado.
- VALERA, A.C. (2007) - Dinâmicas locais de identidade: estruturação de um espaço de tradição no 3º milénio AC (Fornos de Algodres, Guarda). 1ª ed. Município de Fornos de Algodres.
- VÁRIOS (S/D) - Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Editorial Enciclopédia, Lda. Vol.35. Lisboa.

- VAZ, J.L.I. (2009) - Elementos para o estudo dos *fora* das cidades do norte da Lusitânia. *In* Ciudad y foro en Lusitania Romana/Cidade e foro na Lusitânia Romana. T. NOGALES BASARRATE (ED.). Studia Lusitana 4. Mérida: pp. 314-324.
- VIEIRA, G.; JANSEN, J.; FERREIRA, N. (2005) - Environmental setting of the Serra da Estrela, Portugal: a short-note. *In* Landscape ecology and management of Atlantic mountains. PINTO CORREIA, T.; BUNCE, R.G.H.; HOWARD, D.C. (Ed.). IALE Publication. Landscape ecology series number 2. IALE UK: pp. 53-64.
- VILAÇA, R. (1995) - Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze, Trabalhos de Arqueologia, nº. 9, Departamento de Arqueologia do IPPAR, 2 volumes, Lisboa.
- VILAÇA, R. (2005) - Entre Douro e Tejo, por terras do interior: o I milénio a.C. *In* Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia. Actas das 2.ª Jornadas de Património da Beira Interior. Guarda: pp.13-32.
- VILAÇA, R.; OSÓRIO, M.; ESTANQUEIRO, M. (2018) - Modelo preditivo para o povoamento proto-histórico da Beira Interior (Centro de Portugal): construção do modelo e primeiros resultados. *In* HERNÁNDEZ GUTIÉRRES, N., LARRAZABAL GALARZA, J., PORTERO HERNÀNDEZ, R. (COORD.), Arqueología en Valle del Duero. Del Paleolítico a la Edad Media, 6. Editorial Glyphos: pp. 297-314.

Anexos

Mapas

Mapa 1
Localização Geográfica
Rio Mondego
Área de estudo pelas C.M.P.'s
Altimetria min. / max. | Concelho de Gouveia
235
1579
Portugal
Google Satellite
0
100
200 km

Mapa 2
Localização Geográfica
Rio Mondego
Área de estudo pelas C.M.P.'s
Altimetria min. / max. | Concelho de Gouveia
235
1579
Portugal
Google Satellite
0
15
30
45 km

Mapa 3
Orografia e Hidrografia
Rede Hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
Área de estudo pelas C.M.P.'s
MDT
Conc. de Gouveia
230
381
422
460
523
646
921
1080
1226
1578
Google Satellite
0 3 6 9 km
Mapa 3a
Rede hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
MDT - Concelho de Gouveia
230
381
422
460
523
646
921
1080
1226
1578
0 2.5 5 km
Ribeira do Paço
Ribeira de Girabolhos
Ribeiro de Almeida
Rio Torto
Ribeira Ajax
Ribeira de S. Paio
Ribeira do Paço
Ribeira do Freixo
Ribeira de Linhares
RIbeira de Sta. Guilha
Rio Torto
Ribeira Ajax
Ribeira das Aldeias
Ribeira da Bandoiva
Ribeira de Paços
Água Joana
Covão do Minho

Mapa 4
Freguesias Conc. Gouveia
Localidades
Cidade
Vila
Aldeia
Lugar
Limites das Freguesias
Rede Hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
Área de estudo pelas C.M.P.'s
MDT
Conc. de Gouveia
230
381
422
460
523
646
921
1080
1226
1578
Google Satellite
0 3 6 9 km
Ponte Nova
V. Franca da Serra
Ribamondego
Vila Côrtes da Serra
Figueró da Serra
Freixo da Serra
Arcozelo da Serra
Póvoa da Rainha
Cativelos
Dobreira
Nabais
Nabainhos
Nespereira
S. Paio
Melo
Folgosinho
Moinhos da Serra
Rio Torto
V. N. Tazem
Paçoinhos
Tazem
Passarela
Vinhó
Gouveia
Novelães
Lagarinhos
Moimenta da Serra
Aldeias
Paços da Serra
Mangualde da Serra

Mapa 5
CMP's Conc. de Gouveia
Localidades
Cidade
Vila
Aldeia
Lugar
Rede Hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
CMP fl.190
MDT
Concelho de Gouveia
230
381
422
460
523
646
921
1080
1226
1578
CMP fl.191
CMP fl.201
CMP fl.202
CMP fl.212
CMP fl.213
0 2 4 6 8 km
Ponte Nova
V. Franca da Serra
Ribamondego
Vila Côrtes da Serra
Figueró da Serra
Freixo da Serra
Arcozelo da Serra
Póvoa da Rainha
Cativelos
Dobreira
Nabais
Nabainhos
Nespereira
S. Paio
Melo
Folgosinho
Moinhos da Serra
Rio Torto
V. N. Tazem
Paçoinhos
Passarela
Tazem
Vinhó
Gouveia
Novelães
Lagarinhos
Moimenta da Serra
Mangualde da Serra
Aldeias
Paços da Serra

Mapa 6
Sítios Arqueológicos Romanos
Sítios Arqueológicos
Castellum
Aldeia
Villa
Granja
Casal
Calçada
Via
Ponte
Hemyciclum
Sepultura
Estrutura Urbana
Rede Hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
Área de estudo pelas C.M.P.'s
MDT Concelho de Gouveia
230
381
422
460
523
646
921
1080
1226
1578
Google Satellite
0 3 6 9 km
Mapa 7
Sítios Arqueológicos em CMP's
Sítios Arqueológicos
Castellum
Aldeia
Villa
Granja
Casal
Calçada
Via
Ponte
Hemyciclum
Sepultura
Estrutura Urbana
Rede Hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
Área de estudo pelas C.M.P.'s
MDT Concelho de Gouveia
230
381
422
460
523
646
921
1080
1226
1578
Google Satellite
0 3 6 9 km

Mapa 8 - Litologia Conc. de Gouveia
Localidades
Aldeia
Cidade
Lugar
Vila
Litologia
Cascalheiras de planalto, arcoses da Beira Baixa, arenitos, calcários
Granitos e rochas afins
Xistos, grauvaques (Complexo xisto-grauváquico)
Rede Hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
Área de estudo pelas C.M.P.'s
MDT - Concelho de Gouveia
235
350
467
541
557
613
640
902
928
1046
1077
1157
1394
1578
0 3 6 9 km
Ponte Nova
V. Franca da Serra
Ribamondego
Vila Cortês da Serra
Figueró da Serra
Freixo da Serra
Póvoa da Rainha
Arcozelo da Serra
Cativelos
Dobreira
Nabais
Nabainhos
Nespereira
S. Paio
Melo
Folgosinho
Moinhos da Serra
Rio Torto
V. N. Tazem
Paçoinhos
Tazem
Vinhó
Gouveia
Passarela
Novelães
Lagarinhos
Moimenta da Serra
Mangualde da Serra
Aldeias
Paços da Serra

Mapa 9 - Sítios Arqueologicos sob Litologia
Litologia
Cascalheiras de planalto, arcoses da Beira Baixa, arenitos, calcários
Granitos e rochas afins
Xistos, grauvaques (Complexo xisto-grauváquico)
Sítios Arqueológicos Romanos
Villa
Granja
Casal
Castellum
Aldeia
Calçada
Via
Ponte
Hemyciclum
Estrutura Urbana
Sepultura
Rede Hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
Área de estudo pelas C.M.P.'s
MDT - Concelho de Gouveia
235
350
467
640
902
1077
1394
1578
0 3 6 9 km

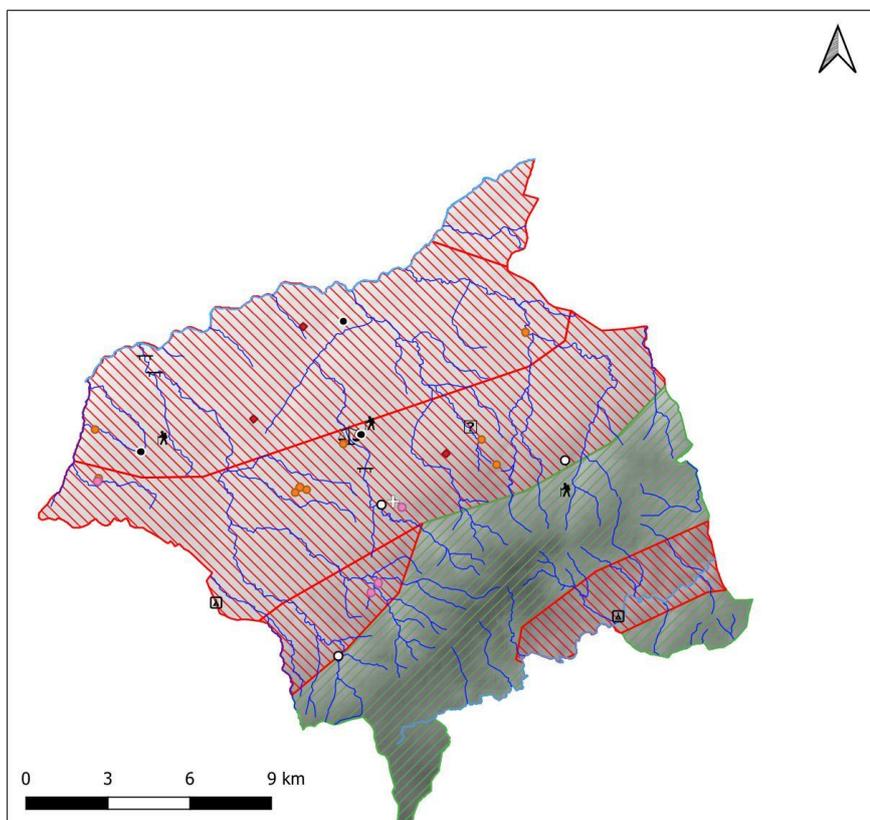
Mapa 11
Sítios Arqueologicos sob Solos

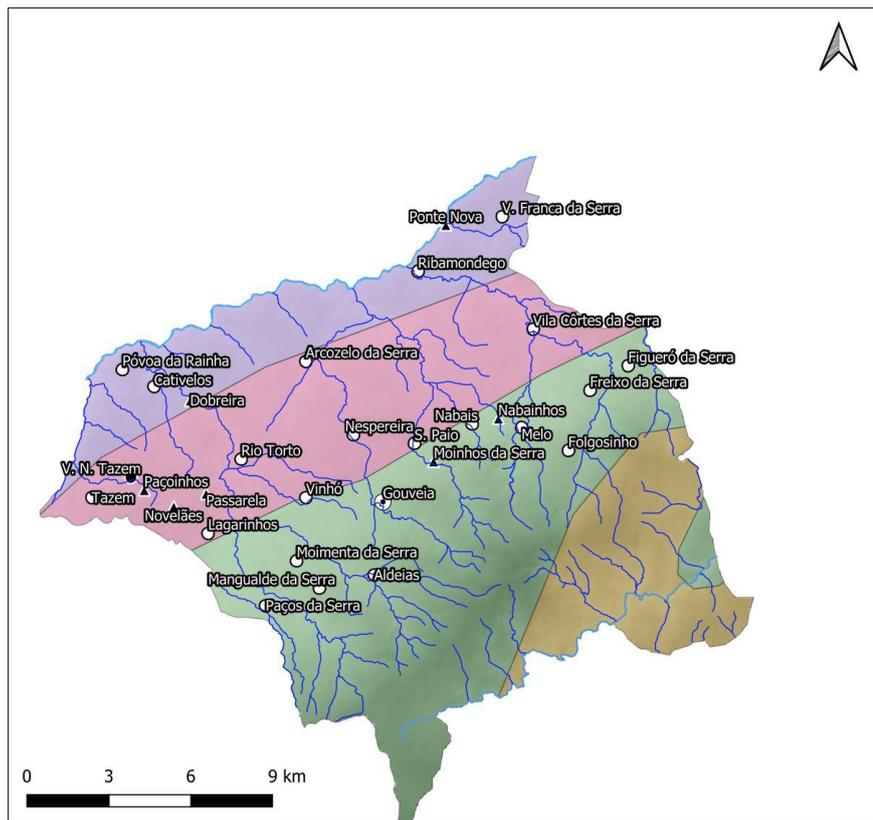
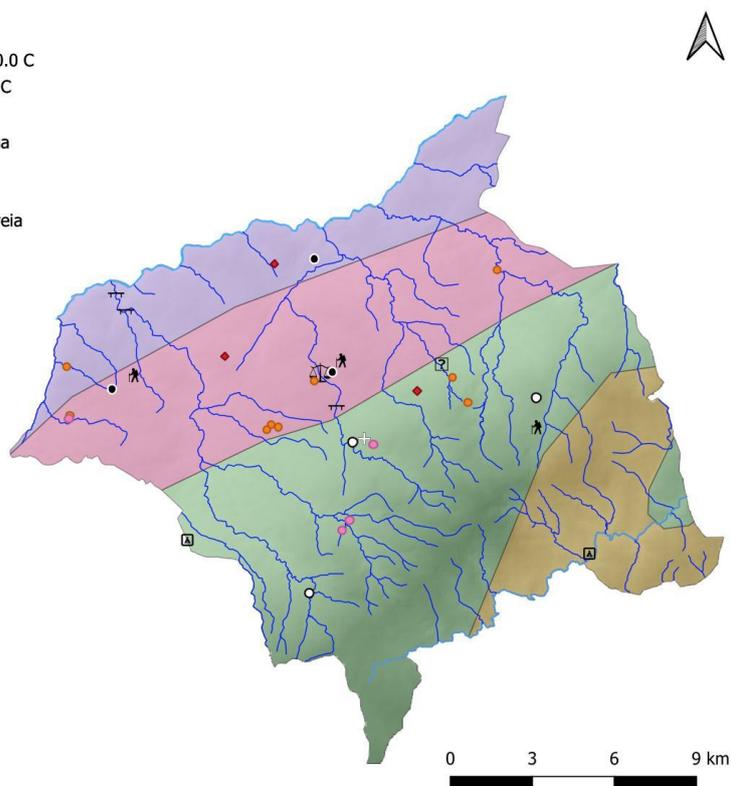
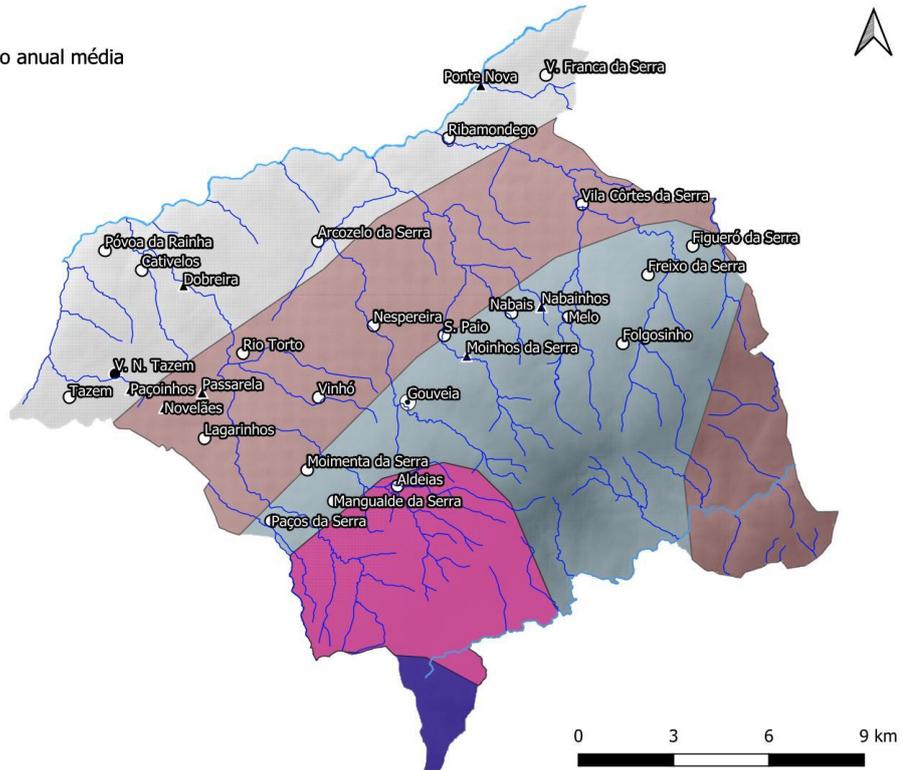
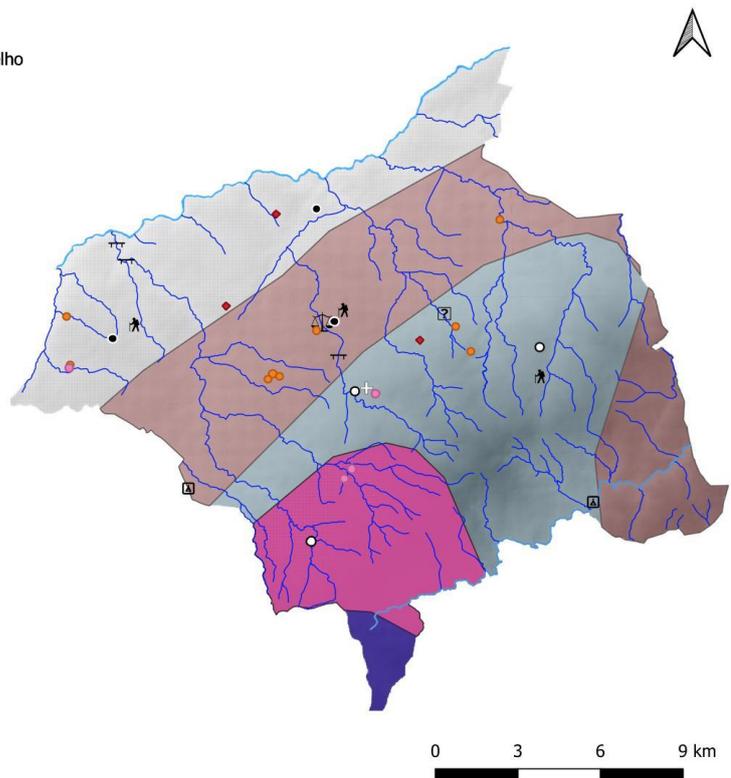
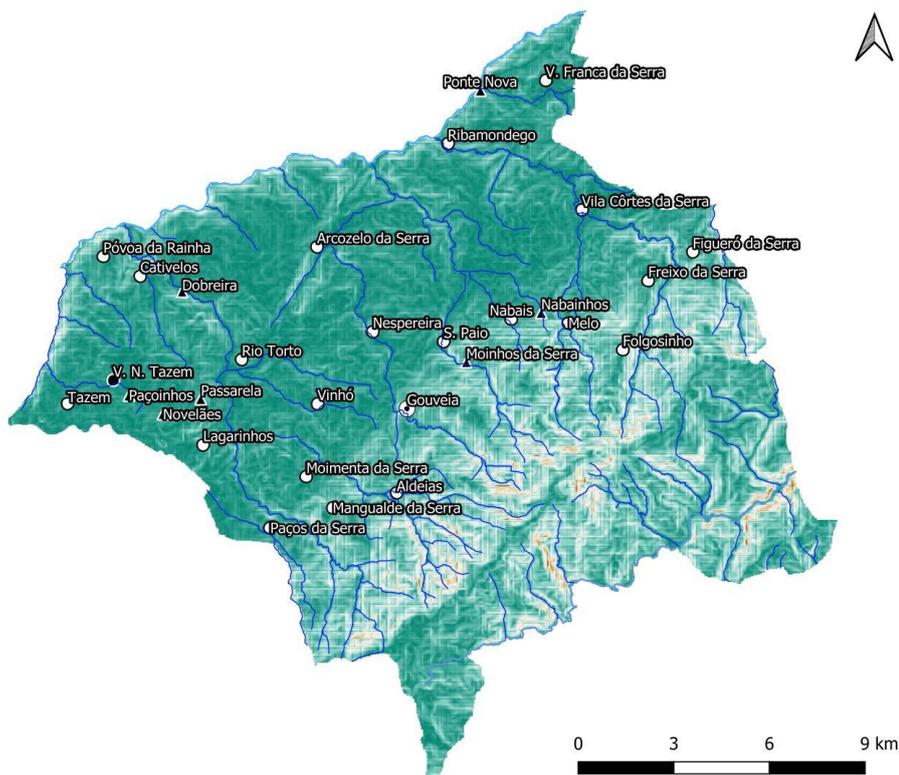
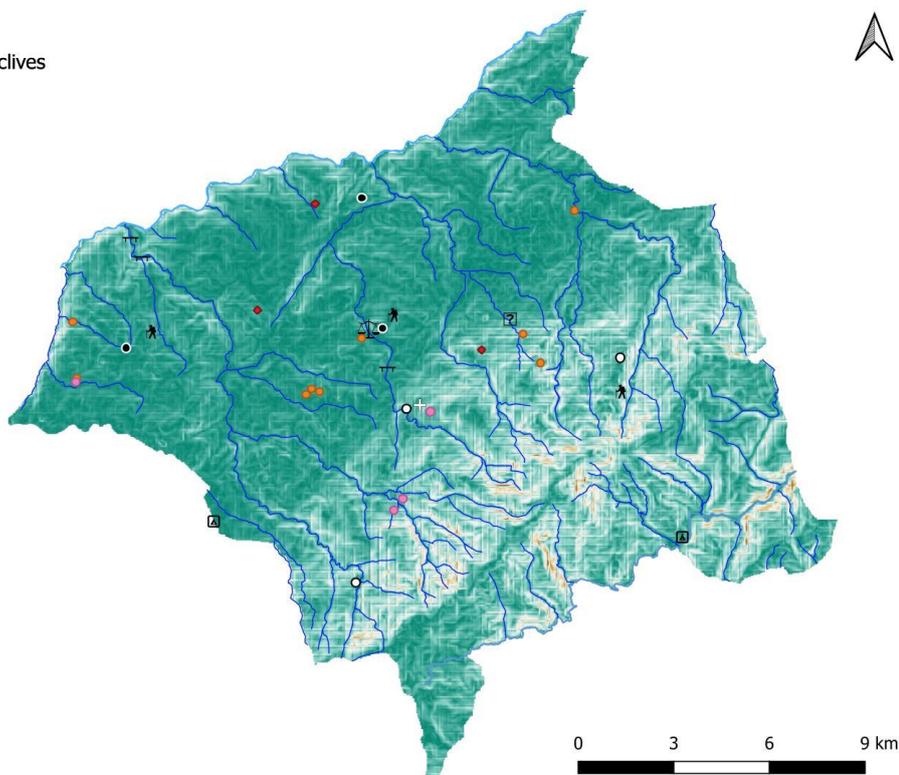
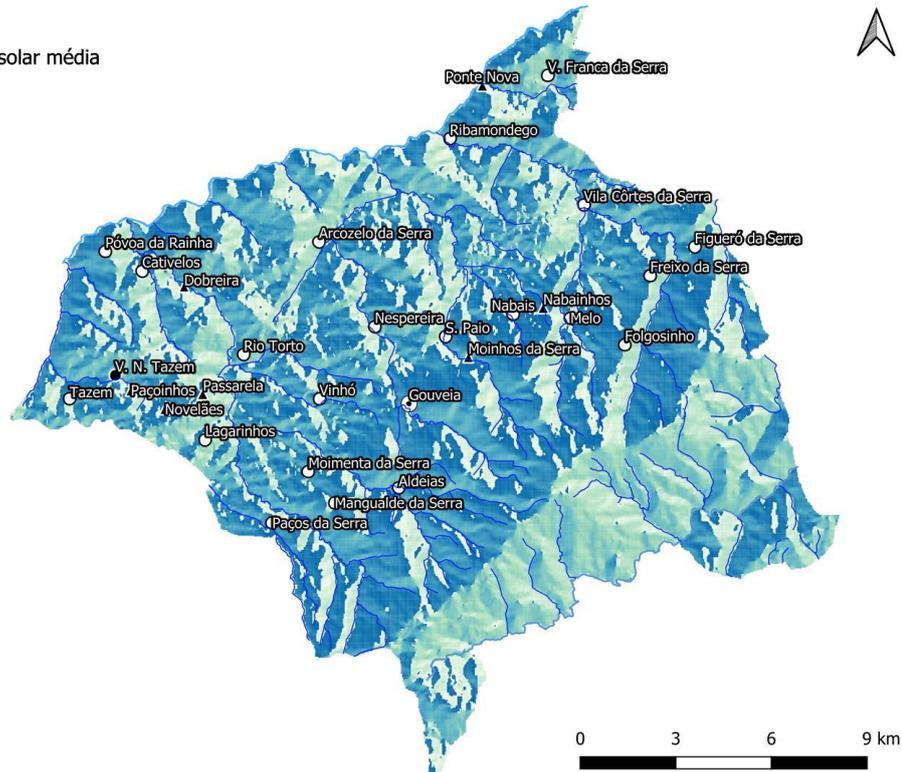
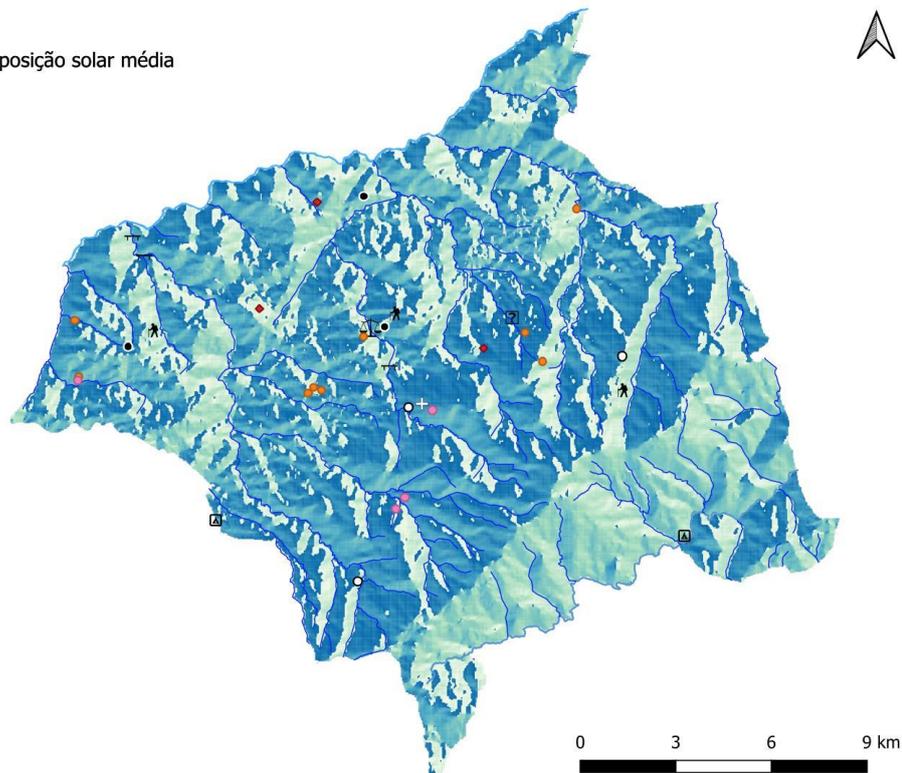
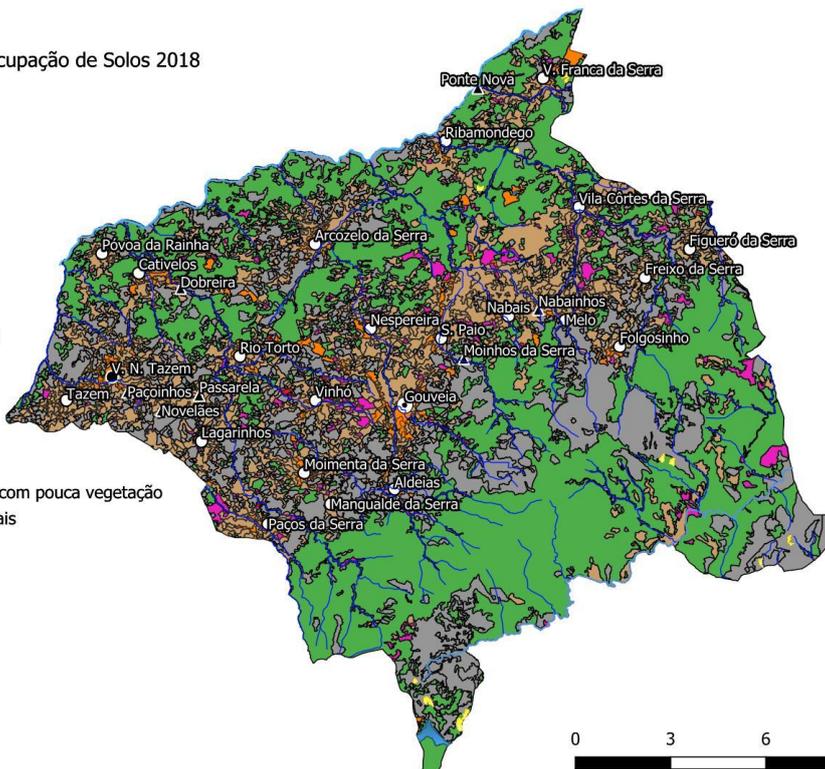
Sítios Arqueológicos Romanos
- Villa
- Granja
- Casal
- Castellum
- Aldeia
- Calçada
- Via
- Ponte
- Hemyciclum
- Estrutura Urbana
- Sepultura

Tipos de solos
- Cambissolos
- Rankers

Rede Hidrográfica
- Linhas de água
- Rio Mondego
- Área de estudo pelas C.M.P.'s

MDT
Concelho de Gouveia
- 235
- 350
- 467
- 640
- 902
- 1077
- 1394
- 1578

0 3 6 9 km

Mapa 12
Localidades sob Temp. média
Localidades
Aldeia
Cidade
Lugar
Vila
Temperatura média no concelho
Entre 10.0 e 12.5 C
Entre 12.5 e 15.0 C
Entre 7.5 e 10.0 C
Inferior a 7.5 C
Rede Hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
Área de estudo pelas C.M.P.'s
MDT
Concelho de Gouveia
235
350
467
640
902
1077
1394
1578

Ponte Nova
V. Franca da Serra
Ribamondego
Vila Cortes da Serra
Figueró da Serra
Freixo da Serra
Póvoa da Rainha
Cativelos
Dobreira
Arcozelo da Serra
Nespereira
Nabais
Nabainhos
S. Paio
Melo
Moinhos da Serra
Folgosinho
Rio Torto
V. N. Tazem
Paçoinhos
Tazem
Novelães
Passarela
Lagarinhos
Vinhó
Gouveia
Moimenta da Serra
Mangualde da Serra
Aldeias
Paços da Serra
0
3
6
9 km

Mapa 13
Sítios Arq. sob Temp. média
Sítios Arqueológicos
Villa
Granja
Casal
Castellum
Aldeia
Calçada
Via
Ponte
Hemyciclum
Estrutura Urbana
Sepultura
Temperatura média no concelho
Entre 10.0 e 12.5 C
Entre 12.5 e 15.0 C
Entre 7.5 e 10.0 C
Inferior a 7.5 C
Rede Hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
MDT
Concelho de Gouveia
235
350
467
640
902
1077
1394
1578
0
3
6
9 km

Mapa 14
Localidades sob Precipitação anual média
Localidades
Aldeia
Cidade
Lugar
Vila
Precipitação média no Concelho
Entre 800 e 1000 mm
Entre 1000 e 1200 mm
Entre 1200 e 1400 mm
Entre 1400 e 1600 mm
Entre 1600 e 2000 mm
Rede Hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
MDT
Concelho de Gouveia
235
350
467
640
902
1077
1394
1578
Ponte Nova
V. Franca da Serra
Ribamondego
Vila Côrtes da Serra
Arcozelo da Serra
Póvoa da Rainha
Cativelos
Dobreira
Figueiró da Serra
Freixo da Serra
Nabais
Nabainhos
Melo
Nespereira
S. Paio
Moinhos da Serra
Folgosinho
Rio Torto
V. N. Tazem
Tazem
Paçoinhos
Passarela
Novelães
Vinhó
Gouveia
Lagarinhos
Moimenta da Serra
Aldeias
Mangualde da Serra
Paços da Serra
0
3
6
9 km

Mapa 15
Sítios Arq. sob Precipitação anual média
Sítios Arqueológicos
Villa
Granja
Casal
Castellum
Aldeia
Calçada
Via
Ponte
Hemyciclum
Estrutura Urbana
Sepultura
Rede Hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
Precipitação média no Concelho
Entre 800 e 1000 mm
Entre 1000 e 1200 mm
Entre 1200 e 1400 mm
Entre 1400 e 1600 mm
Entre 1600 e 2000 mm
MDT
Concelho de Gouveia
235
350
467
640
902
1077
1394
1578
0
3
6
9 km

Mapa 16
Localidades sob declives
Localidades
Aldeia
Cidade
Lugar
Vila
Declives médios em graus
0
2.6798
5.3596
8.0394
10.7192
Rede Hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
Ponte Nova
V. Franca da Serra
Ribamondego
Vila Côrtes da Serra
Figueró da Serra
Freixo da Serra
Arcozelo da Serra
Póvoa da Rainha
Cativelos
Dobreira
Nabais
Nabainhos
Melo
Nespereira
S. Paio
Moinhos da Serra
Folgosinho
Rio Torto
V. N. Tazem
Tazem
Paçoinhos
Passarela
Novelães
Vinhó
Gouveia
Lagarinhos
Moimenta da Serra
Aldeias
Mangualde da Serra
Paços da Serra
0 3 6 9 km

Mapa 17
Sítios Arqueológicos sob declives
Sítios Arqueológicos
Villa
Granja
Casal
Castellum
Aldeia
Calçada
Via
Ponte
Hemyciclum
Estrutura Urbana
Sepultura
Declives médios em graus
0
2.6798
5.3596
8.0394
10.7192
Rede Hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
0 3 6 9 km

Mapa 18
Localidades sob Exposição solar média
Localidades
Aldeia
Cidade
Lugar
Vila
Exposição Solar média anual
0
119.803
239.606
359.409
Rede Hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
Ponte Nova
V. Franca da Serra
Ribamondego
Vila Côrtes da Serra
Figueró da Serra
Freixo da Serra
Arcozelo da Serra
Póvoa da Rainha
Cativelos
Dobreira
Nabais
Nabainhos
Melo
Nespereira
S. Paio
Moinhos da Serra
Folgosinho
Rio Torto
V. N. Tazem
Tazem
Paçoinhos
Passarela
Novelães
Vinhó
Gouveia
Lagarinhos
Moimenta da Serra
Aldeias
Mangualde da Serra
Paços da Serra
0 3 6 9 km

Mapa 19
Sítios Arqueológicos sob Exposição solar média
Sítios Arqueológicos
Villa
Granja
Casal
Castellum
Aldeia
Calçada
Via
Ponte
Hemyciclum
Estrutura Urbana
Sepultura
Exposição Solar média anual
0
119.803
239.606
359.409
Rede Hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
0 3 6 9 km

Mapa 20
Localidades sob Carta de Ocupação de Solos 2018
Localidades
Aldeia
Cidade
Lugar
Vila
Rede Hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
C.O.S. Gouveia 2018
1.Territórios artificializados
2.Agricultura
3.Pastagens
4.Superfícies agroflorestais
5.Florestas
6.Matos
7. Espaços descobertos ou com pouca vegetação
9.Massas de água superficiais
Ponte Nova
V. Franca da Serra
Ribamondego
Vila Cortês da Serra
Figueiró da Serra
Freixo da Serra
Arcozelo da Serra
Póvoa da Rainha
Cativelos
Dobreira
Nabais
Nabainhos
Melo
Nespereira
S. Paio
Moinhos da Serra
Folgosinho
Rio Torto
V. N. Tazem
Tazem
Paçoinhos
Passarela
Novelães
Vinhó
Gouveia
Lagarinhos
Moimenta da Serra
Aldeias
Mangualde da Serra
Paços da Serra
0 3 6 9 km

Mapa 21
Sítios Arqueológicos Romanos
Sítios Arqueológicos
Castellum
Aldeia
Villa
Granja
Casal
Calçada
Via
Ponte
Hemyciclum
Sepultura
Estrutura Urbana
Rede Hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
MDT
Conc. de Gouveia
230
381
422
460
523
646
921
1080
1226
1578
Mandarteiro
Risado
Vila Cortês da Serra
Ponte do Aljão
Ponte das Cantinas
Monte Aljão
Calça. São Pelágio
Nabais
Minhoto
Calça. Teixug-Parig
S. Domingos
São Pelágio
Alto do Passal
Freixial/Safail
Separadora
Folgosinho
Ponte do Chorido
Pai Moço
Carvoeiro
Tapada
Qta. Outeiro S.Domingo
Galhardos
Quinta do Carvoeiro
Cruzeiro das Almas
Gouveia
Cerca
Regada/Bacelo
Saião
Fraga
Sra. da Assedace
Castro Verde
0 3 6 9 km

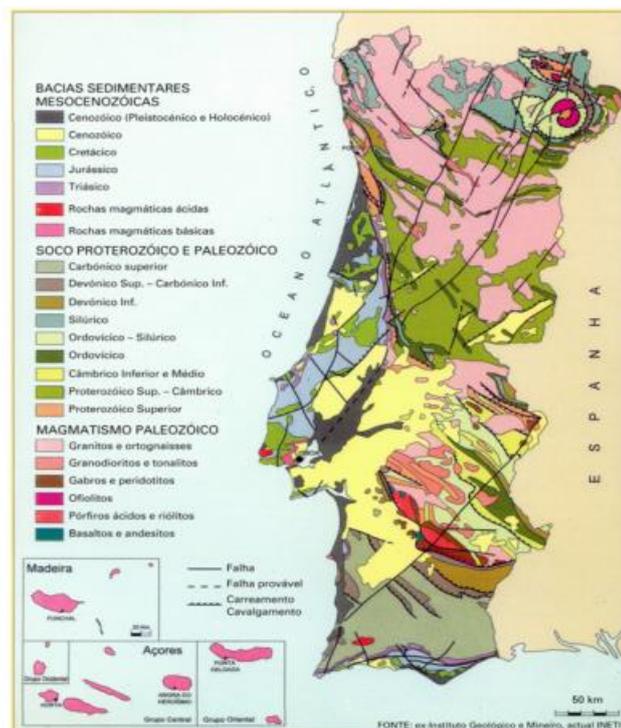
Mapa 22
Sítios Arqueológicos sob COS 2018 Gouveia
Sítios Época Romana
Rede Hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
Carta de Ocupação de Solos (COS) 2018
1.Territórios artificializados
2.Agricultura
3.Pastagens
4.Superfícies agroflorestais
5.Florestas
6.Matos
7. Espaços descobertos ou com pouca vegetação
9.Massas de água superficiais
0
3
6
9 km

Mapa 16
Localidades sob declives
Sítios arqueológicos
Villa
Granja
Casal
Castellum
Aldeia
Calçada
Via
Ponte
Hemyciclum
Estrutura Urbana
Sepultura
Povoados
Povoado Requalificado
Rede Hidrográfica
Linhas de água
Rio Mondego
MDT Concelho de Gouveia
230
381
460
523
646
921
1080
1226
1578
Google Satellite
Castro do Tintinolho
Cabeço do Castro de S. Romão
0
2.5
5 km

CARTA GEOLÓGICA DE PORTUGAL
17-D
Mapa 24
Sítios sob Carta Geológica
Sítios Arqueológicos
Villa
Granja
Casal
Castellum
Aldeia
Calçada
Via
Ponte
Hemyciclum
Estrutura Urbana
Sepultura
Concelho de Gouveia
Carta Geológica de Portugal 17D
0
5
10 km

Estampas

Est. I – Vista sobre a encosta desde Ribamondego (Nordeste). Fotografia: Tiago Mota

Est. I – Vista sobre a encosta desde o Arcozelo da Serra (Noroeste). Fotografia: Tiago Mota

Est. II – Carta Geológica de Portugal. Retirada de: https://bgnaescola.files.wordpress.com/2010/02/carta_geologica_portugal.pdf

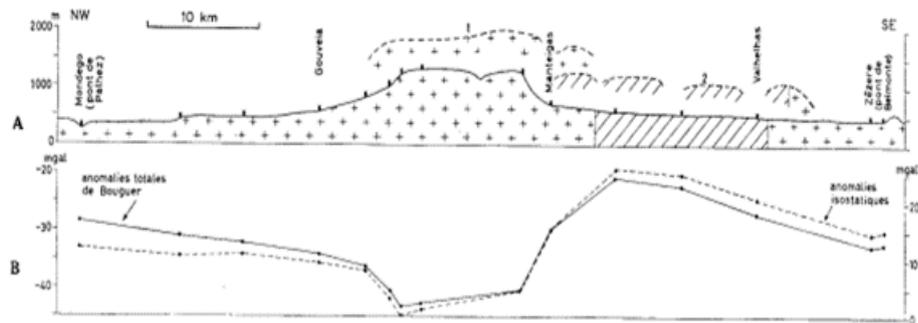



Fig. 17 — Profil gravimétrique NW-SE à travers la Serra da Estrela (données de l'Instituto Geográfico e Cadastral, 1949). A: profil topographique et géologique: 1 — allure du plateau culminant au Sud du profil; 2 — plateaux dominant au Nord la partie ouest-est de la vallée montagnarde du Zêzere. Les granites sont symbolisés par des croix, les schistes par un grisé. B: anomalies gravimétriques totales de Bouguer (échelle à gauche) et anomalies gravimétriques (échelle à droite).

Est. III – Perfil Gravimétrico NW-SE. Retirado de Daveau 1969:183.

Est. IV - Exemplo de formação granítica tipo *Tor* (Penedo dos Mouros). Fotografia: José Vieira

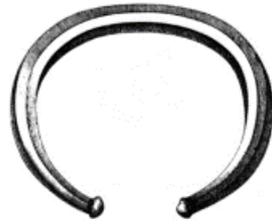
Est. V – Castelo de Folgosinho em primeiro plano. Alto de S. Tiago e Portela de Folgosinho em segundo plano. Fotografia: José Vieira

Est. VI – A memória popular de Viriato em Folgosinho.
Da esquerda para a direita: Fonte do Gorgulhão, com representação de Viriato à esquerda e Nun'Alvares Pereira à direita;
Estátua de Viriato com o alto de S. Tiago em terceiro plano;
Placa toponímica no adro de Viriato;
Casa popularmente conhecida como a "Casa de Viriato".
Fotografias: Joel Correia

Est. VII – Vista Noroeste do Coruto de Alfátima. Fotografia: Tiago Mota

Est. VIII – Ermida da Nossa Senhora do Monte. Fotografia: José Vieira

Est. IX – Ermida da Nossa Senhora da Assedace. Fotografia: Joel Correia

Est. X – Anta da Pedra da Orca ou de Rio Torto. Fotografia: Joel Correia

Est. XI – Bracelete de Ouro de Folgosinho. Retirado de Sarmento, 1883:26.

Est. XII – Molde de agulhas do Campo Redondo. Fotografia: Joel Correia

Est. XIII – Ara romana consagrada a SALQIU. Fotografia: Joel Correia

Est. XIV – Equipamento exumado da sepultura romana em Gouveia. Fotografia: Joel Correia

Est. XV – Pátio do Museu. Esq: Postal de 1950 retirado de www.delcampe.pt. | Dir: Imagem atual. Fotografia Joel Correia

Fig. 3

Patena crismalis de Safail — Vila Nova de Tazem

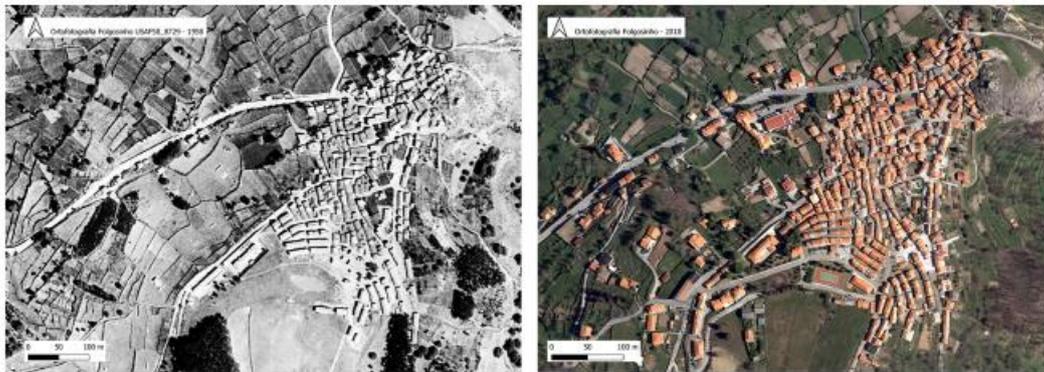
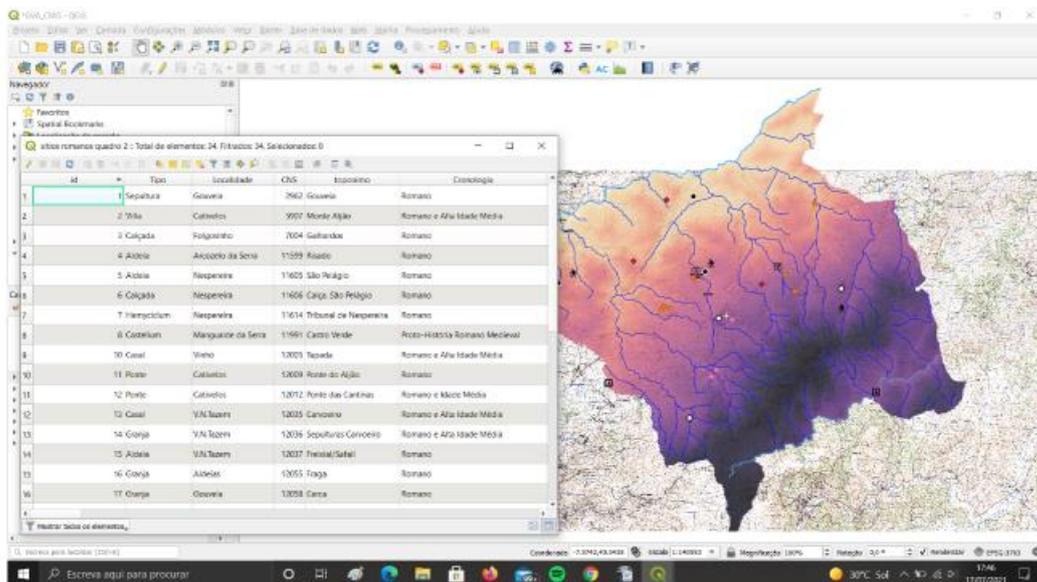
Fig. 4

Patena crismalis de Safail — moldagem em gesso

Est. XVI – Pátera do Safaíl. Retirado de Cortez, 1950:59-60.

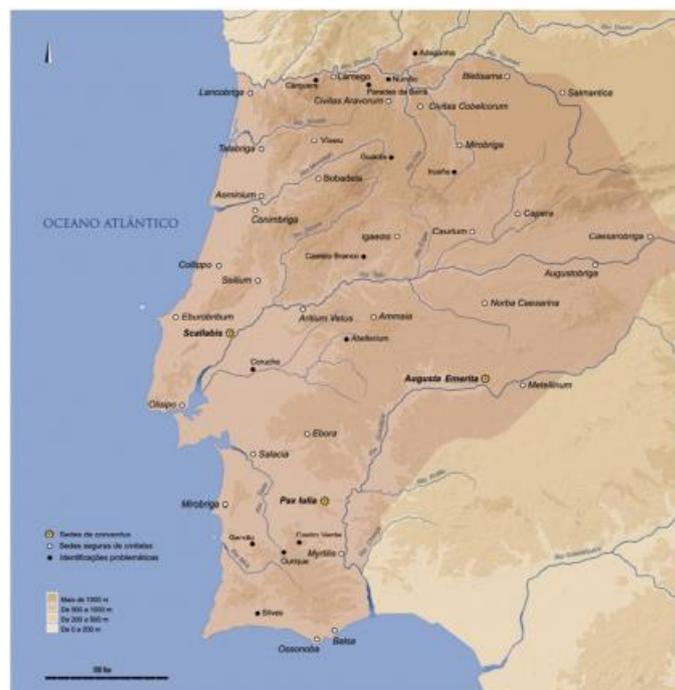
Nº	Localidade	CNS	Topónimo	Cronologia	Tipologia Portal do Arqueólogo	Tipologia Atribuída	Datação	Dispersão de Material	Bibliografia
1	Gouveia	2962	Gouveia	Romano	Achados Isolados	Achados Isolados	Moeda e Sepultura?		Portal do Arqueólogo
2	Cativelos	5907	Monte Aljão	Romano/Alta Idade Média	Vestígios Diversos	Villae	II-IV/V d.C.		Tente, 2010:80-90
3	Folgosinho	7004	Malhardos	Romano	Calçada	Calçada	I-IV d.C.		Portal do Arqueólogo
4	Arcozelo da Serra	11599	Ricado	Romano	Povoado	Aldeia	I d.C.	10.000m2	Tente, 2010:133
5	Nespereira	11603	São Pelágio	Romano	Povoado	Aldeia			Portal do Arqueólogo
6	Nespereira	11606	Calçada de São Pelágio	Romano	Povoado	Rede Viária			Portal do Arqueólogo
7	Nespereira	11614	Tribunal de Nespereira	Romano	Estrutura	Santuário Rupestre	IV d.C.		Diogo, 1982:269
8	Mangualde da Serra	11991	Castro Verde / Seixo / Vedro	Proto-História/Romano/Medieval	Vestígios Diversos	Castellum	IV d.C.		Alarcão, 1993:18
9	V.N.Tazem	12003	Sepulturas do Safail*	Romano	Necrópole	Aldeia	I d.C.	10.000m2	Tente, 2007:56
10	Vinhó	12005	Tapada	Romano/Alta Idade Média	Casal	Casal			Tente, 2007:60
11	Cativelos	12009	Ponte do Aljão	Romano/Idade Média	Ponte	Rede Viária			Portal do Arqueólogo
12	Cativelos	12012	Ponte das Caminas	Romano/Idade Média	Ponte	Rede Viária			Portal do Arqueólogo
13	V.N.Tazem	12035	Carvoeiro	Romano/Alta Idade Média	Vestígios Diversos	Tugurium		4.000m2	Tente, 2007:57
14	V.N.Tazem	12036	Sepulturas do Carvoeiro	Romano/Alta Idade Média	Necrópole	Granja			Tente, 2007:57
15	V.N.Tazem	12037	Freixial*	Romano	Vestígios Diversos	Aldeia	I d.C.	10.000m2	Tente, 2007:56
16	Aldeias	12039	Fraga	Romano	Vestígios Diversos	Granja		5.500m2 (SW maps)	Portal do Arqueólogo
17	Gouveia	12058	Cerca	Romano	Vestígios Diversos	Granja			Portal do Arqueólogo
18	Melo	12060	Pai Moço	Romano	Vestígios Diversos	Casal			Portal do Arqueólogo
19	V.N.Tazem	12075	Teixogueira-Parigueira	Romano	Calçada	Rede Viária			Portal do Arqueólogo
20	Vila Cortês da Serra	28128	Vila Cortês da Serra	Romano	Vestígios Diversos	Casal			Portal do Arqueólogo
21	Nabais	28170	Nabais	Romano	Vestígios Diversos	Indeterminado			Portal do Arqueólogo
22	Aldeias	30891	Regada/Vaceio	Romano	Vestígios Diversos	Granja		5.000m2	Portal do Arqueólogo
23	Nespereira	11607	Ponte do Chorido	Romano/Idade Média	Ponte	Rede Viária			Alarcão, 1993:24
24	Vinhó	-	Cruzeiro das Almas	Romano		Casal			Carvalho, 1988
25	Vinhó	-	Quinta do Outeiro de São Domingo	Romano		Casal			Carvalho, 1988
26	V.N. Tazem	-	Minhoto	Romano		Casal			Carvalho, 1988
27	V.N. Tazem	-	Cabeço da Mata	Romano		Casal			Carvalho, 1988
28	Nabais	-	Alto do Paçal	Romano		Casal			Carvalho, 1988
29	Gouveia	-	Bairro do Castelo	Proto-História/Romano/Medieval		Castellum			Alarcão, 1993:20
30	Folgosinho	-	Folgosinho	Proto-História/Romano/Medieval		Castellum			Alarcão, 1993:21
31	Folgosinho	-	Sra. da Assedace	Romano/Idade Média		Rede Viária			Carvalho, 1988
32	Paços da Serra	-	Saião	Romano		Rede Viária	I d.C.		Saraiva, 2013:34
33	Arcozelo da Serra	-	Mandarteiro	Romano		Villa	II d.C.	7.000m2 (Dispersão SW maps)	Inédito
34	S. Paio	-	Separadora / Qta. do Tomé / Moitas	Romano		Villa	II d.C.		Alarcão, 1993:24
35	Nespereira	-	S. Domingos	Romano		Casal			Tente,1993 (Ficha – M.M.A.M.A.M.)
36	V.N. Tazem	12720	Quinta do Pé do Coelho	Indeterminado	Povoado Fortificado	Santuário Rupestre			Portal do Arqueólogo
37	V.N. Tazem	-	Santuário Rupestre do Carvoeiro	Indeterminado		Santuário Rupestre			Inédito
41	V.N. Tazem	-	Cadeiral do Safail	Indeterminado		Santuário Rupestre			Inédito
40	S. Paio	-	Cadeiral da Quinta da Moura	Indeterminado		Santuário Rupestre			Inédito
38	Folgosinho	-	Cadeiral do Casal Reigoso	Indeterminado		Santuário Rupestre			Tente, 2007:115
39	Rio Torto	-	Cadeiral do Aljão	Indeterminado		Santuário Rupestre			Inédito
42	Folgosinho	-	Alto de S. Domingos	Indeterminado		Indeterminado			Alarcão, 1993
43	Folgosinho	-	Alto de S. Tiago	Indeterminado		Indeterminado			Alarcão, 1993
44	S. Paio	-	Campo Redondo	Indeterminado		Indeterminado			Alarcão, 1993
45	Gouveia	-	Parvão	Indeterminado		Indeterminado			Alarcão, 1993
46	Gouveia	-	Bico do Corvo	Indeterminado		Indeterminado			Alarcão, 1993
47	Mangualde da Serra	-	Curuto de Alfátima	Indeterminado		Indeterminado			Alarcão, 1993
48	Mangualde da Serra	-	Monte Negrume	Indeterminado		Indeterminado			Alarcão, 1993

Est. XVII – Base de dados com sítios arqueológicos de época romana, sítios indeterminados e Santuários Rupestres.

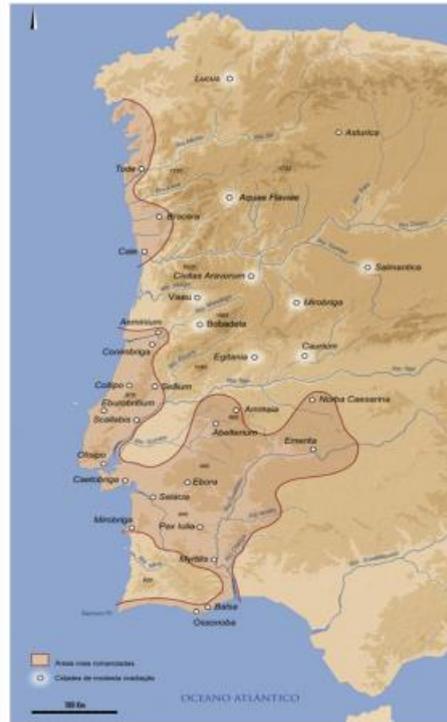
Est. XVIII – *Côrte* e Eira do Casal do Reigoso (Casais de Folgosinho) Fotografia: Joel Correia

Est. XIX – Ortofotos de Folgosinho. Esq: Voo da USAF de 1958. | Dir: Voo da Municípia 2018

Est. XX – Organização de Base de Dados em QGIS.

Est. XXI – Evolução do domínio territorial romano na Península Ibérica.
Retirado de Fabião, 1992:213.

Est. XXII – Etnias das comunidades pré-romanas. Retirado de Alarcão, 2018:14.

Est. XXIII – Etnias e comunidades pré-romanas com os aglomerados populacionais mais relevantes. Retirado de Alarcão, 2018:22.

Est. XXIV – A província romana da Lusitânia. Retirado de Alarcão, 2018:126.

Est. XXV – Etnias e comunidades pré-romanas com indicação do avanço militar romano ao longo dos século II e I a.C.. Retirado de https://victormms2.wordpress.com/2017/10/10/asi-se-ha-formado-el-mapa-de-espana-a-traves-de-los-siglos/.

Est. XXVI – Os *conventos iuridici* do ocidente peninsular. Retirado de Alarcão, 2018:340.

Est. XXVII – Gradações de romanização no ocidente peninsular. Retirado de Alarcão, 2018:344.

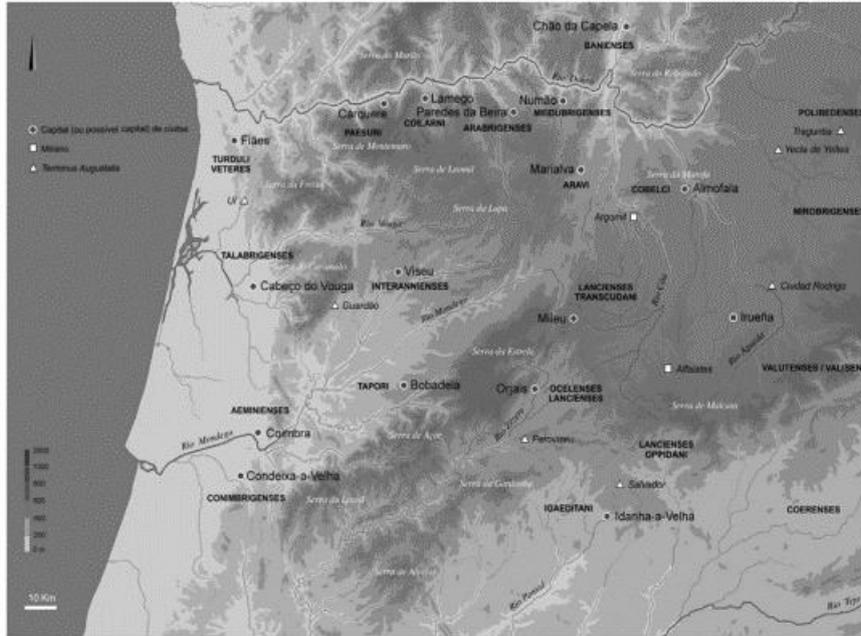
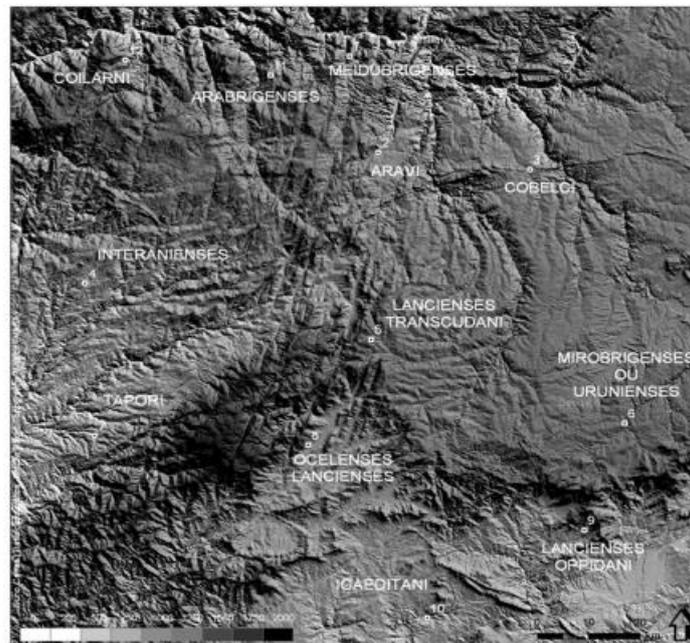
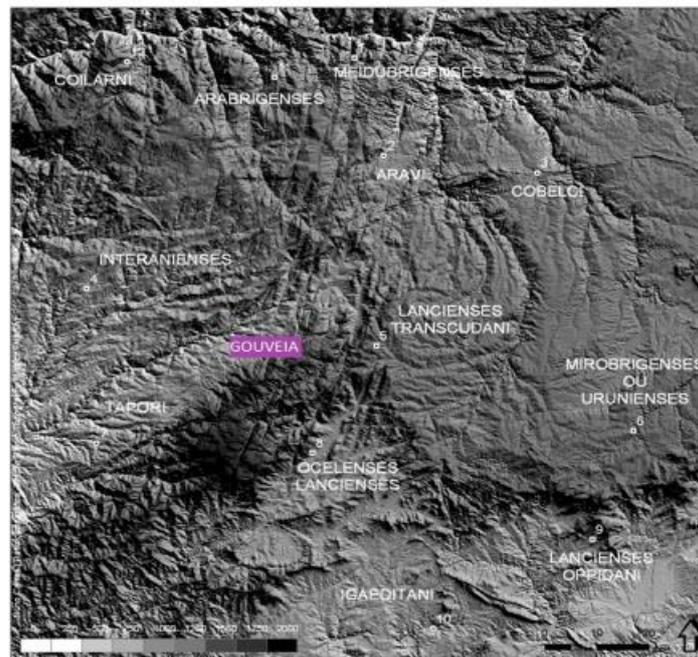
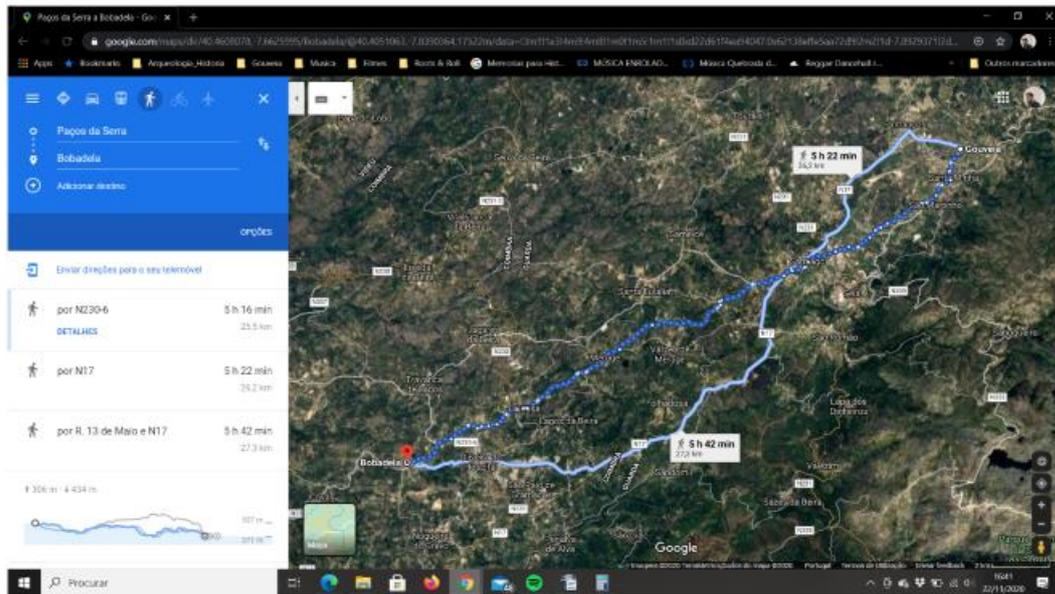
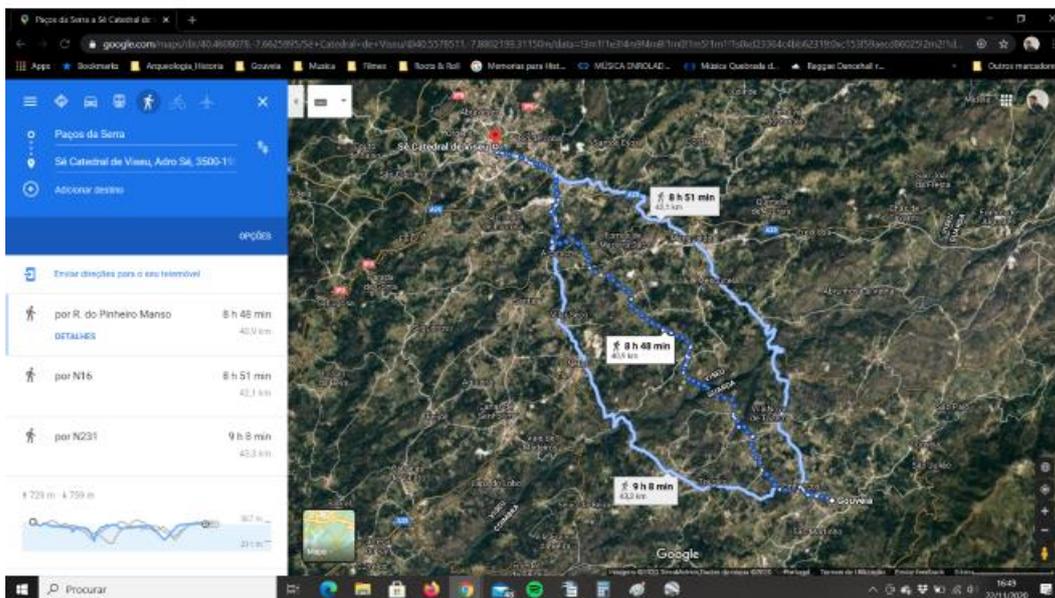
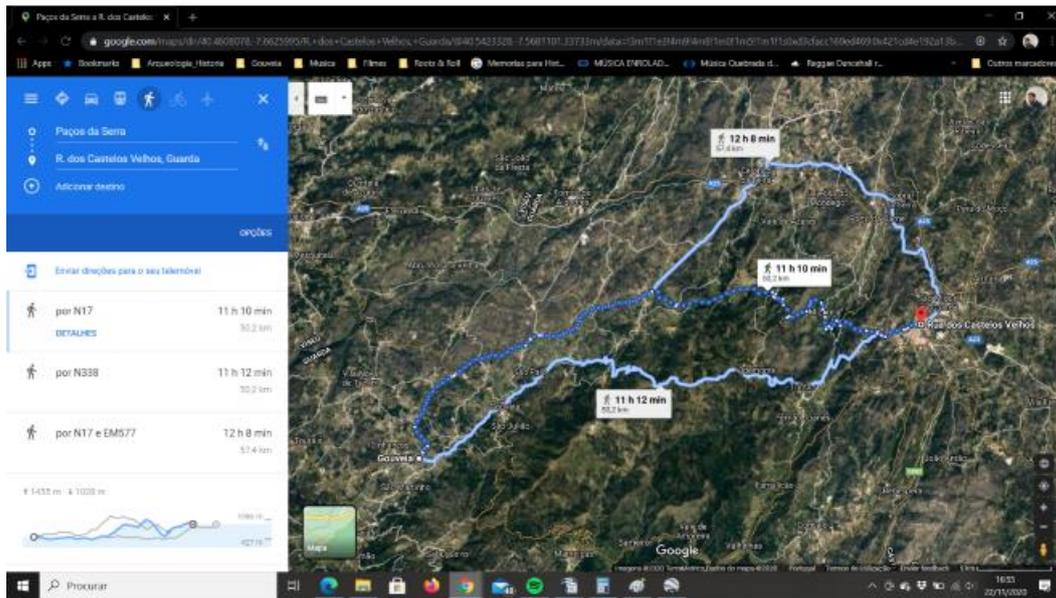
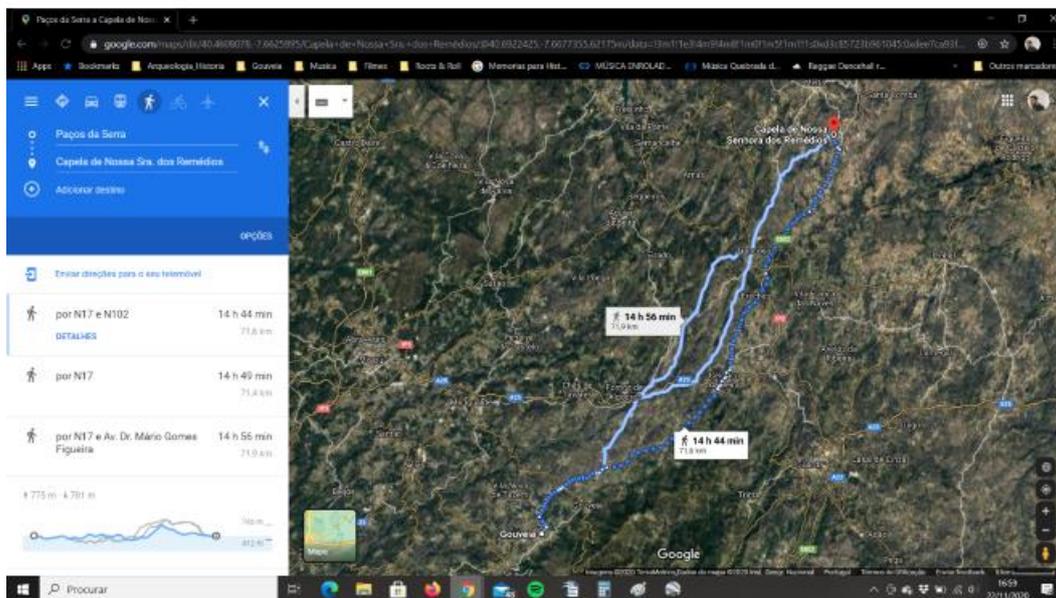
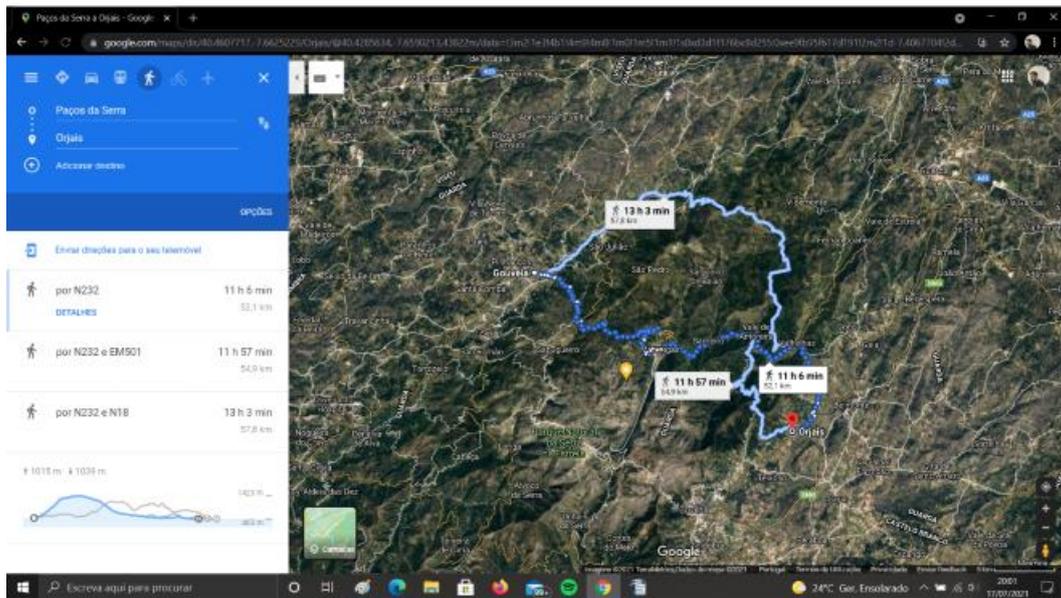
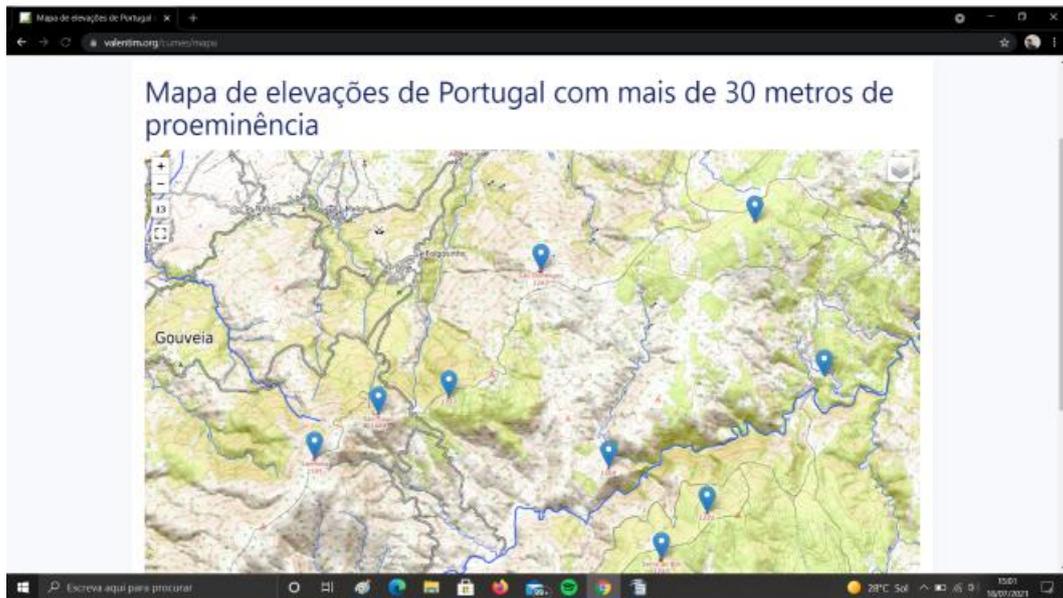
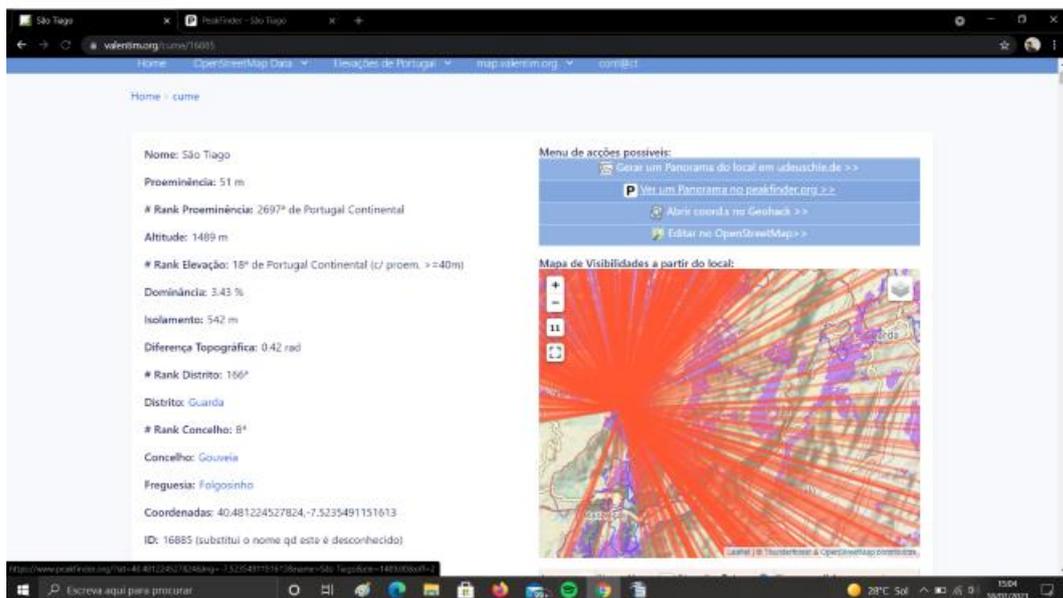
Est. XXVIII – A Península Ibérica no séc. V d.C.. Retirado de Alarcão, 2018:312.

Est. XXIX - O interior norte da Lusitânia. Retirado de Redentor & Carvalho, 2017:419.

Figura 17. Geografia política de parte do interior norte da *Lusitana* (*civitates* e respectivas capitais, entre o Tejo e o Douro. Confirmadas: 2-Marialva; 3-Almofala; 4-Viseu; 7-Bobadela; 10-Indaha-a-Velha; 12-Lamego. Prováveis: 1-Numão; 5-Mileu; 6-Irueña; 8-Orjais; 9-Valdelospozos; 11-Paredes da Beira).

Est. XXX – Geografia política do interior norte da Lusitânia. Retirado de Carvalho, 2009:129.

Est. XXXI – Geografia política do interior norte da Lusitânia, com localização de Gouveia. Adaptado de Carvalho, 2009:129.

I...P	*Imperatori*
CAIIS	*Caesari*
M. AVR	*Marco Aulerio*
MAXSVM	*Maximiano*
IANO P. P.	*Pater Patriae,*
AVG. P. M.	*Augustus Pontifex Maximus.*
XXI	*XXI*

Est. XXXII – Leitura da epigrafia no miliário retirado de Saraiva, 2013:54. Fotografia: Joel Correia.

Est. XXXIII – Percurso a pé sugerido pelo Google Maps entre Paços da Serra e a Bobadela.

Est. XXXIV – Percurso a pé sugerido pelo Google Maps entre Paços da Serra e Viseu.

Est. XXXV – Percurso a pé sugerido pelo Google Maps entre Paços da Serra e a Guarda.

Est. XXXVI – Percurso a pé sugerido pelo Google Maps entre Paços da Serra e Marialva.

Est. XXXVII – Percurso a pé sugerido pelo Google Maps entre Paços da Serra e Orjais.

Est. XXXVIII – Vista para Nordeste deste o Alto. Em primeiro plano à esquerda, o Alto de S. Domingos, ao centro o marco geodésico do Monte dos Galhardos. À direita, em segundo plano, a cidade da Guarda. Fotografia: Tiago Mota.

Est. XXXIX – Cumes dos quais podemos obter leituras de paisagens através do sítio em linha www.valentim.org.

Est. XL – Panoramas obtidos a partir do sítio em linha www.valentim.org com as indicações dos cumes observáveis em plano.

Est. XLI – Panoramas obtidos a partir do sítio em linha www.valentim.org com as indicações dos cumes observáveis no horizonte. Neste caso, escolhemos a paisagem avistada desde o alto de S. Tiago.

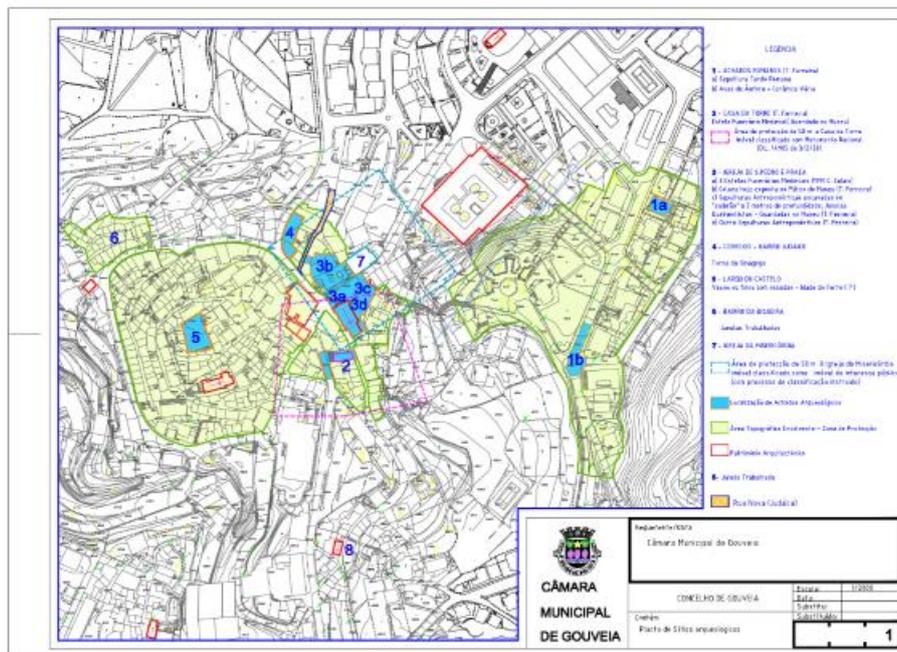
Est. XLII – Exemplo de criação de um *buffer* (para as aldeias) no QGIS.

3123	Barranco das Paredes	Volfrâmio	1	????	Gouveia	Guarda	50-00-00	20-09-1956	F- Paredes?
750	Sargaçal de Baixo	Volfrâmio	1	Aldeias	Gouveia	Guarda	50-00-00	03-09-1917	
3269	Boco	Estanho	1	Arcozelo	Gouveia	Guarda	50-00-00	21-10-1959	
2802	A Quinta	Estanho	1	Arcozelo	Gouveia	Guarda	50-00-00	19-12-1952	
2177	Aljão nº 1	Estanho e Titânio	1	Cativelos	Gouveia	Guarda	50-00-00	05-08-1946	
CM32	Figueiró da Serra	Volfrâmio e Estanho	1	Figueiró da Serra	Gouveia	Guarda	140-47-59	13-12-1938	
1232	Tapado nº 2	Volfrâmio e Estanho	1	Figueiró da Serra	Gouveia	Guarda	46-75-97	22-08-1922	Inc. no C.M. de Figueiró da Serra
1210	Fonte da Arca	Volfrâmio e Estanho	1	Figueiró da Serra	Gouveia	Guarda	44-76-62	29-07-1922	Inc. no C.M. de Figueiró da Serra
957	Tapada da Fornea	Volfrâmio	1	Figueiró da Serra	Gouveia	Guarda	50-00-00	07-06-1920	
784	Tapado	Volfrâmio e Estanho	1	Figueiró da Serra	Gouveia	Guarda	48-95-00	19-02-1918	Inc. no C.M. de Figueiró da Serra

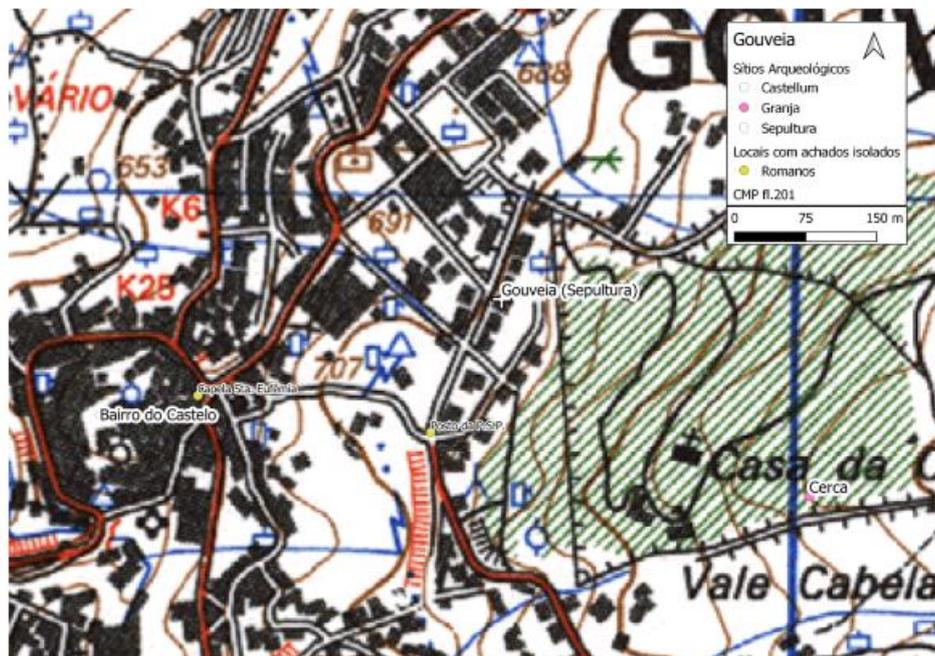
Listagem baseada em "Minas concedidas no continente desde Agosto 1836 a Dezembro 1962" Ordenação: Distrito, Concelho, Freguesia, Data (desc.)

CM - Couto Mineiro; NF - Nº freguesias abrangidas pela mesma exploração

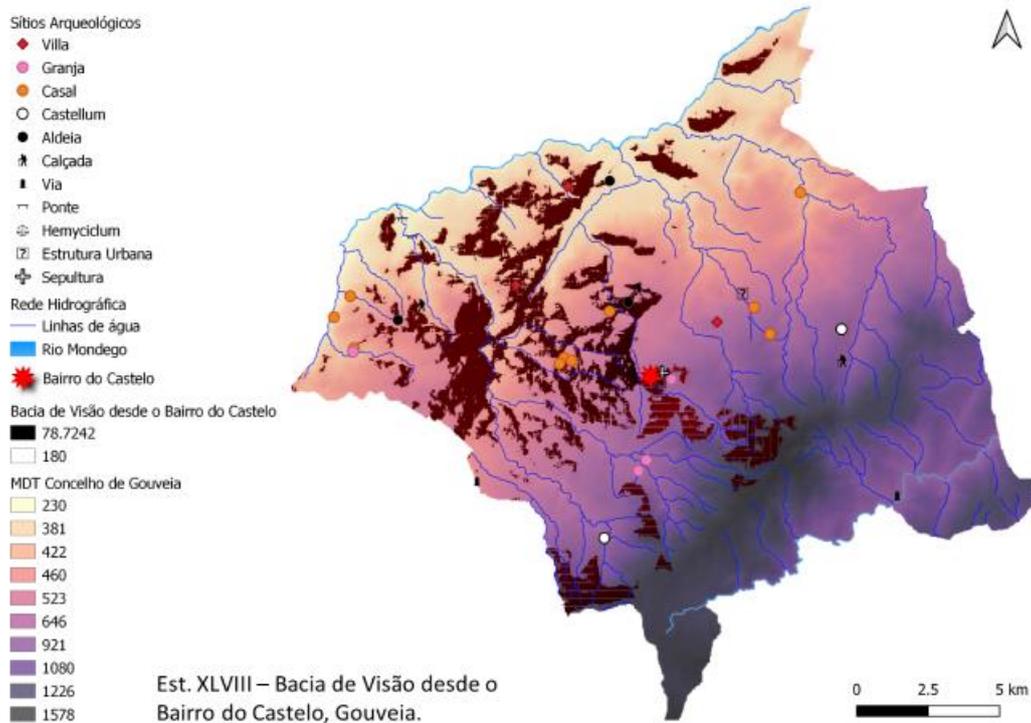
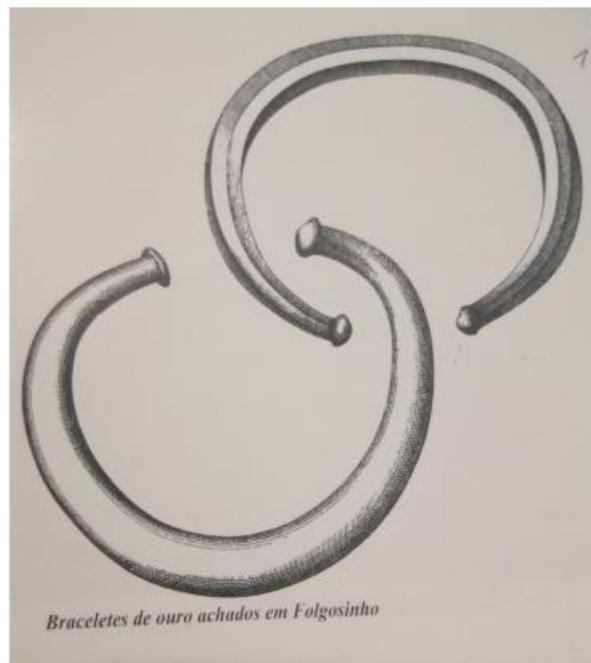
769	Perdigoa	Volfrâmio	1	Figueiró da Serra	Gouveia	Guarda	50-13-80	06-12-1917	
766	Barranco	Volfrâmio e Estanho	1	Figueiró da Serra	Gouveia	Guarda	51-14-33	08-11-1917	
2864	Tojos	Volfrâmio	1	Folgosinho	Gouveia	Guarda	48-65-70	14-08-1953	
2307	Fonte do Corrondinho	Volfrâmio	1	Folgosinho	Gouveia	Guarda	43-42-00	19-03-1948	
1575	Cabeço da Rachada	Estanho e Volfrâmio	1	Folgosinho	Gouveia	Guarda	50-00-00	13-12-1926	
1209	Alto da Fonte da Arca	Volfrâmio e Estanho	1	Folgosinho	Gouveia	Guarda	37-20-00	29-07-1922	
1169	Maria Soares	Volfrâmio	1	Folgosinho	Gouveia	Guarda	52-95-50	16-06-1922	
798	Fragas da Carvoeira	Estanho e Volfrâmio	1	Folgosinho	Gouveia	Guarda	53-12-00	10-07-1918	
801	Sitio das Naves	Volfrâmio e Estanho	1	Folgosinho	Gouveia	Guarda	50-00-00	10-07-1918	
770	Sitio do Castelo	Volfrâmio	1	Folgosinho	Gouveia	Guarda	50-00-00	06-12-1917	
732	Ladeira do Cramão	Volfrâmio e Arsénio	1	Folgosinho	Gouveia	Guarda	50-00-00	12-02-1917	
2483	Casão (No sitio da Pedra Alta)	Estanho	1	Nabais	Gouveia	Guarda	49-96-56	27-12-1949	Não teve alvará
2426	Maré nº 2	Estanho e Titânio	1	Nabais	Gouveia	Guarda	49-96-56	30-09-1949	
2323	Maré	Estanho e Titânio	1	Nabais	Gouveia	Guarda	50-00-00	24-06-1948	
2324	Maré nº 1	Estanho e Titânio	1	Nabais	Gouveia	Guarda	50-00-00	24-06-1948	
3093	Vale de Mum	Estanho	1	Paços da Serra	Gouveia	Guarda	50-00-00	19-04-1956	
2427	Salgueiro	Estanho e Titânio	1	Ribamondego	Gouveia	Guarda	49-96-56	30-09-1949	F- antes Cabra
2798	Seixinhos	Gucinio e Volfrâmio	1	S. Paio	Gouveia	Guarda	50-00-00	26-11-1952	
2674	Chão das Poldras	Estanho	1	Vila Franca da Serra	Gouveia	Guarda	50-00-00	23-08-1950	Não teve alvará
3142	Tazem nº 5	Estanho e Titânio	1	Vila Nova de Tazem	Gouveia	Guarda	50-00-00	01-04-1957	
3076	Tazem nº 6	Estanho e Titânio	1	Vila Nova de Tazem	Gouveia	Guarda	62-57-00	26-03-1956	
3071	Tazem nº 3	Estanho e Titânio	1	Vila Nova de Tazem	Gouveia	Guarda	60-00-00	22-03-1956	
3072	Tazem nº 4	Estanho e Titânio	1	Vila Nova de Tazem	Gouveia	Guarda	49-75-00	22-03-1956	
3286	Quinta das Ferragens	Estanho	1	Vinhó	Gouveia	Guarda	50-00-00	23-07-1960	

Est. XLIII - Explorações mineiras do concelho de Gouveia, com alvará de funcionamento, entre 1836 a 1962.

Est. XLIV – Planta de sítios arqueológicos da cidade de Gouveia. Divisão de Planeamento e Urbanismo da Câmara Municipal de Gouveia.

Bibliografia: Tavares FERREIRA, *Velharias — à volta de valores arqueológicos locais*, "Jornal de Gouveia", Gouveia, 1952, n.º 12, p. 6;
— FIGUEIREDO, *op. cit.* p. 166;
— também foi incluída num trabalho escolar para a cadeira de Técnicas de Investigação Arqueológica, na Faculdade de Letras de Coimbra, por Maria do Carmo Pedroso Barata Mendes São Bento, "Carta Arqueológica do concelho de Gouveia", Coimbra, 1979 (no Instituto de Arqueologia).

Est XLV – Imagem da ara romana consagrada a SALQIU. Retirado de Curado, 1985:649.

Est. XLVI – Locais com registos de surgimento de artefactos arqueológicos na cidade de Gouveia, sobre Carta Militar de Portugal, fl. 201.

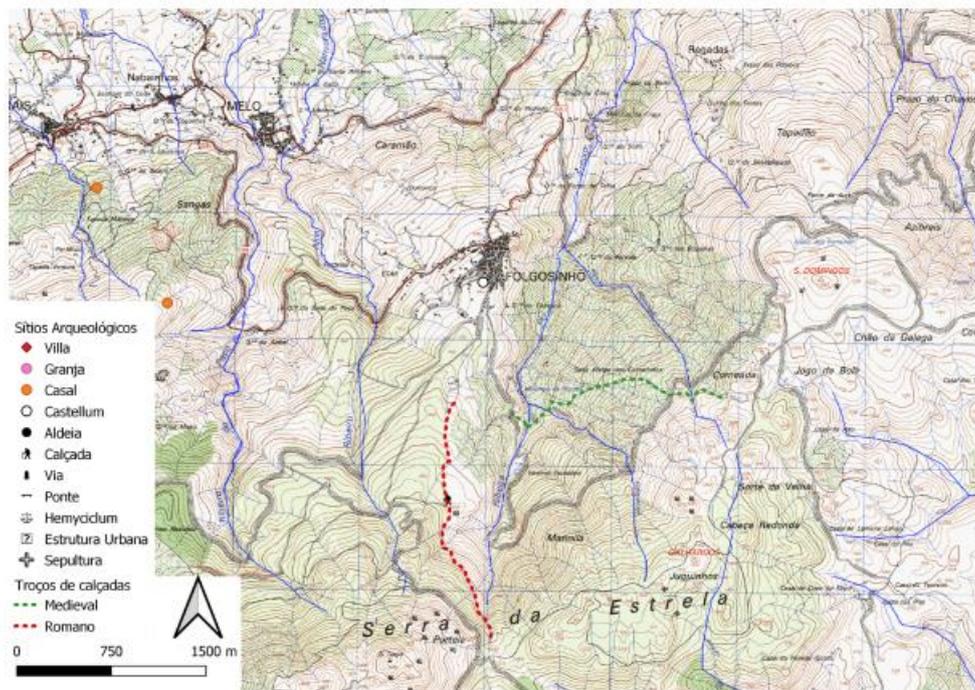
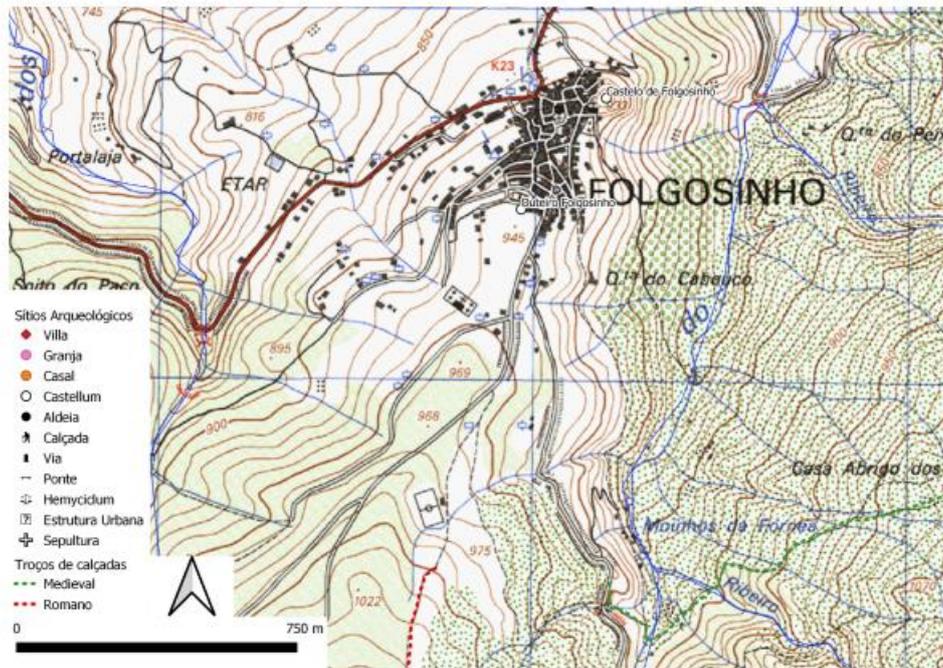
Est. XLVII – Desenho da glíptica de anel romano encontrado em Gouveia. Retirado de Vasconcelos, 1920:271.

Est. XLVIII – Bacia de Visão desde o Bairro do Castelo, Gouveia.

Est. XLIX – Fragmentos cerâmicos recolhidos durante os trabalhos de acompanhamento e escavação arqueológica, em obra do Planalto Beirão, para instalação de eco-ilhas, no jardim Alípio de Melo, Gouveia.
Fotografias: Empatia, Lda.

Est. L – Braceletes de ouro achadas em Folgosinho. Retirado de Alarcão, 1993:22

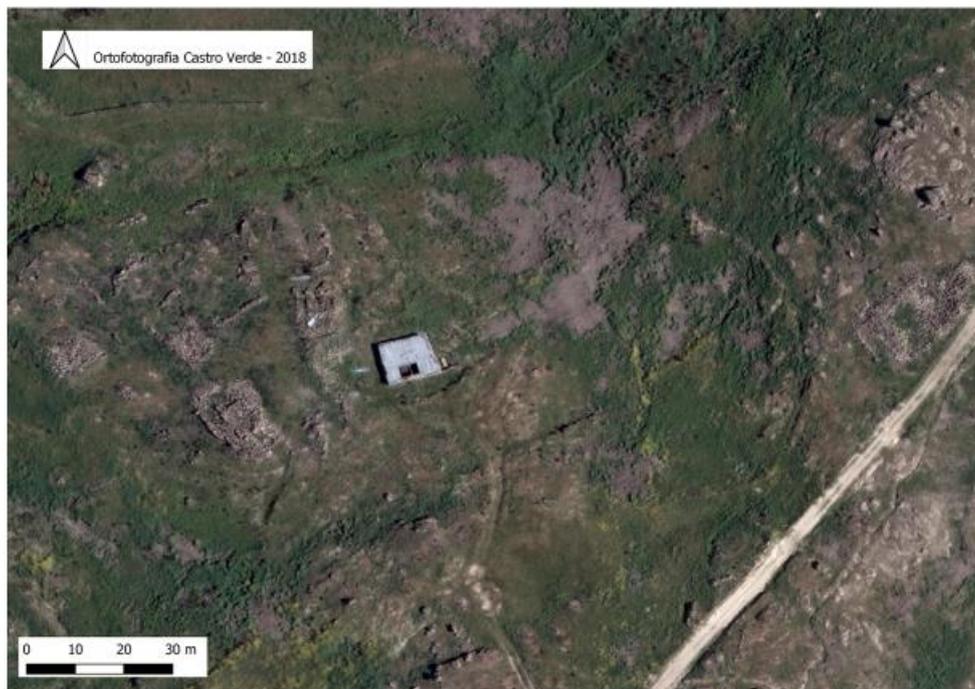
Est. LI – Machado plano de bronze, encontrado no Casal dos Tojos, na posse do prior de Gouveia e Folgosinho, António José Morais. Fotografia: Joel Correia.

Est. LII – Vista aérea sobre a Ermida da Nossa Senhora da Assedace e o Casal do Mondego de Baixo. Em segundo plano o Campo Romão e a Fraga da Batalha. Em terceiro plano o planalto da Torre e os Cântaros. Fotografia: Tiago Mota.

Ao fundo vê-se o campo romão☺

Est. LIII – Em primeiro plano a Pedra Furada. Em segundo plano Folgosinho. Em terceiro plano a Beira Alta e a Serra do Caramulo. Fotografia: Joel Correia

Est. LIV – Calçadas na freguesia de Folgosinho sobre Carta Militar de Portugal, fl. 202.

Est. LV – Sítios em Folgosinho. Carta Militar de Portugal, fl. 202.

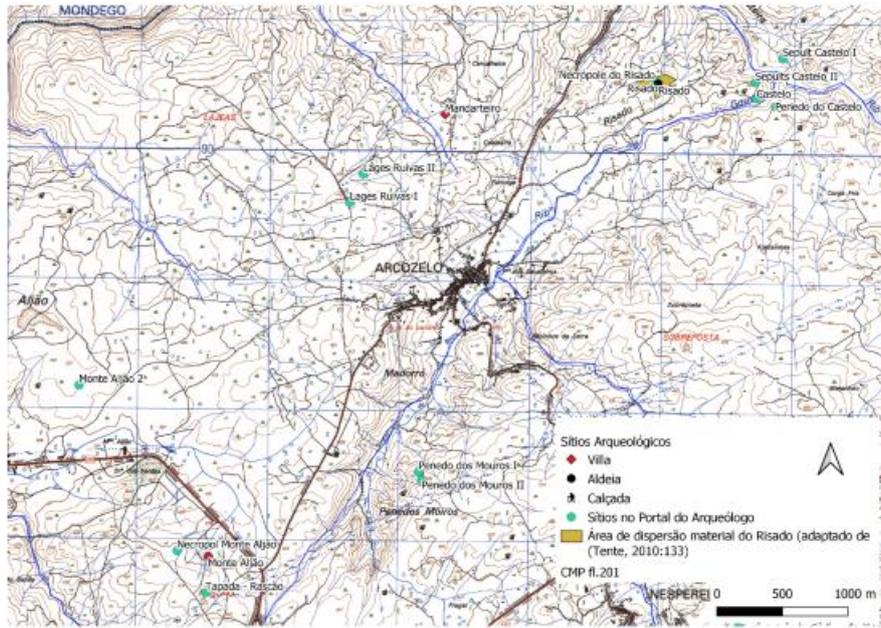
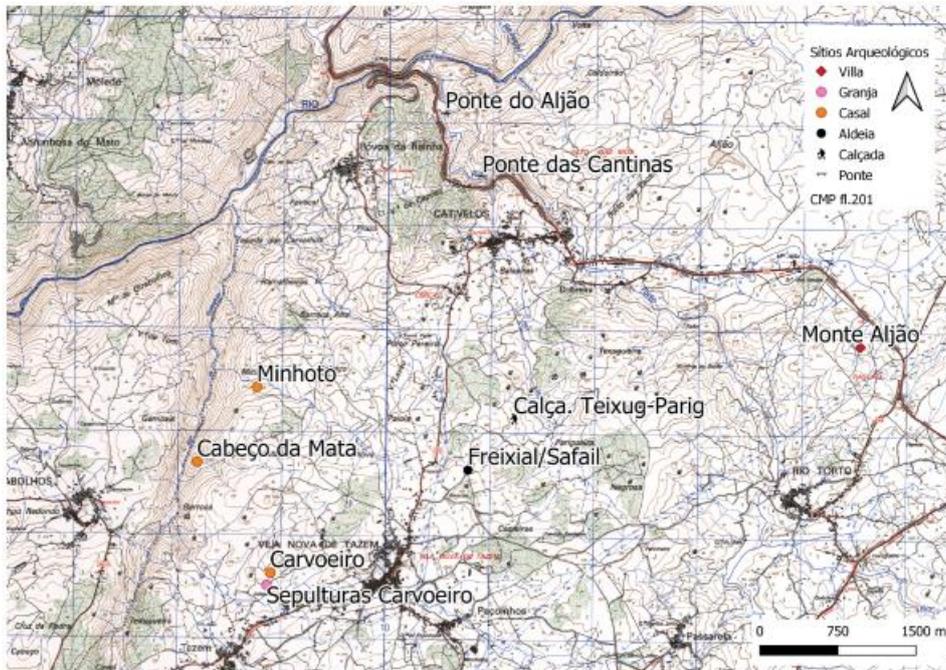
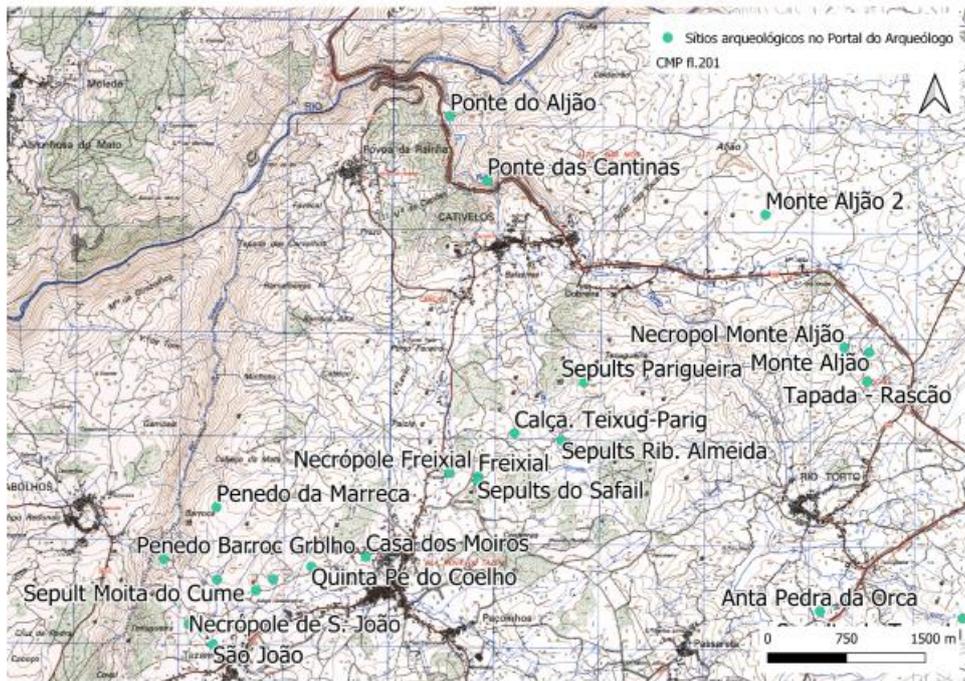
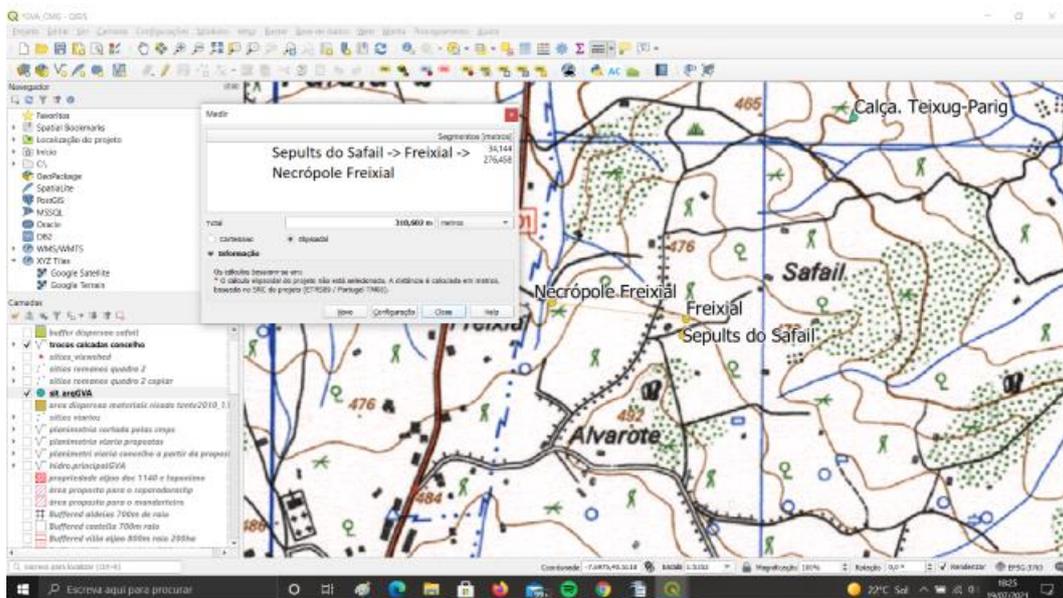
Est. LVI – Estela de cabeceira de sepultura com estrela de seis pontos, encontrada na Praça de S. Pedro, Gouveia, que será confundida com uma outra que apareceu (ou não) no Castro Verde, segundo informação da ficha de sítio do Portal do Arqueólogo. Fotografia: Joel Correia

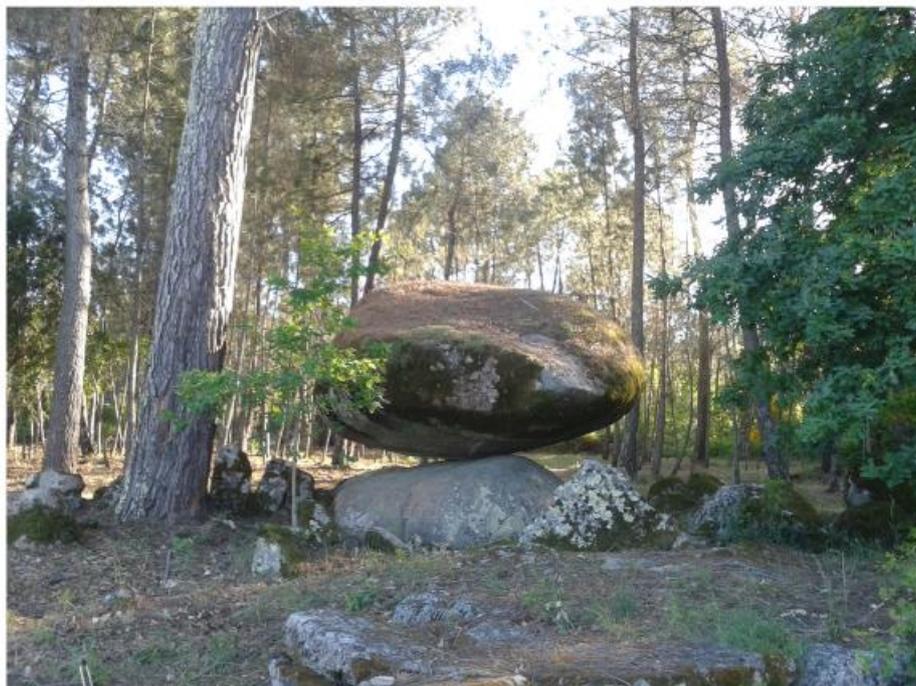
Est. LVII – Vista aérea sobre o Castro Verde de Sudeste para Noroeste. Fotografia: Tiago Mota

Est. LVIII – Ortofoto de voo da Municípia, em 2018, sobre o Castro Verde.

Est. LIX – Associação da toponímia na freguesia de Aldeias com os limites da época moderna e contemporânea da *vila* do Castro Verde. Carta Militar de Portugal, fl. 212.

Est. LX – Estatueta de bronze representado um equídeo. Retirado de Alarcão, 1993.

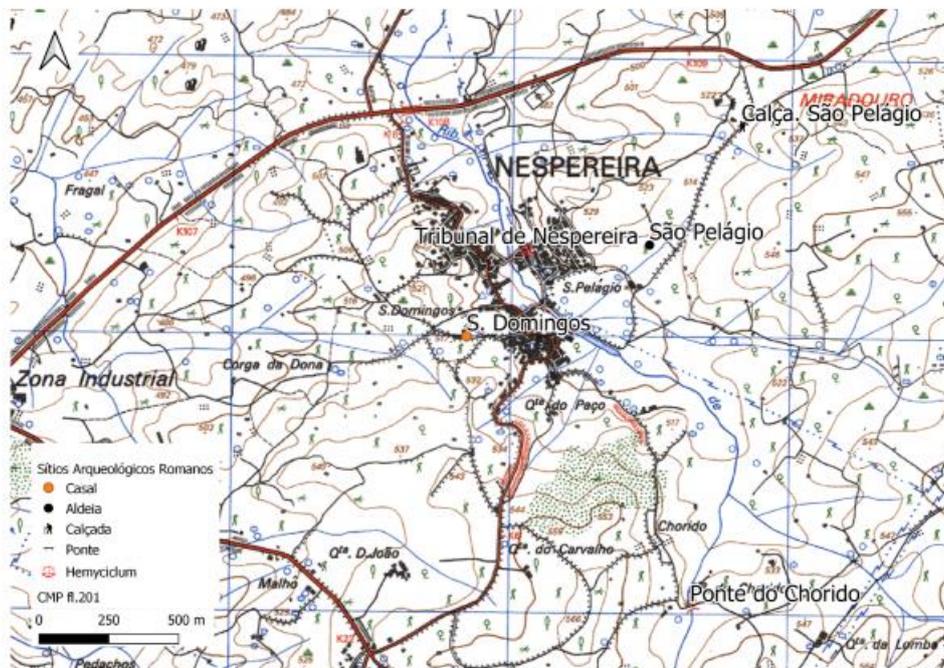
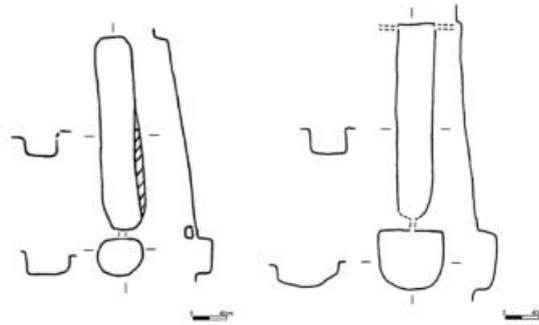
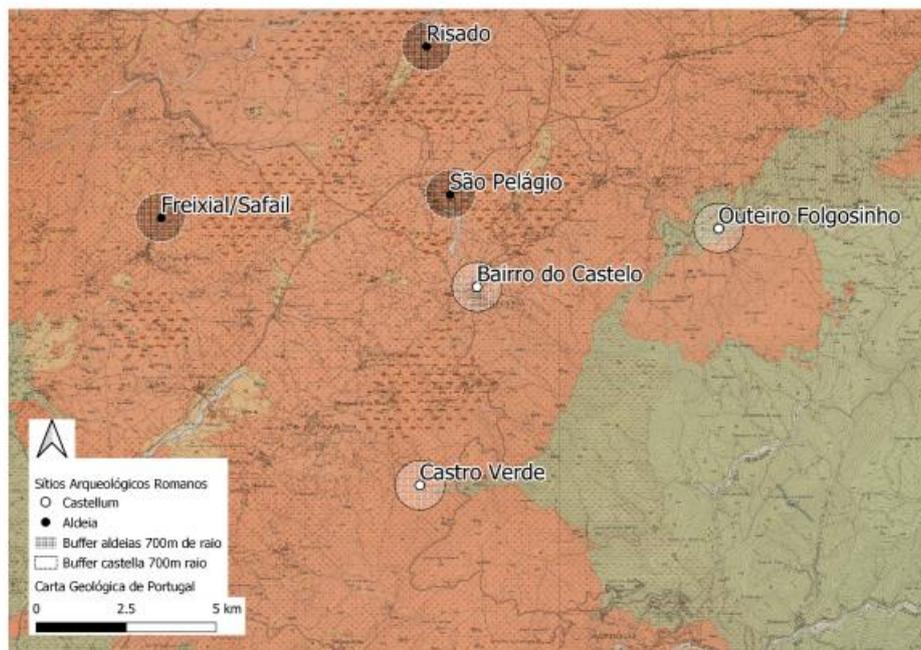
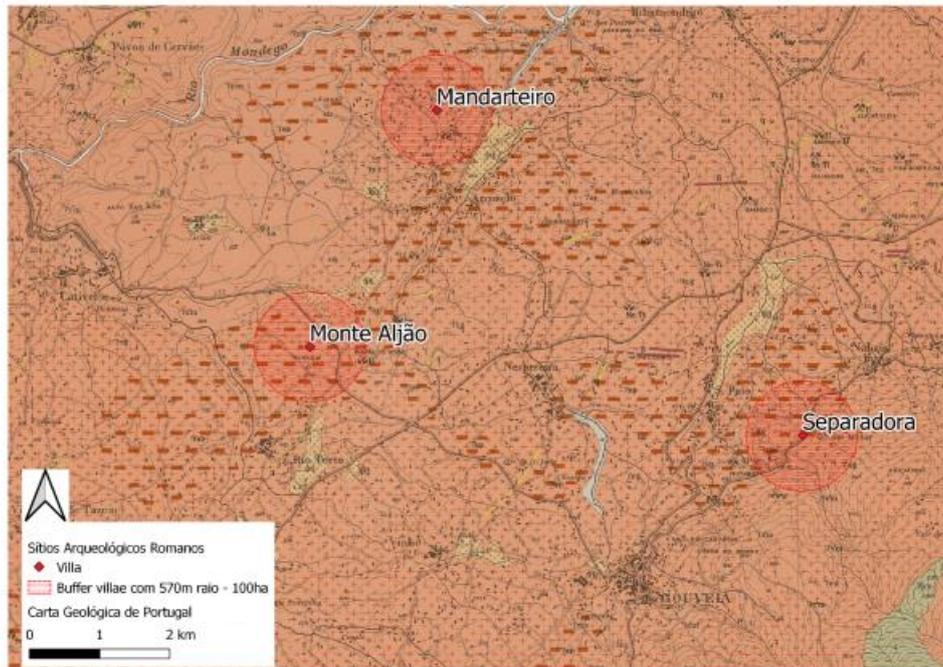
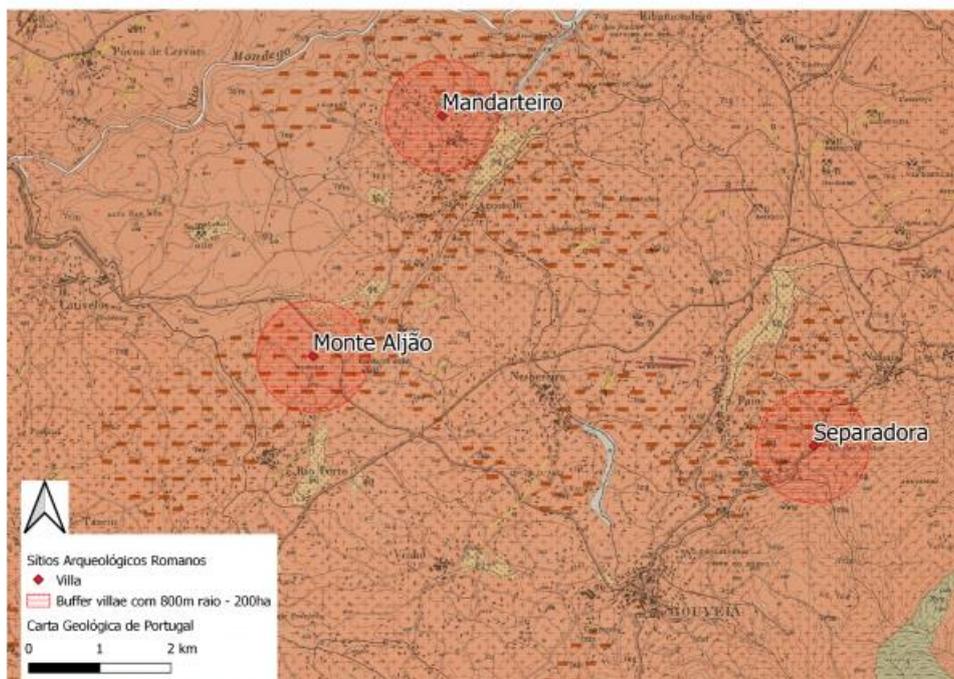
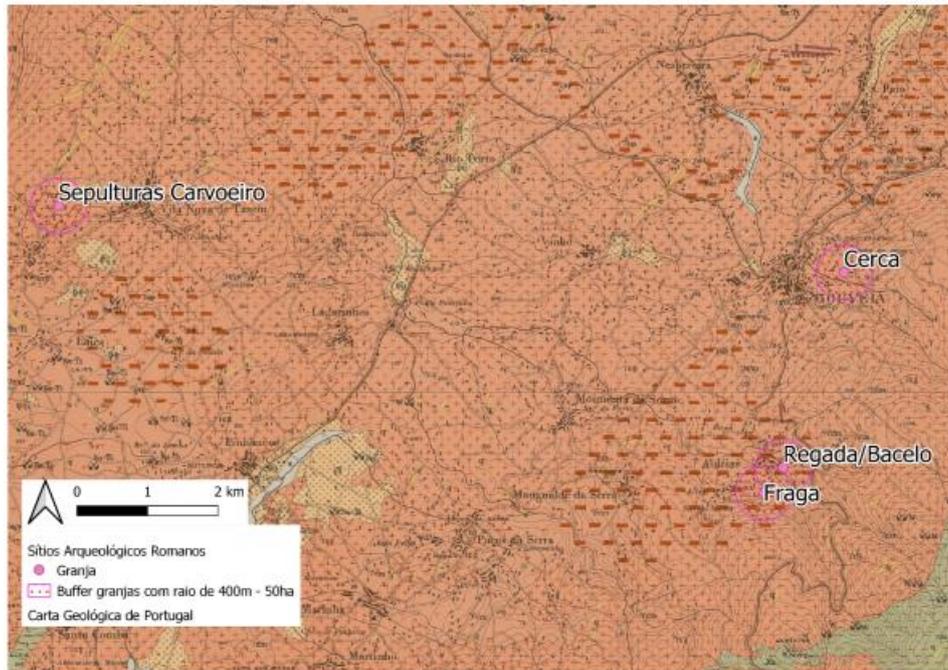
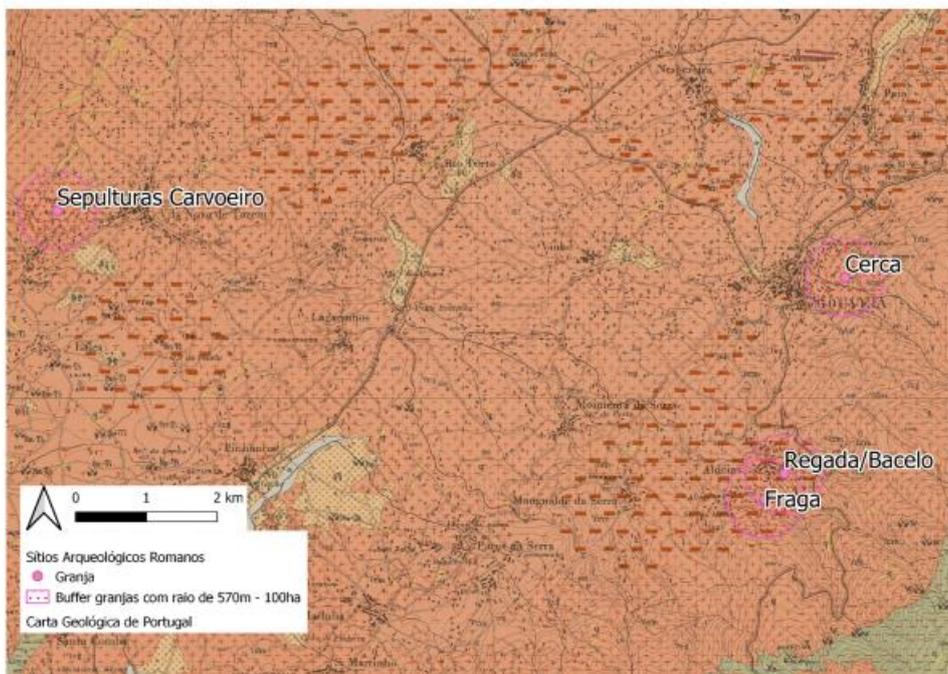
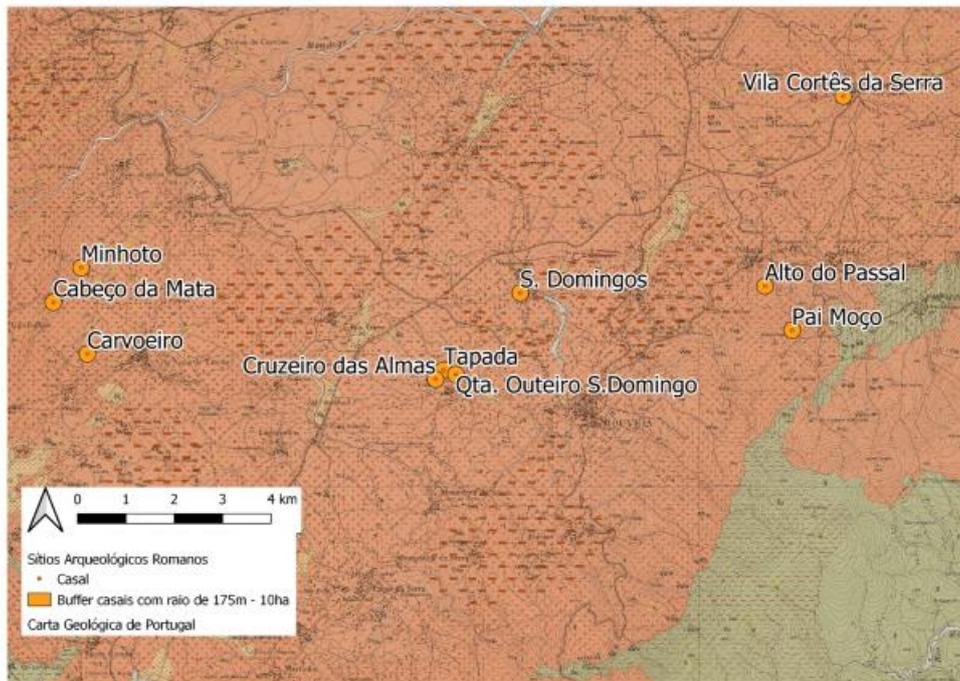
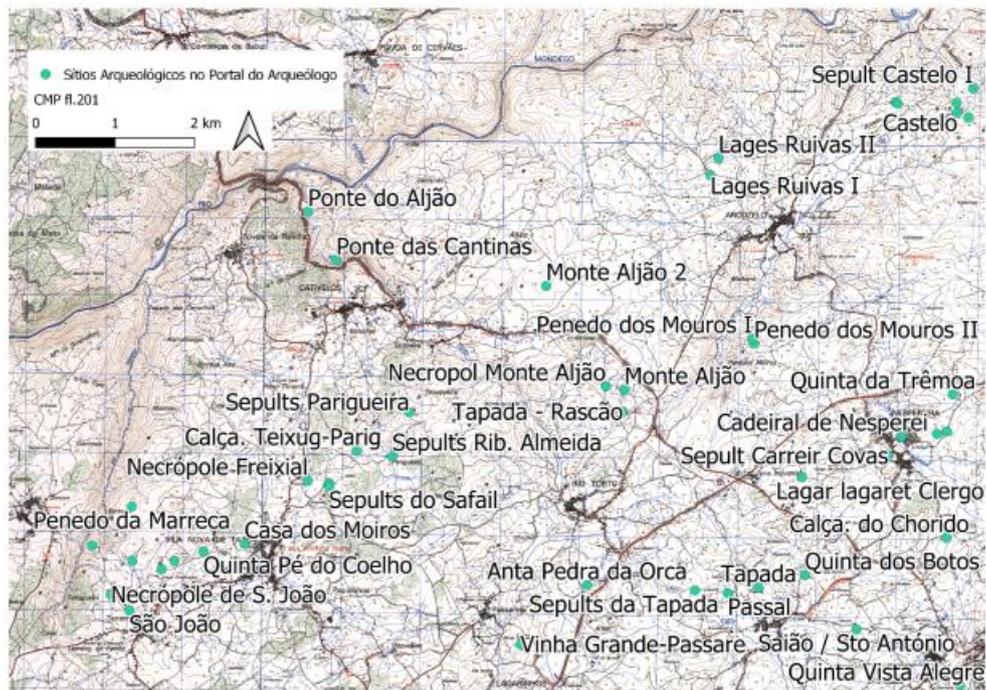
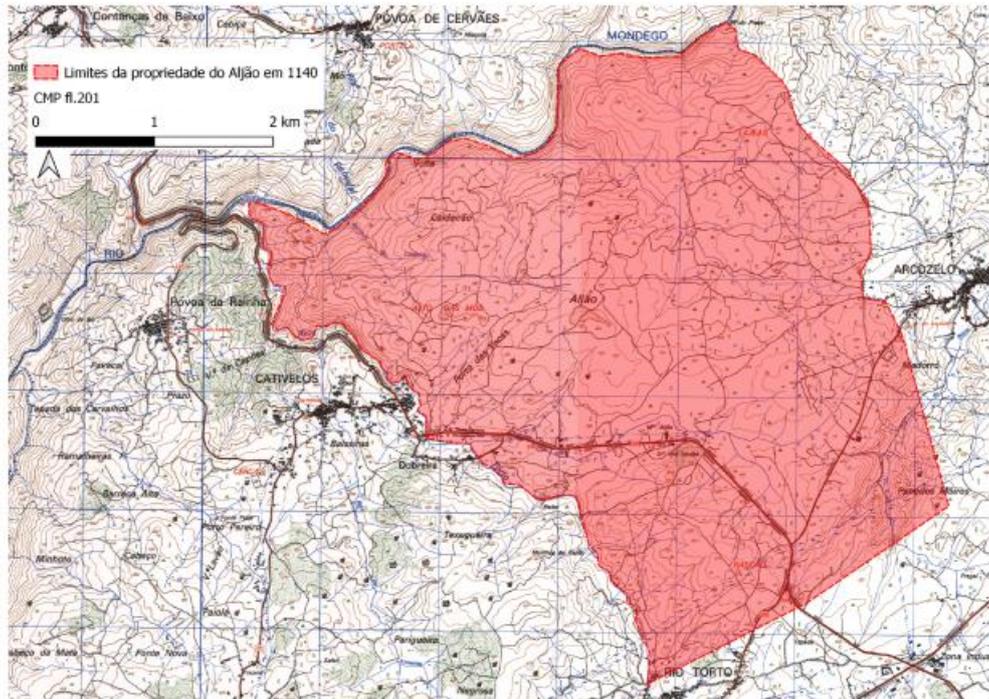
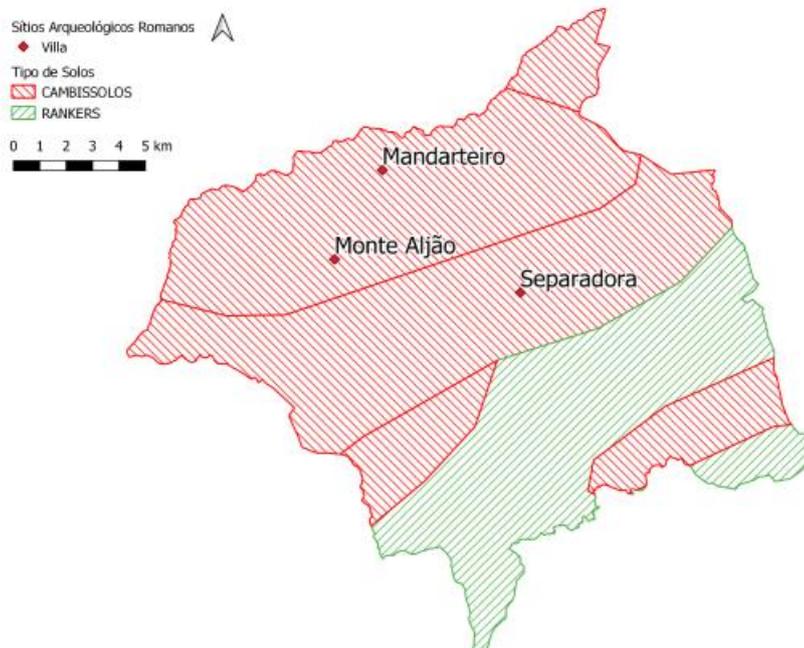
Est. LXI – Área de dispersão de material no Risado. Retirado de Tente, 2010:133.

Est. LXII – Sepultura e altar no sítio do Risado após incêndio em 2018. Fotografia: Joel Correia

Est. LXIII – Sítios arqueológicos em torno de Arcozelo da Serra. Carta Militar de Portugal, fl.201.

Est. LXIV – Sítios arqueológicos romanos em torno de Vila Nova de Tazem. Carta Militar de Portugal, fl.201.

Est. LXV – Sítios arqueológicos indicados no Portal do Arqueólogo em torno de Vila Nova de Tazem. Carta Militar de Portugal, fl.201.

Est. LXVI – Distância entre as estruturas arqueológicas no Freixial e Safaíl. Carta Militar de Portugal, fl.201.

Est. LXVII – Cadeiral/Santuário do Safaíl. Fotografia: Joel Correia

Est. LXVIII – Penedo Oscilante, Vila Nova de Tazem. Fotografia: Marco Martins

Est. LXX – Vista de Sul (desde a Av. D. Manuel I, em Gouveia) para Nespereira. Fotografia: Joel Correia

Est. LXX –Capela de S. Pelágio, Nespereira. Fotografia: Joel Correia

Est. LXXI – *Hemyciclum* ou Tribunal de Nespereira. À esquerda fica a casa que lhe decepou um cadeiral e meio de outro. Ainda à esquerda, o rasgo feito na rocha por ocasião da construção do imóvel, posteriormente retirado. Fotografia: Joel Correia

Est. IV – Sítios Arqueológicos na freguesia de Nespereira sobre Carta Militar de Portugal, fl. 201.

Est. LXXIII – Lagares rupestres da Quinta da Tremôa. Retirado de Tente, 2007a:352.

Est. LXXIV – Sítios arqueológicos do tipo aglomerado urbano, com áreas de exploração económica sob Carta Geológica de Portugal – 17D.

Est. LXXV – Sítios arqueológicos do tipo *Villae*, com áreas de exploração económica sob Carta Geológica de Portugal – 17D.

Est. LXXVI – Sítios arqueológicos do tipo *Villae*, com áreas de exploração económica sob Carta Geológica de Portugal – 17D.

Est. LXXVII – Sítios arqueológicos do tipo *Granja*, com áreas de exploração económica sob Carta Geológica de Portugal – 17D.

Est. LXXVIII – Sítios arqueológicos do tipo *Granja*, com áreas de exploração económica sob Carta Geológica de Portugal – 17D.

Est. LXXVIII – Sítios arqueológicos do tipo *Casal*, com áreas de exploração económica sob Carta Geológica de Portugal – 17D.

Est. LXXX – Sítios arqueológicos indicados no Portal do Arqueólogo entre Vila Nova de Tazem, Arcozelo da Serra e Nespereira. Carta Militar de Portugal, fl.201.

Est. LXXXI – Propriedade do Aljão, segundo limites inferidos nos documentos de 1140/1141. Carta Militar de Portugal, fl.201.

Est. LXXXII – Sítios arqueológicos do tipo *villae* sob tipo de solos.

Est. LXXXIII – Fragmentos de asas de ânforas provenientes da Separadora.
Fotografia: Joel Correia

Est. LXXXIV – Pesos de tear em cerâmica provenientes da Separadora.
Fotografia: Joel Correia

Est. LXXXV – Mó e base de coluna provenientes da Separadora, no Pátio do Museu. Fotografia: Joel Correia

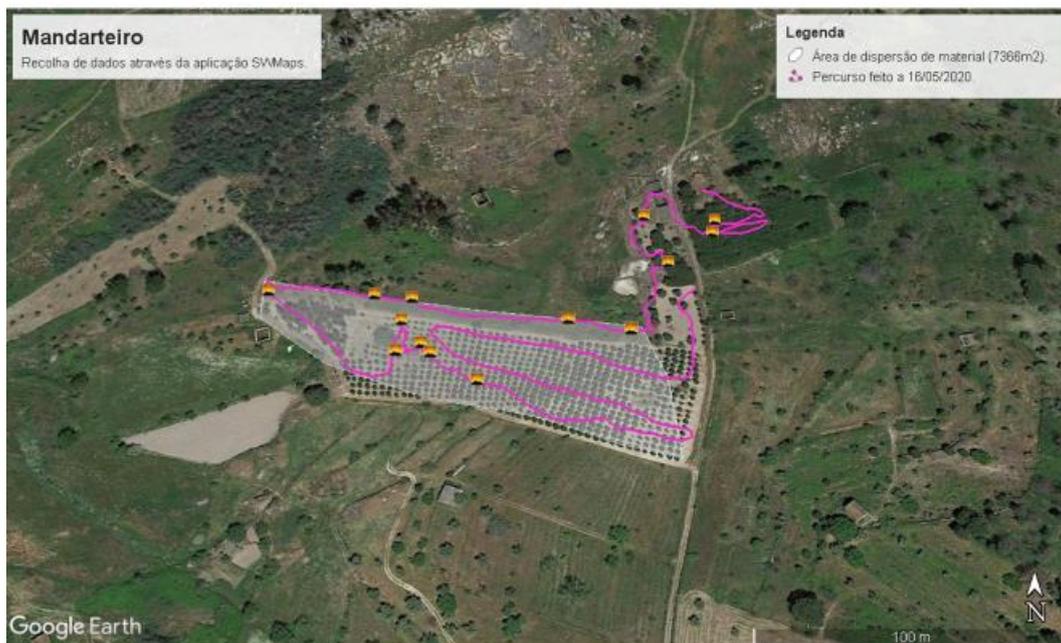
Est. LXXXVI – Vista aérea, desde Norte, sobre o Mandarteiro. Fotografia: Tiago Mota

Est. LXXXVII – Imagem do Google Earth sobre o Mandarteiro, onde se vê a transformação da área numa exploração de pinhal. Em cima imagem de 2011 e em baixo de 2013

Est. LXXXVIII – Base de coluna recolhida no Mandarteiro. Fotografia: Joel Correia

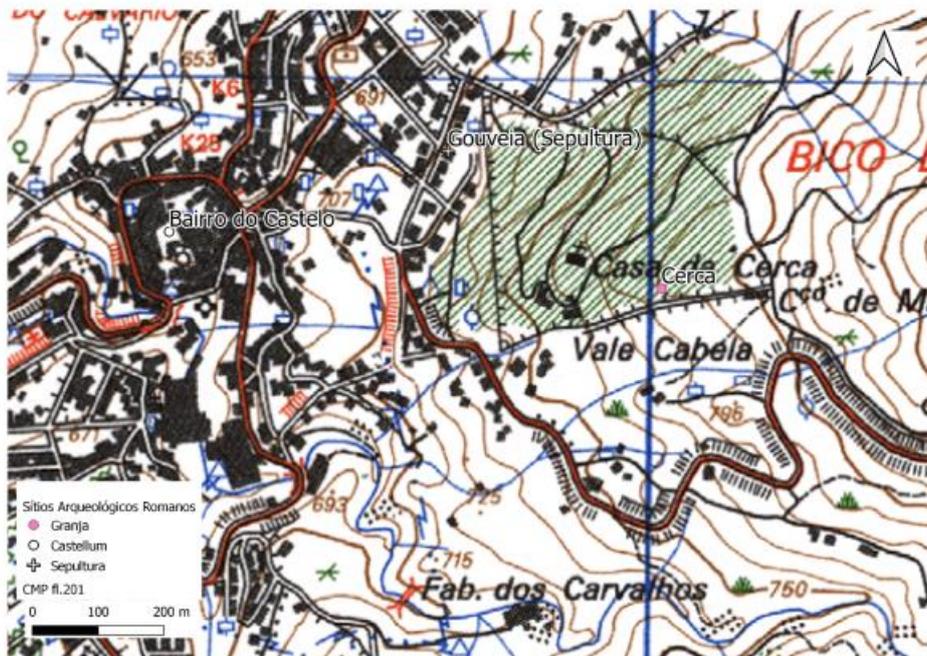
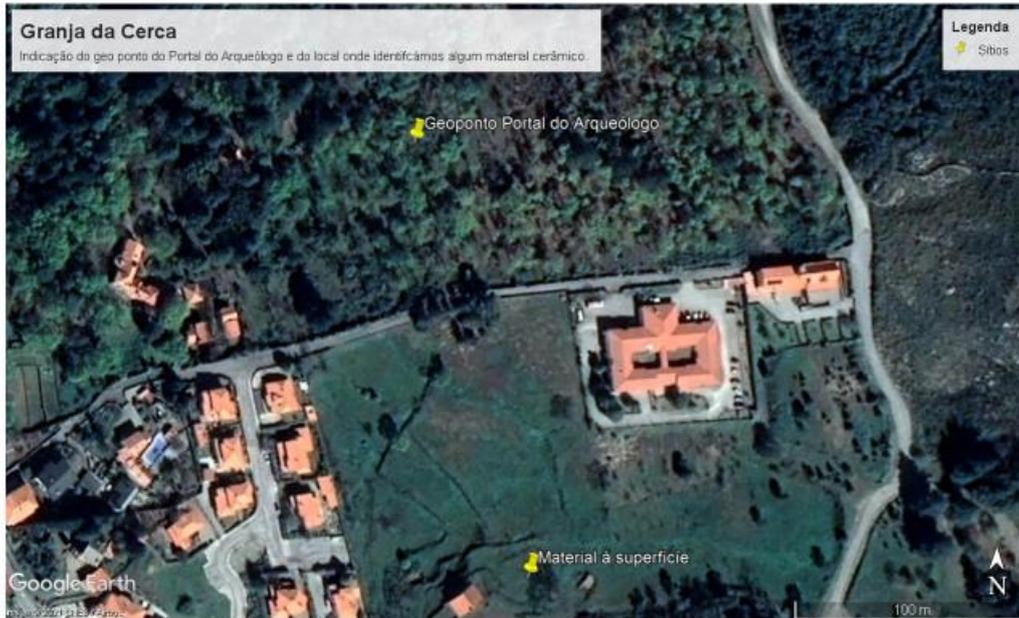
Est. LXXXIX – Fuste de coluna recolhido no Mandarteiro. Fotografia: Joel Correia

Est. XC – Fuste de coluna ou possível miliário anepígrafo, recolhido no Mandarteiro. Fotografia: Joel Correia

Est. XCI – Vista aérea sobre casebre do Mandarteiro. Fotografia: Tiago Mota

Est. XCII – Dados recolhidos pela aplicação SWMAPS, que representa a nossa visita ao local.

Est. XCIII – Pedra Almofadada no Mandarteiro. Fotografia: Joel Correia

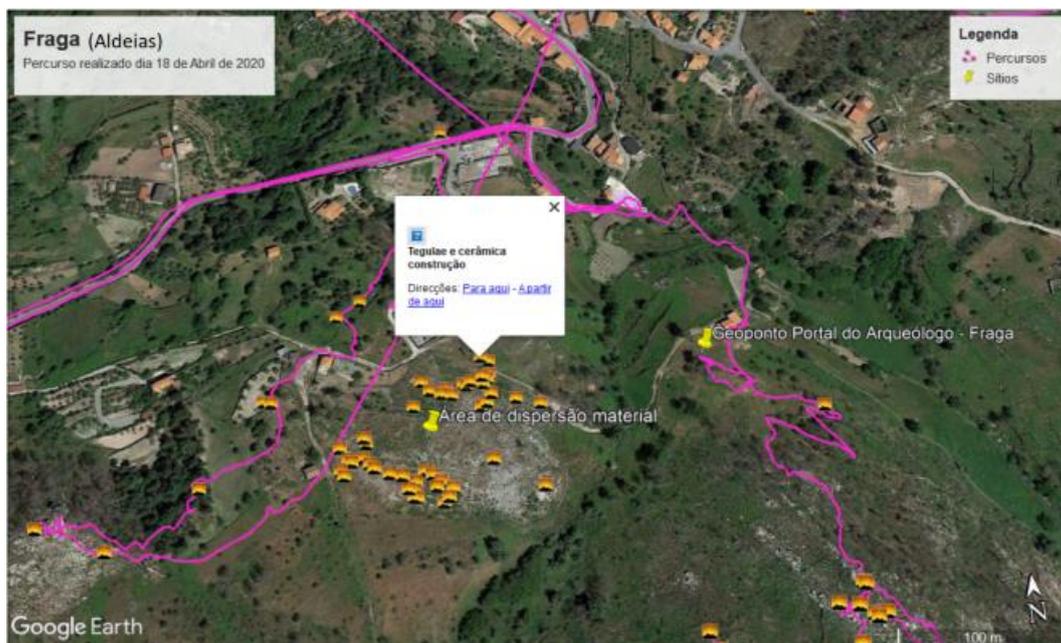
Est. XCIV – Recesso escavado na rocha, em penedo junto ao casebre. Fotografia: Joel Correia

Est. XCV – Casebre no Mandarteiro, com base em pedra aparelhada. Fotografia: Joel Correia

Est. XCVI – Sítios arqueológicos romanos na cidade de Gouveia. Carta Militar de Portugal, fl. 201.

Est. XCVII – Indicação do geoponto da Cerca no Portal do Arqueólogo e geoponto de referência que tiramos num pequenos aglomerado de materiais cerâmicos de construção. Google Maps.

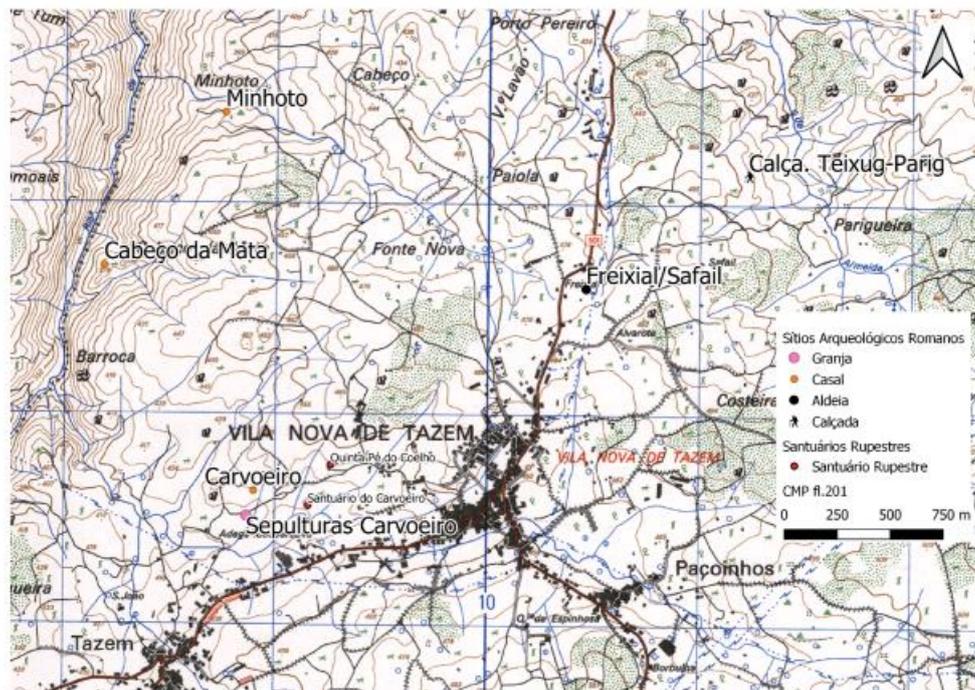
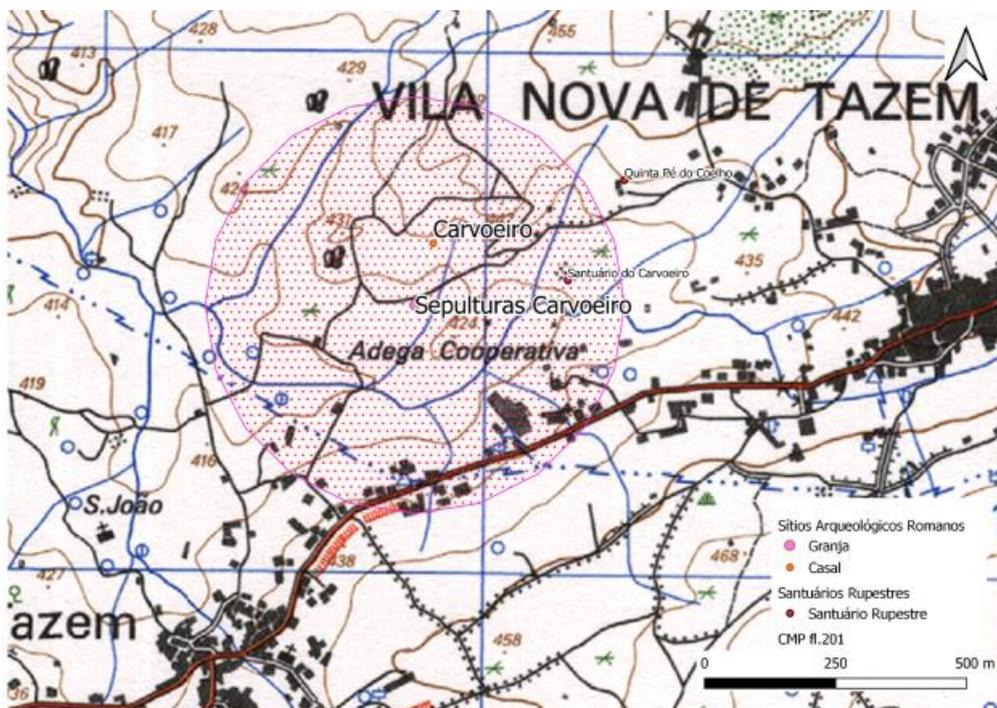
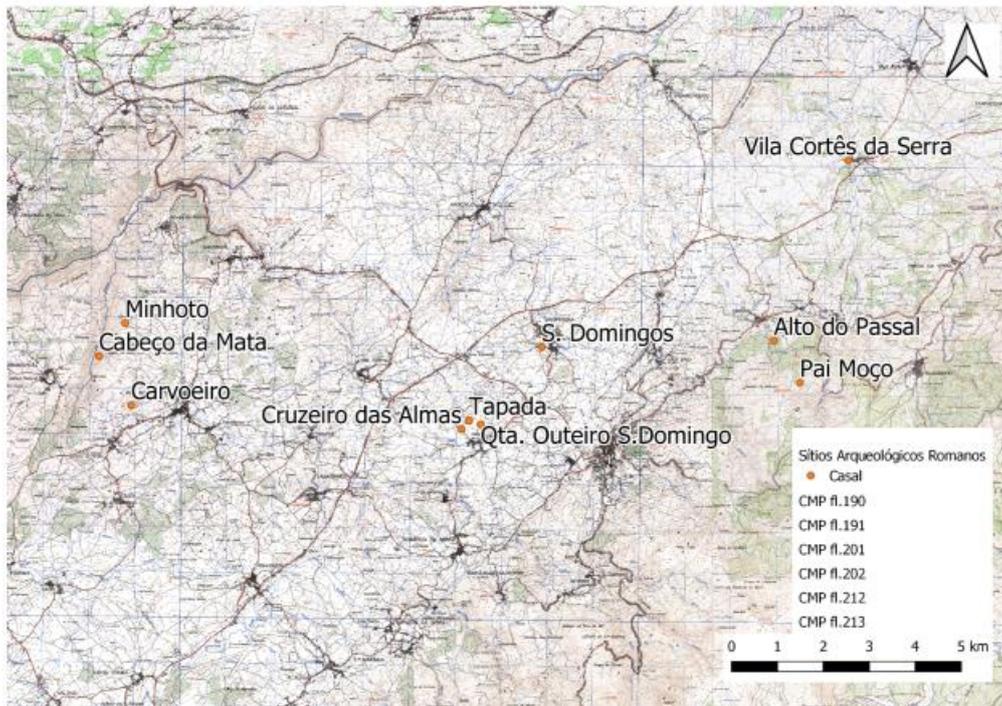
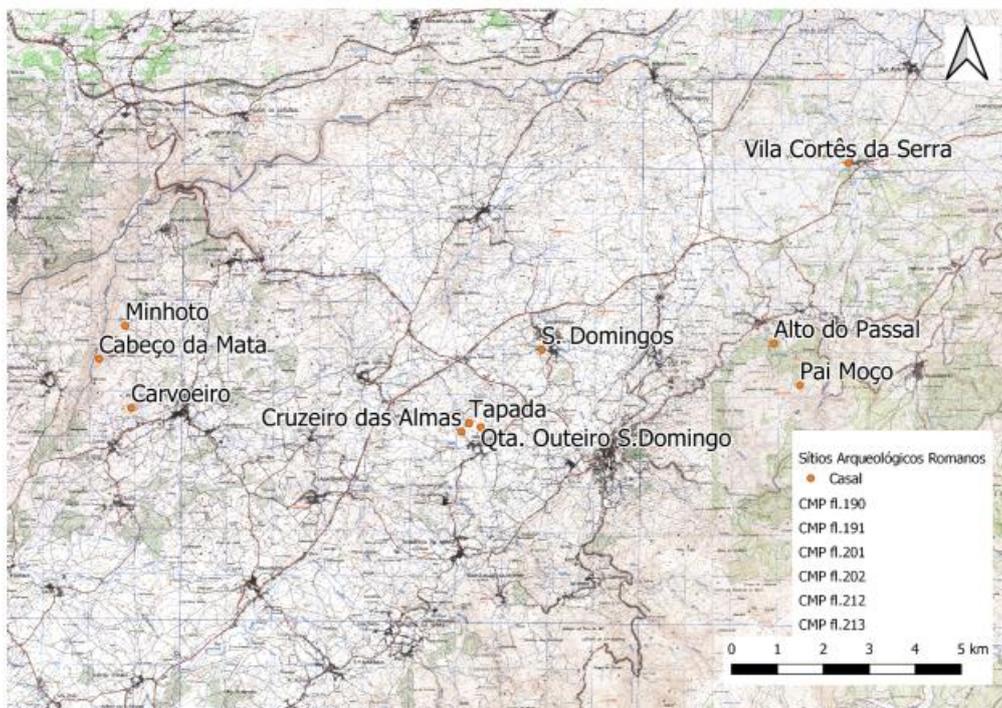
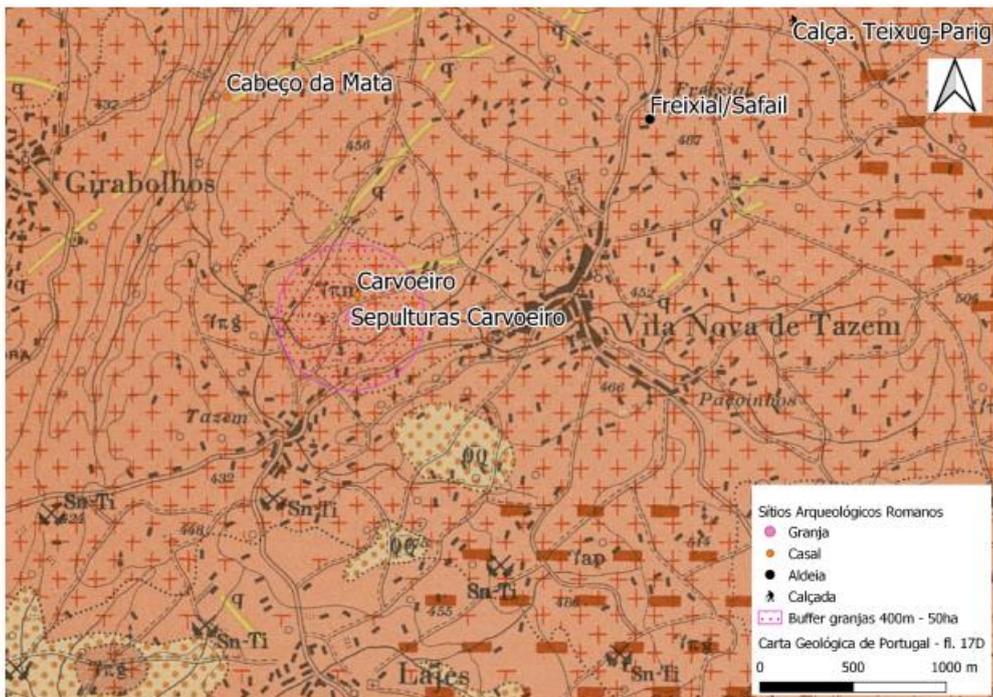
Est. XCVIII – Mó recolhida no sítio da Regada/Bacelo. Pátio do Museu. Fotografia: Joel Correia

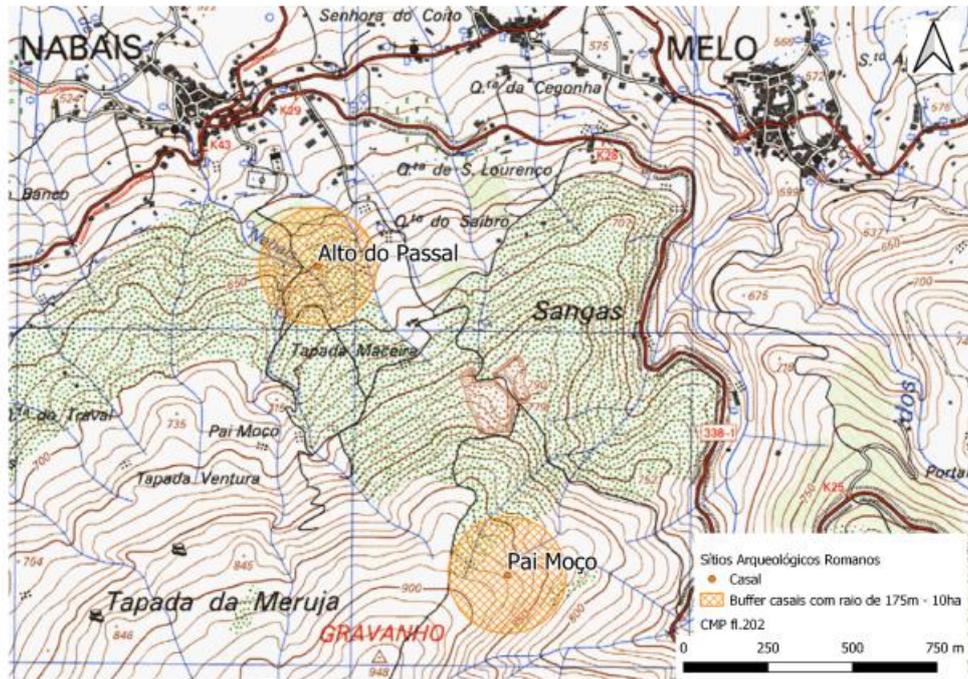
Est. XCVIX – Sepultura fraturada da Cama da Moura (Aldeias), próxima ao sítio da Regada/Bacelo. Fotografia: Joel Correia

Est. C – Sítios arqueológicos romanos em Aldeias. Carta Militar de Portugal, fl. 212.

Est. CI – Materiais identificados no caminho próximo ao sítio da Fraga.

Est. CII – Localização dos materiais cerâmicos de construção identificados no sítio da Fraga, registados através da aplicação SWMAPS sob Google Maps.

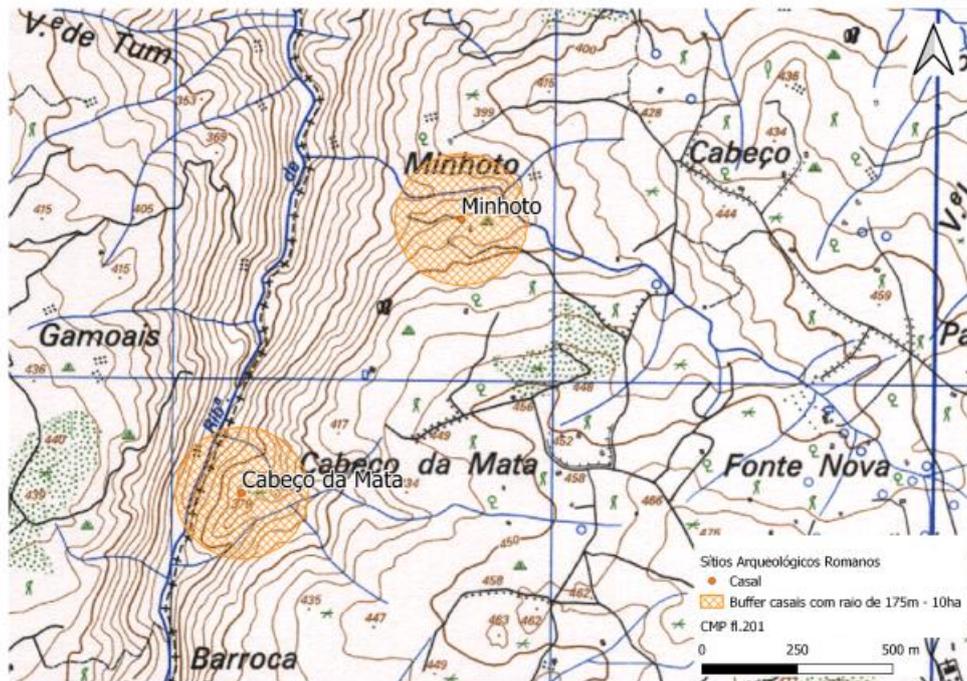
Est. CIII – Santuário Rupestre da Quinta do pé do Coelho. Fotografia: Joel Correia

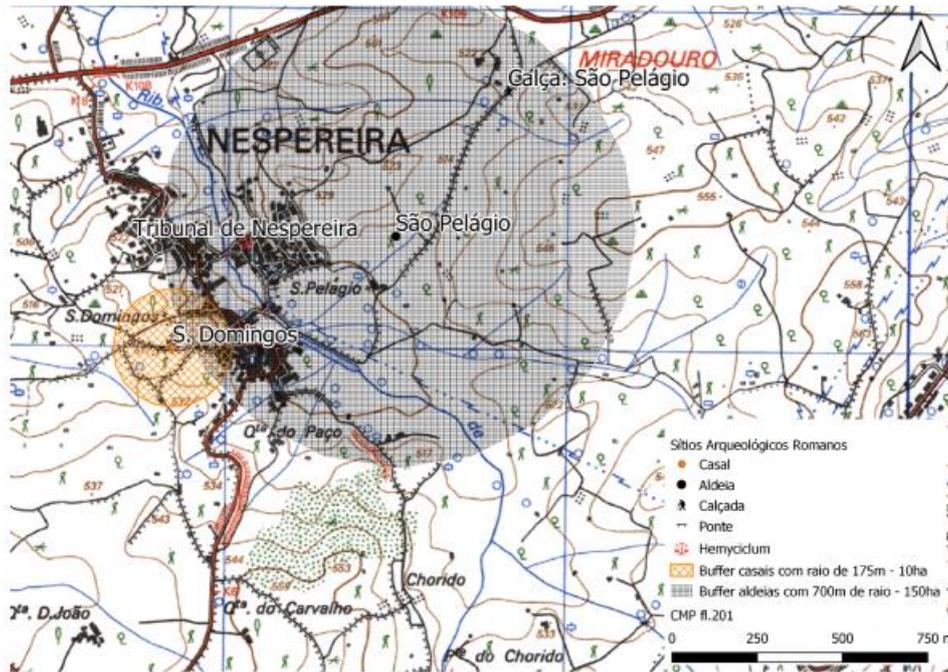
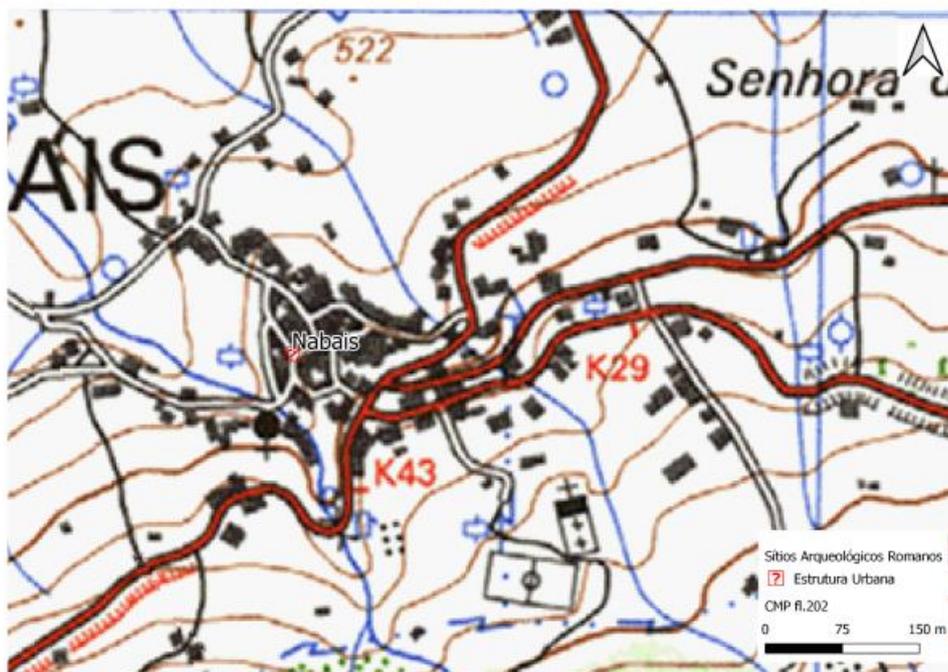
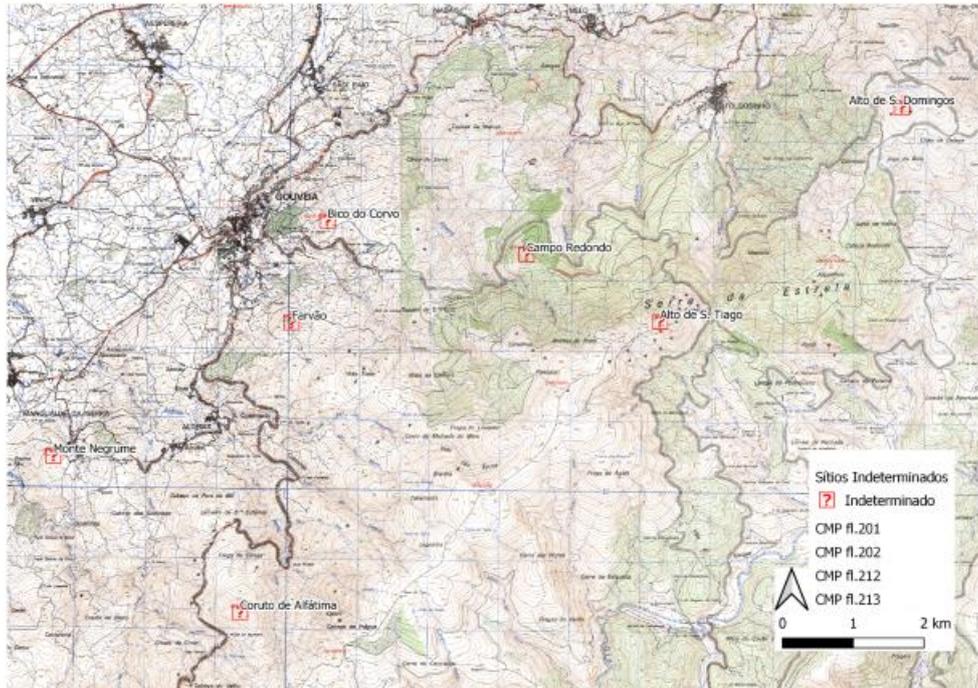
Est. CIV – Santuário Rupestre do Carvoeiro. Fotografia: Joel Correia

Est. CV – Sítios arqueológicos romanos e santuários rupestres em Vila Nova de Tazem. Carta Militar de Portugal, fl. 201.

Est. CVI – Sítio das Sepulturas do Carvoeiro, com indicação da área de exploração da presumida *Granja* englobando o *casal* do Carvoeiro. Carta Militar de Portugal, fl. 201.

Est. CVII – Conjunto de sítios arqueológicos romanos do tipo *casal*. Carta Militar de Portugal, fl. 190, 191, 201, 202, 212, 213.

Est. CVII – Conjunto de sítios arqueológicos romanos do tipo *casal*. Carta Militar de Portugal, fl. 190, 191, 201, 202, 212, 213.

Est. CVIII – Sítios arqueológicos romanos área de exploração da *Granja* do Carvoeiro. Carta Geológica de Portugal – 17D.

Est. CIX – Sítios arqueológicos romanos do tipo *Casal* e áreas de exploração, em torno de Vinhó Carta Militar de Portugal, fl. 201.

Est. CX – Sítios arqueológicos romanos do tipo *Casal* entre Nabais e Melo. Carta Militar de Portugal, fl. 202.

Est. CXI – Sítio arqueológico romano do tipo *Casal* e área de exploração, em Vila Cortês da Serra. Carta Militar de Portugal, fl. 201.

Est. CXII – Logradouro na Rua do Termo de Gouveia, em Vila Cortês da Serra, onde se identificou uma pequena e pouco expressiva mancha de cerâmicas de construção. Fotografia: Joel Correia

Est. CXIII – Peso de pedra recolhido em Via Cortês da Serra. Fotografia: Joel Correia

Est. CXIV – Sítios arqueológicos romanos do tipo *Casal* e áreas de exploração, em torno de Vila Nova de Tazem. Carta Militar de Portugal, fl. 201.

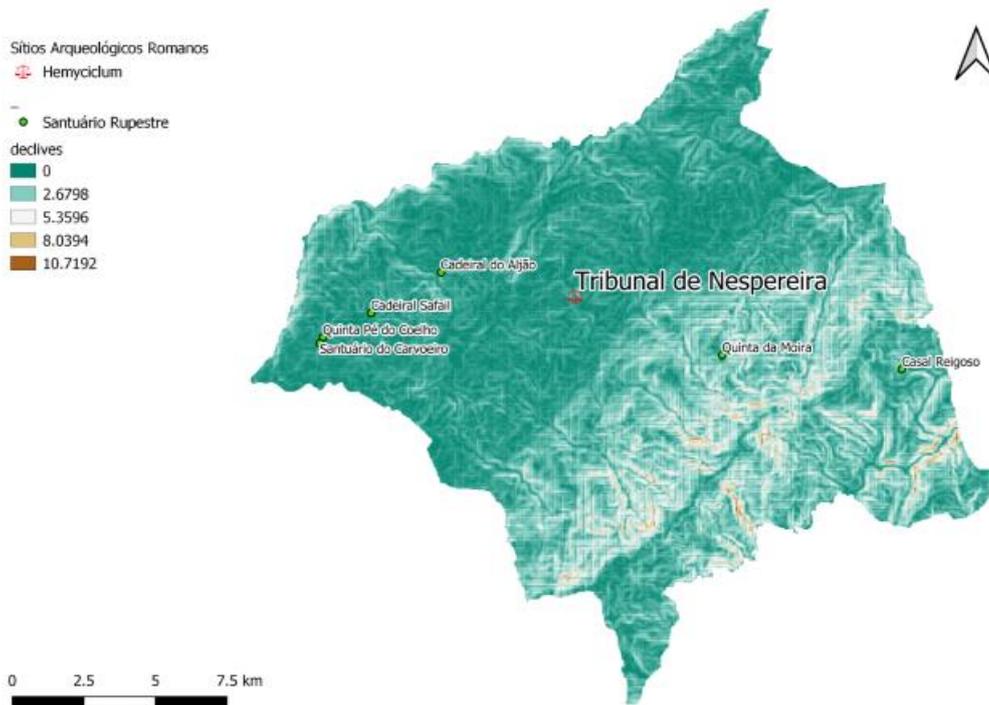
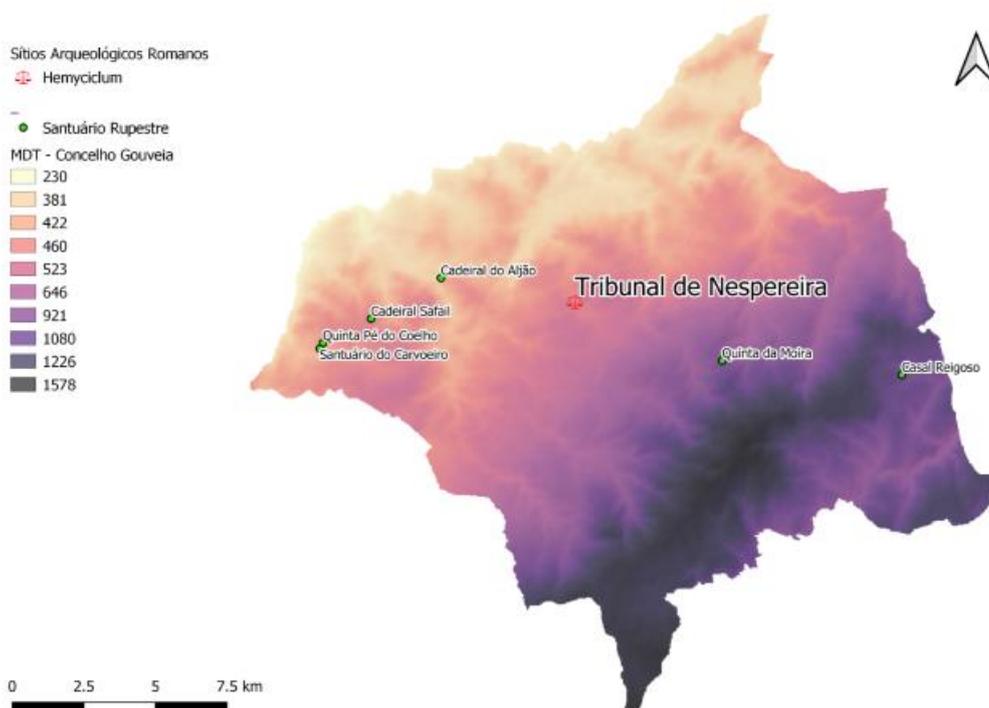
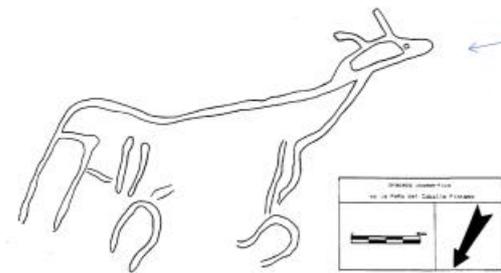
Est. CXV – Materiais cerâmicos recolhidos em 2004 junto à capela de S. Domingos. Fotografia: Joel Correia

Est. CXVI – Sítios arqueológicos romanos em torno de Nespereira, com indicação e áreas de exploração económica para São Pelágio e São Domingos. Carta Militar de Portugal, fl. 201.

Est. CXVII – Localização de estrutura em Nabais. Carta Militar de Portugal, fl. 202.

Est. CXVIII – Localização dos sítios indeterminados. Carta Militar de Portugal, fl. 201, 202, 212, 213.

Est. CXIX – Perspetiva aérea da encosta noroeste da Serra da Estrela, tirada desde a Póvoa da Rainha. Fotografia: Tiago Mota.

Est. CXX – Casal Reigoso. Em primeiro plano a estrutura derrubada que circunda o cabeço com indicação da localização do cadeiral. Fotografia: Tiago Mota

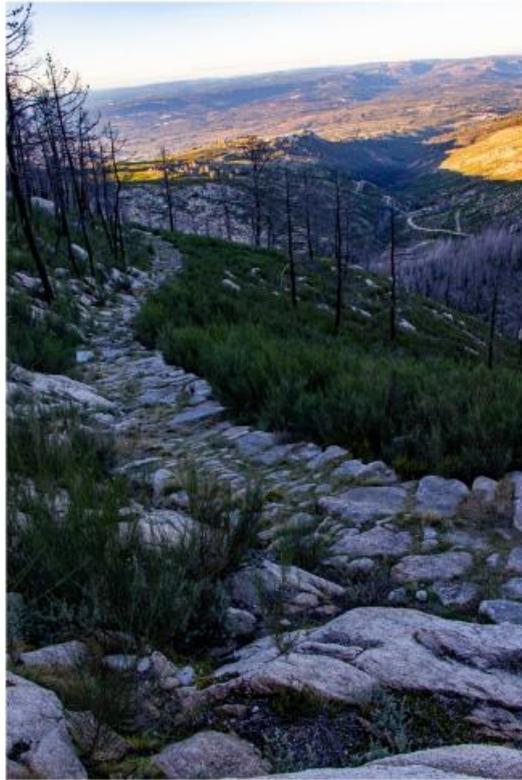
Est. CXXI – Cadeiral isolado próximo ao Santuário Rupestre da Quinta do Pé do Coelho. Fotografias: Joel Correia

Est. CXXII – Cadeiral da Quinta da Moira (em cima à esquerda). Perspetiva desde a orientação da estrutura (em baixo à esquerda). À esquerda o alto de S. Tiago, em frente, no primeiro plano, o Campo Redondo. Fotografias: Tiago Mota.

Est. CXXIII – Cadeiral e escadas abrasadas no penedo, na propriedade do Aljão. Fotografia: Joel Correia

Est. CXXIV – Santuários Rupestres e Cadeirais sob declives médios.

Est. CXXV – Santuários Rupestres e Cadeirais sob Modelo Digital de Terreno (MDT).

Est. CXXVI – Penedo do Cavalo Pintado.
Retirado de Gonzalez, 2009: 256 e 259

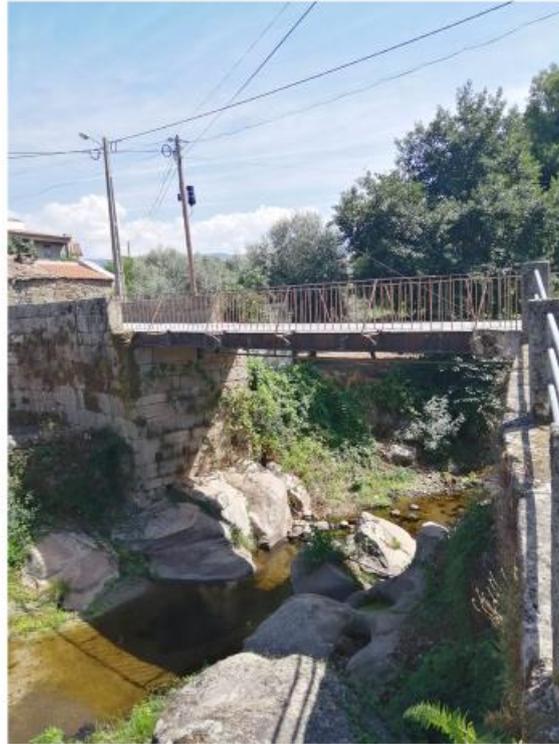
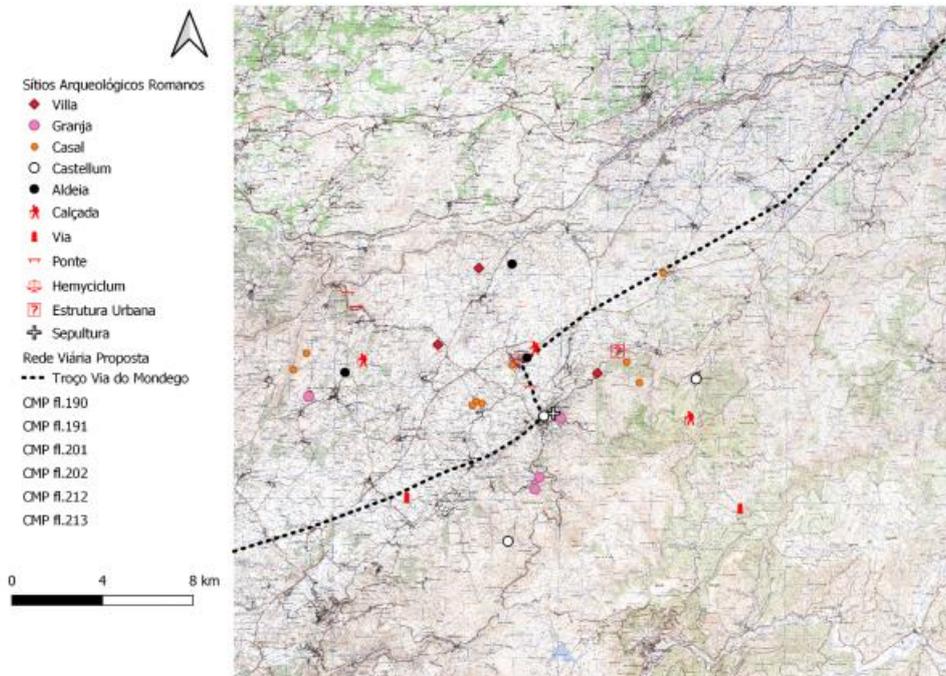
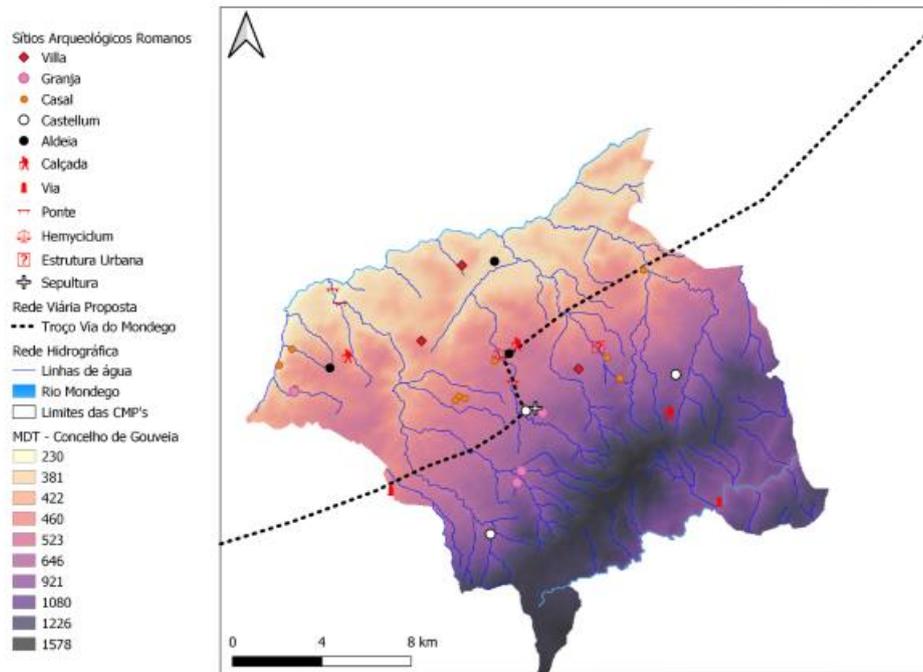
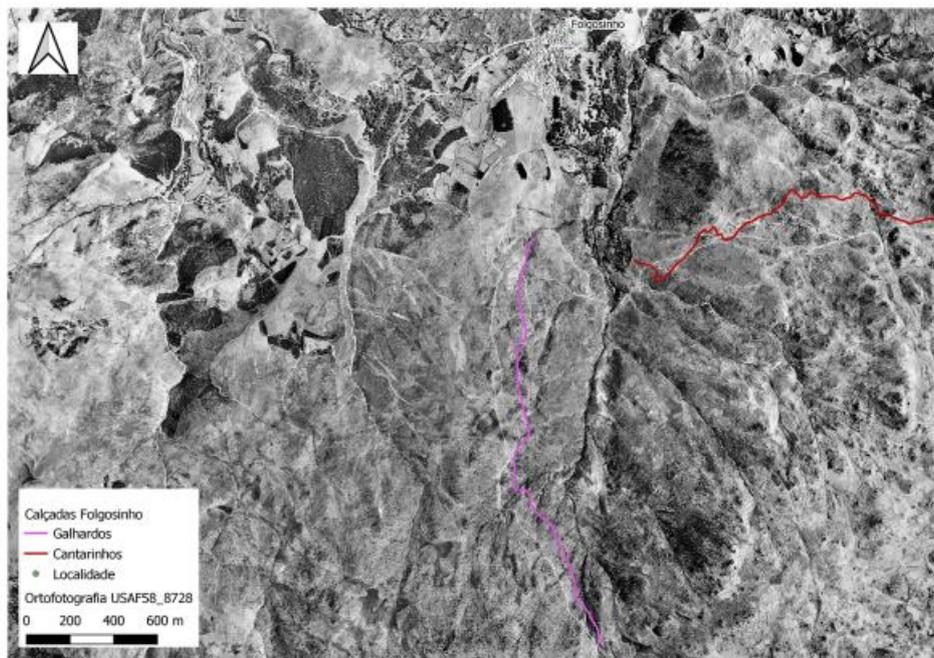
Est. CXXVII – Fotografia aérea sobre a ponte de Aljão/Celas. Foi impossível, com a vegetação, recolher imagens aproximadas. Fotografia: Tiago Mota.

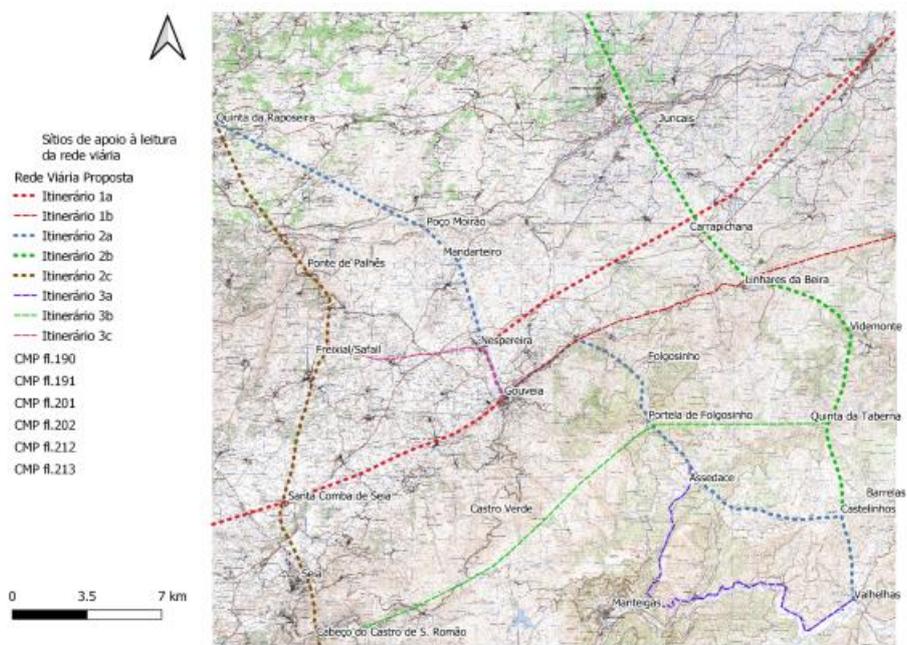
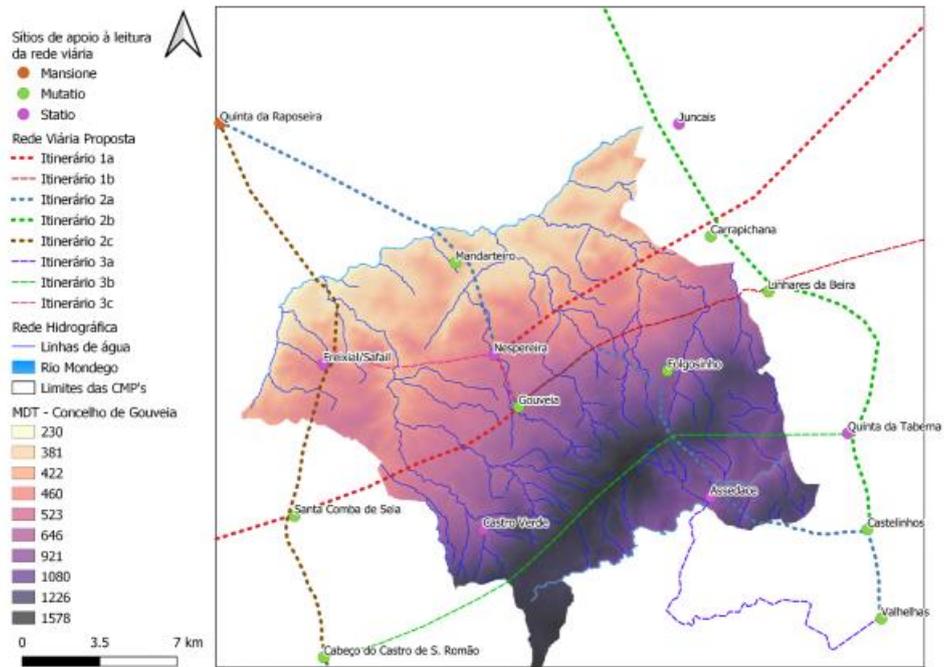
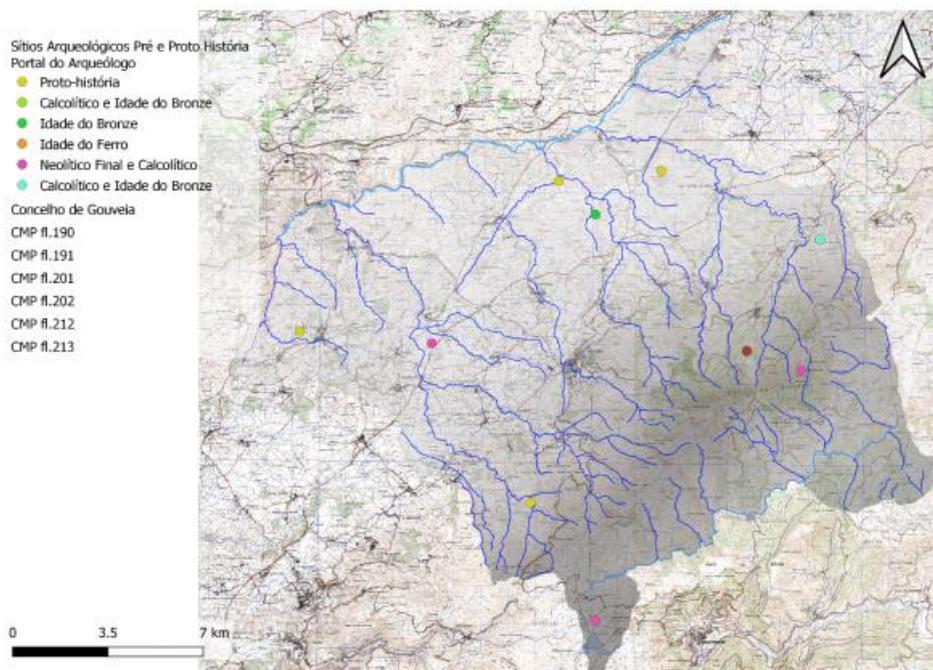
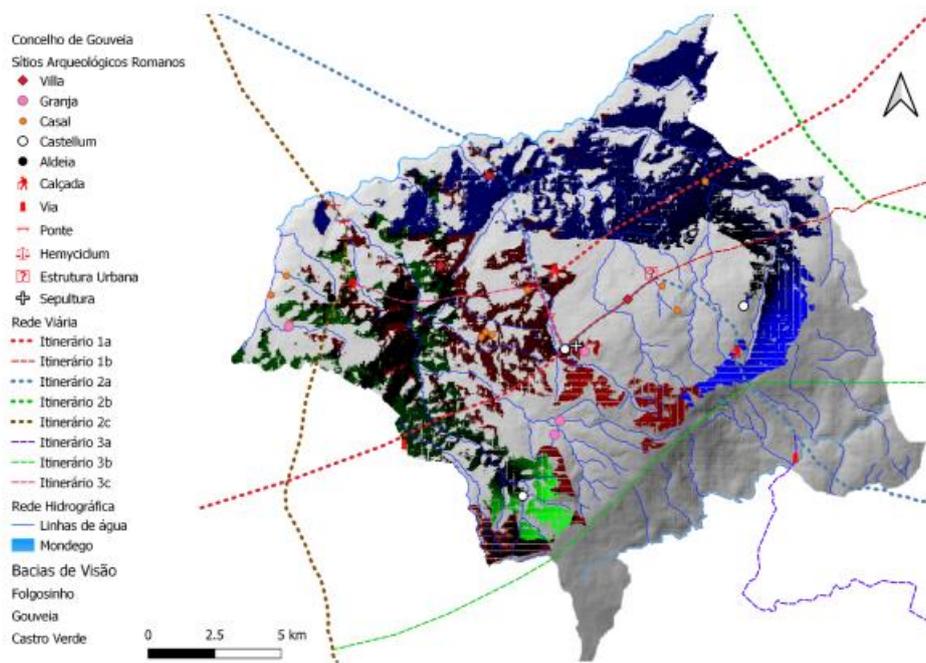
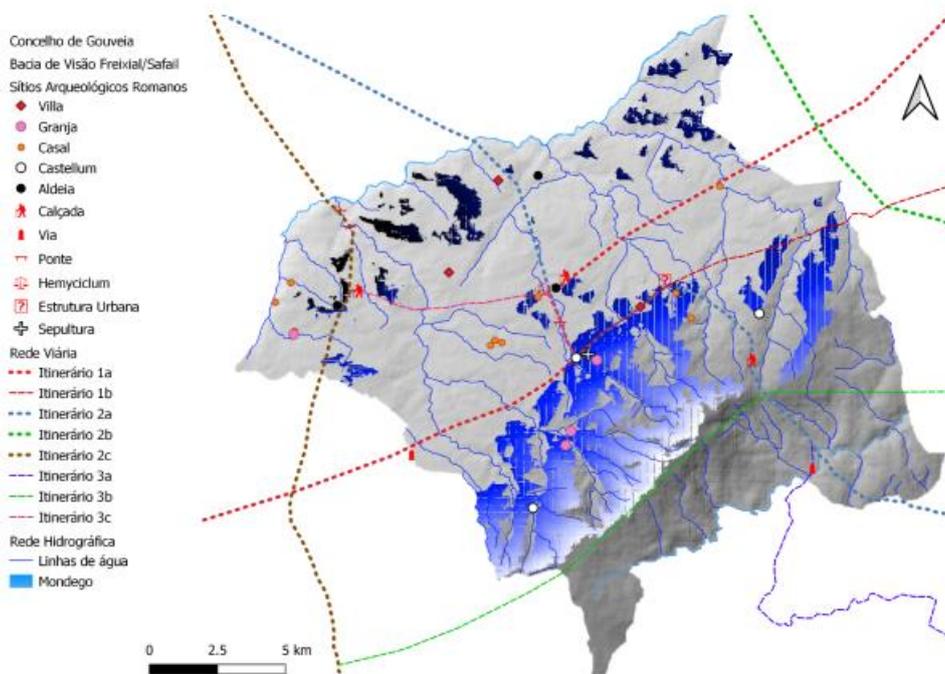
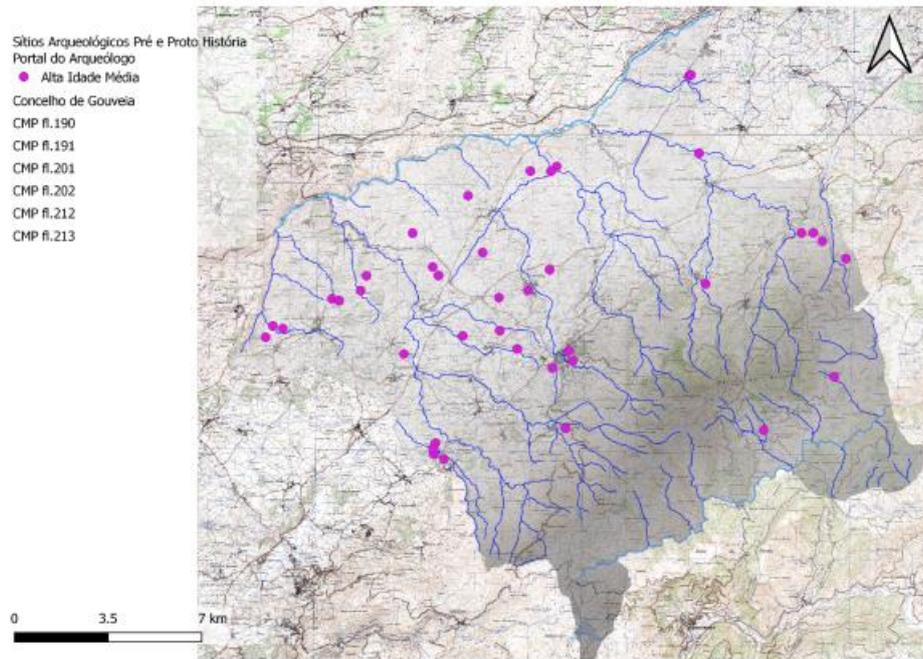
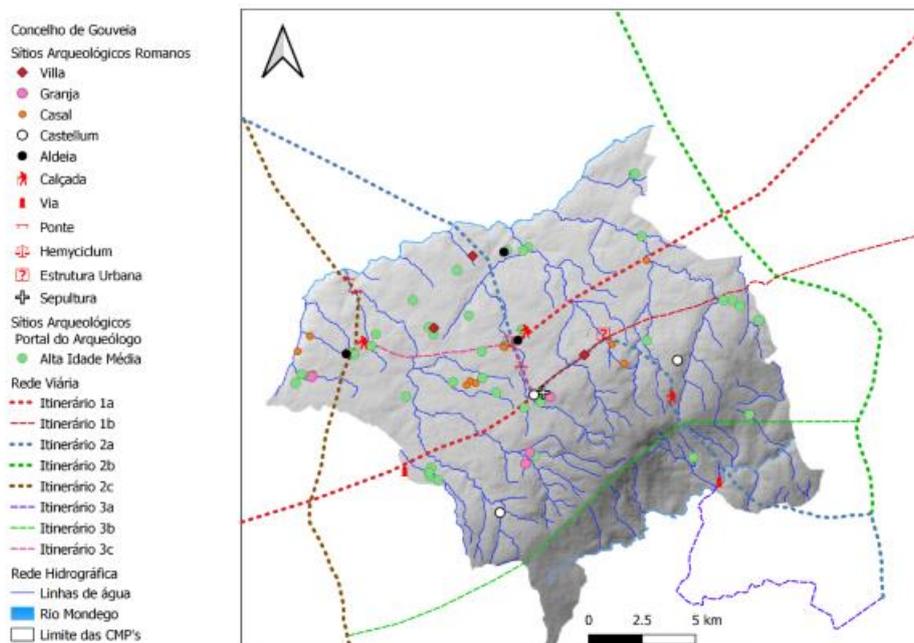
Est. CXXVIII – Ponde das Continas. Fotografia: José Vieira.

Est. CXXIX – Ponte do Chorido. Foi impossível, com a vegetação, recolher imagens aproximadas. Fotografia: Joel Correia.

Est. CXXX – Calçada dos Galhardos, com Folgosinho em segundo plano.
Fotografia: José Vieira

Est. CXXXI – Calçada da Teixugueira-Parigueira. Fotografia: Marco Martins.

Est. CXXXII – Calçada de S. Pelágio.
Fotografia: Joel Correia

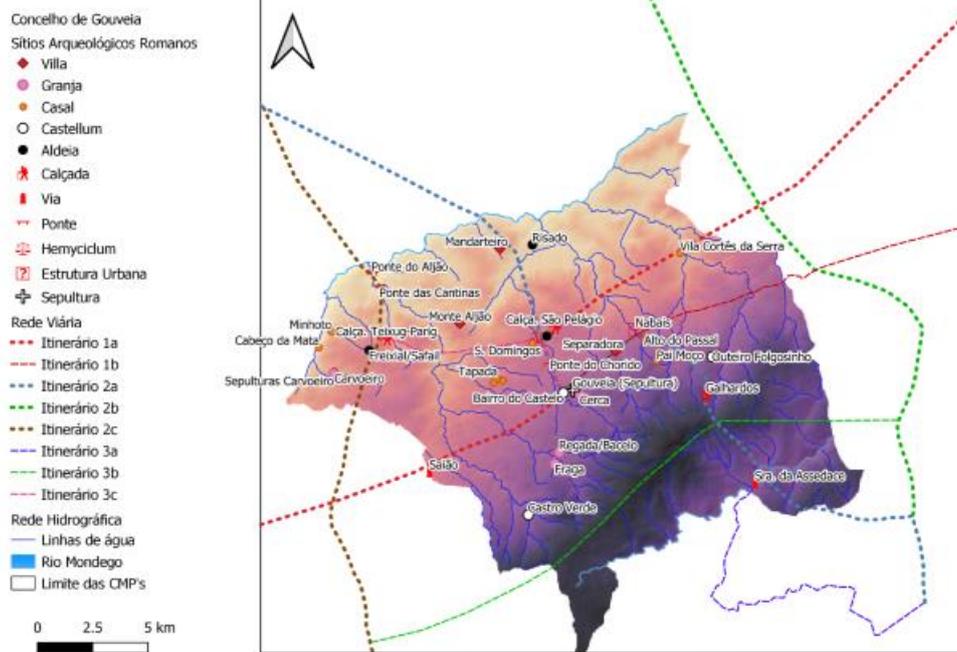
Est. CXXXIII – Miliário (e alminha) de Sta. Comba de Seia. Fotografia: Joel Correia

Est. CXXXIV – Ponte de Vila Cortês da Serra Fotografia: Joel Correia

Est. CXXXV – Sítios arqueológicos romanos e proposta de traçado da via do Mondego.

Est. CXXXVI – Sítios arqueológicos romanos e proposta de traçado da via do Mondego.

Est. CXXXVII – Ortofotografia com sobreposição das calçadas em torno de Folgosinho.

Est. CXXXVIII – Imagem desde a Portel de Folgosinho para sul, onde, em último plano, se vislumbra o topo do cabeço de Monsanto. Fotografia: Tiago Mota.

Est. CXXXIX – Proposta de rede viária regional à época romana sob Cartas Militares de Portugal.

Est. CXL – Proposta de rede viária regional à época romana sob Modelo Digital de Terreno (MDT), com indicação de sítios de apoio à circulação.

Est. CXLI – Sítios arqueológicos da pré e proto história indicados no Portal do Arqueólogo referentes ao concelho de Gouveia.

Est. CXLII – Bacias de visão e proposta de rede viária regional. Azul – Folgosinho | Vermelho – Gouveia | Verde – Castro Verde.

Est. CXLIII – Bacias de visão e proposta de rede viária regional. Azul – Freixial/Safaíl.

Sítios arqueológicos da pré e proto história indicados no Portal do Arqueólogo referentes ao concelho de Gouveia

Est. CXLV - Sítios arqueológicos romanos e da Alta Idade Média, indicados no Portal do Arqueólogo, referentes ao concelho de Gouveia, com proposta de rede viária regional.

Est. CXLVI – Materiais arqueológicos, de proveniência desconhecida, à guarda do Município de Gouveia. Fotografias: Joel Correia

Est. CXLVII – Materiais arqueológicos, de proveniência desconhecida, à guarda do Município de Gouveia. Fotografias: Joel Correia

Est. CXLVIII – Moedas romanas de proveniência desconhecida, à guarda do Município de Gouveia, ofertadas por Carlos Almeida Moura. Fotografias: Joel Correia

Est. CXLVIX – à esquerda: Teónimos de deuses supra locais na Beira Baixa. Retirado de Pedreños, 2000:30. À direita: Teónimos de deuses supra locais da Galiza e Lusitânia. Retirado de Pedreños, 2000:197

Est. CL – Sítios arqueológicos romanos e rede viária regional proposta sobre Modelo Digital de Terreno (MDT)

Cartografia de Apoio

Ribeiro
Galhardos
Ribeira
Viveiros Florestais
Marioila
S e r r a
d a
E s t
Portela
S. Tiago
ID - 3 Calçada dos Galhardos
CMP fl. 201
0 250 500 m

Galhardos
ID - 3 Calçada dos Galhardos
Ortofotomapas com resolução espacial de 15cm - Abril/Maio 2018
Municipia EM S.A. - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação
Cedência Município de Gouveia
0 250 500 m

Volta
Rebedal
Caldeirã
P.te de Palhez
RIO
Ponte do Aljão
Póvoa da Rainha
ALTO DAS
Rio
Favacal
CATIVELOS
Prazo
ID - 11 Ponte do Aljão/Celas
CMP fl. 201
0 250 500 m

Ponte do Aljão
ID - 11 Ponte do Aljão/Celas
Ortofotomapas com resolução espacial de 15cm - Abril/Maio 2018
Municípia EM S.A. - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação
Cedência Município de Gouveia
0 25 50 m

Caldeirão
Póvoa da Rainha
ALTO DAS MÓS
Ponte das Cantinas
Vᵉ de Capões
CATIVELOS
Porto das Vacas
Prazo
Balseiras
ID - 12 Ponte das Cantinas
CMP fl. 201
0 250 500 m

Ponte das Cantinas
ID - 12 Ponte das Cantinas
Ortofotomapas com resolução espacial de 15cm - Abril/Maio 2018
Municípia EM S.A. - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação
Cedência Município de Gouveia
0 25 50 m

Barroca
VILA NOVA DE TAZEM
Sepulturas Carvoeiro
Adega Cooperativa
Texugueira
S.João
Tazem
10
Q.ta da Espinhosa
Vinha de S.Martinho
Lameiro do Ferrão
Cardosa
ID - 14 Sepulturas do Carvoeiro
CMP fl. 201
0
250
500 m

Sepulturas Carvoeiro
0
25
50 m
ID - 14 Sepulturas do Carvoeiro
Ortofotomapas com resolução espacial de 15cm - Abril/Maio 2018
Municípia EM S.A. - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação
Cedência Município de Gouveia

Paiola
Parigueira
Mata
Fonte Nova
Freixial/Safail
Safail
Alvarota
Costeiras
Penedo Oscilante
VILA NOVA DE TAZEM
VILA NOVA DE TAZEM
Paçoinhos
Adega Cooperativa
ID - 15 Freixial/Safail
CMP fl. 201
0 250 500 m

Freixial/Safail
ID - 15 Freixial/Safail
Ortofotomapas com resolução espacial de 15cm - Abril/Maio 2018
Municípia EM S.A. - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação
Cedência Município de Gouveia
0 25 50 m

Porto Pereiro
Texugueira
Cabeço
Vº Lavão
Paiola
Calça. Teixug-Parig
Parigueira
Fonte Nova
Safail
Almeida
Freixial
Negrosa
Alvarote
Costeiras
Penedo Oscilante
VILA NOVA DE TAZEM
ID - 19 Calçada da Teixugueira-Parigueira
CMP fl. 201
0 250 500 m

Calça. Teixug-Parig
ID - 19 Calçada da Teixugueira-Parigueira
Ortofotomapas com resolução espacial de 15cm - Abril/Maio 2018
Municipia EM S.A. - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação
Cedência Município de Gouveia
0 25 50 m

Carvalhal
Quinta do Mataduço
Nabainhos
Senhora do Coito
NABAIS
Nabais
MELO
Q.ta da Cegonha
Q.ta de S. Lourenço
Q.ta do Saibro
Quinta do Banco
Sangas
Tapada Maceira
Pai Moço
Tapada Ventura
ID - 21 Nabais
CMP fl. 202
0 250 500 m

Nabais
ID - 21 Nabais
Ortofotomapas com resolução espacial de 15cm - Abril/Maio 2018
Municípia EM S.A. - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação
Cedência Município de Gouveia
0 25 50 m

ID - 25 Quinta do Outeiro de S. Domingos
CMP fl. 201
0 250 500 m
Qta. Outeiro S.Domingo
VINHÓ
Rio
Torto
S.Lourenço
Vincinto
Calvário
Lameiro
Tapada
Bordaleiro
Pedachos
Teixugueira
Malho
Devesa
S.João
Bocha
Qta.dos Buchos
Qta. Nova
Qta. D.João
Vª Borrão
Qta. do Pisão
Moledo

Qta. Outeiro S.Domingo
0 50 100 m
ID - 25 Quinta do Outeiro de S. Domingos
Ortofotomapas com resolução espacial de 15cm - Abril/Maio 2018
Minicipia EM S.A. - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação
Cedência Município de Gouveia

Nabainhos
NABAIS
MELO
Senhora do Coito
Q.ta da Cegonha
Q.ta de S. Lourenço
Quinta do Banco
Q.ta do Salbro
Alto do Passal
Sangas
Pai Moço
Tapada Ventura
Q.ta dos Amaros
Tapada da Meruja
GRAVANHO
Q.ta do Soito
Q.ta do Azibal
ID - 28 Alto do Passal
CMP fl. 202
0 250 500 m

Alto do Passal
ID - 28 Alto do Passal
Ortofotomapas com resolução espacial de 15cm - Abril/Maio 2018
Municipia EM S.A. - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação
Cedência Município de Gouveia
0 25 50 m

GOUVEIA
Bairro do Castelo
Mira Serra
Barreiros
Jancão
Convento
Seminário
Vale Cabeça
ID - 29 Bairro do Castelo (Gouveia)
CMP fl. 201
0 250 500 m

Bairro do Castelo
ID - 29 Bairro do Castelo (Gouveia)
Ortofotomapas com resolução espacial de 15cm - Abril/Maio 2018
Minicipia EM S.A. - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação
Cedência Município de Gouveia
0 50 100 m

Caramão
Durronco
Freixo
Q.ta do Gaspar
Moinhos da Fraga
Q.ta do Soito
Q.ta do Forno da Telha
Q.ta do Peixoto
Portalaje
ETAR
Outeiro Folgosinho
FOLGOSINHO
Q.ta do Soito do Paço
Casa Abrigo dos Cantarinhos
ID - 30 Outeiro de Folgosinho
CMP fl. 202
0 250 500 m

Outeiro Folgosinho
ID - 30 Outeiro (Folgosinho)
Ortofotomapas com resolução espacial de 15cm - Abril/Maio 2018
Municipia EM S.A. - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação
Cedência Município de Gouveia
0 25 50 m

ID - 32 Saião (Suposto local de achamento do Miliário)
CMP fl. 212
0 250 500 m
Regada
Gandra
Saião
Politeira
Eira Velha
Carvalhas
S. Domingos
Martinela
Pijorias
Bugalho
Eiró
S.ta MARINHA
PAÇOS
Pontinha
Galiza
Pedra da Coelha
Bandoiva
Ameal
Ribeira
Regadas

Saião
Miliário Casa Grande
Suposto local de achamento do miliário.
Localização atual do miliário.
Casa Grande - Turismo Rural
0 100 200 m
ID - 32 Miliário de Paços da Serra
Ortofotomapas com resolução espacial de 15cm - Abril/Maio 2018
Municípia EM S.A. - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação
Cedência Município de Gouveia

NABAIS
SÃO PAIO
Carvalha Seca
Q.ta das Maias
Q.ta do Banco
Quinta do Banco
Tapada do Correio
Sr.a da Saúde
Fab. do Meio
Q.ta do Fraga
Fab. Ubach
Fab. da Liga
Separadora
Q.ta das Moitas
Q.ta do Traval
Q.ta dos Amaros
Alto do Passal
Tapada Maceira
Pai Moço
Tapada Ventura
Tapada da Meruja
GRAVANHO
Senhora
ID - 34 Separadora (Quinta do Tomé ou Quinta das Moitas)
CMP fl. 202
0 250 500 m

Separadora
0 25 50 m
ID - 34 Separadora (Quinta das Moitas ou Quinta do Tomé)
Ortofotomapas com resolução espacial de 15cm - Abril/Maio 2018
Municípia EM S.A. - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação
Cedência Município de Gouveia

Porto das Vacas
Mte Aljão
Srª dos Verdes
Cadeiral do Aljão
Pisão
Texuqueira
ID - 39 Cadeiral do Aljão
CMP fl. 201
0 250 500 m
Moinhos do Galião
RASCÃO

Cadeiral do Aljão
0 25 50 m
ID - 39 Cadeiral do Aljão
Ortofotomapas com resolução espacial de 15cm - Abril/Maio 2018
Municipia EM S.A. - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação
Cedência Município de Gouveia

Tapada da Meruja
GRAVANHO
Cêrca da Serra
Q.ta dos Calhastros
Quinta da Moira
Q.ta do Soito
Q.ta do Azibal
Ribeiro
Ribeiro
Q.ta do Campo Redondo
ID - 40 Cadeiral da Quinta da Moira
CMP fl. 202
0 250 500 m

Quinta da Moira
0 25 50 m
ID - 40 Cadeiral da Quinta da Moira
Ortofotomapas com resolução espacial de 15cm - Abril/Maio 2018
Municípia EM S.A. - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação
Cedência Município de Gouveia

Paiola
Fonte Nova
Parigueira
Safail
Cadeiral Safail
Almeida
Freixial
Alvarote
Negrosa
Costeiras
Penedo Oscilante
A DE TAZEM
VILA NOVA DE TAZEM
Paçoinhos
da Espinhosa
501
ID - 41 Cadeiral do Safail
CMP fl. 201
0 250 500 m

Cadeiral Safail
0 25 50 m
ID - 41 Cadeiral do Safail
Ortofotomapas com resolução espacial de 15cm - Abril/Maio 2018
Municipia EM S.A. - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação
Cedência Município de Gouveia

Oeiras

Municípia

Caracteristicas Técnicas

Produto Final	Ortofotomapas com resolução espacial de 15 cm
Concelho / Data	**Gouveia / Abril - Maio 2018**
Área Coberta	30061 hectares / 170 ortofotomapas
Formato dos dados raster	TIF, ECW
Formato do enquadramento	DWG, SHP
Enquadramento	Quadrícula com 1500 m x 1500 m
Sistema de referência	**Planimétrico:** ETRS89 – PTM06 i) Elipsoide referência: GRS80 ii) Projeção cartográfica: Transversa de Mercator; iii) Origem das coordenadas Retangulares: Latitude: 39º40' 05''.73 N Longitude: 08º 07' 59.19W iv) Falsa origem: M= 0metros; P= 0 metros; v) Fator de Escala no Meridiano Central: 1,0 **Altimétrico:** Datum Altimétrico - Marégrafo de Cascais
Fonte de dados	Cobertura aérea digital com Ground Sample Distance (GSD) de 15 cm
Esquema da imagem dos ortofotomapas produzidos	
Propriedade dos Dados:	Os dados produzidos no âmbito deste projeto não podem ser comercializados por terceiros
Realizado Por:	Municípia EM S.A. – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação Contacto: info@municipia.pt Tel: 214228200

Castella concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Castella
Rio Mondego
Hidrografia
Linhas altimétricas
Concelho de Gouveia
Modelo Digital de Terreno (MDT)
235
382
422
459
523
645
921
1080
1226
1578
Folgosinho
Bairro do Castelo
Castro Baixo/Vedro
0 2.5 5 km
Castella concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Castella
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Declives
0
2.6798
5.3596
8.0394
10.7192
Folgosinho
Bairro do Castelo
Castro Baixo/Vedro
0 2.5 5 km

Castella concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Castella
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Exposição solar
0
119.803110758464
239.606221516927
359.409332275391
Folgosinho
Bairro do Castelo
Castro Baixo/Vedro
0 2.5 5 km
Castella concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Castella
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Litologia
Cascalheiras de planalto, arcoses da Beira Baixa, arenitos, calcários
Granitos e rochas afins
Xistos, grauvaques (Complexo xisto-grauváquico)
Folgosinho
Bairro do Castelo
Castro Baixo/Vedro
0 2.5 5 km

Castella concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Castella
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Modelo Digital de Terreno (MDT)
235
382
422
459
523
645
921
1080
1226
1578
Folgosinho
Bairro do Castelo
Castro Baixo/Vedro
0
2.5
5 km
Castella concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Castella
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Precipatação média
Entre 800 e 1000 mm
Entre 1000 e 1200 mm
Entre 1200 e 1400 mm
Entre 1400 e 1600 mm
Entre 1600 e 2000 mm
Folgosinho
Bairro do Castelo
Castro Baixo/Vedro
0
2.5
5 km

Aldeias concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Aldeia
Rio Mondego
Hidrografia
Altimetria
Concelho de Gouveia
Modelo Digital de Terreno (MDT)
235
382
422
459
523
645
921
1080
1226
1578
Risado
São Pelágio
Freixial
0 2.5 5 km
Aldeias concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Aldeia
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Declives
0
2.6798
5.3596
8.0394
10.7192
Risado
São Pelágio
Freixial
0 2.5 5 km

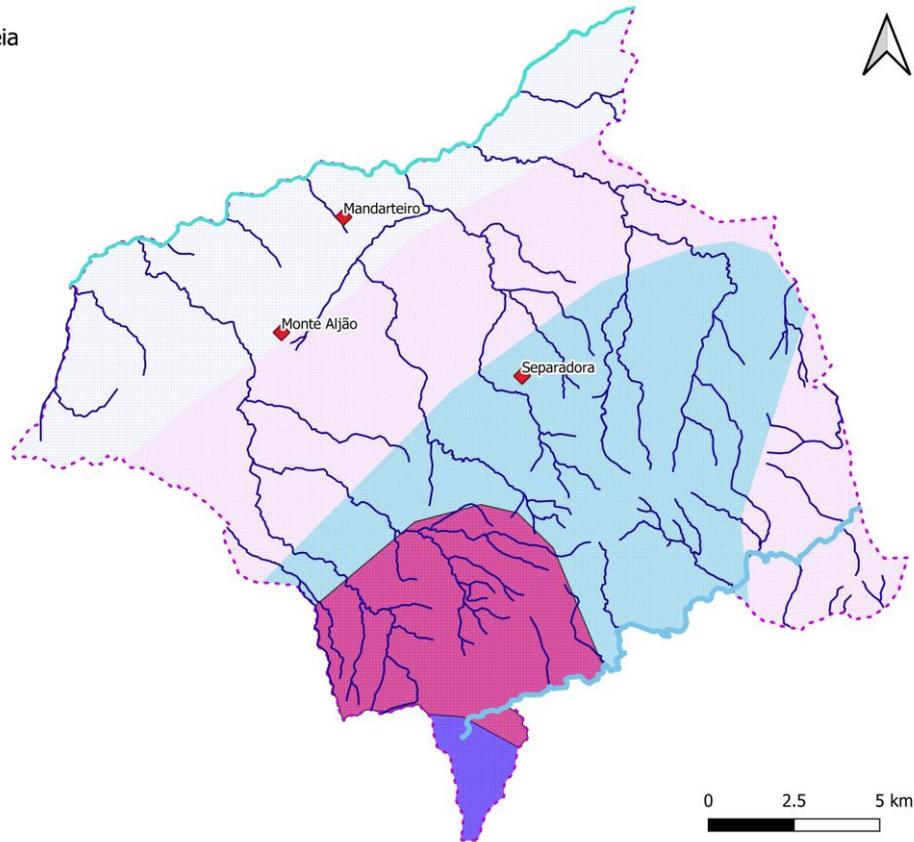
Aldeias concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Aldeia
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Exposição solar
0
119.803110758464
239.606221516927
359.409332275391
Risado
São Pelágio
Freixial
0
2.5
5 km
Aldeias concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Aldeia
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Litologia
Cascalheiras de planalto, arcoses da Beira Baixa, arenitos, calcários
Granitos e rochas afins
Xistos, grauvaques (Complexo xisto-grauváquico)
Risado
São Pelágio
Freixial
0
2.5
5 km

Aldeias concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Aldeia
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Modelo Digital de Terreno (MDT)
235
382
422
459
523
645
921
1080
1226
1578
Risado
São Pelágio
Freixial
0 2.5 5 km
Aldeias concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Aldeia
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Precipitação média
Entre 800 e 1000 mm
Entre 1000 e 1200 mm
Entre 1200 e 1400 mm
Entre 1400 e 1600 mm
Entre 1600 e 2000 mm
Risado
São Pelágio
Freixial
0 2.5 5 km

Aldeias concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Aldeia
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Índice de radiação médio
Entre 140 e 145 Kcal/cm2
Entre 145 e 150 Kcal/cm2
Risado
São Pelágio
Freixial
0 2.5 5 km
Aldeias concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Aldeia
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Solos
CAMBISSOLOS
RANKERS
Risado
São Pelágio
Freixial
0 2.5 5 km

Aldeias concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Aldeia
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Temperatura média
Entre 10.0 e 12.5 C
Entre 12.5 e 15.0 C
Entre 7.5 e 10.0 C
Inferior a 7.5 C
Risado
São Pelágio
Freixial
0 2.5 5 km
Villae concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Villa
Rio Mondego
Hidrografia
Linhas altimétricas
Concelho de Gouveia
Modelo Digital de Terreno (MDT)
235
382
422
459
523
645
921
1080
1226
1578
Mandarteiro
Monte Aljão
Separadora
0 2.5 5 km

Villae concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Villa
Rio Mondego
Hidrografia
Linhas altimétricas
Concelho de Gouveia
Litologia
Cascalheiras de planalto, arcoses da Beira Baixa, arenitos, calcários
Granitos e rochas afins
Xistos, grauvaques (Complexo xisto-grauváquico)
Mandarteiro
Monte Aljão
Separadora
0
2.5
5 km
Villae concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Villa
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Modelo Digital de Terreno (MDT)
235
382
422
459
523
645
921
1080
1226
1578
Mandarteiro
Monte Aljão
Separadora
0
2.5
5 km

Villae concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Villa
Rio Mondego
Hidrografia
Linhas altimétricas
Concelho de Gouveia
precipitacao concelho
Entre 800 e 1000 mm
Entre 1000 e 1200 mm
Entre 1200 e 1400 mm
Entre 1400 e 1600 mm
Entre 1600 e 2000 mm
Mandarteiro
Monte Aljão
Separadora
0
2.5
5 km
Villae concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Villa
Rio Mondego
Hidrografia
Linhas altimétricas
Concelho de Gouveia
radiacao concelho
Entre 140 e 145 Kcal/cm2
Entre 145 e 150 Kcal/cm2
Mandarteiro
Monte Aljão
Separadora
0
2.5
5 km

Granjas concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Granja
Rio Mondego
Hidrografia
Altimetria
Concelho de Gouveia
Modelo Digital de Terreno (MDT)
235
382
422
459
523
645
921
1080
1226
1578
Safail
Carvoeiro
Cerca
Regada/Bacelo
Fraga
0 2.5 5 km
Granjas concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Granja
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Declives
0
2.6798
5.3596
8.0394
10.7192
Safail
Carvoeiro
Cerca
Regada/Bacelo
Fraga
0 2.5 5 km

Granjas concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Granja
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Exposição solar
0
119.803110758464
239.606221516927
359.409332275391
Safail
Carvoeiro
Cerca
Regada/Bacelo
Fraga
0 2.5 5 km
Granjas concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Granja
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Litologia
Cascalheiras de planalto, arcoses da Beira Baixa, arenitos, calcários
Granitos e rochas afins
Xistos, grauvaques (Complexo xisto-grauváquico)
0 2.5 5 km

Granjas concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Granja
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Modelo Digital de Terreno (MDT)
235
382
422
459
523
645
921
1080
1226
1578
Safail
Carvoeiro
Cerca
Regada/Bacelo
Fraga
0
2.5
5 km
Granjas concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Granja
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Precipitação média
Entre 800 e 1000 mm
Entre 1000 e 1200 mm
Entre 1200 e 1400 mm
Entre 1400 e 1600 mm
Entre 1600 e 2000 mm
Safail
Carvoeiro
Cerca
Regada/Bacelo
Fraga
0
2.5
5 km

Granjas concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Granja
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Temperatura média
Entre 10.0 e 12.5 C
Entre 12.5 e 15.0 C
Entre 7.5 e 10.0 C
Inferior a 7.5 C
Safail
Carvoeiro
Cerca
Regada/Bacelo
Fraga
0 2.5 5 km
Casais concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Casal
Rio Mondego
Hidrografia
Altimetria
Concelho de Gouveia
Modelo Digital de Terreno (MDT)
235
382
422
459
523
645
921
1080
1226
1578
Minhoto
Cabeço da Mata
Carvoeiro
Tapada
Qta. Outeiro S.Domingo
Alto do Passal
Pai Moço
0 2.5 5 km

Casais concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Casal
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Declives
0
2.6798
5.3596
8.0394
10.7192
Minhoto
Cabeço da Mata
Carvoeiro
Tapada
Qta. Outeiro S.Domingo
Cruzeiro das Almas
Alto do Passal
Pai Moço
0
2.5
5 km
Casais concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Casal
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Exposição solar
0
119.803110758464
239.606221516927
359.409332275391
Minhoto
Cabeço da Mata
Carvoeiro
Tapada
Qta. Outeiro S.Domingo
Cruzeiro das Almas
Alto do Passal
Pai Moço
0
2.5
5 km

Casais concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Casal
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Litologia
Cascalheiras de planalto, arcoses da Beira Baixa, arenitos, calcários
Granitos e rochas afins
Xistos, grauvaques (Complexo xisto-grauváquico)
Minhoto
Cabeço da Mata
Carvoeiro
Tapada
Qta. Outeiro S.Domingo
Cruzeiro das Almas
Alto do Passal
Pai Moço
0
2.5
5 km
Casais concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Casal
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Modelo Digital de Terreno (MDT)
235
382
422
459
523
645
921
1080
1226
1578
Minhoto
Cabeço da Mata
Carvoeiro
Tapada
Qta. Outeiro S.Domingo
Cruzeiro das Almas
Alto do Passal
Pai Moço
0
2.5
5 km

Casais concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Casal
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Precipitação média
Entre 800 e 1000 mm
Entre 1000 e 1200 mm
Entre 1200 e 1400 mm
Entre 1400 e 1600 mm
Entre 1600 e 2000 mm
Minhoto
Cabeço da Mata
Carvoeiro
Tapada
Qta. Outeiro S.Domingo
Cruzeiro das Almas
Alto do Passal
Pai Moço
0
2.5
5 km
Casais concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Casal
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Indíce de radiação médio
Entre 140 e 145 Kcal/cm2
Entre 145 e 150 Kcal/cm2
Minhoto
Cabeço da Mata
Carvoeiro
Tapada
Qta. Outeiro S.Domingo
Cruzeiro das Almas
Alto do Passal
Pai Moço
0
2.5
5 km

Casais concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Casal
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Solos
CAMBISSOLOS
RANKERS
Minhoto
Cabeço da Mata
Carvoeiro
Tapada
Qta. Outeiro S.Domingo
Cruzeiro das Almas
Alto do Passal
Pai Moço
0
2.5
5 km
Casais concelho de Gouveia
Sítios Arqueológicos
Casal
Rio Mondego
Hidrografia
Concelho de Gouveia
Temperatura média
Entre 10.0 e 12.5 C
Entre 12.5 e 15.0 C
Entre 7.5 e 10.0 C
Inferior a 7.5 C
Minhoto
Cabeço da Mata
Carvoeiro
Tapada
Qta. Outeiro S.Domingo
Cruzeiro das Almas
Alto do Passal
Pai Moço
0
2.5
5 km